

PRIVILÉGIOS QUE NEGAM DIREITOS

DESIGUALDADE EXTREMA E
CAPTURA POLÍTICA
NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



OXFAM

PRIVILÉGIOS QUE NEGAM DIREITOS



DESIGUALDADE EXTREMA E
CAPTURA POLÍTICA
NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



OXFAM

HISTÓRICO



NORA LUSTIG

Professora da cátedra Samuel Z. Stone de Economia Latino-americana e diretora do Instituto Compromisso com a Equidade, da Universidade Tulane, em Nova Orleans, nos Estados Unidos

A América Latina é a região mais desigual do mundo. A desigualdade é endêmica e aparece em quase todas as dimensões, fato que o relatório da Oxfam documenta amplamente. É uma região de contrastes, onde cinco por cento dos bilionários do mundo coexistem com um grande número de pessoas que vivem em extrema pobreza. A mortalidade infantil e a desnutrição nas zonas marginalizadas são semelhantes às encontradas em países muito mais pobres. A pobreza é duas, três ou mais vezes maior entre os afrodescendentes e a população indígena. Como indica o relatório, a região experimentou uma diminuição na concentração de renda na década passada graças à expansão do acesso à educação, a políticas trabalhistas que favoreceram os trabalhadores que ganham salários mais baixos e à ampliação do gasto público direcionado para a população pobre. No entanto, como o abrangente relatório da Oxfam também conclui, ainda há muitíssimo a fazer, já que a região continua apresentando os níveis de desigualdade mais elevados do mundo. Medir o impacto das políticas públicas sobre a desigualdade, expandir a capacidade redistributiva do Estado por meio do fisco, acabar com as leis e regulamentações que protegem os privilégios de poucos e promover o avanço do empoderamento e da participação democrática dos grupos vulneráveis e excluídos — pontos que o relatório da Oxfam acertadamente ressalta — são elementos essenciais para reduzir a transmissão intergeracional da desigualdade na região.

CRÉDITOS

- Este estudo foi escrito e dirigido por **Rosa Cañete Alonso**, economista e coordenadora da campanha “Equilibre o Jogo” da Oxfam na América Latina e no Caribe. O documento ainda contém seções e contribuições de **Déborah Itriago, Wilson Jimenez, Armando Mendoza, Gianandrea Nelli Feroci, Verónica Paz, Ernesto Pérez de Rada e Susana Ruiz**.
 - A autora agradece a **Simon Ticehurst, Susana Ruiz, Gianandrea Nelli Feroci, Déborah Itriago e Damaris Ruiz** por sua contribuição e ajuda na revisão do relatório, bem como aos muitos colegas da Oxfam por seus valiosos comentários e contribuições.
 - A Oxfam agradece especialmente a todas as pessoas que participaram do Concurso de Fotografia #Nofilter pelas fotos que contribuíram para a visualização gráfica das ideias deste relatório.
 - As estatísticas ficaram a cargo de **Armando Mendoza, Airon Fernández e Antonio Cassó**.
 - O sumário executivo foi elaborado por **Susana Arroyo**.
 - O relatório foi editado por **Juan Miguel Álvarez**, com *design* gráfico de **Danielle West**, e o sumário executivo foi traduzido para o inglês por **Ilana Benady**.
 - Equipe de comunicação e produção do relatório: **Tanya Escamilla, Susana Arroyo e María Rubi**.
 - Equipe de apoio ao relatório e à campanha Equilibre o Jogo na América Latina e no Caribe: **Raquel Checa, Saviano de Abreu, Susana Arroyo e Carolina Fonseca**.
-
- PARA OBTER MAIS INFORMAÇÕES SOBRE OS TEMAS TRATADOS NESTE DOCUMENTO, FAVOR ENTRAR EM CONTATO COM rmcanete@OxfamIntermon.org.
 - **Impressão:** Editora Búho

ÍNDICE



- INTRODUÇÃO



- **Capítulo 1. CONCENTRAÇÃO EXTREMA, DESIGUALDADE EXTREMA**



- **Capítulo 2. DESIGUALDADE E CAPTURA POLÍTICA**

- **Capítulo 3. PRIVATIZANDO O ESSENCIAL: OS SERVIÇOS PÚBLICOS E SEU PAPEL NA IGUALDADE**

- **Capítulo 4. DESAFIOS DO MODELO ECONÔMICO: ALÉM DO “EXTRATIVISMO”**

- **Capítulo 5. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A DESIGUALDADE**



5.1 Políticas que promovam a igualdade econômica entre mulheres e homens

5.2 Políticas de trabalho e emprego: trabalho digno, formalização e salário justo

5.3. Proteção social: um teto para poucos

5.4 Tributação

5.4.1. Que reformas fiscais são necessárias em âmbito nacional para preencher as lacunas sociais?

5.4.2. Um sistema fiscal internacional cheio de falhas

5.4.3. A necessidade de um gasto social mais transformador

5.5 Educação, saúde, água e saneamento

5.5.1. Desigualdade no acesso e na qualidade da educação

5.5.2. Desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços de saúde, água e saneamento básico



- **Capítulo 6. É HORA DE MUDAR AS REGRAS: RECOMENDAÇÕES**



- ANEXOS

- INDICADORES DE DESIGUALDADE POR PAÍS

PRÓLOGO



Queremos saber por que continua havendo cidadãos privilegiados, de primeira categoria, e outros de segunda

Este não é mais um relatório sobre a pobreza. É a radiografia de uma região onde pessoas com muitos privilégios e muito ricas convivem com outras muito pobres: a região mais desigual do mundo. Estamos nos referindo à nossa América Latina e ao Caribe, onde uma pessoa chega a ganhar até 16 mil vezes mais que outra, onde a riqueza se concentra e a pobreza e a desigualdade se multiplicam.

Se estivéssemos falando somente da pobreza monetária, poderíamos dizer que houve avanços, pois mais de sessenta milhões de pessoas da região saíram da pobreza nos últimos dez anos. Porém, mais de 165 milhões ainda vivem na pobreza e outros 200 milhões poderiam voltar a ser pobres em um momento de menor crescimento econômico e maior austeridade nas políticas públicas.

Queremos saber por que, já que há tanta riqueza e crescimento econômico nos países da região, continuam existindo pessoas que não conseguem ter o que muitos de nós tomamos por certo: trabalho, comida, água, teto, educação e saúde. Continua havendo cidadãos privilegiados, de primeira categoria, e outros de segunda.

A desigualdade que nos impede de acabar com a pobreza tem raízes profundas em cada país. Renda, patrimônio e terra, tudo está concentrado em poucas mãos. Multimilionários multiplicam-se com sua riqueza ao lado de pessoas comuns que não conseguem ganhar nem sequer para pagar suas dívidas. Um modelo econômico que concentra riqueza. Milhões de hectares de terras cultiváveis dedicados à monocultura para exportação. Bilhões de dólares que poderiam ser utilizados para financiar políticas públicas saem da região e vão parar em paraísos fiscais.

E, sim, na América Latina e no Caribe há mais mulheres pobres do que homens pobres. Elas se ocupam de quase todo o trabalho não remunerado, principalmente o doméstico e reprodutivo e, fora de casa, também ganham menos pelo mesmo trabalho. Apesar dessa desigualdade que se soma a outras, os Estados não investem o suficiente em políticas públicas de igualdade de gênero, como a prevenção da violência contra as mulheres.

Na Oxfam, acreditamos que só a captura política pode permitir os níveis de desigualdade apresentados em nossa região. Elites políticas e econômicas influem na gestão das políticas dos Estados, instalando políticas que não beneficiam a maioria, mas que são eficazes para maximizar os lucros e ganhos de uns poucos privilegiados, negando os direitos de muitos. E os meios nos soam tristemente conhecidos: tráfico de influências, lobby ilícito, corrupção em contratos públicos, clientelismo, compra de votos, concentração de meios de comunicação.

Quanto mais a desigualdade aumenta, menos as pessoas confiam no sistema democrático. Não é só a qualidade da democracia que está em jogo, mas sua própria permanência. Por isso, os Estados devem adotar medidas urgentes para enfrentar a desigualdade.

Os cidadãos latino-americanos e caribenhos estão fartos da desigualdade. Observam-se níveis cada vez maiores de protesto diante de tanta injustiça. Na Oxfam, estamos acompanhando essa mobilização crescente de mulheres e homens em toda a América Latina e no Caribe por maior igualdade de oportunidades e de direitos.

Não queremos viver em países onde os privilégios de poucos negam os direitos de muitos, onde o que podemos comprar com o nosso salário dependa dos preços internacionais das matérias-primas ou onde o investimento social futuro esteja condicionado a quantos recursos ambientais hipotecamos. Sabemos que é hora de mudar as regras e também sabemos que as medidas necessárias não são nenhum mistério. Convidamos você a promover essa agenda de mudanças.

SIMON TICEHURST

DIRETOR REGIONAL DA OXFAM NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



"Bom dia, sol". Foto: © Frederick Meza Díaz | El Salvador | OXFAM

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. CONCENTRAÇÃO EXTREMA, DESIGUALDADE EXTREMA

A desigualdade e a pobreza estão intimamente relacionadas. Porém, durante décadas, os organismos multilaterais, os governos e inclusive as agências de cooperação priorizaram o crescimento econômico e a luta contra a pobreza como objetivos de seus debates e políticas, deixando de lado a desigualdade. Em consequência, as medidas para combater a desigualdade não foram suficientes.

Falar de desigualdade e atuar com rapidez para combatê-la é absolutamente necessário para enfrentar a pobreza e construir um futuro mais justo, onde mulheres e homens desfrutem de todos os seus direitos em igualdade.

Na Oxfam, estimamos que se a desigualdade na região fosse reduzida em cinco pontos entre 2011 e 2019, 17,4 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza. E ao contrário: um aumento de cinco pontos poderia dar lugar a 18 milhões de novos pobres.

Porém, analisemos em perspectiva. Embora de maneira insuficiente, em dez anos a pobreza na região da América Latina e Caribe (ALC) diminuiu visivelmente: passou de 44% da população em 2002 para 28% em 2012, uma redução de cerca de 61 milhões de pessoas. No mesmo período, a desigualdade na renda per capita também diminuiu, mas continua sendo a mais alta do mundo.

A desigualdade ameaça a redução da pobreza e é prejudicial não apenas para os mais pobres, mas também para o conjunto da sociedade.

Um estudo recente do Fundo Monetário Internacional (FMI) constatou que quando a porcentagem da receita total correspondente aos pobres e à classe média aumenta, a economia cresce. Mas se o que aumenta é a porcentagem da receita correspondente aos mais ricos, a economia do país encolhe.

E a desigualdade também está relacionada com a violência. Não é por acaso que a região da América Latina e Caribe seja ao mesmo tempo a mais desigual do mundo e a mais insegura fora das zonas em guerra.

Um estudo de caso realizadoⁱ em mais de dois mil municípios mexicanos identificou um vínculo direto entre desigualdade e delinquência.

RENDA, RIQUEZA, TERRA E PATRIARCADO: PILARES DA CONCENTRAÇÃO E DA DESIGUALDADE

A concentração de riqueza, terra e renda é extrema na região. Em termos de renda *per capita*, a região da América Latina e Caribe é a mais desigual do mundo, seguida pelos países subsaarianos. Em riqueza e patrimônio, a desigualdade também é muito elevada, com um índice de Gini de 0,809 em 2014.

A lacuna existente entre os mais ricos e os que têm menos é escandalosa. Os 10% mais pobres têm um nível de renda tão baixo que em 2013 correspondia à ínfima fração de 1,3% do total da região. No entanto, os 10% com renda mais alta da América Latina ficam com 37% do total.

Os dados tornam-se ainda mais extremos quando se consideram a riqueza e o patrimônio. Em 2014, os 10% mais ricos da região acumulavam 71% da riqueza e do patrimônio. A concentração era tão radical

que nesse mesmo ano 70% da população mais pobre conseguiu acumular apenas 10% de toda a riqueza. E essa tendência não diminui.

De 2002 a 2015, a fortuna dos bilionáriosⁱⁱ da América Latina e do Caribe cresceu a um ritmo médio de 21% ao ano, um crescimento seis vezes superior ao do PIB de toda a região — que foi de 3,5% ao ano — e 6% maior que o aumento da riqueza do restante do mundo. Ou seja: grande parte do crescimento econômico está sendo capturada pelos mais ricos, o que aumenta drasticamente a lacuna da desigualdade.

E ainda há mais. Segundo o Relatório de Ultra Riqueza 2014, os multimilionários latino-caribenhos — pessoas com patrimônio líquido superior a 30 milhões de dólares ou mais — já somam 14.805 pessoas. Sua riqueza é equivalente ao dinheiro necessário para eliminar a pobreza extrema de países como Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Peru. Na Bolívia, a riqueza das 245 pessoas multimilionárias é equivalente a 21 vezes o gasto público do país com saúde e, na Nicarágua, a riqueza dos 245 multimilionários equivale a 76 vezes o gasto público com educação.

ⁱ Banco Mundial, (2014) "Income Inequality and Violent Crime. Evidence from Mexico's Drug War" [Desigualdade de Renda e Crime Violento. Evidências da Guerra contra o Narcotráfico no México], Trabalho de Pesquisa Política no 6935, Washington: Banco Mundial.

ⁱⁱ Bilionários: pessoas com fortuna superior a um bilhão de dólares segundo a revista *Forbes*. Mais adiante, usa-se o termo multimilionários para referência a pessoas com ativos líquidos superiores a US\$ 30 milhões segundo a UBS Relatório de Ultra Riqueza no Mundo 2014.

Na Oxfam, calculamos o rendimento anual da fortuna de uma pessoa pertencente ao grupo dos multimilionários de cada país para comparar com a renda anual média de uma pessoa do grupo dos 20% mais pobres de cada país. Os resultados são contundentes e mostram a extrema concentração: em Honduras, um multimilionário recebe por ano, em média, 16.460 vezes mais que uma pessoa do grupo dos 20% mais pobres da população.

Com relação à posse de terras, a América Latina ocupa de novo o primeiro lugar no mundo e o Caribe, o segundo. Os governos têm dificuldade de definir políticas voltadas para uma distribuição mais equitativa da terra, e os grandes proprietários têm exercido pressão para evitar e limitar o desenvolvimento de reformas agrárias. Isso, somado a modelos de exploração agrária centrados em culturas extensivas, atingiu com força as famílias dedicadas à produção em pequena escala. Mas a pior parte recai sobre as mulheres produtoras:ⁱⁱⁱ “elas têm menos terra, de pior qualidade, e sua posse é muitas vezes insegura”.

Não importa se analisamos cada quintil ou decil, se analisarmos a lista do 1% mais rico ou das 101 pessoas mais ricas da América Latina, ou se olharmos para dentro da população urbana ou rural: em todos os âmbitos, as mulheres são sempre as mais excluídas.

As desigualdades que afetam as mulheres estão inter-relacionadas e, para enfrentá-las, é preciso repensar e reestruturar todo o sistema de organização social e econômica. Sua origem está nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres, e os fatores que incidem em sua perpetuação são de caráter estrutural e reproduzem exclusões históricas. Isso explica por que, por exemplo, apesar dos avanços conseguidos no acesso à educação e na aprendizagem, as mulheres ainda não desfrutam de igualdade de condições no mercado de trabalho.

Existem mais mulheres pobres do que homens pobres. É verdade que houve alguns avanços. Por exemplo, a porcentagem de mulheres sem renda própria na região caiu de 42% em 2002 para 32% em 2011. Mas essas conquistas são frágeis e insuficientes, e as diferenças ainda são intoleráveis.

A região não aproveitou sua “década dourada” para investir em mudanças estruturais. Durante a bonança, foram obtidos avanços sociais, mas ainda restam desafios importantes que deverão ser enfrentados — e serão ainda maiores — em um momento de crescimento econômico quase nulo, em que a desigualdade pode ser um freio para o desenvolvimento e a garantia de direitos.

É necessário, desde já, que os governos se comprometam sinceramente a repensar o modelo de desenvolvimento, enfrentar a

ⁱⁱⁱ CISEPA, CIRAD, Coalizão Internacional para o Acesso à Terra (2011). *A concentração da propriedade da terra na América Latina: uma aproximação à problemática atual*.

desigualdade e não perder as conquistas obtidas na luta contra a pobreza. É uma necessidade inevitável do ponto de vista ético, político, social e econômico. E não será fácil atendê-la, pois enfrentar a desigualdade significa garantir os direitos de muitos reduzindo os privilégios de poucos.

2. DESIGUALDADE E CAPTURA POLÍTICA

A extrema concentração de riqueza anda lado a lado com a extrema concentração de poder, que perverte as instituições e os processos políticos, colocando-os a serviço das elites, e não dos cidadãos, o que dá lugar a desequilíbrios no exercício dos direitos e na representação política dentro dos sistemas democráticos.

Quando falamos de captura política, estamos nos referindo a um processo em que uma elite política ou econômica coopta as instituições democráticas para induzir a geração de políticas disfuncionais que lhe permitam manter sua posição privilegiada na sociedade. Essa captura supõe a perpétua acumulação de riqueza, receitas e poder em mãos das elites e a utilização do Estado para o benefício de uns poucos. A captura política é, definitivamente, a perda de qualidade da democracia.

E os cidadãos assim o percebem. Na Oxfam, desenvolvemos um sistema de medição para comprovar a relação entre a desigualdade de renda e a opinião dos cidadãos a respeito da qualidade da democracia. Os resultados

comprovam que a desigualdade econômica leva os cidadãos a questionar o sistema democrático: quando a desigualdade de renda aumenta, aumenta também a insatisfação dos cidadãos com a qualidade da democracia, maior é a percepção de que se governa para o benefício de grupos poderosos e maior é a percepção de que algumas pessoas e alguns grupos têm tanta influência sobre as decisões políticas que os interesses da maioria são ignorados.

A captura política se expressa de várias maneiras: influência na definição de políticas, que adota a forma de lobby ilícito e tráfico de influências; corrupção, que se concretiza, por exemplo, na atribuição irregular e não transparente de contratos, no superfaturamento de obras ou na entrega ou venda de terrenos estatais subavaliados; e clientelismo, que se manifesta por compra de votos, contratação de funcionários públicos somente por sua adesão política, priorização de políticas assistenciais e outorga de serviços públicos como favores. Algumas dessas formas são ilegais, outras são legais, mas todas são ilícitas.

As formas de captura política a que as elites econômicas e políticas recorrem atingem também os meios de comunicação, que são controlados e utilizados por elas para promover as ideias que as favorecem ou para condenar aquelas que vão contra seus interesses.

POLÍTICAS PÚBLICAS E REGRAS SOB MEDIDA PARA OS MAIS RICOS

Quatro são os setores que proporcionam maior riqueza aos bilionários da América Latina segundo a lista da *Forbes*: telecomunicações (19%), bebidas (19%), financeiro (19%) e extrativista (12%). Juntos, eles abrangem o maior número de bilionários: 69% dos que havia na região em 2015.

O setor de telecomunicações é paradigmático. Não só abrange a maior parte da riqueza dos bilionários da região como também a concentra praticamente em uma única pessoa: Carlos Slim, o homem mais rico da região e o segundo mais rico do mundo em 2015. Sua fortuna, calculada em US\$ 77,1 bilhões, corresponde a quase 6% do PIB do México em 2014. Um estudo da OCDE concluiu que, entre 2005 e 2009, o comportamento monopólico das empresas de telecomunicações de Carlos Slim causou aos mexicanos uma perda de bem-estar superior a US\$ 129 bilhões, o que equivale a cerca de 1,8% do PIB por ano.

O setor de mineração reúne três dos dez empresários mais ricos da região. Sua fortuna, assim como o auge do setor, estruturou-se na exploração de recursos naturais por meio de concessões do Estado, e foi muito beneficiada pelo boom nos preços das matérias-primas na década passada, mas também pelos grandes privilégios a que eles têm acesso. Entre 2005 e 2010, as empresas mineradoras da Colômbia, embora tivessem pago US\$ 456 milhões em imposto de renda,

receberam descontos, deduções e isenções fiscais equivalentes a US\$ 925 milhões. Para cada dólar que as mineradoras pagaram em impostos, o Estado colombiano deixou de arrecadar dois.

A degradação das regulamentações ambientais e o relaxamento das sanções aplicáveis a infrações contra o meio ambiente são outras áreas onde as elites do setor de mineração empregam seu poder com o objetivo de adquirir e preservar privilégios. Esse é o caso do Peru, onde *lobbies* e grupos de poder econômico — em especial o setor extrativista — usam sua influência para fazer o governo reverter regulamentações ambientais estabelecidas alguns anos atrás.

Em seu estudo *Política Fiscal: expresión del poder de las élites latino-americanas [Política fiscal: expressão do poder das elites latino-americanas]*, o Instituto Centro-americano de Estudos Fiscais (Icefi) revela os mecanismos utilizados pelas elites econômicas centro-americanas para moldar as políticas fiscais em benefício próprio. Elas atuam motivadas por três objetivos: maximizar os lucros mediante tratamento privilegiado como as desonerações; socializar custos privados, encobrando-os com dívida pública ou outras distorções fiscais; e alinhar a política fiscal aos seus objetivos empresariais de expansão, consolidação ou migração para outras atividades ou outros setores.

Essas dificuldades das democracias latino-americanas em garantir direitos e dar resposta às demandas dos cidadãos fazem

com que a população mantenha baixos níveis de confiança nas instituições e se observem novas formas de protesto e participação.

Os sistemas midiáticos plurais e diversos podem ser um meio eficaz para lutar contra a desigualdade em ambientes onde predominam as ideias e o debate público liderados por elites políticas e econômicas. A prestação de contas e a participação dos cidadãos também podem ser antídotos na luta contra a captura política e a desigualdade econômica.

O controle do financiamento privado dos partidos, as leis anti-lobby, a garantia de pluralidade e diversidade da mídia, a proteção do direito à livre expressão, a vigilância dos cidadãos e as mobilizações pacíficas, assim como a aplicação correta das leis de função pública, são mecanismos fundamentais para frear a captura política.

3. EXTRATIVISMO, PRIVATIZAÇÕES E OUTROS DESAFIOS DO MODELO

A privatização dos serviços públicos também aprofunda a desigualdade e contribui para a ruptura do pacto social necessário para enfrentá-la. Esse processo gera segregação relacional e de resultados na garantia de direitos e afasta as classes média e alta do uso dos serviços públicos e, portanto, de sua disposição para contribuir com financiamento e exigir os níveis de qualidade adequados.

Os interesses privados e os organismos multilaterais promoveram a ideia da privatização como resposta para a falta de eficiência e de qualidade dos serviços prestados pelo Estado. Hoje, a falta de investimento e de uma aposta na qualidade e na universalização desviou os recursos públicos para um modelo de gestão privada em que predominam interesses distantes do princípio do bem comum. Isso teve como consequência a má qualidade dos serviços, a redução da cobertura e a geração de sociedades fragmentadas, onde fornecedores privados produzem lucros enormes sem uma regulamentação eficiente dos Estados. Enquanto isso, as classes empobrecidas são privadas não apenas de um serviço de qualidade como também, em alguns casos, do próprio serviço, devido à sua incapacidade de pagamento.

Estamos diante de um cenário de serviços públicos para pobres e serviços privados para as classes média e alta, modelo que reproduz a pobreza e a distribuição desigual de renda. E também é uma armadilha para a classe média, ao torná-la mais vulnerável a qualquer choque externo — perda de emprego, doenças crônicas, incapacidades, entre outros —, colocando-a em risco de engrossar as listas da pobreza.

Os Estados devem priorizar políticas, garantir recursos públicos suficientes e tomar as providências adequadas para assegurar a prestação de serviços públicos de qualidade, como educação, saúde,

água e saneamento. Além disso, devem ser reguladores do fornecimento privado desses bens se querem enfrentar a desigualdade de maneira efetiva.

Os bens públicos e os direitos não podem responder à lógica de mercado. E tampouco as receitas dos Estados deveriam ser submetidas aos altos e baixos dos mercados. A região continua sendo tão dependente da extração de recursos naturais como há 40 anos e igualmente sensível à volatilidade dos preços. Em 2011, as exportações de matérias-primas representaram 60% do total das exportações da região da ALC. Sua contribuição para as receitas e os orçamentos públicos — a dependência fiscal — também é muito alta. A Venezuela encabeça a lista: a participação das empresas extrativistas na receita total foi de 44,5% no período de 2010 a 2013.

Estima-se que em 2012 a produção agrícola agregada da região tenha ultrapassado os US\$ 300 bilhões de dólares, impulsionada pelo aumento do valor das matérias-primas agrícolas. A região é a principal produtora de açúcar, soja e café, abastecendo mais de 50% das exportações mundiais desses produtos. Contudo, como no caso da mineração e dos hidrocarbonetos, a produção de soja e açúcar gera grandes ganhos de capital, mas cria poucos empregos e não é ecologicamente sustentável a longo prazo, sobretudo a de soja.

A dependência dos recursos naturais com seus altos preços na primeira década do

século XXI explica em grande parte os “anos dourados” pelos quais passou a região em matéria de crescimento econômico. Essa bonança deu margem de manobra a muitos governos da região para financiar uma aposta mais ousada na política social. No entanto, a recente desaceleração do crescimento das economias latino-americanas também está relacionada com a queda dos preços das matérias-primas e a diminuição no ritmo de crescimento da China, grande importador de matérias-primas latino-americanas.

E o resultado não se fez esperar. Já se observa em vários países o impacto negativo nas finanças públicas da queda nos preços internacionais das matérias-primas, das receitas tributárias menores e de uma ameaça ao equilíbrio fiscal, o que reduz a capacidade dos Estados de financiar os programas sociais e atender às necessidades dos cidadãos.

O extrativismo pressupõe altos impactos ambientais, não está concatenado com outros setores de produção, causa alto impacto no tipo de câmbio e não tem capacidade para aumentar os empregos. Mas tem capacidade de influenciar o projeto de políticas que o regulam ou incentivam em benefício próprio. Não é tarefa fácil, mas os governos latino-americanos devem analisar sua dependência das indústrias extrativistas e adotar medidas para diversificar a economia, gerando empregos, além de variar a procedência de seus recursos fiscais.

A região deve transferir a alta produtividade do setor extrativista para os setores de baixa produtividade — indústria, agricultura e serviços —, o que geraria um círculo virtuoso de uso do excedente primário das exportações na diversificação e aumento de produtividade do restante da economia.

Também é preciso levar em conta o impacto adverso do extrativismo no bem-estar das comunidades indígenas e rurais e garantir o bem-estar da população orientado para o novo paradigma de desenvolvimento do Bom Viver.

Se essa diversificação não for assegurada por meio de políticas de incentivo à pequena e média empresa, à pequena produção e a outros setores geradores de emprego — e se não se promoverem reformas fiscais que comecem a fortalecer as receitas provenientes das altas rendas e do capital —, os avanços na luta contra a pobreza na região estarão fortemente ameaçados.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A DESIGUALDADE

Como o relatório detalha, as políticas públicas de maior relevância para reduzir a desigualdade econômica são as fiscais, trabalhistas, de proteção social, de redução das desigualdades entre homens e mulheres e de garantia da qualidade dos serviços públicos, principalmente nas áreas de educação, saúde, acesso à água e saneamento.

A redução da pobreza registrada na América Latina na década passada é atribuída, em grande parte, ao aumento da renda laboral, que se deu por causa do aumento do salário mínimo e da formalização dos trabalhadores. A importante contribuição do mercado de trabalho na redução da desigualdade ressalta a necessidade de reflexão sobre a importância do emprego e das receitas como veículo de melhora das condições de vida, especialmente para os jovens e as mulheres.

Além de políticas macroeconômicas que propiciem um ambiente favorável ao investimento e à inovação, as intervenções também devem ocorrer em setores que gerem encadeamentos e ativem a demanda intensiva de mão-de-obra.

A formalização do emprego também tem efeito direto sobre a capacidade do Estado de receber entradas fiscais para financiar políticas sociais redistributivas, o que gera um processo virtuoso para a criação de Estados de Bem-estar. A formalização poderia trazer consigo outros benefícios sociais, tais como aposentadoria e seguro-saúde, que ajudam a diminuir a desigualdade.

As políticas de aumento do salário mínimo conseguiram reduzir, de maneira relativa, a desigualdade de renda laboral na maioria dos países. Porém, de 15 países, somente a Costa Rica cobria o salário mínimo de subsistência com seu salário mínimo legal. O México, a Venezuela, a República Dominicana e a Bolívia são casos extremos, já que seu

salário mínimo legal não cobria nem 50% do salário de subsistência. O caso da Bolívia se destaca, pois apesar do aumento sustentado desde 2006, o salário mínimo ainda não cobre as necessidades de subsistência.

O aumento do salário mínimo pode melhorar a equidade econômica da região, mas a limitação dos salários máximos também pode fazê-lo. Tanto no setor público como no privado, os salários máximos devem ser limitados, pois, como explicou Thomas Piketty, chega um nível em que as diferenças salariais deixam de ter relação com a produtividade dos trabalhadores e respondem mais ao poder de negociação das cúpulas empresariais, gerando maior concentração de renda e riqueza.

Por sua parte, os sistemas de proteção social são essenciais na luta contra a desigualdade, na medida em que reduzem a vulnerabilidade das pessoas aos riscos do ciclo de vida que podem representar perda de receita, tais como doenças, maternidade, incapacidade ou velhice. Eles também abrangem as políticas públicas que atendem a necessidades específicas das populações mais excluídas e fazem com que a sociedade como um todo seja mais solidária, igualitária e menos individualista.

Os sistemas de seguridade social da região devem garantir a universalidade e a solidariedade entre os grupos e, assim, frear as desigualdades ocasionadas no mercado de trabalho. É preciso incentivar políticas que estendam a cobertura aos trabalhadores

informais e protejam os direitos das mulheres. As pensões solidárias mostraram-se eficazes para garantir renda mínima aos idosos e também devem ser reforçadas.

Os sistemas de transferência de dinheiro, embora tenham contribuído para garantir renda nos lugares mais pobres, são um instrumento limitado na luta contra a desigualdade e devem basear-se em um esquema mais amplo que assegure serviços universais de qualidade, crie consciência dos direitos e enfrente as desigualdades de gênero.

POLÍTICAS QUE PROMOVAM A IGUALDADE DE GÊNERO

As políticas públicas trabalhistas e de proteção nos países da região carecem de orientação específica de gênero em seu conteúdo. Elas ressaltam a ideia de neutralidade sem levar em conta as instituições — formais e informais — que provocam discriminação e segregação das mulheres no trabalho. Tais instituições operam em diversos âmbitos: em casa, nos centros educativos e no próprio mercado de trabalho sem reconhecer o trabalho, remunerado ou não, com o qual as mulheres contribuem para a sociedade.

A eliminação de normas e leis tendenciosas e discriminatórias são o ponto central em uma agenda de gênero que objetive a igualdade no mercado de trabalho. É preciso desenvolver políticas para assegurar tratamento igualitário no local de trabalho,

com salários iguais para funções iguais, e permitir a inserção das mulheres no trabalho, desligando-as dos papéis tradicionais do gênero.

Mas o trabalho doméstico e reprodutivo, invisível, não valorizado pela sociedade e assumido quase sempre pelas mulheres, geralmente sem remuneração, também é essencial. Esse é um trabalho que garante as condições para o funcionamento do sistema econômico e social, mas que não recebe reconhecimento.

A média de horas que as mulheres dedicam ao trabalho não remunerado diariamente oscila entre pouco mais de quatro horas na Argentina e pouco mais de sete horas na Guatemala. As mulheres empregadas costumam enfrentar uma tripla jornada de trabalho — trabalho remunerado, trabalho comunitário e trabalho doméstico e de cuidados — e, muitas vezes, veem-se forçadas a exercer atividades terciárias e informais quando a flexibilidade de horários lhes permite cumprir todas essas cargas.

Os sistemas fiscais devem comportar incentivos e sanções para enfrentar a discriminação das mulheres no sistema tributário, bem como assegurar recursos suficientes para o desenvolvimento de políticas que respondam às necessidades das mulheres. As políticas de proteção social, como os sistemas de seguridade social ou os programas de assistência, devem ser planejadas também para cobrir as deficiências do mercado de trabalho e

redistribuir a carga de trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado. O acesso à terra e ao crédito é uma dívida histórica que exige reformas integrais inadiáveis.

O Estado deve desenvolver políticas e leis para enfrentar a desigualdade, penalizando as empresas que não cumpram as normas e executando políticas que transformem as relações de poder. Muitas das estruturas de discriminação e dominação permanecem intactas, apesar dos grandes avanços conseguidos em matéria de igualdade entre homens e mulheres.

POLÍTICAS FISCAIS

O primeiro passo para combater a desigualdade é aumentar a capacidade arrecadatória dos países da região. O crescimento da pressão fiscal nos últimos vinte anos é indiscutível; no entanto, a arrecadação final ainda não se aproxima de seu verdadeiro potencial. Se os países da região reduzissem em 50% a diferença entre o valor arrecadado e o potencial de arrecadação de hoje até o ano 2020, seria possível gerar recursos públicos equivalentes a 6,6% do PIB do conjunto de países da região nesse período.

Por causa desse déficit e do extrativismo, os gastos e o investimento social continuam sujeitos à insuficiência de arrecadação e à forte volatilidade das fontes de receitas públicas.

E à baixa pressão fiscal soma-se outro problema: a configuração injusta e pouco

equitativa da política fiscal. Suas maiores fraquezas são o desequilíbrio no esforço fiscal dos diferentes atores econômicos, a enorme quantidade de recursos que saem com facilidade dos cofres públicos devido à evasão e elisão fiscal e a excessiva tendência a impostos indiretos que oneram o consumo.

Os impostos sobre o consumo são essencialmente injustos porque as pessoas mais pobres, que têm de dedicar a maior parte de sua renda, se não toda ela, ao consumo dos bens mais essenciais. Ou seja, elas não têm poupança nem investimentos. Por essa razão, os impostos sobre o consumo afetam proporcionalmente mais os pobres do que os ricos, o que é contrário a uma política tributária justa.

No entanto, mais da metade da arrecadação da América Latina e do Caribe provém de impostos sobre o consumo, mais de oito vezes o que se arrecada com impostos diretos sobre as propriedades, que costumam se concentrar nos setores mais ricos da população.

A baixa arrecadação de impostos diretos é sintomática de políticas deliberadas que acabaram privilegiando mais os donos de capital e a riqueza do que a maioria dos cidadãos. Os privilégios fiscais, indevidamente chamados de “incentivos fiscais”, acabam sendo fonte de profundas iniquidades na região. Na ALC, ser rico sai barato (do ponto de vista fiscal). Os amplos privilégios conseguidos por aqueles que

mais têm, bem como as baixas alíquotas de imposto sobre a riqueza ou a propriedade, os rendimentos de capital ou as receitas não salariais são todos mantidos.

Em países como Brasil, Colômbia, Guatemala e Venezuela, a remuneração dos assalariados têm alíquotas efetivas de tributação que correspondem aproximadamente ao dobro das aplicadas sobre os ganhos de capital. O resultado é que o esforço fiscal de uma pessoa com salário médio na ALC pode chegar a ser superior ao de uma empresa, especialmente daquelas que se encontram em setores com alta capacidade de influir nas políticas públicas, como o de mineração, o petrolífero ou o de agroexportação, que recebem generosos privilégios fiscais, mas que paradoxalmente nem sempre representam as principais fontes de emprego.

Por outro lado, setores econômicos inteiros que concentram a maioria da força de trabalho da região, como as pequenas e médias empresas (PMEs) ou a pequena agricultura, continuam recebendo ténue respaldo por meio de políticas públicas. O mesmo acontece com políticas fundamentais de combate à desigualdade, como as de redução das lacunas relativas ao gênero.

Os últimos dados disponíveis indicam que depois dos impostos diretos e das transferências monetárias públicas — pensões, subsídios e transferências em dinheiro —, os países da OCDE reduzem a desigualdade de renda quase seis vezes mais

que os países da ALC. Esse desempenho exíguo do conjunto da política fiscal mostra que a ALC não usa a política fiscal como instrumento de combate às desigualdades.

E deve fazê-lo dentro, mas também fora de suas fronteiras. Nas palavras do prêmio Nobel de economia, Joseph Stiglitz, a configuração do sistema fiscal internacional é “repulsiva, injusta e ineficiente”, pois permite a transferência artificial de lucros das grandes corporações de países que cobram impostos para paraísos fiscais por meio de estratégias de planejamento fiscal agressivo.

Desse modo, o imposto sobre a renda corporativa é fragmentado pela evasão e Elisão fiscal. Embora as cifras sejam escassas, pela própria natureza das operações, a evasão de imposto de renda corporativo é superior a 50% da arrecadação teórica em muitos países, ou seja, perde-se, por fraude fiscal, metade do que teoricamente se poderia arrecadar. Honduras, um dos países mais desiguais da região, perde por ano aproximadamente 10 bilhões de Lempiras (o equivalente a cerca de US\$ 450 milhões) por evasão e fraude fiscal.

O grande buraco negro das finanças na ALC são os paraísos fiscais. Dados filtrados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) evidenciam a dimensão do problema. O escândalo *Swissleaks* revelou que residentes latino-caribenhos acumulavam por volta de 52,6 bilhões de

dólares em contas do banco HSBC na Suíça entre 2006 e 2007. Esse montante equivale a 24% do investimento público total em saúde do conjunto da região.

Esse é só um pequeno retrato de **um** só banco, em **um** só paraíso fiscal, para **uma** única região e em **um** único ano. Apenas uma pincelada, mas suficiente para se intuir que não se trata apenas de algumas maçãs podres, mas sim de um problema sistêmico.

Para reduzir ao mínimo sua contribuição fiscal, muitas empresas transnacionais também criam estruturas corporativas complexas e sofisticadas com inúmeras filiais em cascata, que são difíceis de rastrear, e transferem artificialmente seus lucros dos países em que operam para os paraísos fiscais.

A estrutura corporativa da Telefónica revela que o grupo mantém muitas sociedades holding interpostas entre a filial que opera no país e a empresa matriz do grupo na Espanha, o que parece assinalar que as atividades da companhia nesses países são canalizadas para paraísos fiscais por meio das sociedades holding.

A Telefónica não é a única empresa a utilizar essas práticas. Com base em informações públicas divulgadas pelas empresas espanholas cotadas no índice bursátil IBEX35, a Oxfam detectou 810 filiais em paraísos fiscais.

Em 2014, o valor médio das exportações de ouro bruto de toda a ALC para a UE foi a metade

do valor alcançado pelas exportações do mesmo produto a partir dos paraísos fiscais, apesar de que alguns países da região figuram entre os 15 principais produtores e exportadores do mundo, tal como revela o estudo que a Oxfam realiza sobre os dados aduaneiros oficiais da UE.

Segundo a Comissão Europeia e a consultora PriceWaterhouseCoopers, os países em desenvolvimento poderiam aumentar sua arrecadação fiscal sobre os lucros empresariais em 40% em cinco anos se acabassem com os abusos nos preços de transferência das grandes empresas.

Tão generalizadas são essas práticas de planejamento fiscal e tão demolidores são os custos para todos os países da região e do mundo que não restou outra alternativa aos organismos internacionais senão iniciar uma reforma fiscal internacional. Em 2013, o G20 decidiu reduzir a transferência artificial de lucros para paraísos fiscais e apostou no projeto Beps (Erosão de Base Tributária e Transferência de Lucros, na sigla em inglês). Porém, essa iniciativa — desigual e pouco representativa em seu processo — não parece estar à altura das necessidades específicas da região, sobretudo as relacionadas com a fiscalidade das matérias-primas e a corrida para a redução dos incentivos fiscais ou da tributação nos países de origem ou de residência do capital. A agenda global atual é insuficiente para os interesses da ALC.

É necessária uma agenda política de cooperação verdadeira e efetiva em

matéria fiscal, de abrangência regional ou sub-regional, que resolva o problema da coexistência de múltiplos — e frouxos — marcos regulatórios e lhes complemente, proporcionando maior coerência para promover soluções plausíveis não apenas em âmbito puramente nacional.

No entanto, além da cooperação técnica e das frágeis e insuficientes conquistas das administrações tributárias nacionais, nenhuma das instituições regionais ou sub-regionais mostrou coragem ou o compromisso de incorporar essas questões entre suas prioridades.

Ainda falta muito para que se consiga um maior efeito redistributivo da riqueza e maior igualdade de renda e oportunidades por meio da política fiscal. As políticas tributárias devem ser utilizadas não apenas para arrecadar, mas para arrecadar dos setores e pessoas que acumulam os maiores lucros. Isso implica aumentar a arrecadação dos impostos sobre renda, riqueza e patrimônio e reduzir os impostos sobre o consumo. Para isso, será necessário rever os privilégios fiscais de alguns setores, reduzir a evasão e a elisão e avaliar novos impostos sobre o capital e o patrimônio.

5. É HORA DE MUDAR AS REGRAS

A redução das desigualdades — econômicas, sociais e de poder — deve ser uma prioridade absoluta para os governos e as instituições da região. Todos os recursos e políticas públicas

devem ser articulados para esse propósito. A América Latina e o Caribe requerem ações firmes, simultâneas e coordenadas de diferentes setores, que permitam:

- Romper com os modelos de concentração de riqueza, renda e terras, oferecendo dados e medindo a desigualdade em todas as avaliações de impacto das políticas públicas.
- Por fim à captura política e colocar os interesses da maioria na frente dos privilégios de algumas elites.
- Apostar em um modelo econômico e social que supere a dependência extrativista, diversificando a matriz produtiva.
- Frear o avanço da privatização na prestação de serviços públicos e reconstruir o pacto social necessário para garantir uma sociedade de direitos iguais e solidariedade.
- Garantir a igualdade de direitos e de poder entre mulheres e homens desde o projeto até a implementação das políticas e legislações.

Para que esses objetivos sejam alcançados, a Oxfam detalha em seu relatório uma série de ações concretas com as quais os governos e as instituições podem e devem se comprometer para combater a desigualdade e a pobreza. As medidas estão organizadas por âmbito de ação: captura política; igualdade de gênero; trabalho digno e salário justo; proteção social efetiva; política fiscal e tributária; orçamento e

gastos; e serviços públicos universais e de qualidade. Em resumo, educação, saúde, água e saneamento.

Essas recomendações técnicas não são nenhum segredo e continuam sendo urgentes, mas, insistimos, o debate sobre a desigualdade é essencialmente político. É hora de enfrentar a captura do Estado. As democracias devem cumprir o papel de garantir que os conflitos de interesse sejam discutidos no campo político e que seus resultados venham assegurar o respeito aos direitos bem como o benefício do conjunto da população.

Para acabar com a desigualdade, os governos devem assumir um claro compromisso com as majorias e ser capaz de se desligar dos interesses das elites políticas e econômicas. Governos e cidadãos conscientes de que não existem pobres sem ricos e que a solução para a desigualdade e a pobreza implica olhar para a outra face da moeda: a riqueza.



"Pelo pão de cada dia". Foto: © Marcela Amalia Trasviña Trejo | México | OXFAM



INTRODUÇÃO

A LUTA CONTRA A POBREZA
NÃO SERÁ POSSÍVEL SEM FREAR A
EXTREMA CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E PODER
EM POUCAS MÃOS.

**É HORA DE
MUDAR AS REGRAS!**



OXFAM

FAZ UM CHAMADO PARA UNIR AÇÕES

Nós da Oxfam fazemos um chamado aos governos da região a representar os interesses das maiorias, a unir ações e a trabalhar de maneira coordenada para construir um sistema social, político e econômico mais justo e que valorize todos os cidadãos igualmente. Com projeções de um cenário de crescimento menor nos próximos anos, os governos da América Latina e do Caribe devem redobrar esforços em sua luta pela construção de uma sociedade de IGUAIS.

**A HORA É AGORA!
É HORA DE MUDAR AS REGRAS!**



"A desigualdade é a causa e a consequência do fracasso do sistema político, e contribui com a instabilidade do nosso sistema econômico, o que, por sua vez, contribui com o aumento da desigualdade."

Joseph Stiglitz

É hora de atuar contra a desigualdade. A luta contra a pobreza e a exclusão não será possível sem por freio à extrema concentração de riqueza e poder em poucas mãos.

Durante décadas, os organismos multilaterais, os governos e as agências de cooperação priorizaram o crescimento econômico e a luta contra a pobreza como objetivos de seus debates e políticas. Na

Oxfam entendemos, depois de décadas de trabalho na América Latina e no Caribe (ALC) com organizações e movimentos sociais, que em uma região rica em recursos naturais não existem pobres sem ricos e que a solução estrutural à pobreza implica ver a outra face da moeda, ou seja, a riqueza e o poder.

Entre 2002 e 2013, a recente "década dourada" da América Latina e do Caribe, o crescimento econômico combinou-se com os altos preços das matérias-primas no mercado internacional, a redução da pobreza monetária e da desigualdade. Mas 2013 já apontou o fim dessa década de bonança e de redução da pobreza e da desigualdade. A América Latina e o Caribe continuam sendo a região mais desigual do mundo em termos de distribuição de receitas. E apesar dessa década dourada, a partir de 2011 a redução

da pobreza e da desigualdade começou a diminuir de ritmo. E isso parece ter posto ponto final a todos os avanços obtidos até o momento e ameaça gerar um amplo mal-estar social.

A América Latina e o Caribe não souberam aproveitar essa época tão favorável para realizar as mudanças estruturais necessárias para construir sociedades que gerem inclusão, que sejam mais justas e solidárias e menos dependentes da exploração de seus recursos naturais.

Um importante contingente da população ainda não consegue sair da pobreza e vive em condições de vulnerabilidade, sem um sistema de proteção social que ofereça as mínimas condições para enfrentar choques de vários tipos – redução da renda familiar, perda de emprego, doença, entre outros. Em 2013, 165 milhões de pessoas viviam em condições de pobreza, das quais 69 milhões eram indigentes¹. A concentração da renda é tamanha que os 20% mais pobres da população captam somente 5% da renda total.

A desigualdade persistente é uma ameaça ao avanço da redução da pobreza. Na Oxfam, calculamos que se a desigualdade fosse reduzida em cinco pontos em cada país entre 2011 e 2019, 17,4 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza. Por outro lado, um aumento de cinco pontos em cada um dos catorze países analisados poderia criar 18 milhões de novos pobres². As mulheres são maioria nos grupos de pobreza e pobreza

extrema. Apesar das políticas de igualdade de gênero que vêm sendo adotadas por alguns Estados, a lacuna que as separa dos homens em matéria de oportunidades e conquistas ainda é grande.

O preocupante é a tendência. Continuando assim, em 2022, o 1% mais rico entre os latino-americanos concentrará mais riqueza que os 99% restantes da população.

ESTE RELATÓRIO ANALISA AS
ARMADILHAS DA
DESIGUALDADE
NA REGIÃO, ENFATIZANDO NÃO
SOMENTE OS RESULTADOS MAS
TAMBÉM OS MECANISMOS QUE AS
PERPETUAM.

Esta distribuição desigual da riqueza e dos benefícios do crescimento econômico por uns poucos privilegiados caminha lado a lado com a concentração de poder e põe em risco a capacidade dos sistemas democráticos de representar os interesses de todos os cidadãos. Enfrentar a desigualdade significa garantir os direitos de muitos reduzindo os privilégios de poucos. São necessários governos com um claro compromisso com as maiorias, capazes de se desligar dos interesses particulares das elites políticas e econômicas para desenvolver políticas públicas que enfrentem de forma estrutural a desigualdade e a pobreza.

Na Oxfam, entendemos que as desigualdades sociais, políticas, econômicas, de gênero,



"Acahualinca", Nicarágua. Foto: © Róger Antonio Ramírez Romero | Oxfam

classe, raça, etnia, idade, religião, área de residência, sexualidade, entre outras, reforçam umas às outras reproduzindo exclusões históricas. Este texto usa o termo "desigualdade" para falar desse conjunto de fatores que intervêm de forma simultânea na exclusão de uns e no privilégio de outros.

Neste informe, priorizamos a análise da desigualdade econômica vinculada à desigualdade de poder e de gênero, apesar de sabermos que existem importantes lacunas na região com relação às desigualdades urbano-rurais ou entre grupos étnicos, e que essas desigualdades interagem com a desigualdade priorizada. A desigualdade econômica é analisada como resultado em si mesma, e também são analisadas algumas oportunidades com impacto nela, como saúde ou educação.

O informe tenta contemplar a região da América Latina e do Caribe em conjunto,

apesar de termos consciência das diferenças importantes que existem entre umas subregiões e outras, entre uns países e outros, e entre uns sistemas políticos e outros. Cada realidade é um mundo diferente que implica respostas específicas sobre a base do debate público e racional de ideias e interesses de cada sociedade. Apesar disso, o informe tenta propor debates importantes para a região como um todo, se quiserem enfrentar seriamente a pobreza e a desigualdade.

E visa sobretudo pôr sobre a mesa as perguntas essenciais. A desigualdade não é inevitável, ela é o resultado de decisões políticas e, portanto, é na política que se devem encontrar soluções. Durante os últimos anos, a região gozou de um vento

favorável que só aproveitou em parte. Mas o panorama já mudou por completo com a crise dos preços das matérias-primas que impõe à região uma ameaça aos avanços conquistados e exige que repensemos o modelo de desenvolvimento situando o debate da desigualdade no centro. A região não pode depender unicamente do vaivém de condições externas mais favoráveis. É hora de tomar o controle, aprofundando as mudanças estruturais necessárias agora, sabendo que as margens de manobra são menores, mas as necessidades são igualmente desafiantes.

O informe é dividido em seis seções:

- A primeira seção analisa a concentração extrema de riqueza, renda e terra.

- A segunda seção destaca a captura política como origem fundamental da pobreza e da desigualdade, identificando as várias formas em que as elites da região constroem e perpetuam estruturas, políticas e instituições que reproduzem a desigualdade.
- A terceira seção analisa o modelo de privatização dos serviços públicos e seus dramáticos resultados na igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, bem como na consolidação de uma sociedade solidária que aposte por um pacto de Estado pelo qual se lute coletivamente.
- A quarta seção analisa o papel do modelo extrativista e suas limitações no objetivo de construir sociedades mais iguais.
- A quinta seção reflete o universo de possibilidades para combater a desigualdade econômica, concentrando-se nas políticas públicas necessárias e possíveis para enfrentá-la em diferentes âmbitos: as políticas para enfrentar a desigualdade entre homens e mulheres, o emprego e os sistemas de proteção social, a política fiscal, a saúde e a educação de qualidade.
- Finalmente, o informe é concluído com uma seção de recomendações em que se marca como passo inicial necessário contar com a vontade política de pôr os interesses das maiorias em cima dos interesses dos privilegiados. As recomendações pretendem propor uma

rota clara e responder a uma pergunta essencial colocada desde o início: Com que medidas é possível enfrentar a luta contra a desigualdade como via fundamental para a redução da pobreza em um momento de recessão?

A Oxfam faz um chamado aos governos da região para que representem os interesses das maiorias, para que ações sejam unidas e que se trabalhe de maneira coordenada para construir um sistema social, político e econômico mais justo e que valorize todos os cidadãos igualmente. É possível quebrar estruturas, mudar normas e instituições e orientá-las à redistribuição de riqueza e à equiparação de oportunidades. Os cidadãos estão exigindo, e por isso os governos que iniciarem essas mudanças contarão com o apoio da cidadania. Chamamos os cidadãos a erguer sua voz e a utilizar seu poder social e político para exigir essas mudanças. Em um cenário de menor crescimento projetado para os próximos anos, os governos da América Latina e do Caribe devem redobrar esforços em sua luta pela construção de uma sociedade de IGUAIS.

A hora é agora, é hora de mudar as regras!

CAPÍTULO

1



**CONCENTRAÇÃO
EXTREMA,
DESIGUALDADE
EXTREMA**



POR QUE FALAR DE DESIGUALDADE HOJE?

A pobreza e a desigualdade econômica são intimamente relacionadas. Sem enfrentar a desigualdade de forma contundente, os

avanços na redução da pobreza que a região experimentou estão em risco.

Os governos da América Latina e do Caribe reduziram a pobreza monetária de forma significativa entre 2002 e 2012. Se em 2002 44% da população da região era pobre, em 2012 esse número caiu para 28%; uma redução de aproximadamente 65 milhões de pessoas em 10 anos³. Nessa época, a desigualdade de renda também caiu, apesar que de maneira mais modesta.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a desigualdade de renda per capita medida pelo Índice de Gini diminuiu 10%⁴ de 0,54 em 1999 0,486 em 2013.

Esses resultados foram possíveis graças ao crescimento da economia seguindo a alta dos preços das matérias-primas em meio a um contexto de estabilidade macroeconômica. Além disso, um número crescente de governos que por um lado adotaram políticas financeiras e fiscais mais prudentes e equitativas e, por outro, propiciaram a expansão da educação secundária, o impulso de programas de proteção social e mudanças em políticas trabalhistas.



“Trabalhando sem remuneração”. Foto: © Carlos Ronquillo Pombar | Ecuador | OXFAM

Mesmo assim, a pobreza persiste. Em 2013 165 milhões de pessoas – mais de um quarto da população da região – eram pobres, dos quais 69 milhões viviam em indigência⁵. Além disso, 200 milhões de pessoas estão em risco de cair de novo para a pobreza⁶ por sua situação de vulnerabilidade.

Os dados de 2013 já sinalizam o fim dessa etapa de bonança e redução da pobreza. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na América Latina e no Caribe apresenta uma desaceleração: de um crescimento de 2,9% em 2012 a um de 2,5% em 2013⁷ e em 2014 chegou a 1,1%. Para 2015, o prognóstico atual é que o ano se encerre com um crescimento médio para a região de somente 0,5% continuando a queda iniciada em 2011⁸. Além disso, em 2013, os dados sobre pobreza já indicavam resultados inquietantes comparados aos de 2012, em relação ao aumento do número de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza e pobreza extrema⁹.

A diminuição da desigualdade é um elemento fundamental na redução da pobreza. Na Oxfam, calculamos que se a desigualdade fosse reduzida em cinco pontos em cada país entre 2011 e 2019, 17,4 milhões de pessoas poderiam sair da pobreza na região. Ao contrário, um aumento de cinco pontos em cada um dos catorze países latino-caribenhos sobre os quais há dados disponíveis poderia dar lugar a 18 milhões de novos pobres¹⁰.

A desigualdade não é só danosa para as pessoas mais pobres; mas também para o conjunto da sociedade. Não é à toa que a América Latina e o Caribe são ao mesmo tempo a região mais desigual do mundo e a mais insegura fora das zonas em guerra. Das 50 cidades mais perigosas do planeta, 41 estão nessa região e um de cada três assassinatos ocorridos no mundo entre 2000 e 2014 foram na América Latina e no Caribe¹¹.

Um estudo de caso realizado em mais de dois mil municípios mexicanos identificou um vínculo direto entre a desigualdade e a delinquência. Com dados obtidos entre 2005 e 2010, estimou-se que o aumento de um ponto percentual no Índice de Gini implicou no âmbito municipal em cinco homicídios a mais em cada 100 mil habitantes¹².

Um recente estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) prova que o crescimento econômico de um país aumenta quando cresce o percentual de renda total dos pobres e da classe média. Por outro lado, se o que

aumenta é o percentual de renda dos mais ricos, a economia desse país é reduzida¹³.

A desigualdade já não é somente um problema das pessoas mais excluídas, mas também é contra os interesses de toda a sociedade, incluindo os mais ricos.

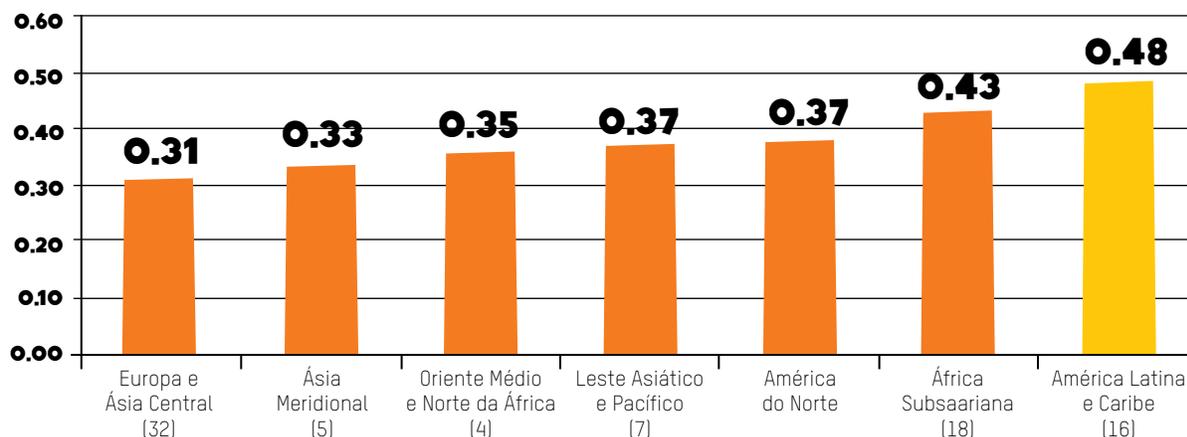
Apesar de tudo o que foi dito acima, durante a última década de crescimento econômico (2000-2010) os governos da região, assim como entidades influentes como o Banco Mundial (BM) e o FMI, concentraram sua atenção na pobreza e no crescimento, e não na desigualdade. Nos últimos anos, o BM e o FMI aumentaram sua atenção aos efeitos da desigualdade econômica e de gênero, apesar de ainda ser necessário esperar para ver como isso será traduzido em mudanças concretas nos conselhos que dão aos países.

A desigualdade é um conceito relacional. Facilita a compreensão da realidade de forma integral e dinâmica em que se visualizam os conflitos de interesses e as lutas de poder. Permite-nos superar a visão reducionista que dominou a elaboração de políticas públicas que somente via a pobreza como um problema a ser superado sem olhar também para os privilégios e avaliar como podemos criar sociedades que garantam direitos aos cidadãos de forma igual, de modo a acabar com a pobreza de forma estrutural e sustentável.

O debate sobre a desigualdade é essencialmente político: trata do conflito entre ideias e interesses como parte

GRÁFICO 1.1

ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA POR REGIÃO, 2012



Fonte: FAO: Censo Agropecuário Mundial (CAM), 1990

essencial dos processos democráticos. As democracias devem cumprir a função de garantir que os conflitos de interesses sejam discutidos na arena pública e que seus resultados levem à garantia do respeito aos direitos humanos e do benefício das maiorias.

RENDA, RIQUEZA E TERRA: DESIGUALDADE EXTREMA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Para calcular a desigualdade econômica de um país ou de uma região, costuma-se levar em conta a renda per capita e a riqueza.

Para medir a renda per capita, são registradas as rendas anuais de todas as pessoas, o que é um dado não cumulativo. E para medir a riqueza, somam-se os ativos financeiros e não financeiros. Do resultado, subtrai-se a

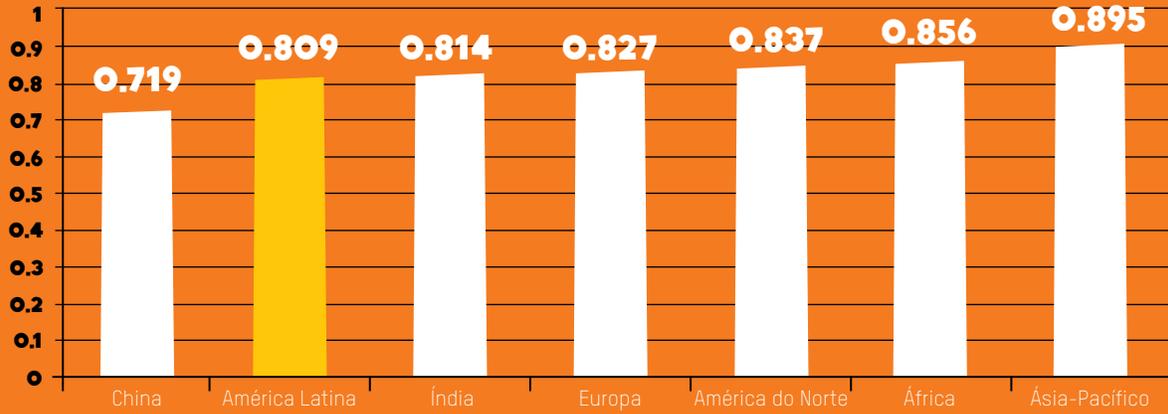
dívida. Esse dado tem um forte componente cumulativo vinculado à herança de terras, propriedades, imóveis, ativos financeiros e não financeiros.

Mas para falar de desigualdade na América Latina e no Caribe, além de levar em conta a renda e a riqueza, é preciso analisar a concentração da propriedade da terra como uma de suas causas estruturais. Desde a colônia, a posse da terra em poucas mãos determinou em grande medida a concentração da riqueza.

Nos Gráficos 1.1, 1.2 e 1.3 observa-se a desigualdade de renda, riqueza e terra nas diferentes regiões do mundo medidas pelo Índice de Gini. Quando esse índice chega a 1 significa que uma só pessoa concentra toda a renda, a riqueza ou a terra. Quando chega a 0 significa que todas as pessoas do país têm igual renda, riqueza ou terra.

GRÁFICO 1.2

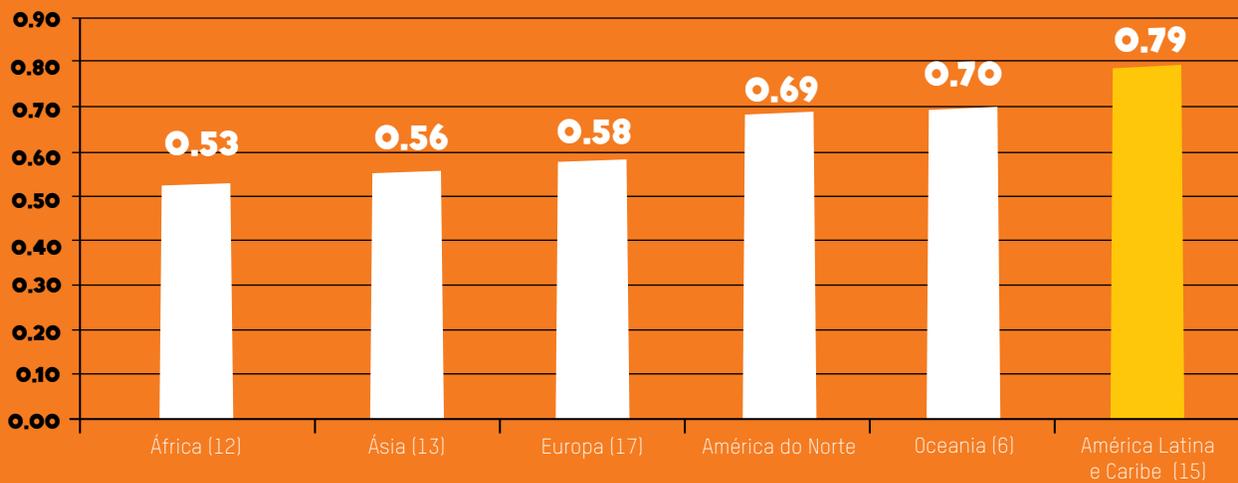
ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA POR REGIÃO, 2014



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Credit Suisse Global Wealth Report 2014.

GRÁFICO 1.3

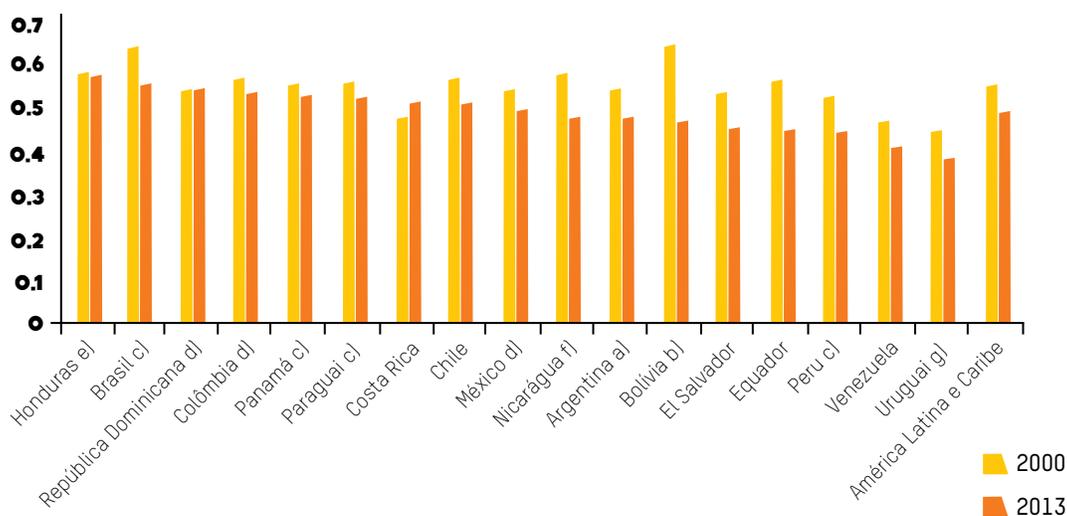
ÍNDICE DE GINI DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA POR REGIÃO, CERCA DE 1990



Fonte: Elaboração própria com base em informações do Banco Mundial. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=poverty-and-equity-database&Type=TABLE>

GRÁFICO 2.

ÍNDICE DE GINI DE RENDA DE PAÍSES SELECIONADOS DA ALC, APROXIMADAMENTE 2000-APROXIMADAMENTE 2013



Fonte: CEPALSTAT.

Notas: a) Área urbana e 2012, b) 2011, c) 2001, d) 2002, e) 2001, f) 2001 e 2009, g) Área urbana.

Em termos de renda, a América Latina e o Caribe são a região mais desigual do mundo seguida dos países subsaarianos¹⁴. Em riqueza e patrimônio, a desigualdade também é muito alta, apesar de inferior àquela de outras regiões. Sobre a posse da terra, a América Latina ocupa novamente o primeiro lugar em desigualdade.

DESIGUALDADE DE RENDA*

Apesar da extrema desigualdade na renda per capita, entre 2000 e 2013 a maioria dos países da região experimentou uma melhora na distribuição da renda (ver Gráfico 2). A redução da desigualdade foi especialmente significativa na Bolívia e, em

menor medida, no Equador e na Nicarágua. Nesse mesmo período, a desigualdade aumentou na República Dominicana e na Costa Rica. Países como Honduras, Brasil, República Dominicana e Colômbia ainda superam a média regional. Esses dados demonstram que a desigualdade de renda não é inevitável e pode ser corrigida. Como veremos adiante, os países que adotam políticas públicas adequadas conseguem uma maior capacidade redistributiva.

DESIGUALDADE DE RIQUEZA

Em 2014, o Índice Gini da riqueza na América Latina era de 0,895¹⁵, o que significa que a riqueza e a propriedade concentram-se

* É importante notar que existem diversas fontes e metodologias para medir a desigualdade. As diferentes cifras das diversas fontes não implicam necessariamente em erros ou contradições. Os resultados diferentes podem corresponder simplesmente a metodologias ou anos de estudo distintos.

em muito poucas mãos. O preocupante é que de 2000 a 2014, em toda a região, essa tendência mostra uma piora, portanto não cabe pensar em mudanças se não forem introduzidas reformas significativas.

A riqueza na América Latina está fortemente vinculada aos ativos não financeiros; isto é, à propriedade da casa e da terra, que somam 64% da riqueza total¹⁶. Com exceção da Índia, a América Latina é a região do mundo onde esse componente tem maior peso sobre a riqueza total, seguido pela Europa, com 8 pontos de diferença. Por essa razão, o estudo e as políticas de enfrentamento da desigualdade de terra na região são determinantes se se quer combater a desigualdade econômica.

A DESIGUALDADE EXTREMA, MUITO POCOS OS PRIVILEGIADOS

Para entender o que significa a desigualdade extrema, focaremos dois grupos: os que concentram renda e riqueza, e os que não. Lamentavelmente, não existem dados sobre a posse da terra suficientemente desagregados.

RENDA E RIQUEZA POR DECIL

A lacuna entre a renda dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres da população continua sendo escandalosa. Os 10% mais pobres da população da região concentram níveis tão baixos de renda que em 2013 alcançavam mísero 1,3%¹⁷ do total regional. É certo que

na maioria dos países da região aumentou o pedaço que os mais pobres obtêm, mas é um aumento tão mínimo que é somente a metade do que retêm a população pobre em países de outras regiões do mundo¹⁸. Entretanto, os 10% com renda mais alta na América Latina concentram 37%¹⁹ da renda total. É importante levar em conta que os dados muitas vezes subrepresentam a realidade, especialmente a dos estratos mais altos e mais baixos de renda, pois são difíceis de captar em uma pesquisa. Ou seja, a realidade da desigualdade econômica é ainda maior do que aquela mostrada por esses dados.

Novamente, quando nos concentramos em riqueza e patrimônio os dados tornam-se mais extremos. Em 2014, os 10% mais ricos acumulavam 70,8% da riqueza e do patrimônio da região. A concentração é tão radical que em 2014 a metade da população mais pobre da região acumulava somente 3,2% da riqueza e do patrimônio, e 70% da população mais pobre alcançava somente 10% (ver Gráfico 3).

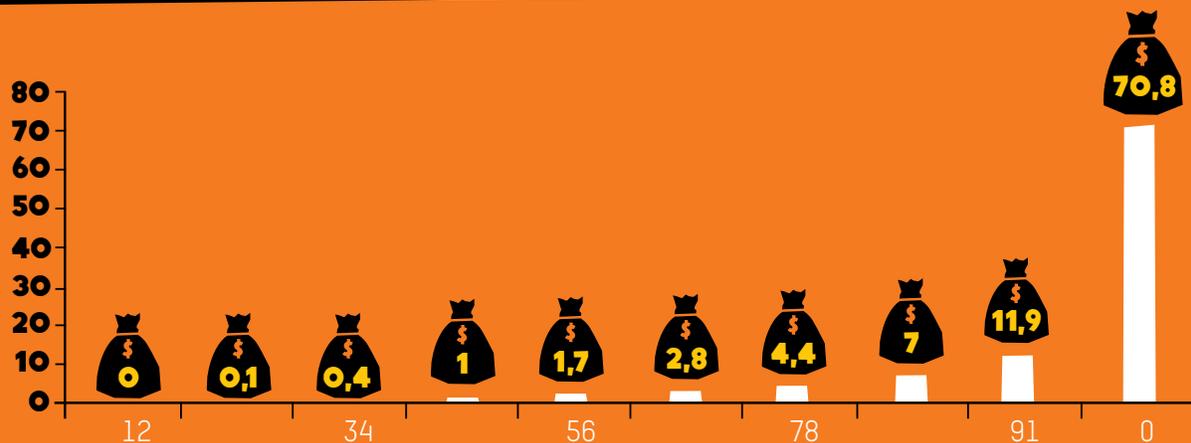
RENDA E RIQUEZA DOS 1% MAIS RICOS

Se continuamos limitando nosso foco, a situação continua a se agravar. Somente o 1% mais rico dos colombianos concentram 20% da renda do país.

Na Argentina, a cifra chega a 17% e no Uruguai a 14%²⁰. Se considerarmos o último ano disponível no Top Income Database, esses três países latino-americanos lideram

GRÁFICO 3.

PORCENTAGEM (%) DE RIQUEZA E DE PATRIMÔNIO POR DECIL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, 2014



Fonte: Credit Suisse, 2014.



**EM MUITOS PAÍSES, OS MAIS POBRES
APRESENTAM**

**UMA RIQUEZA NEGATIVA
OU SEJA, NÃO SÓ NÃO TÊM NADA, MAS AINDA DEVEM**

a lista de maior concentração do mundo; os três situam-se entre os cinco mais desiguais e a Colômbia ocupa o desonroso primeiro lugar (ver Gráfico 4).

Campos, Esquivel e Chávez (2014)²¹ estimaram a porcentagem da renda total que corresponde ao 1% da população com maior renda no México no ano de 2012 e a compararam com o percentual dos outros países incluídos no Top Income Database. As cifras revelam que o México é o país da amostra onde os 1% mais ricos detêm o maior percentual da renda total —21%—²². Em qualquer das duas metodologias, os quatro países latino-americanos dos quais se tem dados lideram a lista de concentração de renda em somente 1% da população.

Em riqueza e patrimônio, os dados revelam uma situação de desigualdade ainda mais

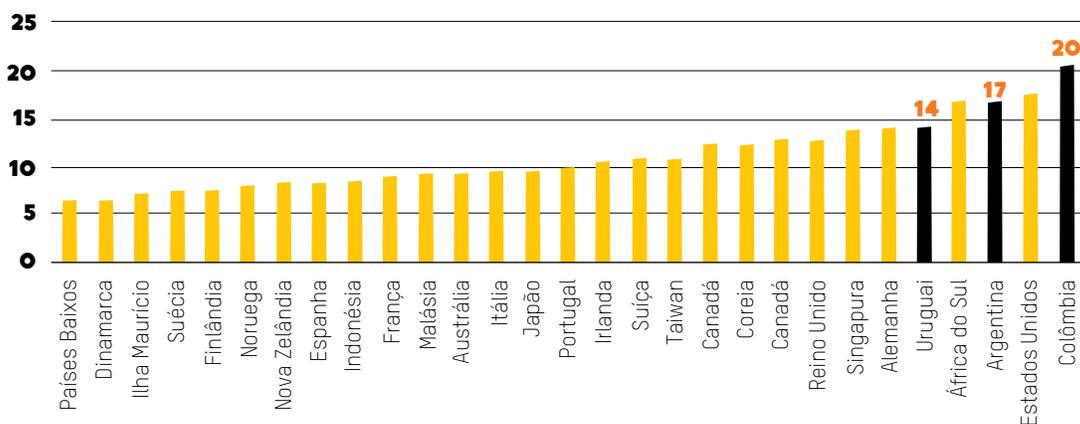
profunda. Em 2014, o 1% mais rico possuía 41% da riqueza da América Latina e do Caribe, enquanto os 99% restantes tiveram que dividir os 59%²³. Se essa tendência continuar, nos próximos oito anos (até 2022), o 1% mais rico terá mais riqueza (cerca de 51%) que os 99% restantes (49%)²⁴. (ver Gráfico 5).

RIQUEZA DOS ULTRA RICOS

Entre os mais ricos há também privilegiados. Somente 32 pessoas acumulam a mesma riqueza que os 50% mais pobres da população da região²⁵. De 2002 a 2015, a riqueza dos bilionários* da América Latina e do Caribe, que a *Forbes* agrupa em uma lista, cresceu em média 21% por ano. O que significa um crescimento seis vezes superior ao do PIB, que foi de 3,5 %por ano²⁶, e 6% mais alto que o crescimento da riqueza no

GRÁFICO 4.

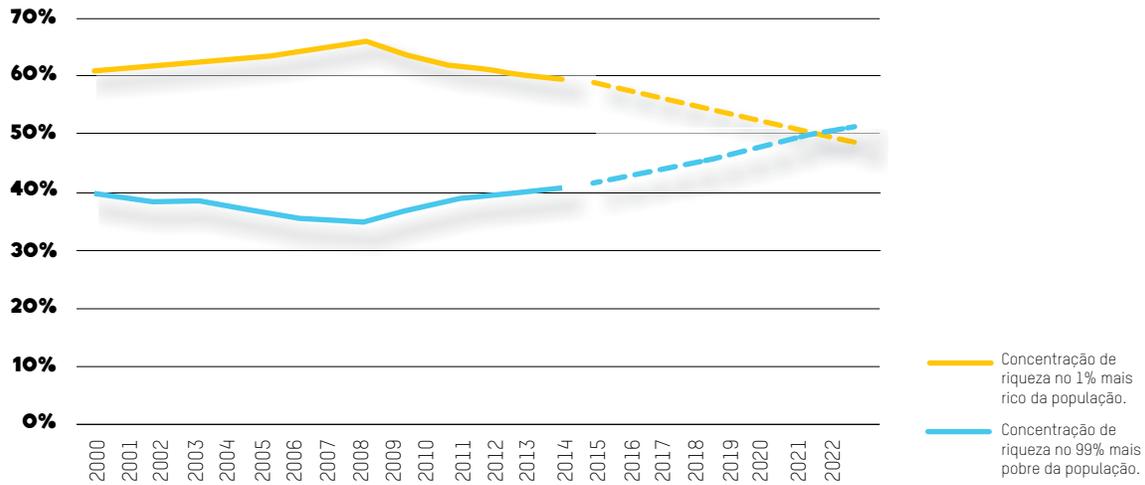
PARTICIPAÇÃO NA RENDA TOTAL DO 1% MAIS RICO, ÚLTIMO ANO DISPONÍVEL EM PORCENTAGEM (%)



Fonte: Elaboração própria, com base em The World Top Income Database.

GRÁFICO 5.

TEMPO QUE LEVARIA PARA QUE O 1% MAIS RICO DA POPULAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE CHEGASSE A TER MAIS RIQUEZA QUE OS 99% RESTANTES



Fonte: Cálculo próprio com base em Credit Suisse 2014.

resto do mundo. Ou seja, uma grande parte do crescimento econômico está sendo capturada única e exclusivamente pelos mais ricos, o que aprofunda ainda mais as lacunas da desigualdade.

As mulheres representam somente 21% das bilionárias da *Forbes* em 2015. A desigualdade entre homens e mulheres ocorre não somente nos estratos de renda mais baixa, mas também naqueles de renda mais alta.

Dos países incluídos na lista da *Forbes*, três da região concentram 88% da riqueza dos bilionários: o Brasil, com 44% da riqueza e 53% dos bilionários; o México, com 35% da

riqueza e 16% dos bilionários; e o Chile, com 10% da riqueza e 12% dos bilionários.

Em 2015 havia 101 latino-americanos que, segundo a *Forbes*, acumulavam fortunas de mais de 1 bilhão de dólares. Para ajudar a entender a magnitude da riqueza acumulada por essas 101 pessoas, mostramos algumas equivalências (ver lista dos 10 mais ricos no Anexo 1):²⁷

- A riqueza dos 101 bilionários da América Latina seria suficiente para erradicar a pobreza monetária no Equador, em El Salvador, na Nicarágua, no Paraguai, no Peru e na República Dominicana.
- A riqueza dos 54 bilionários do Brasil é

* Pessoas com fortunas superiores a US\$ 1 bilhão, incluídas na lista da *Forbes*. Mais adiante, o termo bilionário é utilizado para referir-se a pessoas com ativos líquidos superiores a US\$ 30 milhões compiladas pelo *UBS 2014 World Ultra Wealth Report*.

equivalente a 2,7 vezes o investimento público em saúde do país.

- A riqueza dos 16 bilionários do México é equivalente a 3,6 vezes o investimento público em saúde.

No Relatório de Ultra Riqueza de 2014 há uma lista do número de pessoas com um patrimônio líquido superior a 30 milhões de dólares, as quais denominaremos multimilionários (ver Tabela 1). Em 2014, havia na América Latina e

no Caribe 14.805 pessoas com riqueza líquida individual de mais de 30 milhões de dólares. Na tabela a seguir é possível compreender o tamanho dessa riqueza a partir de algumas comparações:

- A riqueza das 14.805 pessoas com fortunas de 30 milhões de dólares ou mais é equivalente ao dinheiro necessário para eliminar a pobreza monetária de Brasil, Colômbia, El Salvador,



TABELA 1.

RIQUEZA DOS MULTIMILIONÁRIOS DA ALC 2014 E EQUIVALÊNCIAS COM OUTRAS VARIÁVEIS

PAÍSES	2014		2013-2014		2014	2010-2014	2013
	#multi-milionários	Volume de riqueza (US\$ bilhões)	% Aumento # de multimilionários	% Aumento da riqueza	Vezes que a fortuna de multimilionários é superior ao investimento público em saúde	Vezes que a fortuna de multimilionários é superior ao investimento público em educação	Riqueza multimilionários/ PIB
Argentina	1.185	160	6,8%	6,7%	5,3	0,5	26%
Bolívia	245	30	19,5%	20,0%	20,5	17,3	98%
Brasil	4.225	820	5,2%	6,5%	7,8	6,6	37%
Chile	515	75	0,0%	15,4%	7,4	6,1	27%
Colômbia	670	85	5,5%	6,3%	4,3	4,6	22%
Costa Rica	100	14	0,0%	0,0%	0,4	4,1	3%
Equador	280	30	5,7%	0,0%	9,3	7,8	32%
El Salvador	160	21	6,7%	5,0%	18,8	26,7	87%
Guatemala	260	30	6,1%	0,0%	22,9	21,3	56%
Honduras	225	30	4,7%	0,0%	37,7	27,4	162%
México	3.470	460	3,1%	3,4%	11,4	7,7	36%
Nicarágua	210	30	5,0%	11,1%	59,4	76,3	267%
Panamá	120	17	4,3%	6,3%	8,1	15,5	40%
Paraguai	190	25	8,6%	0,0%	24,9	19,9	86%
Peru	515	65	9,6%	8,3%	-	9,7	32%
Rep. Dominicana	265	30	6,0%	0,0%	17,4	12,9	49%
Uruguai	125	18	4,2%	5,9%	5,2	8,7	32%
Venezuela	455	60	4,6%	9,1%	14,2	-	14%
ALC	14.805	2.225	4,6%	5,6%	8,5	4,6	35%

Notas: a) Agrega a riqueza das pessoas com um patrimônio líquido ultra alto, definido como aqueles com ativos líquidos superiores a US\$30 milhões.

Fonte: a) UBS 2014 World Ultra Wealth Report 2014.

b) PIB (2013) Gasto público em saúde (2013) e educação (2010-2014 último dado disponível por país): <http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/lab1/overview> (última data de entrada 20/06/2015).

Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Peru.²⁸

- A riqueza dos 245 bolivianos com fortunas de 30 milhões de dólares ou mais é equivalente a 21 vezes o gasto público em saúde do país.
- A riqueza dos 210 nicaraguenses com fortunas de 30 milhões de dólares ou mais é equivalente a 76 vezes o gasto público em educação de seu país.
- A riqueza dos 225 hondurenhos com fortunas de 30 milhões de dólares ou mais é equivalente a 1,5 vezes o PIB do país.

O rendimento anual da fortuna dos multimilionários é uma aproximação da sua renda. A Oxfam calculou o rendimento anual da fortuna de uma pessoa pertencente ao grupo dos multimilionários de cada país para comparar com a renda anual de uma pessoa pertencente aos 20% mais pobres de cada país. Os resultados são contundentes e revelam a concentração extrema. No [Gráfico 6](#), é exibido o resultado por país, e no [Anexo 1](#) explica-se a metodologia utilizada.

Em Honduras, um multimilionário ganha por ano em média 16.460 vezes o que ganha em média uma pessoa do grupo dos 20% mais pobres. A Venezuela é o país onde essa relação é mais baixa. A renda média de um multimilionário venezuelano é 1.013 vezes a renda de uma pessoa do quintil mais pobre.



“Maquiagem Colorida”. Foto: © Alejandro Alberto Andrade Vera | OXFAM

DESIGUALDADE NA POSSE DA TERRA

Na América Latina, a concentração de terra em poucas mãos é a maior do mundo²⁹.

Entre 1980 e 1994, a desigualdade na posse da terra agrícola registrou um Índice de Gini de 0,81. Nos países desenvolvidos, a concentração tinha um valor menor de 0,6.

Durante séculos, os títulos de grandes propriedades foram passando de pais a filhos, o que historicamente reproduziu a desigualdade e permitiu a acumulação de rendas e riquezas em mãos de poucos.

Desde os anos 1980, foi notória a concentração da terra em poucas mãos em todos os países da região. Os índices

GRÁFICO 6.

RELAÇÃO DA RENDA ANUAL PER CAPITA DOS MULTIMILIONÁRIOS/RENDA ANUAL PER CAPITA DO QUINTIL MAIS POBRE, 2014



Fonte: Elaboração própria com base em dados da CEPAL, WEALTH X, Credit Suisse e Banco Mundial.

Notas:

d/ Participação percentual na renda nacional do 1º quintil de 2012 e somente para a área urbana;

e/ Participação percentual na renda nacional do 1º quintil de 2011;

f/ Participação percentual na renda nacional do 1º quintil de 2006;

g/ Participação percentual na renda nacional do 1º quintil de 2010;

h/ Participação percentual na renda nacional do 1º quintil de 2012;

i/ Participação percentual na renda nacional do 1º quintil de 2009.

de Gini aplicados à distribuição da terra entre 1980 e 1994³¹ mostraram uma alta desigualdade com valores superiores a 0,6 em todos os casos. Inclusive, alcançaram valores superiores a 0,8 na Argentina e no Brasil.

É necessário considerar que o Gini expressa somente uma aproximação da desigualdade na propriedade das terras devido à imprecisão que implica excluir aspectos tais como o uso dessas propriedades e a qualidade da terra para a produção agrícola.

A alta concentração da terra não parece ter mudado de maneira substancial no novo milênio. Estatísticas disponíveis mais recentes em alguns países sinalizam os seguintes Índices de Gini: 0,94 para o Paraguai em 2008, 0,86 para o Brasil em 2006, 0,84 para o Uruguai e 0,81 para o Equador em 2000.

No caso do Paraguai, este índice assume que 80% das terras agrícolas estão nas mãos do 1,6% de proprietários da terra. Na Guatemala, estima-se que 80% das terras agrícolas pertençam unicamente a 8%

dos produtores, enquanto meio milhão de famílias rurais não possuem terra³³.

Vários estudos concluem que um dos problemas que mais dificultam a orientação de políticas para uma distribuição mais equitativa da terra tem a ver com a ausência de informações, ou informações inadequadas e inoportunas sobre o tema. Mas, como detalhado no [Capítulo 2](#), existem evidências de como os grandes proprietários realizaram muitos esforços para evitar e limitar o desenvolvimento de reformas agrárias que mudariam substancialmente esse panorama da posse da terra.

As reformas agrárias empreendidas em muitos países latino-americanos durante os últimos dois séculos deram lugar a uma certa democratização da propriedade da terra, mas enfrentaram obstáculos sistemáticos por parte das oligarquias econômicas, careceram de continuidade ou não conseguiram fortalecer a pequena produção. Quando o papel do Estado se reduziu durante os anos 1990, os governos reorientaram suas políticas agrárias para estimular o mercado de terras, o que em muitos casos significou reverter os processos redistributivos³⁴.

Na Oxfam, realizamos um amplo trabalho de investigação sobre as implicações dos investimentos em grande escala baseados na terra e suas repercussões em países em desenvolvimento. Os casos estudados incluem algumas corporações e empresas norte-americanas de soja no Paraguai,

óleo de palma na Guatemala, e milho e soja na Colômbia³⁵. Os efeitos das condições nas quais ocorrem as aquisições de terra dessas grandes corporações afeta as pessoas que vivem no território vendido, especialmente os pequenos produtores em seu acesso à terra, sua segurança alimentar e as condições de trabalho e ambientais nas plantações envolvidas. Em muitos casos, as comunidades locais foram transferidas involuntariamente ou, quando isso não ocorreu, os pequenos proprietários se viram prejudicados pelos efeitos ambientais e por problemas de saúde associados ao uso de agrotóxicos.

Recentemente na Colômbia, por meio de artimanhas jurídicas para desviar da lei agrária vigente, a terra que deveria ser entregue a agricultores terminou nas mãos da empresa Cargill, a maior comercializadora de matérias-primas agrícolas do mundo, de origem norte-americana^{36,37}. Na Guatemala, os trabalhadores rurais foram convertidos em trabalhadores sazonais mal remunerados e em condições de trabalho inseguras, produto das reformas agrárias. No Paraguai, o uso intensivo de pesticidas para a soja nas macropropriedades está deteriorando a saúde e as condições de vida das famílias que residem nos arredores das plantações³⁸. E no Peru, o projeto de irrigação Chavimochic, promovido durante o governo de Alan García, acabou beneficiando majoritariamente os grandes proprietários ([Ver Quadro 1](#)).

Os esforços realizados pelas empresas para compensar os problemas ocasionados

QUADRO 1.



RECONCENTRANDO A TERRA NO PERU

As políticas implementadas no Peru desde os anos 1990 apontaram para o favorecimento do grande investidor privado, considerado o principal gerador de empregos e riqueza. Essa visão também se reflete no setor agrário: os grandes agronegócios foram os principais beneficiários de subsídios e promoções, enquanto os pequenos produtores agrários receberam apoio estatal insuficiente.

O reflexo dessas políticas agrárias é o processo de reconcentração de terras que vem ocorrendo no campo, particularmente no litoral, onde são escassas as terras com acesso adequado à água. No final da década passada, estimava-se que 34 grandes proprietários possuíam aproximadamente 226 mil hectares no litoral peruano³⁹.

Esses investidores aproveitaram as vantagens não só de seu poder financeiro, mas também do apoio estatal e vêm acumulando gradativamente as terras agrícolas por meio de operações tão controversas como a venda de terras do projeto de irrigação Chavimochic durante o governo de Alan García.

Chavimochic é um grande projeto estatal de irrigação que entre 1994 e 2006 ampliou a fronteira agrícola irrigando cerca de 44 mil hectares do deserto litorâneo. As terras do Chavimochic, que receberam fundos públicos, deveriam ter sido priorizadas para os pequenos e médios produtores. No entanto, as condições estabelecidas pelo Estado para o leilão das terras – incluindo a extensão do lote e o compromisso de investimento – transformaram-se, na prática, em barreiras que priorizaram a grande empresa.

Consequentemente, a maioria das terras do Chavimochic acabaram nas mãos de onze investidores, que acumularam quase 38 mil hectares — que somam 86% de toda a terra beneficiada —, com lotes individuais de mais de 1.300 hectares e que em um caso chegaram a 10 mil hectares. Ao mesmo tempo, os pequenos produtores tiveram acesso aos 14% restantes da terra⁴⁰.

O que aconteceu com o Chavimochic não é um caso isolado. Em 2012, no projeto de irrigação Olmos, no norte do Peru, somente dois grupos empresariais obtiveram 70% dos 28 mil hectares beneficiados⁴¹.

Os casos Chavimochic e Olmos, em que com recursos do tesouro público foram financiadas terras para o grande negócio agroindustrial, são exemplos da desigualdade das políticas agrárias no Peru, as quais perpetuam e aprofundam a exclusão e a desigualdade no campo.

Fonte: Elaborado por Armando Mendoza, pesquisador da Oxfam no Peru.

fracassaram devido à falha estrutural de um modelo de produção que fortalece a concentração da terra, limita o acesso ao uso de recursos, degrada o meio ambiente e afeta a saúde da população local, mediante relações de exploração do trabalho, entre outras⁴².

DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES: UM PROBLEMA ESTRUTURAL

As mulheres continuam sendo o coletivo mais excluído. Não importa a dimensão analisada, olhando dentro de cada quintil ou decil; revisando a lista do 1% mais

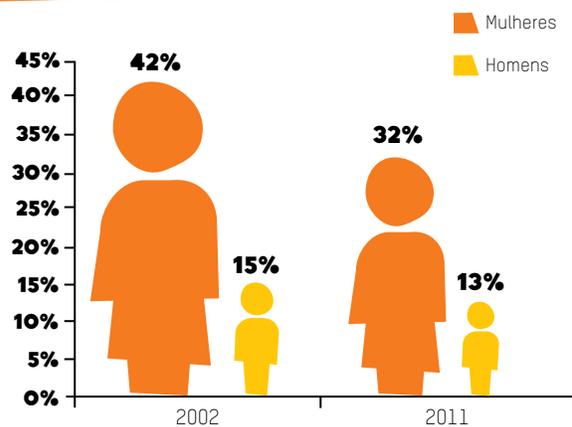
rico ou das 101 pessoas mais ricas da América Latina; tampouco importa se é medido dentro da população rural ou urbana.

A raiz das desigualdades de gênero são as relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Esta concentração de poder tem garantido uma institucionalidade e determinadas relações sociais que reproduzem, aprofundam as desigualdades e garantem o domínio e o controle sobre as mulheres e seus corpos.

A dimensão econômica é uma das formas em que se manifesta a extrema desigualdade estrutural. Há mais mulheres pobres do que homens pobres. Em todos os países, salvo em Honduras, o índice de feminilidade da pobreza extrema em 2013 era superior a 100: eram mais mulheres pobres do que homens pobres. Não obstante, houve avanços na

GRÁFICO 7.

% DE HOMENS E MULHERES SEM RENDA PRÓPRIA NA ALC, 2002, 2011



Fonte: Elaboração própria com base em CEPAL 2014.

última década. Por exemplo, a porcentagem de mulheres sem renda própria na região baixou de 42% em 2002 para 32% em 2011. Enquanto que a taxa de homens sem renda baixou de 15% para 13% (ver Gráfico 7).

Os fatores que incidem na perpetuação das desigualdades entre homens e mulheres são de caráter estrutural e reproduzem exclusões históricas. Por exemplo, apesar dos avanços obtidos em âmbitos como acesso, cobertura e conclusão da educação primária e secundária, existem claras evidências de que, quando as mulheres têm acesso ao mercado de trabalho, a maioria obtém os empregos com a pior remuneração e em condições de trabalho precárias, e isso cria e reproduz exclusões importantes. Calcula-se que as mulheres recebem em média 22% menos de renda salarial que os homens recebem^{43,44}. A desigualdade entre

homens e mulheres foi priorizada neste relatório, de modo que cada capítulo e seção abordarão as diferentes exclusões que afetam de forma particular as mulheres.

EM RESUMO

Existem claros vínculos entre a pobreza e a desigualdade. Não enfrentar a desigualdade implica em não reduzir a pobreza de forma estrutural. A desigualdade da região é extrema. A riqueza, a terra e a renda se concentram em poucas mãos.

Mãos que aumentam sua fortuna a um ritmo desproporcional em relação ao resto da população. Diante das projeções de desaceleração do crescimento econômico nos próximos anos, será necessário um claro compromisso dos governos para enfrentar a desigualdade se não quiserem reverter os avanços alcançados na redução da pobreza — é uma necessidade inquestionável na região do ponto de vista ético, político, social e econômico. As políticas que enfrentam a desigualdade econômica são detalhadas e analisadas no Capítulo 6.

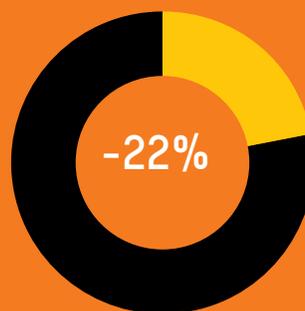


"Mamãe". Foto: © Randy Rodriguez Pages | Cuba | OXFAM



HÁ MAIS MULHERES POBRES

**DO QUE HOMENS POBRES.
ESTIMA-SE QUE AS MULHERES
RECEBEM EM MÉDIA**



**DA REMUNERAÇÃO
DOS HOMENS**

CAPÍTULO

2



CAPTURA POLÍTICA E DESIGUALDADE



A extrema concentração da riqueza, que anda de mãos dadas com a extrema concentração do poder, perverte as instituições e os processos políticos e os submete ao serviço dos interesses das elites, e não dos cidadãos. Este processo criou sistemas democráticos nos quais, às vezes, uns poucos elaboram as políticas públicas em seu próprio benefício, o que contribui para o círculo vicioso da reprodução das desigualdades e dá lugar a desequilíbrios no exercício dos direitos e na representação política.

Quando falamos na Oxfam sobre captura política, nos referimos a um processo no qual uma elite coopta, corrompe ou desvirtua a natureza das instituições democráticas para induzir a geração de políticas que mantêm a posição privilegiada de tal elite na sociedade. Esta captura supõe a acumulação perpétua de riqueza, renda e poder nas mãos

dos mesmos, e a utilização do Estado em benefício de poucos, e não dos cidadãos em geral. Portanto, impede a redução da desigualdade de oportunidades. Enquanto houver concentração de riqueza e poder, haverá políticas excludentes que minarão qualquer esforço que se faça para reduzir a pobreza e a desigualdade.

As sociedades da América Latina e do Caribe perderam muitas vidas enfrentando as ditaduras e buscando o desenvolvimento das instituições democráticas. Ainda que, em termos gerais, houvesse avanço. Apesar dos avanços no estabelecimento de sistemas eleitorais mais estáveis, as desigualdades



"A descolocada". Foto: © Olga Almánzar | República Dominicana | OXFAM

de poder, renda, educação, gênero ou etnia não desapareceram e, conseqüentemente, a democracia também foi limitada.

A captura política por parte das elites impede que os sistemas democráticos garantam direitos iguais a todos os cidadãos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é clara: os direitos são indivisíveis e interdependentes, e os sistemas democráticos devem assegurar a garantia progressiva de todos eles. Os níveis de desigualdade que esta região demonstra evidenciam a debilidade dos sistemas democráticos para garantir a igualdade dos direitos. Por essa razão, falar da captura política é apontar o uso do Estado para benefício de poucos e não da cidadania em seu conjunto. O que reproduz sociedades com setores privilegiados e excluídos, com cidadãos de primeira e de segunda classe.

A institucionalidade democrática enfraquecida é solo fértil para a criminalização

da participação cidadã e fechamento de espaços de deliberação pública que são tão necessários para a democracia. De fato, em muitas ocasiões, são processos concomitantes.

QUANDO HÁ DESIGUALDADE ECONÔMICA, AS PESSOAS QUESTIONAM O SISTEMA DEMOCRÁTICO

A qualidade da democracia e os níveis de desigualdade econômica e social estão intimamente relacionados. Porém, os cidadãos são conscientes desta relação entre a desigualdade política e desigualdade econômica e social?

Em 2013, oito de cada dez latino-americanos preferiam a democracia como forma de governo. Ao mesmo tempo, mais da metade considerava que a democracia “tinha problemas” ou que simplesmente “não existia” em seu país⁴⁵.

Para comprovar a relação entre a desigualdade de renda e a opinião dos cidadãos sobre a qualidade da democracia, foi desenvolvida uma análise de correlação estatística entre a desigualdade medida pelo Índice de Gini e a pesquisa anual do Latinobarômetro que avalia a qualidade da democracia nos países latino-americanos. O [Anexo 2](#) explica a metodologia utilizada.

Os resultados provam que a desigualdade econômica leva os cidadãos a questionar o sistema democrático:

- Quando aumenta a desigualdade de renda, aumenta também a insatisfação dos cidadãos com a qualidade democrática⁴⁶.
- Quanto maior o nível de desigualdade econômica, maior a percepção cidadã de que algumas pessoas e grupos têm tanta influência sobre as decisões políticas que os interesses da maioria são ignorados⁴⁷.
- Quanto maior a desigualdade de renda, maior é a percepção dos cidadãos de que se governa para benefício de grupos poderosos⁴⁸.

Em resumo, as interações entre a desigualdade no poder político e a desigualdade de renda são permanentes e se reforçam mutuamente, afetando os níveis de satisfação com a democracia, tanto em sua capacidade para garantir direitos iguais a toda população quanto em sua capacidade de assegurar a representação política dos interesses dos cidadãos. A debilidade que as democracias latino-americanas enfrentam para atender as demandas dos cidadãos retroalimenta os níveis de desigualdade existentes⁴⁹.

As fortes mobilizações que aconteceram na região e que expressam o descontentamento dos cidadãos nos últimos anos, mostram falhas claras de inter-relação entre o sistema de representação eleitoral e os interesses da cidadania.

Como mostra a análise anterior, a desigualdade na renda afeta a opinião das pessoas com relação ao seu governo. Portanto, as

políticas de luta contra ela deveriam estar no centro da agenda governamental.

Ainda que cada país na região tenha dinâmicas muito diferentes, esses dados obrigam a nos perguntar: por que alguns governos da região não levam mais em conta o interesse de seus eleitores? Já que teoricamente deveria ser a base principal de um partido na hora de desenhar seu plano de governo. Até que ponto os interesses dos cidadãos se expressam no voto? Os partidos políticos estão sendo capazes de canalizar o debate atual das sociedades latino-americanas? Quais são as relações entre os grupos econômicos e as agendas governamentais? São questões que as sociedades latino-americanas em seus contextos específicos devem debater para avançar na luta contra a pobreza e a desigualdade. Isto é importante, porque a luta contra a desigualdade deixou de ser um tema exclusivamente técnico para ser um problema político, e é nessa arena onde deve ser debatido caso se queira resolver as diferentes desigualdades que a região enfrenta.

AS CARAS DA CAPTURA POLÍTICA

A captura política mostra diferentes caras e nomes na região latino-americana, mas em todos os casos acaba utilizando o Estado para benefício das elites políticas e econômicas, sempre em detrimento da garantia dos direitos dos cidadãos.

A **Tabela 2** resume algumas das formas mais características de manifestação da captura política na América Latina e no Caribe. Todas estas formas se desenvolvem tanto pelo setor privado como no setor público e, na maior parte dos casos, o fazem de forma articulada. A seguir, a explicação detalhada de cada um dos seus mecanismos. Algumas dessas formas de captura são ilegais, outras são legais, porém todas elas são ilegítimas.

A). INFLUÊNCIA DAS ELITES POLÍTICAS E ECONÔMICAS NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE LEIS OU MARCOS REGULATÓRIOS EM SEU PRÓPRIO BENEFÍCIO

Isso ocorre quando as elites definem a orientação das políticas públicas e a legislação, determinam prioridades sociais e econômicas em seu próprio benefício econômico ou partidário em detrimento do coletivo social. Exemplos das formas que adota:

A.1) Tráfico de influências

Pode se dar de duas maneiras:

- Um funcionário ou autoridade pública que, graças ao seu cargo, influencia outro funcionário ou autoridade para obter uma decisão sobre políticas públicas, legislações ou regulamentações que beneficiem a ele, seus próximos ou seus partidos.
- Alguém que tenha influência sobre uma autoridade ou funcionário público, graças

a uma relação pessoal ou econômica, para fins de obtenção de uma decisão sobre políticas públicas, legislações ou regulamentações que o beneficiem ou a seus próximos ou a seu partido. Às vezes pode implicar compensações

econômicas ou em espécie, e pode então ser catalogado como corrupção.

A.2) Pressão ou *lobby* ilegítimo

Processo pelo qual um grupo de pessoas exerce pressão ou influência sobre um

TABELA 2.

RESUMO DE ALGUMAS DAS DIFERENTES FORMAS DE CAPTURA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

MECANISMOS DE CAPTURA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS DAS FORMAS QUE ASSUME
INFLUÊNCIA NA DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LEIS E MACOS REGULATÓRIOS	As elites definem a orientação das políticas públicas e a legislação, determinam prioridades sociais e econômicas para seu próprio benefício econômico ou partidário em detrimento da sociedade no seu conjunto.	<ul style="list-style-type: none"> - Tráfico de influências \ conflito de interesse - <i>Lobby</i> ilegítimo - Financiamento privado dos partidos
CORRUPÇÃO	Apropriação dos recursos e das propriedades do Estado com a finalidade de pagar ou conseguir outros favores, como apoio econômico a um partido político ou benefícios individuais.	<ul style="list-style-type: none"> - Assinatura de contratos sem o processo devido e transparente - Superfaturamento de obras - Entrega ou venda de terrenos do Estado subvalorizados
CLIENTELISMO	Consiste no intercâmbio de votos ou apoio político por favor, acesso a emprego, bens ou serviços públicos, entre outros. É o uso dos fundos e das políticas públicas para benefício político e não para a garantia dos direitos dos cidadãos. É a transformação dos direitos em favores.	<ul style="list-style-type: none"> - Compra de voto - Contratações de funcionários públicos com base em sua atribuição política e não em suas competências - Priorização de políticas públicas assistenciais com interesses políticos que perpetuam armadilhas da pobreza em vez de reformas estruturais com benefício coletivo. - Concessão de serviços públicos de forma personalizada e como favores.
PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	As elites utilizam os recursos públicos e privados para comprar os meios de comunicação com o objetivo de promover as ideias que os favoreçam para sancionar aquelas que vão ao encontro de seus interesses.	<ul style="list-style-type: none"> - Concentração da propriedade dos meios de comunicação - Uniformização dos conteúdos informativos dependência econômica da publicidade estatal - Ameaças de ataques contra jornalistas

Fonte: elaboração própria.

governo, em especial com relação às decisões políticas e econômicas que afetam seus interesses. A pressão ou *lobby* pode ser legítima e é parte dos mecanismos com os quais grupos diferentes apresentam suas posições sobre uma política pública. O problema aparece relacionado com a concentração de riqueza e o poder. Na Oxfam expusemos, em um informativo público durante a Cúpula de Davos 2015, que:

“A elite rica criou e manteve sua vasta fortuna graças às atividades que desenvolvem para defender seus interesses em vários setores econômicos importantes, como o financeiro, o farmacêutico e o de cuidados de saúde. As empresas desses setores destinam milhões de dólares a cada ano a atividades de *lobbying* com o intuito de favorecer um ambiente regulador que proteja e fortaleça ainda mais seus interesses. A maioria das atividades de lobby que se leva a cabo nos Estados Unidos trata de influenciar questões orçamentárias e fiscais, a saber, sobre recursos públicos que deveriam beneficiar o conjunto da cidadania, em vez de refletir os interesses dos poderosos lobistas”⁵⁰.

Esse tipo de relações ocorre frequentemente fora da observação cidadã, mas também ocorre sob o olhar público como algo habitual.

Esse fenômeno atravessa a região. Mais adiante, analisaremos quais são os setores que concentram maior riqueza e como operaram para influenciar as decisões governamentais.

B). A CORRUPÇÃO PÚBLICA

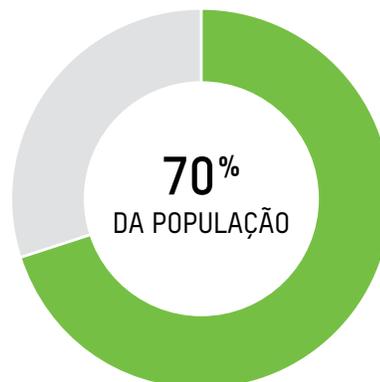
Nem todas as formas de corrupção podem ser classificadas como formas de captura política, mas quando um funcionário ou partido utiliza os recursos e as propriedades do Estado com a finalidade de pagar ou conseguir favores, como o apoio econômico ao partido ou benefícios individuais, isso pode ser catalogado como uma forma de captura política, que faz com que alguns poucos se apropriem dos fundos públicos, privando o coletivo de seus benefícios. A corrupção pública aparece como um fenômeno generalizado na região: em 2014, 70% da população latino-americana considerava seu governo corrupto⁵¹.

Exemplo disso é a assinatura de contratos sem o processo devido e a transparência que garantem maior qualidade e o custo mais eficiente do serviço contratado. Também o superfaturamento de obras e a entrega ou venda de terrenos do Estado subvalorizados a pessoas ou grupos.

Um estudo recente da Oxfam elaborado em parceria com o Instituto Centroamericano de Estudos Fiscais (ICEFI) calcula que na Guatemala, se apenas 20% do orçamento público vulnerável à corrupção fosse efetivamente utilizado para outros fins, seriam perdidos em torno de 4.160 milhões de quetzales, equivalentes a 6% do orçamento total do país. A perda desse volume poderia significar, entre outros exemplos, que 2,6 milhões de crianças dos níveis primário e

secundário não receberiam merenda nem material escolar⁵².

EM 2014



NA AMÉRICA LATINA CONSIDERAVA SEU GOVERNO CORRUPTO



O **Quadro 2** apresenta um depoimento que relata o processo de mobilização cidadã que ocorreu em 2015 na Guatemala, por conta da eclosão de um caso de corrupção no qual a elite política e empresarial do país estava envolvida, e que resultou em enormes recursos do Estado para a luta contra a pobreza e a desigualdade.

C). CLIENTELISMO

Consiste no intercâmbio de votos ou apoio político por favores, acesso a emprego, bens ou serviços públicos, entre outros. É o uso dos fundos e das políticas públicas para benefício político e não para a garantia dos direitos dos cidadãos; é a transformação dos direitos em favores.

O clientelismo encontra condições propícias nos contextos de pobreza e desigualdade, e os utiliza para obter apoio político das populações mais desfavorecidas em troca de “espelinhos”. As relações desiguais de poder e a falta de consciência de direitos dos cidadãos fomentam este fenômeno. A América Latina e o Caribe são uma região muito propensa a essas práticas.

São muitas as vias por meio das quais as práticas clientelistas aumentam a desigualdade na região. Entre elas, pode-se mencionar no mínimo quatro:

- O clientelismo tende a transformar os cidadãos em clientela que não reclama direitos, e sim favores.

QUADRO 2.

NOS ROUBARAM TANTO QUE NOS LEVARAM ATÉ O MEDO!

Em abril de 2015, a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG) revelou os resultados de sua investigação no caso da Linha da Superintendência de Administração Tributária (SAT), uma sofisticada rede de contrabando nas alfândegas dedicada a defraudar o fisco em valores milionários, enquanto o governo emitia títulos, contratava empréstimos e criava novos impostos para cobrir o rombo fiscal.

O desagrado dos cidadãos se traduziu em mais de 150 dias de manifestações históricas como a de sábado, 27 de abril de 2015, em frente ao Palácio Nacional, onde mais de 20.000 pessoas se reuniram para exigir a renúncia do presidente Otto Pérez Molina e da vice-presidente Roxanna Baldeti por sua responsabilidade direta no SAT. Nessa manifestação, pela primeira vez em muitos anos, uniu-se todo tipo de cidadão, diferentes classes sociais, diferentes ideologias, diferentes crenças; todos reunidos num mesmo ato de manifestação e indignação ante tanta corrupção, ante a realidade de que uns poucos manipulam o Estado a seu gosto, com o único objetivo de garantir seu *status quo*, deixando de pagar impostos e fugindo de suas responsabilidades tributárias.

Uma boa proporção das pessoas já não fala de um Estado falido, e sim de um Estado capturado e sequestrado. Os cidadãos e as cidadãs colocam em questão que alguma vez tenha existido um sistema democrático como tal, e exigem justiça, mesmo sabendo que o sistema de justiça também está prejudicado e capturado pelos mesmos poderes. O



certo é que o caso da Linha é só uma ponta do iceberg de algo muito mais profundo, onde não só o governo em seu mais alto nível está envolvido, mas também mais de mil empresas que por anos se beneficiaram do pagamento de menos impostos do que deviam.

Os movimentos sociais, camponeses, indígenas e de mulheres têm denunciado de forma constante essa extrema desigualdade por meio de manifestações e passeatas. Contudo, agora não somos os mesmos de sempre que saímos às ruas, somos muitos mais, de diferentes setores e diferentes condições econômicas e sociais.

A manifestação de 27 de agosto convocou mais de 100.000 pessoas na praça central da Cidade de Guatemala e mais de meio milhão nas diferentes regiões do país; depois de um exercício cidadão livre e constante para exigir justiça, nas praças e nas ruas, durante mais de 19 semanas, e obteve a renúncia do presidente Otto Pérez Molina e o julgamento do presidente e da vice-presidente Roxanna Baldeti.

São muitos os gritos de indignação, mas há uma frase repetida que creio que reflete muito bem o que está acontecendo em termos sociais: Nos roubaram tanto que nos levaram até o medo!

Fonte: *Testemunho Raquel Checa. Responsável Regional de Influência para a Oxfam na América Latina.*

- O clientelismo desvirtua o processo democrático fazendo com que o voto não represente posições sobre as aspirações da sociedade ou sobre quais políticas públicas são preferidas, o que oculta a voz dos cidadãos empobrecidos.
- O clientelismo implica também a priorização de políticas que consigam um rápido rendimento político, no lugar de políticas que lutam contra as causas estruturais da pobreza e da desigualdade. A priorização de programas que tenham um benefício tangível, mesmo que de curto prazo, é outra forma de uso do Estado para garantir a continuidade política e não a garantia de direitos, pois isso gera dependências e não capacidades.
- O clientelismo impulsiona a contratação de funcionários públicos segundo seu pertencimento político e não com base em suas capacidades, o que afeta a eficácia das políticas públicas.

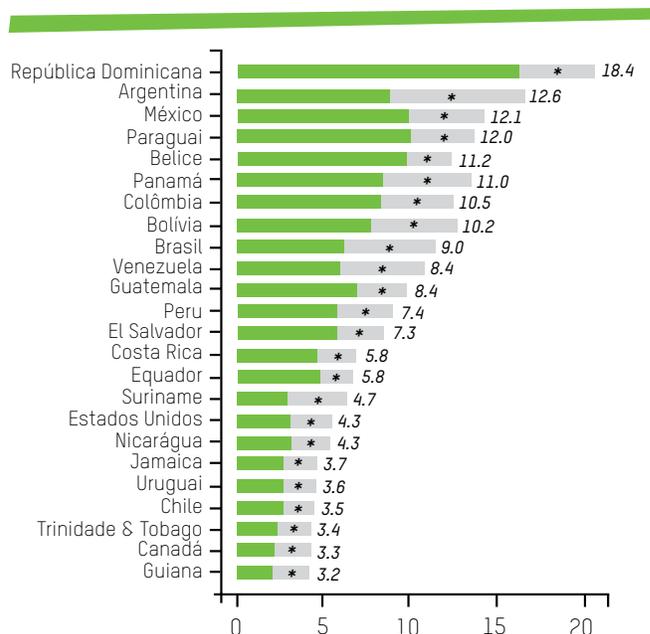
Como se observa no [Gráfico 8](#), no ano de 2010 o Barômetro das Américas⁵³ perguntou aos cidadãos da América Latina e do Caribe “se um candidato ou partido político lhe ofereceu alguma coisa em troca de apoio”, e as respostas obtidas mostraram que esse é um comportamento habitual na região: 18% dos dominicanos responderam de modo afirmativo. No Chile, essa prática foi mais limitada: só 3,5% das pessoas pesquisadas responderam afirmativamente. Em 2012 fizeram a mesma pergunta em cinco países e os resultados novamente foram altos: o país

com maior índice de respostas positivas foi a Guatemala, com 25% da população que respondendo afirmativamente, e a Argentina, o menor dos cinco, com 9,5%.

Alguns autores sugerem que a tendência regional que se manteve desde os anos 1990, na qual políticas universais foram substituídas por programas cada vez mais focados, resultou em alguns casos no enfraquecimento da consciência cidadã, no favorecimento do clientelismo e na promoção do assistencialismo⁵⁴. Na Argentina, as políticas sociais da Grande Buenos Aires ilustram um caso de vinculação entre clientelismo e política social composta por programas focalizados na população pobre e excluída do mercado de trabalho formal, cuja “eligibilidade” gera tensões, ao mesmo tempo que amplia uma brecha insustentável entre os recursos públicos disponíveis e os beneficiários elegíveis que podiam expandir-se de maneira crescente. Neste sentido, chegou-se a afirmar que “os recursos públicos dos programas sociais assistenciais representam a base material das relações clientelistas que medeiam um vínculo distante com o Estado⁵⁵”. Nesse mesmo país, os programas assistenciais cresceram na última década, não somente em número, mas também em recursos que captam do gasto público. A maneira em que ocorrem esses processos levou a chamar os intermediários das redes clientelistas de cabos eleitorais (“punteros”, em espanhol)⁵⁶.

GRÁFICO 8.

MÉDIA A ESCALA DE CLIENTELISMO POR PAÍS, 2010



Um candidato ou partido político lhe ofereceu algo em troca de apoio a esse candidato ou partido.

■ 95% de Intervalo de confiança (efeito de desenho incorporado)

Fonte: Barômetro das Américas por LAPOP.

D). CONTROLE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

As formas de captura política às quais recorrem as elites econômicas e políticas alcançam também os meios de comunicação, que são utilizados para promover as ideias que os favorecem ou para sancionar as que são contra os seus interesses.

Historicamente, o pluralismo midiático na região enfrentou importantes limitações por causa da concentração em poucas mãos, o que teve papel determinante na uniformização dos conteúdos informativos

e das agendas de informação, assim como na dependência econômica da publicidade estatal em alguns meios de comunicação que podem condicionar sua linha editorial.⁵⁷ Embora a tendência dos últimos anos mostre uma maior diversidade e pluralismo em conteúdos e fontes de informação, ainda existem brechas importantes, especialmente urbano-rurais. O México continua sendo um dos lugares mais perigosos do mundo para quem faz jornalismo e comunicação comprometida e independente.

Durante 2016, foram registrados ataques contra jornalistas e meios de comunicação; os repórteres sofreram atos de agressão por parte da polícia enquanto cobriam diferentes manifestações, e a autocensura continua a se propagar.

Apesar das mudanças nos marcos regulatórios realizados na maioria dos países da região⁵⁸, no Mercosul — sem contar o Brasil⁵⁹ — apenas quatro jornais abarcam mais de 60% do mercado, e cerca da metade dos produtos e serviços dos mercados de informação e comunicação são controlados por um só provedor, situação que ilustra a forte concentração midiática na região⁶⁰. Na América Central, as quatro maiores empresas de cada setor concentram em média 40% do mercado radiofônico, e mais de 95% dos mercados de telefonia básica e móvel⁶¹.

A revolução das TICs ajudou as agências a concentrar a criação de notícias que logo alimentam as mídias nacionais, o que torna essas agências grandes oligopólios globais.

Porém, por outro lado, a democratização que se está vivendo graças ao acesso à Internet abriu espaço para o surgimento de centenas de meios de comunicação alternativos que, a menor custo, conseguem apresentar leituras da realidade não midiáticas pelos grupos econômicos.

Além do mais, as redes sociais também facilitaram aos cidadãos contar os sucessos em tempo real, apresentar a informação sem filtros, de forma crua, e permitir que as pessoas expressem sua opinião direta sobre os fatos que acontecem.

A massificação dos protestos realizados na região nos últimos anos está relacionada com a difusão das redes sociais e coincide com a presença de um novo ator: os cidadãos metropolitanos circunstanciais, que graças às TICs e às novas formas de comunicação participam aleatoriamente dos protestos, massificando-os⁶².

Às vezes se chama tráfico de influências. Às vezes, *lobby*. Outras, corrupção. E outras, clientelismo ou controle dos meios de comunicação. Porém, todas são expressões de como as elites políticas e econômicas sequestram a democracia para benefício próprio ou de seu grupo. Esta excessiva representação de poucos nas decisões políticas e de política pública é um problema histórico e estrutural na América Latina e no Caribe, que criou uma sociedade profundamente desigual, que limita a construção de uma sociedade mais justa e gera um círculo vicioso.

CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA E CONCENTRAÇÃO DE PODER

O que ocorre antes: a concentração de riqueza ou a concentração de poder? É difícil diferenciar qual causa qual, mas é evidente que ambas se dão simultaneamente e se retroalimentam. Para analisar esse tema, é importante identificar em que setores empresariais se concentram as pessoas mais ricas da região.

Quatro setores são os que trazem maior riqueza aos milionários na América Latina, segundo a lista *Forbes*: telecomunicações (19%), bebidas (19%), setor financeiro (19%) e as indústrias extrativas (12%) (ver Anexo 3). Juntos, concentram o maior número de milionários: 69% dos que haviam na região em 2015. O setor de mineração, assim como o financeiro e o de telecomunicações, são setores fortemente regulados pelo Estado, e em alguns casos têm sido objeto de processos de privatização ou de concessão. O setor de telecomunicações é paradigmático: é não só o que soma mais riqueza dos milionários da região, como se concentra em uma única pessoa: Carlos Slim. Sendo o homem mais rico da região, em 2015 foi o segundo mais rico do mundo, com uma fortuna de 77.100 milhões de dólares, o que chegou a significar quase 6% do PIB mexicano em 2014⁶³.

Conforme relatório recente da Esquivel, publicado pela Oxfam México sobre a desigualdade:

“A falta de competência econômica e um precário marco regulatório constituem o cenário ideal para o abuso por parte de empresas com um certo poder monopólico ou oligopólico.

Caso emblemático é o de Carlos Slim, magnata por excelência das comunicações mexicanas. Este personagem, que se apoderou da Telme em 1990, explora de maneira aberta e sistemática o poder monopólico da telefonia nacional estabelecida pela então empresa estatal.

O controle da rede nacional de telefonia lhe permitiu impor aos competidores tarifas de conexão muito elevadas. Dessa forma, não só obteve ganhos extraordinários para sua empresa, como também tornou os concorrentes muito menos competitivos em comparação com a sua empresa.

O anterior lhe permitiu consolidar-se como um gigante das telecomunicações, inclusive em nível internacional e, depois, quase que naturalmente, como um dos homens mais ricos do mundo.

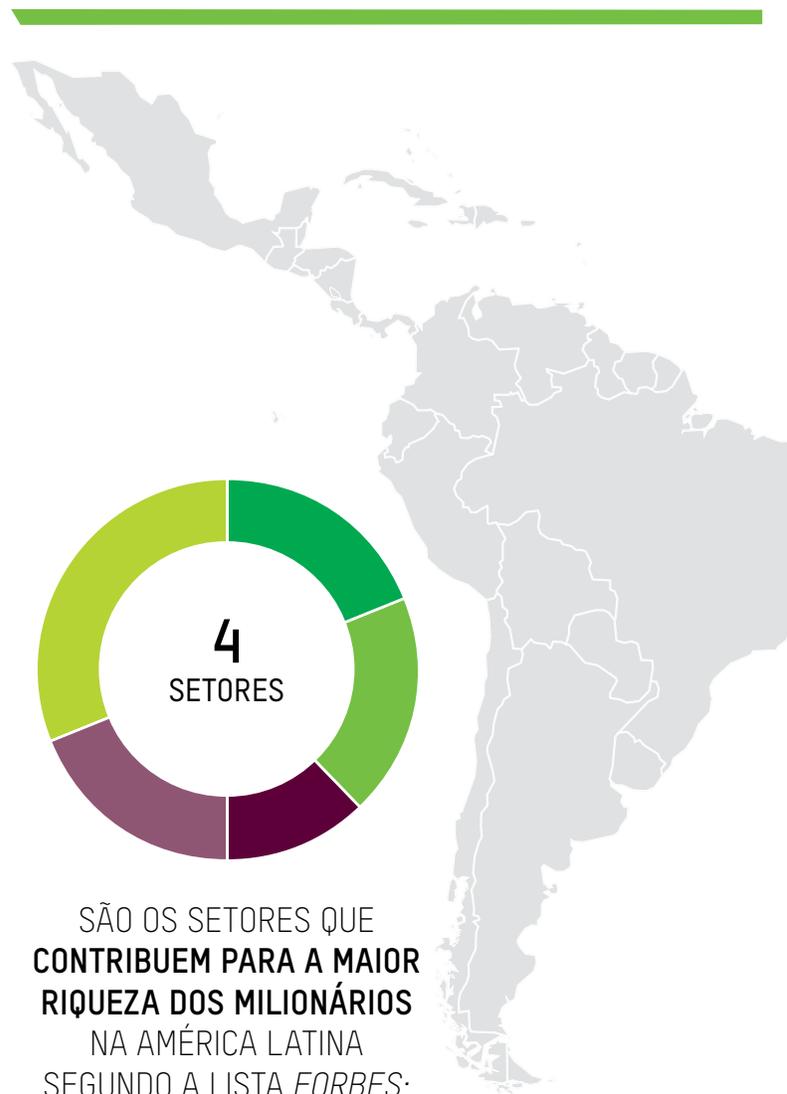
Contudo, a ascensão se deu à custa dos consumidores mexicanos, que durante anos pagaram tarifas telefônicas muito acima do que teriam pagado em um contexto competitivo ou adequadamente regulado⁶⁴.

Como seu monopólio impede que exista uma concorrência importante, Slim pode inflar os preços que impõe aos seus concidadãos.

“Um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) concluiu recentemente que o comportamento monopólico das empresas de telecomunicações de Carlos Slim entre 2005 e 2009 se traduziu em uma perda de bem-estar para os mexicanos superior a 129 bilhões de dólares, o que equivale aproximadamente a 1,8% do PIB por ano”.⁶⁵ A Oxfam calcula o número de anos que cada uma das dez pessoas mais ricas do mundo necessitaria para gastar toda sua fortuna e seus lucros na proporção de um milhão de dólares por dia. Para o caso do mexicano Carlos Slim, estima-se que seriam necessários 220 anos, o dobro do que seria necessário para a família mais rica da França⁶⁶.

O setor de mineração agrupa três dos dez empresários mais ricos da região (ver Anexo 3). Essa fortuna se baseia na exploração de recursos naturais cedidos em concessão pelo Estado e favorecidos pelo boom dos preços das matérias primas na década passada. Esse setor se beneficiou também de generosos privilégios fiscais que são outorgados em geral de maneira muito pouco transparente.

A Rede Latino-americana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos (Latindadd) recentemente apontava que entre 2005 e 2010 as empresas mineradoras na Colômbia, embora tenham pago 456 milhões de dólares anuais em imposto de renda, receberam descontos, deduções e isenções no valor de 925 milhões. A cada dólar que



- TELECOMUNICAÇÕES (19%)
- BEBIDAS (19%)
- INDÚSTRIAS EXTRATIVAS (12%)
- SETOR FINANCEIRO (19%)
- OUTROS (31%)



QUADRO 3.

BENEFÍCIOS FISCAIS PARA AS MINERADORAS NO PERU

O imposto sobre os lucros é a principal carga tributária para as empresas mineradoras do Peru. Atualmente, a taxa está fixada em 28%. No entanto, essas empresas recebem incentivos fiscais e podem se beneficiar de normas de depreciação e reinversão de lucros, o que reduz a contribuição efetiva que fazem ao fisco.

Em 2012, os setores extrativistas dos hidrocarbonetos e de mineração conseguiram reduzir sua carga impositiva em quase 600 milhões de soles. Na verdade, esses setores contaram com mais do triplo e mais do dobro de níveis de despesas fiscais do que o setor manufatureiro, respectivamente.^{68,69}

O esforço para incrementar a contribuição fiscal das empresas mineradoras é um processo que tem sido marcado por controvérsias e retrocessos devido à oposição das empresas. O Peru não cobrou *royalties* sobre minerais até junho de 2004, ano em que se aprovou a lei pertinente. No entanto, a associação de mineradoras promoveu uma demanda de inconstitucionalidade contra essa lei, o que postergou sua aplicação, até que em abril de 2005 o Tribunal Constitucional declarou infundada a demanda⁷⁰. Mesmo assim, muitas das maiores empresas mineradoras continuaram sem pagar *royalties*, argumentando que os acordos de estabilidade celebrado com o Peru as excetuavam.^{71,72,73}

Em 2006, Alan García assumiu a Presidência do país. Durante a campanha eleitoral ele havia prometido tributar os lucros das mineradoras; no entanto, após negociações com a associação, a ideia de estabelecer um imposto foi deixada de lado. Em seu lugar foi estabelecida uma contribuição ou “óbulo mineiro”, de caráter extraordinário, voluntário e temporário. Esse óbulo gerou um valor menor de recursos ao que teria gerado um imposto sobre os lucros. Para agravar ainda mais a situação, a administração desses recursos nem ao menos ficou nas mãos do Estado, pois foram alocados a fundos privados para investimento regional e local, com participação das mesmas empresas mineradoras.^{74,75}

Ollanta Humala, depois de assumir a Presidência em 2011, aprovou um novo regime tributário para a atividade mineradora⁷⁶ que, em teoria, permitiria uma arrecadação adicional de 3 bilhões de soles anuais — aproximadamente 1 bilhão e 200 milhões de dólares. No entanto, segundo alertaram analistas independentes, as quantias esperados na prática ficariam reduzidas à metade ou, até mesmo, a um terço, devido à aplicação de uma série de deduções.^{77,78,79}

Fonte: Elaborado por Armando Mendoza, pesquisador da Oxfam no Peru, com dados de Christian Aid (2012), Monge (2011), Propuesta Ciudadana (2012), Salazar 2010, Christian Aid (2009) e Atienza e Itriago (2008).

as mineradoras pagaram ao erário público, o Estado colombiano deixou de arrecadar dois⁶⁷. No caso da mineração peruana, estaria acontecendo uma situação semelhante, com uma contínua história de acordos parciais e polêmicos sobre a contribuição fiscal desse setor (ver Quadro 3).

É conveniente destacar que o tema tributário não é o único meio pelo qual as empresas mineradoras recebem benefícios. A degradação dos regulamentos ambientais e o relaxamento das sanções aplicáveis por infrações contra o meio ambiente são outras áreas onde as elites aplicam seu poder com o fim de adquirir e preservar privilégios. É o que se vem observando no Peru, onde o governo, influenciado pelos *lobbies* e grupos de poder econômico — em especial a indústria extrativista — voltou atrás em diversos regulamentos que haviam sido estabelecidos no início de sua gestão⁸⁰. O controle que exercem as elites para preservar novos privilégios ou beneficiar-se deles representa um retrocesso nas conquistas alcançadas, por exemplo, em matéria de padrões ambientais e consulta prévia⁸¹. Da mesma forma, no Peru observa-se o fenômeno da “porta giratória”, com personagens que passam do setor privado ao setor público e do público ao privado, o que em anos recentes tem sido objeto de denúncias, pois propiciou ações de administração pública controversas a favor de interesses pessoais ou corporativos^{82,83,84}.

A MEDIDA DOS MAIS RICOS

A Oxfam vem trabalhando na região durante mais de cinquenta anos e fomos testemunhas em primeira mão de como os ricos e poderosos tomaram o controle das instituições públicas para seu próprio engrandecimento e contra os interesses da maioria. Também temos sido testemunhas do que isto implica para a vida das pessoas comuns e simples.

A seguir são apresentados exemplos de como as elites moldam as políticas e as regras para garantir seus interesses, em detrimento dos interesses dos cidadãos. São exemplos concretos que mostram o que na Oxfam denominamos “captura política” e ilustram a complexidade dessa prática.

POLÍTICAS FISCAIS SEQUESTRADAS PELAS ELITES

Os sistemas tributários são determinantes para enfrentar a pobreza e a desigualdade. Porém, na região, seu planejamento é claramente influenciado pelas elites econômicas.

O Instituto Centro-Americano de Estudos Fiscais (ICEFI) publicou recentemente o estudo “Política Fiscal: expressão do poder das elites latino-americanas” em que se revelam formas e mecanismos pelos quais as elites econômicas centro-americanas moldam as políticas fiscais em seu próprio benefício a partir de três objetivos principais:

- Aumentar lucros mediante tratamentos privilegiados como as isenções, argumentando que se está estimulando atividades produtivas, crescimento econômico e geração de empregos.
- Socializar custos privados cobrindo-os com dívida pública ou outras distorções na política fiscal.
- Adaptar a política fiscal em função dos objetivos empresariais de expansão, consolidação ou migração a outras atividades ou setores.

As isenções são uma instituição na região. Inicialmente criadas para incentivar os setores industriais e exportadores, sua eficácia é mais do que duvidosa. Representam uma das causas da baixa arrecadação e a persistência de sistemas fiscais regressivos. Na América Central foram detectados casos de “isenções escandalosas” sob “argumentos inadmissíveis”⁸⁵. Um exemplo é o das empresas que comerciam na Bolsa Agropecuária na Nicarágua que, segundo a lei de Equidade Fiscal pagam apenas 1% sobre as vendas como Imposto de Renda (IR), enquanto os setores assalariados pagam em impostos até 31% de suas receitas. A comercialização de produtos agropecuários em nome da Bolsa obtém um regime tributário privilegiado que exclui qualquer outra empresa que queira comercializar produtos agropecuários fora dela.

As elites empresariais da Nicarágua “não apenas trabalharam para criar ou ampliar os privilégios fiscais, como também

para bloquear a sua eliminação”. A elite empresarial conseguiu vencer as posições do FMI e adaptar-se ao vai-e-vem político negociando com cada governo, tanto liberal quanto de perfil esquerdista. “Isso mostra como, com o objetivo de maximizar os lucros, não apenas ganha a elite econômica, [...] o Governo manteve os tratamentos fiscais especiais para assim manter uma aliança estratégica com o grande capital”⁸⁶.

Na República Dominicana, essa forma de captação se estendeu a elites de vários setores — zonas de livre comércio, zonas limítrofes, turismo e competitividade industrial⁸⁷. As consequências fiscais são enormes e se somam à baixa arrecadação tributária do país. Os setores que operam em

**O VOLUME DE
ISENÇÕES QUE
RECEBEM ESSAS EMPRESAS NA
REPÚBLICA DOMINICANA
ANUALMENTE
PODERIA**



**MULTIPLICAR
POR TRÊS
O ORÇAMENTO
PARA ÁGUA POTÁVEL**

zonas de livre comércio, na zona fronteiriça, no setor turístico e no setor industrial recebem isenções de impostos para investimentos por mais de 720 milhões de dólares anuais. Esses setores influenciaram a tomada de decisões do Estado de tal maneira que os benefícios se materializam em isenções ao pagamento de impostos sobre os lucros de empresas, o valor agregado, as taxas alfandegárias e os impostos destinados ao consumo⁸⁸. Também se estendem à importação de maquinário e bens de capital. Esses grupos têm um papel importante na administração do regime de isenções e, portanto, nas modificações que possam sofrer. Estima-se que os incentivos representam até 84% do valor das empresas no setor de turismo⁸⁹. O volume de isenções que recebem essas empresas anualmente — 30 bilhões de pesos dominicanos — poderia aumentar em 70% o orçamento para a saúde, multiplicar por três o de água potável e o sistema de esgoto ou por vinte o de moradias⁹⁰.

No Paraguai, a elite agrícola exportadora de soja é a grande privilegiada⁹¹. O Imposto de Renda sobre as Atividades Agropecuárias representa entre 1% e 3% do total da arrecadação fiscal⁹². Os decretos determinados a favor do agronegócio são uma prática comum e uma das causas da baixa arrecadação.

O setor apenas participa com cerca de 5% da arrecadação total do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), enquanto se beneficia de um imposto sobre a terra irrisório⁹³ e com a falta de



"Taquile". Lago Titicaca. Foto: © Hernán Jaramillo | Peru | OXFAM

um imposto sobre exportações. Os impostos indiretos, incluindo o IVA, prejudicam os mais pobres: depois de pagá-los, estima-se que a renda dos 10% mais pobres é reduzida em 43%. Ao passo que para os 10% mais ricos a renda diminui apenas 7,9%⁹⁴.

Em parte, devido ao papel exercido pelas elites, a pressão fiscal média na América Latina e no Caribe é insuficiente, sobretudo se forem comparadas as receitas públicas por impostos que finalmente chegam aos cofres públicos com a enorme brecha social que devem obstruir mais ainda a região. Além disso, associado e simultaneamente à arrecadação insuficiente, deparamos com duas estruturas tributárias que falam por si só sobre algumas das iniquidades delas derivadas:

- A excessiva distorção dos impostos indiretos que oneram o consumo e são aplicados independentemente do nível de

renda e da riqueza das pessoas. Enquanto os impostos diretos quase não oneram a renda não salarial⁹⁵ e as propriedades — que normalmente se concentram nos estratos mais ricos da região.

- Desequilíbrio no esforço fiscal que assumem os diferentes atores econômicos — indivíduos, empresas e setores da atividade econômica — derivado em parte de privilégios fiscais feitos sob medida, que em grande parte são difíceis de justificar se o que se quer promover são sociedades equitativas e justas.

Em termos institucionais, o sequestro das decisões sobre as políticas fiscais tem efeito na vida das pessoas. Limita a consolidação de uma base fiscal sólida forçando, em muitos casos, o endividamento externo dos Estados, com a conseqüente perda de soberania nas decisões de política pública ou acabam resultando em maior pressão fiscal sobre os mais pobres quando se recorre aos impostos sobre consumo. Porém, o que ainda mais preocupante é que a falta de receitas fiscais geradas de maneira interna limita em muitos países os níveis de investimento e gasto público em serviços como os de educação e saúde.

Em qualquer caso essas situações se traduzem em um agravamento das desigualdades.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÕES FEITAS SOB MEDIDA

Na Guatemala, depois de 36 anos de guerra civil, as elites e o exército empregaram uma enorme pressão para impedir que aprovassem reformas referentes à terra e aos impostos, o que prejudicou a monopolização dos recursos nacionais. Como consequência dessa pressão, conseguiram direcionar os avanços do acordo de paz a seu favor⁹⁶.

O Brasil apresenta um caso particular de “sequestro parlamentar” com um imenso poder de pressão. A “Bancada Ruralista” — assim chamada em lugar de seu nome oficial Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) — contava no período anterior do Congresso com 191 dos 550 deputados da Câmara dos Deputados e 11 das 81 cadeiras do Senado⁹⁷. A influência dessa bancada em assuntos de seu interesse conseguiu a aprovação de leis e do orçamento anual a seu favor, assim como representou um freio sistemático a qualquer proposta de reforma agrária.

Em Honduras, os empresários garantem de diferentes maneiras sua influência sobre o governo da vez: por motivos de militância política, de parentesco, de relações sociais, comerciais, financeiras e pelo financiamento das campanhas dos candidatos à Presidência da República. Mediante essa influência, grandes empresários e produtores conseguiram o perdão de dívidas de empréstimos de fundos públicos⁹⁸ e substanciais isenções

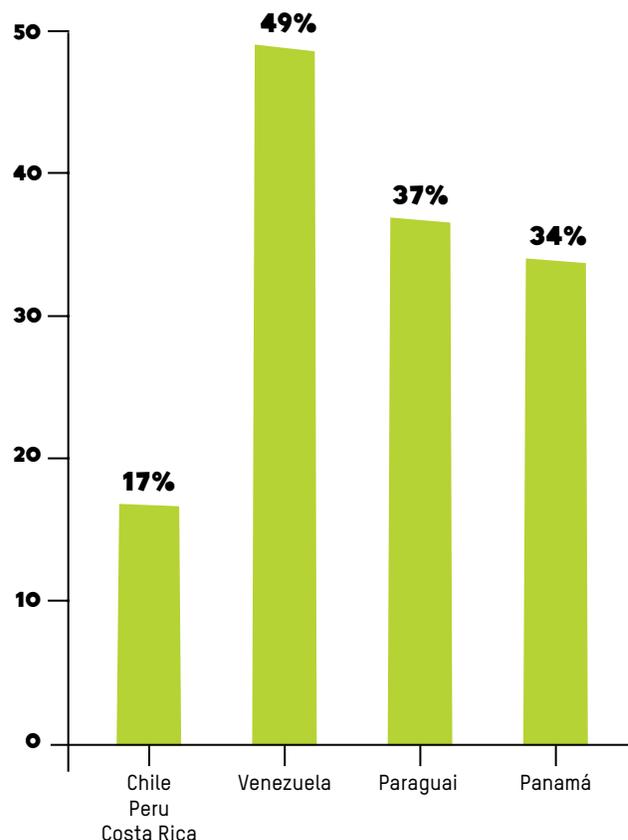
de impostos avaliados em 650 milhões de dólares no ano em 2012.

São diversas as modalidades usadas pela elite empresarial para adquirir recursos e bens públicos sob condições favoráveis. Levar entidades públicas à falência permite ao Estado justificar seu leilão — caso da CONADI —, canalizar cada vez mais recursos públicos por empresas privadas — caso da ENEE e Saúde Pública — ou simplesmente eliminar a concorrência para o setor privado — caso da Hondutel. A figura das alianças público-privadas — operadas com pouca transparência por meio de coligações —, converteu-se no mecanismo favorecido para fortalecer a captação privada de recursos públicos.

A OUTRA CARA DA MOEDA: PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Devido às dificuldades das democracias latino-americanas na hora de dar resposta às demandas dos cidadãos e à crise pela qual atravessam os partidos políticos que mantêm os níveis mais baixos de confiança dos cidadãos entre as instituições analisadas pelo Latino-barômetro, observa-se uma expansão de novas formas de protesto e participação não convencionais⁹⁹. Em 2013, o interesse na política na região era limitado: três de cada dez latino-americanos afirmavam estar “muito” ou “um pouco” interessados na política. Esse interesse variava entre países: em um extremo, Venezuela com 49%, seguida por Uruguai e Paraguai com 37% e Panamá

TRÊS DE DEZ LATINOAMERICANOS AFIRMAM ESTAR “MUITO” OU “UM POUCO” INTERESSADOS NA POLÍTICA. ESSE INTERESSE VARIAVA ENTRE PAÍSES.



com 34%. No extremo oposto, Chile com 17%, seguido por Peru e Costa Rica¹⁰⁰.

No entanto, a participação dos cidadãos — outra forma de participação política¹⁰¹ — deixa ver uma alta disposição de participar de protestos reivindicatórios de direitos como a melhoria das condições de trabalho ou aumentos salariais e a melhoria da saúde e da educação, o que sugere uma importante mobilização política entre os cidadãos

GRÁFICO 9.

DISPOSIÇÃO DE PROTESTAR PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS OU A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E PELA MELHORIA DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO, 2013



Fonte: Latino-barômetro 2013



latino-americanos (Gráfico 9). Esse “ativismo latente” poderia ser interpretado em alguns contextos como um sintoma de crise de representação.

Na Oxfam, estamos convencidos de que a participação de cidadãs e cidadãos e a denúncia permanente da população contribuem para frear o avanço da desigualdade, mostrando a seus “representantes” que os interesses dos cidadãos não estão sendo refletidos de forma suficiente nas políticas públicas¹⁰². A prestação de contas e a participação dos cidadãos podem ser os melhores antídotos para lutar contra a captura política e a desigualdade econômica.

EM RESUMO

Apenas uma captura política mantém os níveis de desigualdade exibidos pela América Latina e pelo Caribe. Embora cada nação viva em um contexto específico, os níveis de desigualdade econômica são muito altos na maioria dos países da região, e a extrema concentração de riqueza vem associada à extrema concentração de poder que torna possível que as elites políticas e econômicas moldem as políticas e as leis em seu próprio benefício tanto individual como de grupo.

Esse processo faz com que os interesses das maiorias sejam inviabilizados no planejamento e execução de políticas públicas, leis e regulamentações. Por conseguinte, o sistema democrático não

opera como garantia dos direitos dos cidadãos, apenas de uns poucos. Na região existem inúmeros casos das formas com que se reveste a captura política pela qual as elites moldam políticas fiscais e regulamentações ambientais, pagam favores a pessoas ou grupos com doações e cargos públicos e utilizam os recursos para converter os direitos em favores.

Existe um vínculo entre a desigualdade de renda, a avaliação que as pessoas têm da democracia e seu desempenho. Portanto, a desigualdade é um tema que os governos da região deveriam considerar no centro de seus programas.

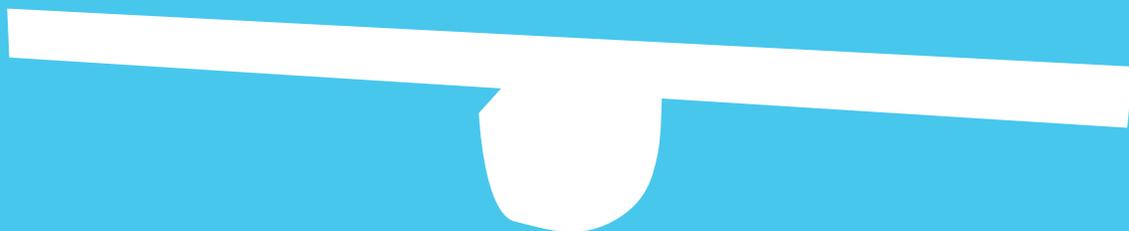
O controle do financiamento privado dos partidos, as leis anti-lobby, a garantia da pluralidade e diversidade da mídia, a garantia do direito à livre expressão, a vigilância dos cidadãos e as mobilizações pacíficas, assim como a correta aplicação das leis de função pública são alguns dos mecanismos para frear a captura política. Porém, é importante que os governos tenham a vontade firme de representar os interesses dos cidadãos e acabar com os privilégios que, em muitos casos, já têm e outorgam.



CAPÍTULO

3

PRIVATIZANDO O ESSENCIAL: OS SERVIÇOS PÚBLICOS E SEU PAPEL NA IGUALDADE



A privatização dos serviços públicos aumenta a desigualdade e enfraquece o contrato social. Os resultados desses processos provam que a cobertura e a qualidade dos serviços não melhoraram para as grandes maiorias, mas que geraram sociedades muito mais fragmentadas. Os bens públicos foram mercantilizados, colocando em dúvida o caminho de redução da desigualdade e a firmeza desses compromissos.

Em pleno furor de reformas neoliberais, a década de 1990 se caracterizou na América Latina e no Caribe por uma onda de privatizações e de cortes em prioridades sociais como a educação, a saúde ou o acesso à água. Entre 1990 e 1998, a venda de empresas e instituições estatais em toda a região atingiu um valor aproximado de 154 bilhões de dólares¹⁰³. Quase parecia que toda a região estava à venda pelo melhor lance.

De 2000 em diante, alguns países de orientação mais progressista iniciaram processos de nacionalização que tentaram devolver ao Estado o controle de setores estratégicos, tanto produtivos quanto de prestação de serviços sociais. No entanto, continua sendo dominante a tendência de aprofundamento da privatização nos setores sociais, inclusive os de abastecimento de água, educação, saúde e os fundos de pensão.

É como um verdadeiro reconhecimento da incapacidade do Estado para enfrentar suas responsabilidades. A falta de investimento



“Urundayti”. Foto: © Juan Gabriel Estellano | Bolívia | OXFAM

e a ausência de uma aposta decidida para priorizar a qualidade e a universalização dos serviços públicos conduziu os recursos públicos a um modelo de gestão privada em que predominam interesses que ficam cada vez mais distantes do princípio do bem comum.

Paradoxalmente, a expansão da classe média também contribuiu para esse enfraquecimento dos serviços públicos. Essas novas classes abastadas foram se afastando de seu uso e, em certa medida, abandonando também a exigência de melhorias. Hoje, quem pode prefere pagar por um serviço privado, seja em educação, saúde, água e até segurança. Porém, essa é uma solução falsa para as classes médias, uma situação enganadora que as torna, então, muito mais vulneráveis a qualquer choque externo — perda de emprego, doenças crônicas, incapacidades,

entre outros —, com o risco de, a qualquer momento, voltar a engrossar as listas da pobreza.

Essa tendência de privatização dos serviços públicos põe em risco o contrato social. A universalidade do sistema de bem-estar se acaba, e o sistema público fica relegado aos mais pobres, a quem não resta outra opção senão assumir menor cobertura e prestação de uma assistência de pior qualidade. O resultado final é a polarização da sociedade entre os que podem e os que não podem pagar. Um cenário de serviços públicos, como educação e saúde, para os pobres e serviços privados para as classes médias e os mais ricos, com reprodução da pobreza e distribuição diferente de receitas financeiras¹⁰⁴.

Existem três setores nos quais essa privatização é especialmente alarmante: a educação, a saúde e o acesso à água.

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Os propulsores da privatização vêm defendendo que a “concorrência” entre escolas públicas e privadas promove melhoras de qualidade e que isso, em geral, implica na elevação dos padrões educacionais. Porém, isso parece ser apenas um mito. As políticas educacionais foram privatizadas e mercantilizadas em muitos países, mas os resultados são essencialmente ruins para todos. Segundo o último estudo Pisa 2012, os oito países latino-americanos analisados

— Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e Uruguai — estão entre os 15 países com os piores resultados em leitura, matemática e ciências, com o Peru ostentando a duvidosa honra de ser o último classificado entre os 65 países analisados¹⁰⁵.

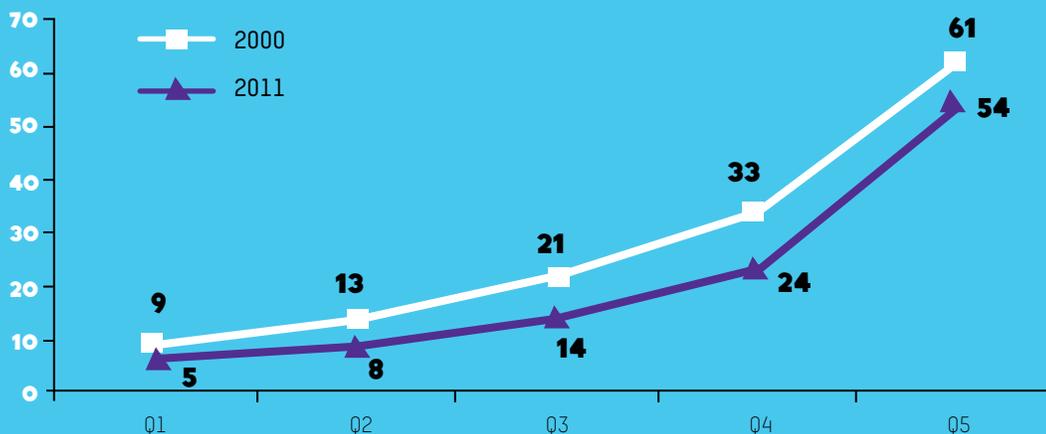
A única realidade comprovada é a baixa dotação de recursos da educação pública e a discriminação que, em função da capacidade econômica dos cidadãos, limita o acesso ao conhecimento a uma elite e não faz mais que aumentar a brecha social.

A privatização da educação se produz quando os atores privados substituem o Estado na hora de oferecer os serviços educacionais, bem como na própria definição do desenvolvimento do currículo. Esse modelo mina a disponibilidade de oferta educacional suficiente — baixo investimento público e/ou má gestão — e a responsabilidade do Estado fica delegada à iniciativa privada. Cada vez mais, produz-se um *lobby* feroz de empresas privadas para gerenciar inteiramente os centros educacionais ou para vender à escola pública determinados serviços. E, assim, a educação acaba “gerida pela dinâmica do lucro” desde o desenvolvimento educacional até a formação docente ou os serviços de avaliação¹⁰⁶.

Entre 1999 e 2011, a porcentagem de pessoas matriculadas em escolas privadas aumentou nas faixas pré-escolar, fundamental e ensino médio¹⁰⁷, fato que incrementou também a segregação dos pobres na escola pública¹⁰⁸,

GRÁFICO 10.

PORCENTAGEM (%) DE PESSOAS MATRICULADAS EM ESCOLAS PARTICULARES NO ENSINO FUNDAMENTAL POR QUINTIL EM PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA 2000, 2011



Fonte: Elaboração própria com base na SEDLAC com base em pesquisas domiciliares da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru, Uruguai.

GRÁFICO 11.

DIFERENÇA DE PONTUAÇÃO ENTRE OS ESTUDANTES 25% MAIS RICOS E OS 25% MAIS POBRES NA PROVA DE MATEMÁTICA PISA, 2012



Fonte: OCDE (2013). PISA 2012, Vol.II, Quadro II.2.4a.

* Observação: (1) Todas as diferenças são estatisticamente significativas. (2) Os mais pobres são os estudantes do quartil mais baixo do Índice de Nível Socioeconômico e Cultural (Isec) do PISA 2012. Os mais ricos são os estudantes do quartil mais alto do Isec.

pois só ficavam nela os que não podiam pagar a escola particular. Isso eliminou o encontro de diferentes classes sociais nas escolas.

No [Gráfico 10](#) pode-se observar o aumento de matrículas para o ensino fundamental em escolas particulares em todos os quintis de renda durante a primeira década do século XXI. Mostra também a forte diferença entre os mais ricos, que utilizam majoritariamente a educação privada, e os mais pobres, a quem não resta outra saída senão “conformar-se” com o sistema público. O maior aumento se dá no quarto quintil de renda, ou seja: a classe média, em que as matrículas na escola particular aumentaram 9% entre 2000 e 2011.

A recente melhora na capacidade aquisitiva de uma parte da população só fez aumentar o problema da segregação, pois as famílias que ingressaram na classe média abandonaram os serviços públicos diante de sua insuficiência, tanto em qualidade quanto em cobertura. Isso é causa e consequência da desigualdade, pois “o modelo preponderante de crescimento econômico na região não gerou condições para a integração social. A desigualdade se reduziu muito levemente, e as escolas provavelmente refletem essa situação: mais famílias buscaram a escola particular para “refugiar-se” dos pobres e separar-se socialmente em âmbitos urbanos fortemente desiguais. Essas transformações minaram as possibilidades de integração

social na escola pública e constituem um desafio de primeira ordem para o futuro.”¹⁰⁹

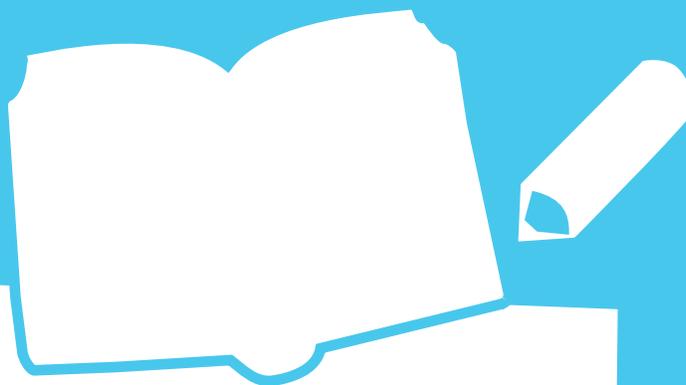
De acordo com os resultados da prova PISA 2012, as defasagens de aprendizado de leitura entre alunos e alunas pertencentes à classe média de escolas públicas e escolas particulares se acentuaram. A defasagem de aprendizado de matemática entre estudantes da classe média de escolas particulares e públicas flutua entre 25% no México e 80% no Brasil e no Uruguai¹¹¹. (ver [Gráfico 11](#))

O Chile é, sem dúvida, um caso extremo. Segundo dados de 2012, mais de 60% dos estudantes frequentavam escola particular. Esse alto nível de privatização provocou, durante anos, amplas mobilizações de cidadãos, que conseguiram ser levadas em conta pelo partido que alcançou o poder nas eleições de 2014. Assim, uma das primeiras decisões políticas do novo governo de Michele Bachelet foi a entrada em vigor de reformas para compensar a desigualdade provocada pela privatização do ensino (ver [Quadro 4](#)).

Não obstante, as médias de rendimento em muitos casos ocultam assimetrias no interior dos próprios sistemas privados de educação, nos quais coexistem escolas de elite com educação de alta qualidade e escolas com níveis de qualidade similares ou inferiores aos das escolas públicas. Um estudo realizado no Peru que analisa o impacto das escolas particulares de baixo custo na

* Medida como porcentagem de um desvio-padrão.

QUADRO 4.



O MOVIMENTO ESTUDANTIL CHILENO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A política educacional chilena tinha entre suas bases o crédito educativo com aval do Estado, que foi introduzido no país em 2005. Essa medida aumentou a cobertura da educação superior; entretanto, o financiamento recaía sem regulamentação sobre o estudante, sem possibilidade de seleção das instituições e deixando o campo aberto ao lucro. As consequências para 2011 já eram evidentes, duas gerações de estudantes que desertaram das universidades ou que se inseriram de maneira precária no mercado de trabalho.

Nesse contexto, abriu-se espaço político para discussão de uma reforma da educação superior, o que não ocorria havia vinte anos. Os estudantes da “Revolução dos Pinguins”¹¹¹ de 2006 se mobilizaram depressa. A falta de abertura ao diálogo por parte do governo levou à radicalização dos protestos. As marchas massivas e muito criativas também geraram uma identidade de grupo, além de respeito e aceitação da mobilização nas ruas como uma medida legítima e poderosa de pressão por parte dos cidadãos. Para fazer frente às ofensivas midiáticas das empresas de comunicação tradicionais e úteis ao governo, foram usadas as redes sociais, nas quais se publicava informação que desmentia as cifras oficiais divulgadas nesses espaços.

A expansão da mobilização a todos os cantos do país, não só na capital, contribuiu para gerar um processo de empoderamento popular que deu margem a um movimento massivo ao qual se uniram desde organizações sociais e grupos de ativistas contrários ao modelo de desenvolvimento social, político e econômico, até os que lutavam pela tolerância à diversidade sexual. Todos se envolveram, gestando um movimento massivo e popular.

Com esse amplo e generalizado respaldo, a mobilização pela educação conseguiu ser escutada pelo partido que tomou o poder em 2014, e suas demandas foram incorporadas à agenda governamental. Em janeiro de 2015 foi aprovada a lei que punha fim ao lucro na educação.

Fonte: elaboração própria com base na Clade, 2012.

QUADRO 5.



ÊXODO E CRISE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO PERU

Embora, nos últimos anos, o investimento em educação tenha aumentado e tenham ocorrido avanços na melhoria da qualidade da educação pública, ainda existem profundas brechas e deficiências de caráter estrutural¹¹³. A insuficiente alocação de recursos, a pouca continuidade das políticas de inovação e melhoria educativa, o apoio limitado e a pouca capacitação do docente e a reduzida capacidade de gestão explicariam esses resultados negativos.

Um problema sério é a falta de vontade política para fortalecer a educação pública, o que se reflete no reiterado descumprimento do compromisso assumido pelos principais partidos e grupos políticos de aumentar substancialmente os recursos para a educação. Esse compromisso, estabelecido no Acordo Nacional de 2002, deveria incrementar o orçamento educacional ao equivalente a 16% do PIB, a fim de garantir acesso universal à educação pública gratuita e de qualidade¹¹⁴.

A realidade é que, desde 2002 até esta data, o orçamento para a educação pública tem flutuado abaixo de 4% do PBI, apesar das reiteradas declarações oficiais que reafirmam e ratificam a promessa de alcançar a meta de 6%^{115,116}. De fato, essa meta foi adiada reiteradamente, de tal forma que somente se cumpriria em 2021, ou seja, quase duas décadas depois da data em que se firmou o compromisso¹¹⁷.

A crise da educação pública no Peru reflete-se na migração dos estudantes para a educação privada — onerosa e não necessariamente de melhor qualidade —, fenômeno encabeçado pelos setores de classe média e popular emergente. Estima-se que, durante a década passada, a cobertura educacional privada aumentou em mais de 1 milhão de alunos, enquanto a cobertura pública diminuiu¹¹⁸. Atualmente, nas principais cidades do Peru, os estabelecimentos privados têm praticamente o mesmo número de alunos que os estabelecimentos públicos, ao passo que em Lima as escolas particulares têm três vezes mais alunos que as públicas.¹¹⁹

O recente auge econômico e a melhora da renda familiar de alguns grupos acelerou esse processo de migração, o que alimentou a privatização da educação e a conversão da educação pública em um sistema marginal ao qual recorrem apenas os setores com menos recursos. A grande demanda por educação privada converteu-se em uma nova área de expansão de negócios privados^{120,121,122}.

A privatização do setor educacional, que se alimenta da crise da escola pública, amplia a desigualdade de oportunidades e mostra como o acesso à educação de qualidade no Peru continua sendo um privilégio.

Fonte: elaboração própria.

desigualdade conclui que, dada a falta de uma regulamentação eficiente do Estado, essas escolas podem facilmente explorar as aspirações de melhora dos pobres sem nenhum resultado real nos níveis de aprendizagem dos alunos¹¹².

A educação pública universal, gratuita e de qualidade é uma das políticas com maior capacidade de redução da desigualdade a longo prazo. A falta de investimento na escola pública e o aumento da migração das classes médias e altas para a escola particular fazem da política educacional um multiplicador de desigualdades, em vez do contrário. Para isso é necessário um aumento considerável do investimento público, junto com a melhora das condições e de salário dos professores, para que eles se sintam dignificados e motivados; também é necessária uma formação docente com melhores padrões de qualidade, materiais didáticos e recursos pedagógicos de qualidade, o aumento das horas de aula, a revisão do currículo de forma que garanta a construção de pensamento crítico, a consciência de direitos, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, bem como o questionamento de qualquer forma de discriminação. Sem esquecer que urge uma melhora na governança do sistema educacional, onde o Estado seja também um exigente regulador dos centros privados.

Será necessária uma clara aposta em uma escola pública a ser frequentada tanto pelos setores desfavorecidos como pelas classes



“Emergência?”. Foto: © Frederick Meza Díaz | El Salvador | OXFAM

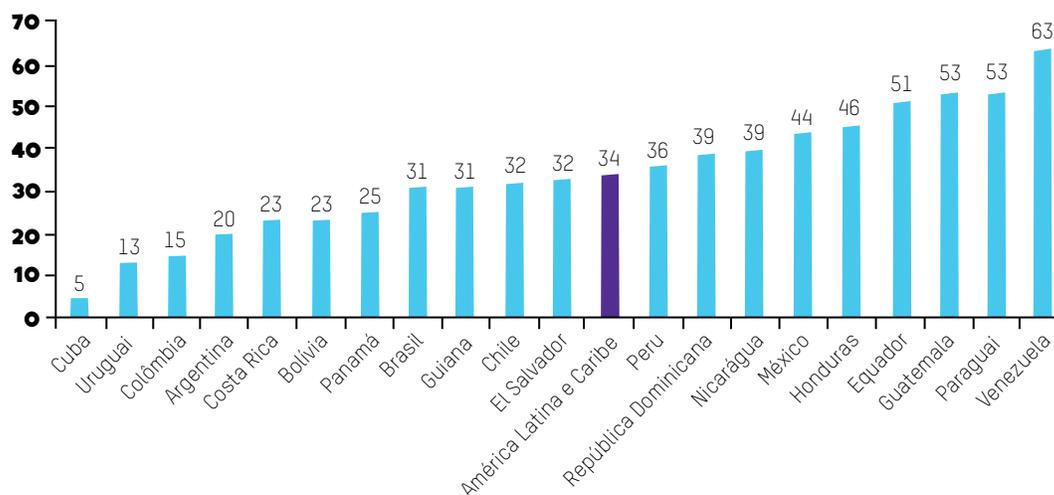
médias, que garanta direito igual à educação de qualidade e onde se crie um espaço de relações entre iguais.

PRIVATIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Assim como na educação, a prestação privada de serviços de saúde na América Latina e no Caribe aprofunda a desigualdade de acordo com a capacidade aquisitiva da população. A oferta privada de saúde, pensada como um meio de conseguir a ampliação da cobertura, melhoras na qualidade e promoção de concorrência é, na realidade, um fator determinante da discriminação ao acesso. Os gastos elevados que a população desembolsa de seu orçamento familiar em saúde são um sintoma desses problemas e da falta de cobertura ou qualidade dos sistemas públicos de seguridade social. O aumento das despesas pessoais com saúde

GRÁFICO 12.

DESPESAS PESSOAIS COM SAÚDE NO DIA A DIA, COMO PORCENTAGEM (%) TOTAL DE GASTO EM SAÚDE, 2014



Fonte: elaboração própria com base na CLADE, 2012.

no dia a dia das famílias provocou aumento da desigualdade, dadas as restrições enfrentadas pelas famílias pobres da região.

As despesas pessoais com saúde no dia a dia — entendidas como gasto privado em saúde das famílias feito de maneira direta — aumenta com a presença de adultos idosos e crianças na família. Os desembolsos principais incluem sobretudo medicamentos e despesa hospitalar¹²³. De acordo com Pedraza¹²⁴, a evolução das despesas pessoais com saúde no dia a dia em sete países da América do Sul revela um incremento de forma agregada e *per capita* entre 2000 e 2011. O incremento foi constante em países como Brasil, Colômbia e Chile, ao passo que Uruguai e Paraguai mostraram uma leve queda no final do período. A Venezuela tem o gasto mais

elevado, e sua participação no gasto total — público e privado — em saúde também é o mais elevado.

O Gráfico 12 mostra a proporção das despesas pessoais com saúde no dia a dia das famílias em relação aos gastos totais em saúde.

Em 2012, com exceção de Cuba e do Uruguai, o gasto realizado pelas famílias supera 20% do gasto total com saúde. Países como Venezuela, Equador, Guatemala e Paraguai apresentam porcentagens até superiores a 50%. Paradoxalmente, Cuba, com as despesas pessoais com saúde no dia a dia mais baixas, mostra alguns dos melhores indicadores de saúde de todo o continente.

A explicação do aumento dos gastos com saúde por parte das famílias tem

múltiplas respostas: baixos níveis de gasto público que devem ser compensados pela população; baixos impacto e qualidade do serviço público; sistemas segmentados e fragmentados que impedem cobertura e acesso universais; baixas cobertura e qualidade dos sistemas de seguridade social. A distribuição das despesas pessoais com saúde no dia a dia conforme a renda mostra incidência em todas as faixas de renda, embora mais inclinada para os mais pobres. O Uruguai é a exceção, devido ao baixo nível de despesas pessoais com saúde no dia a dia.

No **Quadro 6** são apresentados exemplos dos efeitos que tiveram diversos sistemas de privatização da saúde.

Esse panorama mostra de maneira preocupante a falta de prioridade fiscal do setor da saúde na região, cuja consequência mais clara é o uso de serviços privados e a alta proporção das despesas pessoais com saúde no dia a dia que, em geral, só podem ser assumidas pelas famílias mais ricas.

PRIVATIZAÇÃO DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO: NOSSA VIDA NAS MÃOS DO MERCADO?

O acesso a fontes de água potável e saneamento básico é outro fator central para a promoção do bem-estar na América Latina e no Caribe. Seu uso tem impactos muito significativos na saúde. Trata-se de um importante bem social e público que desempenha um papel essencial para a vida.



“Líquido vital”. Foto: © Miguel Antonio Villalta Vásquez | El Salvador | OXFAM

Embora as coberturas de água e saneamento na América Latina e no Caribe tenham tido avanços importantes e se encontrem, em média, acima de 90% e 80%, respectivamente, existe um desafio particular: a brecha existente entre as áreas urbanas e rurais em cada país. As desigualdades de acesso aos serviços de água e saneamento básico na região ficam exacerbadas pelos processos de privatização dos serviços por que passaram vários países. A motivação do setor privado, em particular das grandes empresas prestadoras de serviços básicos, está associada à busca de lucros, e não à melhora dos resultados em termos de bem-estar da população¹²⁶. Diferentemente da educação e da saúde, cujos serviços são fornecidos por esquemas que combinam oferta pública e privada, os casos de serviços como água e saneamento

QUADRO 6.



REPÚBLICA DOMINICANA, COLÔMBIA E PERU: EXEMPLOS DOS EFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA ASSEGURAÇÃO EM SAÚDE

Na República Dominicana, a gestão de dois novos centros hospitalares de alta especialização foi transferida para gestores privados, modelo que acabou sendo “imitado” e aplicado a outros centros de atenção primária e hospitais do país. Os fundos públicos são geridos por empresas privadas, as “Administradoras de Riscos de Saúde” (ARS). Os segurados e beneficiários devem efetuar um copagamento total ou parcial para ter acesso a determinados serviços em função do nível de cobertura contratado. As ARS estão gerando lucros abundantes, com um retorno de mais de 20% sobre o investimento realizado. Entretanto, entre 2007 e 2011, as despesas não reembolsadas dos dominicanos em saúde aumentaram 60%.

A Colômbia foi um dos primeiros países da América Latina a introduzir a universalidade no acesso à saúde. No entanto, o sistema público foi pouco a pouco desmantelado, e as seguradoras privadas — EPS, Entidades Promotoras de Saúde — começaram a desempenhar um papel-chave. Essas entidades oferecem dois tipos de pacotes, um para os trabalhadores assalariados (Regime Contributivo) e outro, muito mais limitado em cobertura e prestação de serviços, para os trabalhadores informais, camponeses e todos os que puderem provar que vivem abaixo da linha de pobreza (Sisben — Sistema Subsidiado de Saúde). Na prática, pode-se até supor que esses grupos mais vulneráveis tenham que pagar por determinados níveis de atendimento, algo inacessível dada a sua precariedade econômica.

O Peru realizou um processo de reforma de seu sistema de saúde, com forte apoio financeiro da USAID. Na atualidade, o sistema peruano oferece um pacote de asseguaração para os mais pobres, que não têm direito a proteção social como parte de suas condições de trabalho. É um pacote limitado, que reproduz a desigualdade no acesso à atenção sanitária. Parte das reformas iniciadas pelo governo facilita a entrada de financiamento privado através de seus agentes, que estariam autorizados a gerir fundos públicos (sob um modelo de APP – Aliança Público-Privada). Apesar de a reforma vir sob um lema de financiamento da proteção, as despesas pessoais com saúde no dia a dia passaram de 3,4 bilhões de dólares em 2009 para 4,35 bilhões em 2013, um aumento de 28% em apenas 4 anos.

Fonte: extraído de “The trap underlying universal health coverage: the struggle to realise the right on health in Latin America”.
Por Rafael González Guzmán e Nashielly Cortes Hernández. Maio de 2015¹²⁵

são, por definição, monopólios naturais que impedem a entrada de uma quantidade suficiente de operadores para cobrir a oferta do serviço. Isso impõe desafios adicionais em matéria de regulamentação nos casos em que o fornecimento é realizado por empresas privadas¹²⁷.

A mercantilização do acesso a água e ao saneamento, concebidos como qualquer outro serviço, limita a responsabilidade do Estado em provisão de bens sociais. Os resultados e a avaliação de impacto revelam modestos avanços — e até retrocessos — na melhora de cobertura e do controle de tarifas nos esquemas de privatização. O reconhecimento da água e do saneamento como direitos humanos e a formulação de políticas com esse enfoque deveriam ser uma estratégia central para a redução das brechas de acesso pela população.

Durante as décadas de 1980 e 1990 na região, organismos internacionais promoveram a entrada do setor privado na reforma do setor de água potável e saneamento. A justificativa para a participação do setor privado residia no argumento de que geraria o investimento necessário para o setor, aumentaria o acesso, melhoraria a qualidade dos serviços e descomprimiria os déficits do setor público. No entanto, as evidências existentes sobre os efeitos da privatização na América Latina são escassas e inconclusivas.

Em termos de cobertura, as evidências não são concludentes: estudos de avaliação de impacto e os resultados de pesquisas

de domicílios na Argentina, no Brasil e na Bolívia mostram que a privatização não se relacionou com um aumento da cobertura de serviços¹²⁸.

Na Argentina, verificou-se que os processos de privatização podem gerar obstáculos para que os mais pobres obtenham e mantenham o acesso aos serviços públicos. Nesse sentido, novas conexões em bairros carentes podem significar custos para os mais pobres que os obriguem a se reinstalar em outras áreas¹²⁹. Igualmente, estimou-se que os ganhos da privatização beneficiaram de modo desproporcional a população argentina de rendas média e alta e que ocorreram problemas de capacidade de pagamento nos domicílios mais pobres. Por último, verificou-se que apenas 69% das famílias pobres da Argentina se beneficiaram da privatização dos serviços de água e esgoto, contra 89% das famílias mais ricas, e que a proporção da renda destinada ao pagamento desses serviços é de 2,7% e 0,5%, respectivamente¹³⁰. Outro aspecto a ter em conta é a capacidade de enfrentar os possíveis aumentos de tarifas. De fato, verificou-se que em quase todos os casos, após a privatização, os preços aumentaram, o que pode trazer também o aprofundamento da inequidade¹³¹.

AS PRIVATIZAÇÕES NÃO DEIXARAM A POPULAÇÃO MAIS SATISFEITA

As avaliações sobre o impacto da privatização, bem como a percepção dos



“Amor de mãe”. Foto: © Carlos Fernando Castro Roblero | Nicarágua | OXFAM

o USO DA ÁGUA TEM IMPACTOS MUITO SIGNIFICATIVOS NA SAÚDE, DESEMPENHA UM PAPEL ESSENCIAL PARA A VIDA E É UM IMPORTANTE BEM SOCIAL E PÚBLICO.

cidadãos, mostram o êxito relativo ou nulo desses processos. De acordo com o Latino-barômetro de 2013, só 30% da população latino-americana está satisfeita com os resultados da privatização na região. Essa porcentagem de aceitação se manteve, ao longo deste século, abaixo de 36%, o que mostra que a maturação dos processos de privatização não foi acompanhada

por mudanças radicais na percepção dos cidadãos. Separadamente, o Equador é o país que mostra maior aceitação às privatizações — 57% —, enquanto El Salvador e Chile — 16% e 18%, respectivamente — registram os menores níveis de aceitação.

De modo complementar, no mesmo estudo, somente 27% das pessoas entrevistadas declararam estar satisfeitas com os serviços privatizados, o que confirma uma tendência generalizada na região sobre os efeitos negativos dos processos de mudança de propriedade.

Tudo isso põe em evidência o fato de que os processos de privatização de serviços básicos sem marcos regulatórios adequados e legislação que promova a equidade no acesso e uso dos serviços pode ser prejudicial não apenas na fixação arbitrária de preços e tarifas como também na qualidade e no acesso universal, com os efeitos consequentes na transmissão e oportunidades e redução de desigualdades¹³².

EM RESUMO

A privatização dos serviços públicos aprofunda a desigualdade já existente na região. Os Estados devem garantir recursos públicos suficientes e tomar as medidas adequadas para assegurar que se prestem serviços públicos de qualidade e garantam direitos iguais a toda a população, sem pôr esse bem público nas mãos de interesses privados. A privatização do fornecimento de



"A vida em um par de mãos". Foto: © Salomón Vásquez | El Salvador | OXFAM

bens públicos gera segregação relacional e resultados na garantia de direitos. Além disso, contribui para a ruptura do pacto social necessário para enfrentar a desigualdade, pois afasta as classes médias e altas do uso dos serviços públicos e, portanto, de sua disposição em contribuir com financiamento e exigir os níveis de qualidade adequados. Os governos da América Latina e do Caribe devem priorizar políticas e investimentos suficientes para assegurar o fornecimento de bens como educação, saúde ou água, além de serem fortes reguladores do fornecimento privado desses bens se quiserem enfrentar a desigualdade.

CAPÍTULO

4



**DESAFIOS DO
MODELO ECONÔMICO:
ALÉM DO
"EXTRATIVISMO"**



A queda dos preços das matérias-primas e a menor demanda delas pela China atualmente estão provocando uma crise financeira em nível internacional que obriga a América Latina e o Caribe a repensar o modelo de desenvolvimento de vários de seus países.

Em grande parte, o crescimento econômico da região foi o resultado do bom preço das matérias-primas durante a década passada e do consequente *boom* extrativista. Além disso, vários países implementaram nacionalizações e reformas fiscais que incrementaram as receitas públicas provenientes desse setor e — em alguns casos, não em todos — aumentaram o investimento social. Porém, o fim desse modelo estava escrito e vem dando sinais de desaceleração há anos. Lamentavelmente, durante a época de bonança, os governos da região não priorizaram uma diversificação de seu aparelho produtivo e continuaram — e continuam — apostando em aumentar o modelo extrativista. Resultado: dependência que se quer resolver com mais dependência.

As expectativas de melhora para a população encontrarão agora um problema duplo: menos emprego e cortes no investimento público. Para enfrentar esta situação serão necessárias medidas imediatas que fortaleçam outros setores produtivos geradores de emprego, bem como a realização de reformas fiscais que substituam essas receitas.

O modelo extrativista¹³³ das economias latino-americanas padece de fraquezas



“Sem recursos”. Foto: © León Alberto Pérez Manzanera | México | OXFAM

estruturais que limitam consideravelmente sua contribuição a um desenvolvimento que garanta, a longo prazo, direitos iguais para a população:

- Contribuição muito escassa na criação de empregos, ao mesmo tempo que gera obstáculos e incentivos negativos para o fomento de outros setores econômicos com maior capacidade de absorver a força de trabalho estancada nos segmentos mais pobres da população.
- Limita as possibilidades de desenvolvimento mais diversificado das exportações em particular e da economia em geral e põe em risco a sustentabilidade do crescimento e das finanças públicas.
- Os países produtores são muito vulneráveis às flutuações dos preços internacionais das matérias-primas, o que fragiliza suas economias e as torna mais dependentes dos vaivens dos mercados internacionais.

- Às fraquezas em matéria econômica se junta o fato de que o modelo extrativista não é ecologicamente sustentável a longo prazo. É certa a data de caducidade do modelo em todos os países, pois ele explora recursos esgotáveis.

DEPENDÊNCIA EXTRATIVISTA À BEIRA DO PRECÍPÍCIO

Em 2011, as exportações de matérias-primas representaram 60% do total de exportações da América Latina e do Caribe, contra 40%¹³⁴ em 2000. A América Latina, em média, continua sendo tão dependente da extração dos recursos naturais como era há quarenta anos¹³⁵.

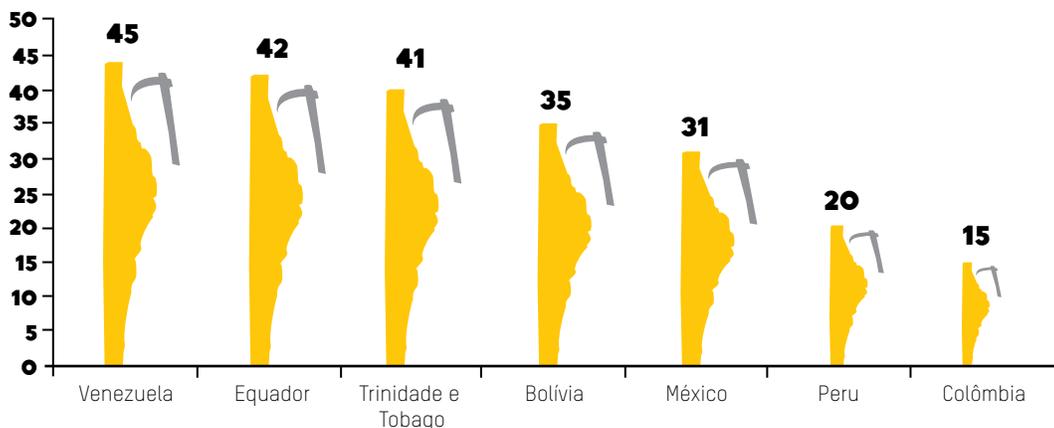
Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Trinidad e Tobago e Venezuela são os

países da região mais dependentes dos hidrocarbonetos e da mineração. Nesses países, no período 2010-2013, mais de 50% de suas exportações resultaram da atividade extrativista. Cabe destacar casos como o da Venezuela, onde o petróleo representa 96% das exportações¹³⁶.

A contribuição das indústrias extrativistas para as receitas públicas totais e os orçamentos — dependência fiscal — são também muito altas em alguns países da região. De acordo com os dados mais atuais disponíveis, estima-se que a Venezuela seja o país latino-americano que mostra o maior grau de dependência fiscal com relação aos recursos extrativos, com uma participação relativa de 44,5% das atividades extrativistas nas receitas totais durante o período 2010-2013¹³⁷. (Ver GRÁFICO 13).

GRÁFICO 13.

DEPENDÊNCIA FISCAL DE RECURSOS NATURAIS PARA VÁRIOS PAÍSES DA ALC (% DAS RECEITAS PÚBLICAS), 2010-2013



Fonte: Cálculos próprios do Grupo Proposta Cidadã com base na Cepal

Os altos preços dos recursos naturais na primeira década do século XXI explicam em grande parte os “anos dourados” pelos quais passou a região em matéria de crescimento econômico entre 2003 e 2008.

Mas o golpe não se fez esperar, e os anos de bonança não podiam durar eternamente. A recente desaceleração do crescimento das economias latino-americanas também está relacionada com a queda dos preços das matérias-primas em âmbito internacional e a diminuição do ritmo de crescimento da China¹³⁸, grande importador de matérias-primas latino-americanas na última década.

De fato, em diferentes países da região já se observa o impacto negativo sobre as finanças públicas da queda nos preços internacionais das matérias-primas¹³⁹, particularmente dos minérios e hidrocarbonetos, o que se traduz em menores receitas tributárias e uma ameaça ao equilíbrio fiscal e à capacidade dos Estados de financiar programas sociais e de atender às necessidades dos cidadãos (ver Quadro 7).

Além disso, a piora das perspectivas de crescimento econômico acentua os desafios estruturais que a região enfrenta: o aumento das exportações de matérias-primas significou a substituição de bens nacionais por produtos importados, desacelerando a produção manufatureira da região¹⁴⁹, que geralmente está relacionada com maiores probabilidades de geração de empregos de qualidade.

A INDÚSTRIA EXTRATIVISTA GERA POUCO EMPREGO DIRETO

O modelo extrativista utiliza capital de forma intensiva, mas não é uma fonte de emprego direto em massa. Além disso, em certa medida, está por trás das diferenças de produtividade entre os distintos setores econômicos e, portanto, também está relacionado com as defasagens salariais entre os trabalhadores.

O setor extrativista gera poucos empregos diretos. No Peru, por exemplo, a grande mineradora transnacional emprega cerca de 2% da População Economicamente Ativa (PEA), contra 23% na agricultura, 16% no comércio e quase 10% na indústria manufatureira¹⁵⁰. Em 2010, somente 0,5% da população empregada da região encontrava-se ocupada de forma direta nos setores extrativistas¹⁵¹.

As mulheres têm menor acesso a empregos estáveis no setor extrativista. Para 2012 estimava-se que, em um conjunto de 18 países da América Latina e do Caribe, 0,2% da população feminina empregada de 15 anos de idade ou mais estava inserida em atividades de mineração, comparada com 0,9% no caso dos homens da mesma idade¹⁵². Por essa razão, o modelo extrativista não resolve as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Os Gráficos 14 e 15 indicam que, apesar da maior contribuição das mineradoras para o PIB, a contribuição da atividade de mineração

RECUADRO 6.

HISTÓRIA REPETIDA: FIM DO AUGE E AJUSTE FISCAL



A queda nos preços internacionais das matérias-primas deixou muitos governos da região sem alternativas. Isso gerou, em cada país, queda das receitas tributárias, desequilíbrios fiscais e ajustes de orçamento que colocam em risco os gastos sociais e o investimento público.

No Peru, a diminuição na arrecadação de impostos das indústrias extrativistas em decorrência da queda dos preços internacionais foi agravada após a decisão do governo de reduzir gradualmente a alíquota do imposto de renda de pessoas jurídicas de 30% em 2014 para 26% em 2019. Essa redução, que visa fomentar a reativação econômica, beneficia substancialmente os grandes contribuintes, inclusive as empresas do setor de mineração e hidrocarbonetos.

O efeito combinado da queda de preços das matérias-primas e da redução da carga de impostos alimentou um perigoso declínio das receitas que o Estado peruano arrecada pela exploração de recursos naturais. No fim do primeiro semestre de 2015, a arrecadação de imposto de renda das empresas mineradoras havia diminuído 40% em comparação com o mesmo semestre de 2014, ao passo que a arrecadação do setor de hidrocarbonetos caiu 53%. Do mesmo modo, a arrecadação proveniente do imposto especial para a mineração diminuiu 39% e a do gravame especial para a mineração, quase 45%¹⁴⁰.

No Equador, onde se previa que as receitas do setor petrolífero financiariam até 15% do orçamento geral do ano de 2015, a queda nos preços internacionais pressionou negativamente o equilíbrio fiscal; estima-se que para cada dólar que cai no preço do barril de petróleo, o Equador perde entre US\$ 70 e US\$ 90 milhões por ano¹⁴¹. Acredita-se que, para que as contas do Estado equatoriano entrem em equilíbrio, o preço internacional deveria ficar no mínimo em US\$ 80 por barril¹⁴². Atualmente, o barril de petróleo está cotado em cerca de US\$ 50¹⁴³.

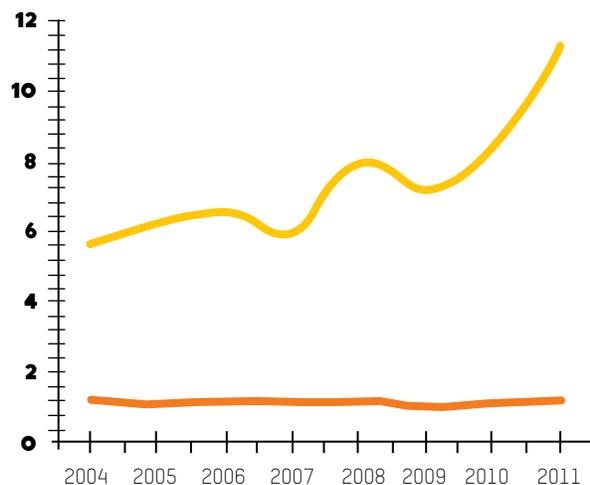
A Bolívia sofreu uma redução importante em suas receitas fiscais, também em consequência da queda dos preços do gás e do petróleo, que representam aproximadamente a metade das receitas do Estado¹⁴⁴. Em abril de 2015, a arrecadação do imposto direto sobre os hidrocarbonetos (IDH) havia caído 16% em relação ao mesmo mês de 2014, o que afeta em particular os royalties que os departamentos de produção recebem, assim como o financiamento de universidades, títulos e programas sociais e de saúde¹⁴⁵ pela pré-alocação de recursos diretamente das receitas geradas pelo IDH.

Na Colômbia, o auge da indústria petrolífera refletiu-se em sua crescente participação na arrecadação, que chegou a representar 22% das receitas fiscais no ano de 2013¹⁴⁶. Estimou-se oficialmente que a queda na arrecadação de tributos e dividendos provenientes do setor petrolífero em 2015 gerará um rombo nas receitas fiscais de cerca de 14,5 bilhões de pesos — por volta de US\$ 5 bilhões de dólares —, que terá de ser coberto com um incremento do déficit fiscal e aumento da carga tributária do restante da economia^{147,148}.

Fonte: Armando Mendoza, pesquisador da Oxfam no Peru.

GRÁFICO 14.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE MINERADORA E DA PEA NA MINERAÇÃO, COLÔMBIA, 2004-2011



— Atividade econômica (% do PIB total).
— PEA no setor da mineração (% do PEA total).

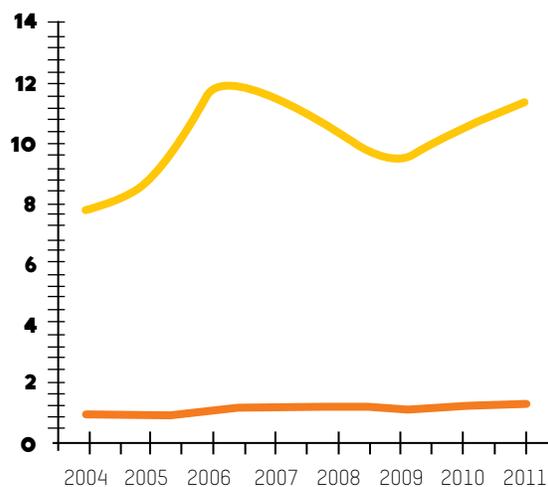
Fonte: Elaboração própria utilizando CEPAL e Ministério do Trabalho da Colômbia.

para a geração de emprego em países como Colômbia e Peru é mínima e basicamente invariável ao longo do tempo.

Um desafio urgente na região consiste em transferir a alta produtividade dos setores extrativistas — mineração e hidrocarbonetos — para os setores de baixa produtividade — indústria, agricultura e serviços —, o que permitiria gerar um círculo virtuoso de uso do excedente primário das exportações na diversificação e no aumento da produtividade do restante da economia, tarefa sobre a qual se insiste como um mantra há décadas, mas que ainda não foi abordada com força suficiente na região.

GRÁFICO 15.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE MINERADORA E DA PEA NA MINERAÇÃO, PERU, 2004-2011



— Atividade econômica (% do PIB total).
— PEA no setor da mineração (% do PEA total).

Fonte: Elaboração própria utilizando CEPAL e Ministério do Trabalho do Peru

DEPENDÊNCIA DO EXTRATIVISMO FREIA O DESENVOLVIMENTO DE OUTROS SETORES

A excessiva dependência do extrativismo costuma ser um freio ao desenvolvimento de outros setores de atividade. Os mecanismos pelos quais isso se produz são vários:

- Um deles é pela via macroeconômica, associada aos booms dos preços e à sua volatilidade. Um auge temporário nos preços das matérias-primas costuma resultar em aumento do tipo de câmbio real.
- Isso significa perda de competitividade dos outros setores produtores que não

estão incluídos no auge dos preços — a literatura denomina esse fenômeno de “doença holandesa”¹⁵³. Dessa maneira, esses setores reduzem sua participação nas exportações. Na Colômbia, por exemplo, a espetacular escalada de preços dos minérios está vinculada à estagnação das exportações de produtos agrícolas e de manufaturados entre 2009 e 2013, o que contrasta significativamente com a evolução positiva das exportações de fontes extrativistas, que quase triplicaram no mesmo período^{154, 155, 156}.

- Outro mecanismo é a própria natureza de “enclave”¹⁵⁷ das indústrias extrativistas, ou seja, sua escassa — para não dizer nula — concatenação com outros setores da atividade econômica. Pelo contrário, os setores manufatureiro e de serviços de alta produtividade caracterizam-se geralmente por ter economias de escala dinâmicas e externalidades fortes, ao passo que o setor de produção de matérias-primas — especialmente os minérios — tende a caracterizar-se por produção do tipo enclave¹⁵⁸. É impressionante, portanto, que os governos priorizem de tal maneira a indústria extrativista, e não outras indústrias que podem se concatenar e estimular o desenvolvimento de outros setores.
- Os altos níveis de investimento que a atividade extrativista exige e seus altos níveis de produtividade fizeram com que as indústrias extrativistas sejam as que geram as maiores riquezas, porém

concentradas em poucas mãos. Como foi destacado no [Capítulo 2](#) deste relatório, isso produz acúmulo de poder econômico e político, o que reforça a desigualdade econômica e é um caldo de cultura para a captura política.

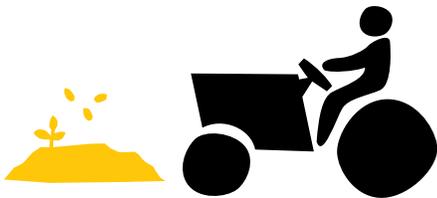
DIREITOS DE UNS À CUSTA DOS DIREITOS DE OUTROS?

Em âmbito local, as indústrias extrativistas produzem impacto direto no bem-estar das comunidades indígenas e rurais, especialmente em termos de degradação do meio ambiente. Vários países com povos indígenas¹⁵⁹ que habitam reservas ou parques naturais enfrentam o dilema de encontrar um modelo que consiga equilibrar a redistribuição de renda obtida pela exploração de recursos e garantir o bem-estar dessas populações com base no novo paradigma de desenvolvimento do Bom Viver, proclamado, por exemplo, pelas constituições da Bolívia e do Equador. Isso é um total paradoxo, devido aos seus níveis de dependência do modelo extrativista.

Também se empregaram métodos de repressão como resultado de manifestações de resistência indígena à desapropriação do território assim como ocorreu no Equador, onde foram abertos quarenta processos judiciais contra dirigentes da Confederação de Povos e Nacionalidades Indígenas (Conaie) por crimes de terrorismo, sabotagem e obstrução de vias, entre outros.

AS “OUTRAS” EXTRATIVISTAS: O MODELO AGROEXPORTADOR

Estima-se que a produção agrícola agregada da América Latina e do Caribe tenha ultrapassado os US\$ 300 bilhões, impulsionada pelo aumento do valor das matérias-primas agrícolas. A região é a principal produtora de açúcar, soja e café, abastecendo mais de 50% das exportações mundiais desses produtos¹⁶⁰. Contudo, como no caso da mineração e dos hidrocarbonetos, a produção de soja



BRASIL, ARGENTINA, PARAGUAI,
BOLÍVIA E URUGUAI CONTAM
COM APROXIMADAMENTE

47
MILHÕES
DE HECTARES

COM SOJA TRANSGÊNICA, COM ALTO
CONSUMO DE AGROQUÍMICOS.

A SOJA ABRANGE 90% DA
TERRA CULTIVADA NO PARAGUAI,
59% NA ARGENTINA,
36% NO BRASIL,
30% NO URUGUAY
E 24% NA BOLÍVIA.

e açúcar gera grandes ganhos de capital, cujos benefícios ficam nas mãos de muito poucos, cria poucos empregos e não é ecologicamente sustentável a longo prazo, sobretudo a de soja.

A principal área de produção de soja é formada por Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Os cinco países contam com aproximadamente 47 milhões de hectares plantados com soja transgênica, com alto consumo de agroquímicos¹⁶¹. A soja abrange 90% da terra cultivada no Paraguai, 59% na Argentina, 36% no Brasil, 30% no Uruguai e 24% na Bolívia¹⁶².

Desde 1996, quando a soja transgênica foi aprovada na Argentina, a área semeada aumentou em 25 milhões de hectares ao longo de quatorze anos. Brasil e Argentina concentram 90% da área de plantação de soja da região. Em 2009, Brasil, Argentina e Paraguai registraram os maiores índices nacionais de aumento da área semeada com essa cultura¹⁶³. Com o aumento da área semeada, o volume da colheita também aumentou.

Produção de soja, concentração de terras e desigualdade são fatores interrelacionados que obedecem a um círculo vicioso: a maior parte da produção provém de sistemas agrícolas altamente industrializados — sementes transgênicas, agroquímicos e maquinários. A intensa industrialização da produção decorre da marginalização dos pequenos agricultores ou de sua reduzida capacidade de investimento.

No Paraguai, em 2005, 4% dos produtores de soja concentravam 60% do total da área cultivada. No Brasil, em 2006, 5% dos produtores de soja manejaram 59% do total da área dedicada a essa cultura. Na Bolívia, durante a temporada 2009-2010, 2% dos produtores de soja controlavam 52% da área de produção. Na Argentina, em 2010, mais de 50% da produção de soja foi controlada por 2,6% do total de produtores, em extensões de mais de 5 mil hectares¹⁶⁴.

O modelo de desenvolvimento agroexportador gera importantes desigualdades nas zonas rurais e permite que poucos se apossam dos lucros em detrimento da população e da pequena produção.

EM RESUMO

O modelo extrativista — hidrocarbonetos, mineração e agronegócio, tão presente na América Latina e no Caribe, aprofunda as desigualdades socioeconômicas e ambientais a médio e longo prazo.

A queda dos preços das matérias-primas é uma oportunidade de investir no desenvolvimento de outros setores produtivos e obrigará o desenvolvimento de reformas fiscais para fazer frente à redução das receitas públicas de vários países da região.

A incapacidade de gerar mais empregos, os impactos ambientais, a falta de concatenação com outros setores de produção, o impacto em variáveis macroeconômicas como o tipo de câmbio e a conseqüente piora

da competitividade de outros setores exportadores, assim como a capacidade do capital associado ao setor extrativista de influir, em benefício próprio, no projeto das políticas que o regulam ou incentivam, tudo isso faz com que os governos latino-americanos tenham que adotar medidas efetivas para começar a diversificar suas economias e a procedência de seus recursos fiscais.

Se não se priorizarem políticas públicas que garantam essa diversificação por meio de incentivo à pequena e média empresa e aos pequenos produtores e se não se desenvolverem reformas fiscais que comecem a reforçar as receitas provenientes das altas rendas e do capital (ver Seção 5.4), os avanços na luta contra a pobreza e a desigualdade na região estarão seriamente ameaçados.



CAPÍTULO

5

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR A DESIGUALDADE



Nesta seção são analisadas as políticas públicas de maior relevância para reduzir a desigualdade econômica: políticas para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, política trabalhista, políticas de proteção social, política fiscal e serviços públicos de qualidade, principalmente educação, saúde e acesso a água e saneamento.

5.1 POLÍTICAS QUE PROMOVAM IGUALDADE ECONÔMICA ENTRE MULHERES E HOMENS

Se existe uma concentração extrema de riqueza e poder, é a que os homens têm em relação às mulheres.

A raiz da desigualdade está nas relações desiguais de poder entre mulheres e homens, expressa fundamentalmente no controle hegemônico dos homens sobre as estruturas econômicas e políticas, assim como o controle que eles exercem sobre o corpo das mulheres. No aspecto interseccional, essas relações desiguais de poder se cruzam com outras formas de opressão em razão de procedência geográfica, classe, cor, sexualidade, etnia etc.

Na região latino-americana, as lacunas econômicas e sociais entre homens e mulheres ainda exibem notáveis diferenças¹⁶⁵. Apesar de alguns avanços obtidos em matéria de igualdade entre homens e mulheres, muitas das estruturas de discriminação e dominação permanecem intactas e outras se aprofundaram.



“Guerreiras”. Foto: © Víctor Peña. | El Salvador | OXFAM

Uma das prioridades mais urgentes na região é a garantia de mecanismos políticos, sociais e econômicos que, por um lado, reconheçam os vieses de gênero explícitos e implícitos no mercado de trabalho e, por outro, implementem políticas públicas trabalhistas e de proteção que superem as lacunas de gênero e melhorem as condições das mulheres no mercado de trabalho. É necessário ter em mente que as políticas atuais ressaltam a ideia de neutralidade sem levar em conta as instituições — formais e informais — que provocam discriminação e segregação das mulheres no trabalho. Tais instituições operam em diversas esferas: em casa, nos centros educativos e no próprio mercado de trabalho sem reconhecer o trabalho, remunerado ou não, com o qual as mulheres contribuem para a sociedade.

As economistas feministas são claras em sua análise: “o que permite ao capitalismo colocar as mulheres nos escalões inferiores das hierarquias internas à força de trabalho não são as lógicas de funcionamento do próprio capitalismo, mas os componentes

de outro sistema de opressão que, embora entrelaçado com o capitalismo, goza de vida própria e autonomia relativa: o sistema patriarcal. A subordinação das mulheres, criada pelo sistema patriarcal, cujas origens são anteriores ao capitalismo, é então utilizada pelo capitalismo para seus próprios fins¹⁶⁶. Por isso, na Oxfam, entendemos que as desigualdades que afetam as mulheres interagem umas com as outras e, para enfrentá-las, é preciso repensar e reestruturar todo o sistema de organização social e econômica. Este relatório se concentra em analisar a desigualdade econômica no sistema atual e propõe políticas que podem ajudar a reduzi-la.

DESIGUALDADES DE GÊNERO: EDUCAÇÃO, TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO E SEGURIDADE SOCIAL

As diferenças de gênero nos resultados educativos são um fator determinante das possíveis diferenças econômicas e sociais. Na América Latina e no Caribe, as brechas de gênero no ensino fundamental e ensino médio foram se fechando — inclusive revertendo sua tendência — para favorecer as mulheres. Em 2012, a média de anos de escolaridade das mulheres chegou a 9,5 e a dos homens, a 8,7¹⁶⁷. Lamentavelmente, isso não possibilitou a igualdade de condições de acesso ao mercado de trabalho para as mulheres.

Os papéis tradicionais de gênero penalizam as mulheres ao colocá-las como as únicas

responsáveis pelas tarefas do trabalho doméstico e reprodutivo. Isso limita o avanço das mulheres até a plena autonomia econômica.

Após um aumento constante nos últimos anos, a taxa de participação das mulheres na força de trabalho, que chegou a 50%, ainda é 21% inferior à dos homens. E a taxa de ocupação é 22% inferior à masculina. Além disso, o desemprego feminino chega a 8,2%, ao passo que o masculino é de 4,4%¹⁶⁸.

A porcentagem de mulheres que trabalham no mercado informal é de 53,7%, taxa 5% superior à dos homens, o que em geral significa baixa remuneração e condições de trabalho precárias¹⁶⁹.

As mulheres ganham menos que os homens, mesmo que realizem o mesmo trabalho e tenham o mesmo grau de instrução. Em média, as mulheres da América Latina e do Caribe ganham 78% do salário dos homens, e a discriminação é maior quanto menor for o grau de instrução. Essa discriminação persiste em todos os níveis educacionais¹⁷⁰.

A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho se dá em atividades de baixa qualificação e em condições de alta precariedade e vulnerabilidade laboral.

As mulheres concentram-se nos setores de baixa produtividade, caracterizados por instabilidade de emprego e limitada cobertura de seguridade social. No setor de serviços, em particular, as mulheres constituem 63% do pessoal empregado. Aqui

se inclui o trabalho doméstico, representado por 27% das mulheres empregadas no setor de serviços e caracterizado por falta de proteção e condições de trabalho precárias.

Outro setor de baixa produtividade e que é importante para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, embora com diferenças segundo o país, é a agricultura. Nesse setor, uma grande proporção atua como trabalhadora familiar sem remuneração¹⁷¹. Nos setores de produtividade média, o têxtil se destaca como importante fonte de emprego para as mulheres, especialmente na América Central, mas é um emprego de jornadas extenuantes, condições insalubres e salários miseráveis¹⁷².

Esse cenário desfavorável para as mulheres também se manifesta na segregação do tipo de trabalho a que elas têm acesso. As normas culturais e barreiras sociais impedem a inserção feminina em postos de trabalho que são considerados “exclusivos” do sexo masculino. De acordo com a Cepal, em 2013 quase 77% da população feminina empregada estava inserida nos ramos de serviços e comércio, que em sua maioria são informais, de baixa produtividade ou relacionados ao trabalho doméstico.

Na região, 31% dos empregos femininos são vulneráveis*. Em países como Bolívia, Peru, Nicarágua, Honduras, Guatemala e Colômbia, esse índice é superior a 60%^[v].

Além disso, a capacidade das mulheres de acessar recursos produtivos é limitada pela estrutura das entidades financeiras^[vi].

O trabalho doméstico e reprodutivo é invisibilizado, desvalorizado socialmente e assumido na maioria das vezes pelas mulheres, que em geral o exercem sem remuneração. Entre as que não procuram emprego — inativas —, 53% dedicam-se ao trabalho doméstico e reprodutivo, ao passo que apenas 5% dos homens inativos o fazem. Ou seja, metade das mulheres não procuram emprego porque já têm um trabalho, que não lhes proporciona renda nem acesso à proteção social, um trabalho que garante as condições para o funcionamento do sistema econômico e social, mas que não é reconhecido. A média de horas que as mulheres dedicam ao trabalho não remunerado diariamente oscila entre pouco mais de quatro horas na Argentina e pouco mais de sete horas na Guatemala (ver Quadro 8).

As mulheres empregadas, na maioria dos casos, enfrentam uma carga de trabalho tripla — trabalho remunerado, trabalho doméstico e de cuidados e trabalho comunitário — e, muitas vezes, se veem forçadas a exercer atividades terciárias e informais, quando a flexibilidade de horário lhes permite cumprir todos esses encargos.

* O termo emprego vulnerável se refere às pessoas ocupadas em trabalhos familiares não remunerados e às pessoas com trabalhos autônomos.

QUADRO 8.

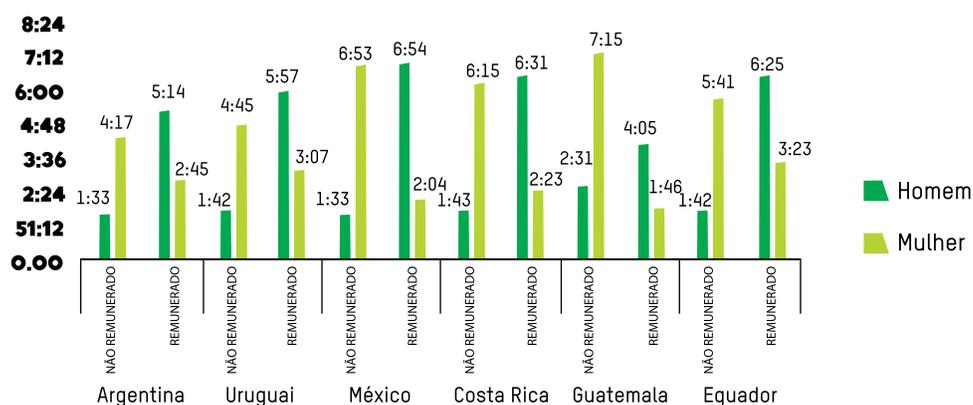


USO DO TEMPO: TRABALHO REMUNERADO E NÃO REMUNERADO

O Gráfico 16 mostra a carga de trabalho total segundo o sexo e discrimina o trabalho remunerado do não remunerado em seis países da região: Argentina, Costa Rica, Equador, Guatemala, México e Uruguai. A média de horas que as mulheres dedicam ao trabalho não remunerado diariamente oscila entre pouco mais de quatro horas na Argentina e pouco mais de sete horas na Guatemala. Entre os homens, a dedicação a esse tipo de trabalho não ultrapassa duas horas por dia. A exceção é a Guatemala, onde os homens trabalham cerca de duas horas e meia por dia sem remuneração, fenômeno explicado pela magnitude do trabalho agrícola não remunerado realizado nesse país.

GRÁFICO 16.

CARGA DE TRABALHO EM HORAS, POR TIPO DE REMUNERAÇÃO, SEGUNDO O SEXO, 2011



Fonte: Esquivel Valeria, 2011, Economía do Cuidado na América Latina, PNUD, EL Salvador.

O ACESSO DAS MULHERES À TERRA

Afirma-se que: “As mulheres têm menos terra, que além disso é de pior qualidade, e sua posse é muitas vezes insegura”¹⁷³. Desde 1980, várias reformas na região tiveram por objetivo estabelecer a igualdade de gênero no campo dos Direitos Humanos, entre os quais o direito de propriedade. As reformas realizadas na região incluíram as constitucionais e de código civil que estabelecem a igualdade entre homens e mulheres em aspectos como herança, propriedade conjugal ou patrimonial, quer seja no caso de casais casados ou em uniões de fato¹⁷⁴.

As leis agrárias e as relativas à terra foram menos flexíveis a essas mudanças. Apesar de alguns esforços, uma porcentagem reduzida de mulheres conseguiu obter títulos de propriedade. No caso das terras comunais e exidos do México, em 2007 só 20% dos exidatários¹⁷⁵ eram mulheres, embora representassem 42% das pessoas que viviam nas terras comunais¹⁷⁶.

Ademais, a participação das mulheres na produção agrícola rural na região, especialmente em atividades de autossustentabilidade, é cada vez maior. Estima-se que as mulheres contribuam com 48% da renda familiar, embora tenham apenas um quarto da propriedade da terra¹⁷⁷.

Além dos aspectos legais, existem barreiras ilegais que impedem a equidade de gênero com relação ao acesso à terra e à sua posse.

Entre elas, pode-se dizer que quatro são fundamentais:

- O fato de os programas de acesso ao crédito, capacitação técnica e mercado estarem focados nos agricultores homens.
- As organizações rurais são dirigidas principalmente por homens.
- As normas culturais e práticas patriarcais designam o homem como chefe de família e proprietário da terra e do patrimônio familiar.
- A titulação coletiva, cujo processo é definido com base em práticas consuetudinárias já estabelecidas na comunidade, favorece os homens. Do mesmo modo, também se assinalam as preferências e os privilégios dos homens no matrimônio.

Por fim, é importante mencionar o protagonismo da mulher rural nos processos de reivindicação dos direitos à propriedade da terra. O papel das mulheres nas estratégias organizativas e associativas e nos processos de mobilização em torno da reivindicação dos direitos à terra revelam seu protagonismo e sua liderança como agentes de mudança¹⁷⁸.

POLÍTICAS PARA EQUILIBRAR A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

As desigualdades de gênero exigem medidas que busquem transformar os sistemas sociais e econômicos de modo a valorizar

as atividades destinadas ao trabalho de cuidado e reprodução da vida e garantir que tais atividades sejam assumidas pelo Estado, pelos homens e pelas mulheres de maneira equilibrada.

Isso implica reformas trabalhistas que permitam maior equilíbrio entre a vida profissional e a pessoal e que as pessoas dedicadas a essas atividades não percam sua autonomia econômica. Será necessário redistribuir os papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, bem como promover políticas educativas e campanhas de sensibilização que priorizem mudanças, a fim de erradicar as causas estruturais da desigualdade nas sociedades latino-americanas.

Os governos costumam priorizar políticas de igualdade somente em favor de “grupos de mulheres vulneráveis”. Contudo, começaram a surgir algumas experiências de legislação trabalhista com enfoque de gênero. México e Chile adotaram medidas políticas — normas, programas e incentivos — para promover o emprego feminino. No campo da proteção social e pensões, alguns países como Argentina, Chile, Costa Rica e Uruguai encararam reformas para universalizar o direito das mulheres à proteção social¹⁷⁹. Como se explica no item 5.3, as mulheres têm pouca ou má cobertura dos sistemas de seguridade social por sua precária inserção no mercado de trabalho, devido, entre outros fatores, ao seu trabalho não remunerado ou mal remunerado. Por isso,



“Mulher que depena”. Foto: © Francisco Duque Quintero | Colombia | OXFAM

é necessário incorporar reformas aos sistemas de seguridade social de modo a assegurar a cobertura de pensões, saúde e riscos ocupacionais para as mulheres que não tenham seguro ou tenham cobertura insuficiente.

É essencial pôr em prática políticas que garantam o cuidado de crianças e idosos com incapacidade ou doentes para que as atividades de cuidado sejam assumidas como responsabilidade compartilhada entre o Estado, as mulheres e os homens.

Por exemplo, o desenvolvimento de creches e escolas infantis públicas teve um impacto importante na integração das mulheres ao mercado de trabalho. No entanto, 40% das crianças da região não estão matriculadas na pré-escola devido, entre outras razões, à falta de espaços públicos para pré-escolas. Nesse cenário, unicamente as famílias

urbanas e com recursos têm a possibilidade de estimular seus filhos desde pequenos. As mães de baixa renda, pelo contrário, veem sua capacidade de encontrar trabalho remunerado limitada ao ter que assumir o cuidado dos filhos.

Também é necessário sanar as deficiências na prestação de serviços de cuidado ou qualidade de vida — eletricidade, água — de maneira que as mulheres disponham de mais tempo fora de casa. México, Colômbia, Argentina e Brasil já têm algumas iniciativas desse tipo¹⁸⁰.

Do mesmo modo, políticas que facilitem o acesso a ativos produtivos, tais como créditos e outros instrumentos financeiros, assim como maiores níveis de escolaridade e acesso à terra, são elementos que comprovadamente permitem às mulheres ter uma posição melhor no momento de incorporar-se ao mundo do trabalho¹⁸¹.

Do ponto de vista da construção institucional, também se observam algumas experiências de incorporação da perspectiva de gênero nos planos, programas e projetos públicos, como a elaboração de orçamentos sensíveis ao gênero na Bolívia (ver Quadro 9).

Como explicado no Item 5.4, a política fiscal pode exacerbar as desigualdades de gênero ou ajudar a reduzi-las, dependendo de como foi projetada¹⁸². Na Bolívia, por exemplo, o imposto sobre valor agregado (IVA) afeta potencialmente um número maior de mulheres do que de homens, pois nos serviços não remunerados, como o

de cuidados, há mais mulheres, ao passo que nos serviços em que o IVA pago de outros impostos pode ser descontado — assalariados, empregadores, profissionais liberais e trabalhadores autônomos, cooperativistas de produção, entre outros —, os homens estão mais representados¹⁸³.

Em um estudo que realizamos pela Oxfam em quatro países da América Central e do Caribe, mostramos diversos vieses de gênero nos sistemas tributários, tais como a inexistência de deduções especiais para trabalhadores autônomos — onde as mulheres estão mais representadas —, o que não ocorre com os trabalhadores assalariados; a existência de alíquotas menores para os rendimentos de capital — entre cujos contribuintes as mulheres estão sub-representadas por causa dos obstáculos ao acesso a ativos econômicos; ou a não consideração de previsões que reconheçam e compensem de alguma maneira o trabalho não remunerado que a maioria das mulheres realiza ou o custo econômico de adquirir serviços de cuidado devido à insuficiência e inadequação dos serviços públicos¹⁸⁴.

Do lado do gasto público, a falta de informação separada por gênero impossibilita a visibilização do investimento efetivo em políticas de igualdade. A experiência boliviana com respeito ao planejamento de orçamentos sensíveis ao gênero (ver Quadro 10) pode ser uma boa referência, na qual também é importante considerar as análises realizadas por organizações feministas.

QUADRO 9.



O CASO BOLIVIANO: ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO PÚBLICO SENSÍVEL AO GÊNERO

Desde 2006 a Bolívia vem desenvolvendo um processo de incidência na elaboração do Orçamento Público, coletando a experiência de organizações setoriais com apoio de diversas instituições de cooperação para o desenvolvimento. Nesse processo, foi fundamental mostrar “para que” e “para onde” são orientados os recursos de gênero. Começou-se a desenvolver uma proposta de indicadores, categorias de análise e orientação do orçamento de gênero por solicitação de organizações feministas e das mulheres em geral. Também se identificaram quais são os eixos de subordinação de gênero e por meio de que programas se poderia contribuir para diminuir ou validar esses vieses de gênero.

Foram identificados quatro programas aos quais os recursos de gênero poderiam ser orientados. Do mesmo modo, foi-se trabalhando com o Ministério da Economia e Finanças para incorporar classificadores específicos que permitissem aos operadores públicos rotular e identificar os gastos que estão sendo orientados para os temas de gênero. As categorias de investimento em igualdade de gênero — categorias para análise e orientação do investimento público em igualdade de gênero — são:

Categoria de investimento focada nas mulheres (FM). Designa o investimento público em programas, projetos e serviços voltados exclusivamente para as mulheres nas diferentes etapas do ciclo de vida, com o objetivo de preencher as lacunas da desigualdade entre mulheres e homens e promover a autonomia e o exercício dos direitos. Esse investimento é constituído por medidas de ação positiva, compensatória ou de promoção especial para as mulheres.

Categoria de investimento em responsabilidade conjunta social e pública para cuidados e sustentabilidade da vida (CSV). Designa o investimento público que promove a responsabilidade conjunta do Estado, sociedade, comunidade e todos os membros das famílias no trabalho de reprodução social, de cuidados e de sustentação da vida, gerando condições materiais e culturais para uma melhor distribuição do trabalho doméstico e das tarefas de cuidado entre todos eles. Esse investimento deve contribuir para diminuir a carga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado que é realizado em casa, principalmente pelas mulheres, e liberar parte do tempo delas para ampliar as oportunidades de exercício dos Direitos Humanos e de acesso ao Viver Bem.

Categoria de investimento em cultura da igualdade (CI). Designa o investimento público que promove mudanças estruturais no sistema patriarcal, na gestão pública e nas relações de poder entre homens e mulheres. Compreende ações voltadas para gerar mudanças na institucionalidade e gestão pública — normas, políticas, planejamento e estrutura — e na forma de pensar e atuar da sociedade e suas instituições para alcançar a igualdade social, étnica e de gênero, bem como a modificação dos imaginários sociais e culturais e das relações de poder tanto entre mulheres e homens quanto intragênero e intergeracional.

Categoria redistribuição para a igualdade social e de gênero (RISG). Designa o investimento público voltado para redistribuição dos recursos públicos a fim de melhorar as condições de vida, o exercício dos Direitos Humanos e o acesso ao Viver Bem da população de poucos recursos, o que indiretamente contribui para melhorar as condições de vida das mulheres e ampliar suas oportunidades para o exercício de direitos.

Atualmente trabalha-se na construção de um Processo Metodológico de Custeio que procura definir o custo específico das intervenções mediante projeção segundo os anos de intervenção da ação e em função do objetivo de diminuir as lacunas da desigualdade, propondo os custos da implementação de leis, políticas e planos e articulando o processo de custeio das ações políticas do Orçamento Sensível ao Gênero, OSG.

Fonte: *Elaboração própria*

Apesar da falta de informação, os estudos específicos desenvolvidos sobre o tema evidenciam o parco gasto público destinado a atender às necessidades práticas e aos interesses estratégicos das mulheres, como a violência contra as mulheres, a prestação de serviços de cuidado, a capacitação no trabalho e as transferências monetárias a mulheres sem renda¹⁸⁵.

É importante destacar que a falta de serviços públicos de qualidade nas áreas de educação, saúde ou acesso à água afeta duplamente as mulheres, pois não só as afeta de forma individual na garantia de seus direitos como também tem impacto negativo nas condições em que elas realizam o trabalho reprodutivo, mesmo que este último seja considerado predominantemente um trabalho de mulher.

EM RESUMO

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho é pior que o dos homens tanto em quantidade quanto em qualidade, o que é um fator determinante na desigualdade econômica. É preciso desenvolver políticas e mecanismos que assegurem salários iguais para funções iguais, bem como o acesso a empregos de qualidade, e garantam que os Estados e as empresas assumam a responsabilidade que lhes cabe e promovam iniciativas para transformar os imaginários sociais em relação ao trabalho reprodutivo.

Os sistemas fiscais devem comportar incentivos e sanções para enfrentar a

discriminação das mulheres no sistema tributário, bem como assegurar recursos suficientes para o desenvolvimento de políticas que respondam às necessidades das mulheres. As políticas de proteção social, como os sistemas de seguridade social ou os programas de assistência, devem ser planejadas também para cobrir as deficiências do mercado de trabalho e redistribuir por todo o corpo social a carga de trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado que atualmente é realizado somente pelas mulheres. O acesso à terra e ao crédito é uma dívida histórica que exige reformas integrais inadiáveis.

O papel do Estado é determinante, pois ele é responsável pela garantia igualitária dos direitos e, portanto, por desenvolver políticas e leis que combatam a desigualdade, penalizando as empresas que não cumpram as normas e executando políticas que transformem as relações de poder. O [Capítulo 6](#) traz recomendações específicas e detalhadas para que se possa combater a desigualdade entre homens e mulheres.

5.2 POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO: TRABALHO DIGNO, FORMALIZAÇÃO E SALÁRIO JUSTO

A redução da pobreza registrada na América Latina na década passada é atribuída, em grande parte, ao aumento da renda familiar, graças ao aumento do salário mínimo e à formalização dos trabalhadores¹⁸⁶.

A importante contribuição do mercado de trabalho na redução da desigualdade ressalta a necessidade de se refletir sobre a importância do emprego e das receitas próprias como veículo de melhora das condições de vida. Daí a importância de não focar somente as políticas redistributivas, mas também as políticas distributivas, ou seja, os salários.

Porém, o trabalho vai muito mais além da remuneração e da riqueza. Cria dignidade e fortalece a estrutura social por meio da coesão. Uma grande parte das políticas sociais contemporâneas da região enfoca as transferências monetárias, mas se houvesse boas políticas trabalhistas e salariais, esse fenômeno poderia mudar.

A taxa de desemprego na América Latina e no Caribe esconde uma grande heterogeneidade. Esses países têm níveis de desemprego que vão de 11% na Colômbia a 3,5% em Cuba¹⁸⁷. Entre os jovens, as taxas são muito mais altas, oscilando entre o máximo de 28% na Nicarágua e o mínimo de 16%¹⁸⁸ no Uruguai. É interessante notar que o desemprego afeta os jovens de maneira diferente segundo o estrato social. Geralmente os jovens do quintil mais pobre são os que têm a maior taxa de desemprego na região: 37% na Argentina e 47% no Uruguai. Ambos os países são casos extremos¹⁸⁹. A porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham no quintil mais pobre da população é quatro vezes maior que a de jovens desempregados na classe mais alta¹⁹⁰.

DESEMPREGO AFETA QUASE



OS 20% MAIS POBRES QUE OS 20% MAIS RICOS

Na região, as desigualdades do mercado de trabalho entre pobres e ricos e entre homens e mulheres são acentuadas. O desemprego afeta quase cinco vezes mais os 20% mais pobres da população que os 20% mais ricos¹⁹¹. Se observarmos as diferenças entre os gêneros, as mulheres, apesar de ter aumentado sua participação no mercado de trabalho, têm uma taxa de desemprego duas vezes maior que a dos homens¹⁹².

A América Latina e o Caribe continuam apresentando níveis extremamente altos de informalidade. Em 2013, apenas 53%¹⁹³ dos trabalhadores eram formais, com grandes diferenças entre os países. A porcentagem de empregos informais é superior a 60% em países como Bolívia, Guatemala, Honduras, Equador, El Salvador, Peru e Colômbia, ao passo que no Chile e no Uruguai ela fica por volta de 32%¹⁹⁴. De novo, a informalidade é mais forte para os pobres e as mulheres.

As desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho provocam outras, que marcarão a vida das mulheres, reduzindo seus direitos. Uma análise detalhada de suas causas, consequências e soluções é dada no [Item 5.1](#).

Esses dados indicam a necessidade de se priorizarem as políticas de emprego voltadas para as populações mais vulneráveis, que são as pessoas empobrecidas, as mulheres e os jovens.

PRODUTIVIDADE E GERAÇÃO DE EMPREGO

O crescimento econômico da última década não resultou em mudanças na matriz produtiva da região, o que leva à perpetuação da desigualdade dadas as economias predominantes de enclave extrativista ([ver Capítulo 4](#))¹⁹⁵.

O setor de alta produtividade na região gera só 20% dos empregos, o de produtividade média emprega 30% dos trabalhadores e o de baixa produtividade representa 50% da força de trabalho. Nesse sentido, uma das primeiras estratégias econômicas para a redução da desigualdade e da exclusão tem a ver com a necessidade de diversificar a matriz produtiva e promover uma mudança nos níveis de produtividade dos trabalhadores por meio de políticas de apoio à indústria, à tecnologia e às pequenas e médias empresas (PMEs).

Além de políticas macroeconômicas que propiciem um ambiente favorável ao

investimento e à inovação, as intervenções também devem ocorrer em níveis setoriais que permitam o surgimento de encadeamentos produtivos intensivos em mão-de-obra que ativem a demanda de trabalhos de qualidade. O ano de 2014 foi caracterizado por uma leve queda nos níveis de desemprego na região, chegando a 6% em comparação com os 6,2% de 2013¹⁹⁶, o que evidencia a necessidade de políticas mais ousadas nesse sentido. No entanto, o cenário que se prevê para o mercado de trabalho no ano de 2015 não é muito alentador para a busca de progressos substanciais que ajudem na obtenção de melhorias em termos de pobreza e desigualdade. Estima-se que este ano a fraca geração de emprego também se traduza em moderado aumento da taxa de desemprego em âmbito regional, levando-a novamente ao nível registrado em 2013: 6,2%¹⁹⁷. É importante esclarecer que o desemprego na região é agravado pela existência do subemprego (em termos de horas e salário), que em alguns casos representa parte substancial da População Economicamente Ativa (PEA). Esse é o caso do Peru, onde em 2012 a população subempregada constituía mais de um terço da PEA¹⁹⁸.

POLÍTICAS DE EMPREGO CONTRA A DESIGUALDADE

Os avanços na formalização e na redução da desigualdade salarial estão correlacionados. As melhorias ocorridas entre 2009 e 2013 na

formalização do emprego contribuíram para diminuir as diferenças salariais, pois houve maior formalização no grupo de salários mais baixos em relação ao grupo de referência, de salários mais altos¹⁹⁹.

A formalização do emprego também tem um efeito direto sobre as capacidades do Estado de receber impostos para financiar políticas sociais redistributivas, gerando um processo virtuoso em direção à criação de Estados de bem-estar. Por outro lado, o alto nível de informalidade fortalece a desigualdade e termina afetando diretamente a base contributiva das políticas sociais. Normalmente a formalização é acompanhada por outros benefícios sociais, como a aposentadoria por tempo de contribuição e seguro de saúde, que ajudam na diminuição da desigualdade.

A melhora dos sistemas de proteção trabalhista também cumpre um papel preponderante no cenário de redução das desigualdades na região. Novas leis de proteção ao trabalhador no Uruguai, incentivos à formalização no Peru ou a lei do primeiro trabalho na Colômbia são exemplos dessas iniciativas²⁰⁰. Contudo, convém notar que esse processo em alguns países teve altos e baixos e está longe de ser consolidado. Tal é o caso do Peru: apesar do auge econômico da última década e do estabelecimento de incentivos e regimes trabalhistas especiais para a pequena e microempresa, não houve melhoras substanciais no emprego formal desses setores, o que manteve a taxa de

informalidade trabalhista em níveis próximos a 90%²⁰¹.

A questão da alta informalidade está intimamente relacionada com a baixa sindicalização dos trabalhadores latino-caribenhos. Os níveis de negociação coletiva são ainda muito baixos na região e há uma tendência generalizada à negociação direta no nível da empresa, principalmente no México, na América Central e na região andina. Com exceção da Argentina, do Uruguai e do Brasil, a proporção dos trabalhadores beneficiados pela negociação coletiva na América Latina e no Caribe é extremamente baixa, e varia de 4% dos trabalhadores assalariados em El Salvador até 16% na Costa Rica²⁰².

Nos países mais sindicalizados, Argentina, Uruguai e Brasil, o impacto da negociação coletiva é importante apesar do número de trabalhadores sindicalizados não ser muito alto — varia entre 22% de trabalhadores assalariados no Uruguai e 38%²⁰³ na Argentina —, pois os acordos coletivos incluem todas as pessoas empregadas no setor afetado pela negociação, independentemente de sua afiliação a um sindicato. A taxa de cobertura de trabalhadores assalariados por acordos coletivos é de 60% na Argentina e no Brasil, e de 100%²⁰⁴ no Uruguai. A capacidade de negociação coletiva tem repercussão direta nas políticas salariais, benefícios sociais e condições de trabalho.

POLÍTICA SALARIAL CONTRA A DESIGUALDADE: AUMENTO DE SALÁRIOS MÍNIMOS E TETO DOS SALÁRIOS MAIS ALTOS

Com respeito à política de melhora do salário mínimo, a evidência na região mostra o efeito positivo dos aumentos, o que permitiu uma melhora substancial nas condições econômicas de um importante grupo populacional cujas condições remunerativas eram precárias.

Aproveitando os notáveis processos de crescimento econômico da região, as políticas de aumento do salário mínimo levaram a uma relativa redução da desigualdade nas rendas salariais na maioria dos países; portanto, a revisão dos salários é uma das políticas que pode melhorar as condições de equidade econômica na América Latina²⁰⁵.

Durante a década que começou em 2000, os salários mínimos reais cresceram em 14 dos 18 países da América Latina. Esse crescimento foi particularmente alto na Argentina, no Brasil, em Honduras, na Nicarágua e no Uruguai; enquanto o México, El Salvador e o Paraguai caracterizaram-se pelo estancamento e a República Dominicana, pelo decréscimo salarial²⁰⁶.

“O salário mínimo no Brasil aumentou quase 50% em termos reais entre 1995 e 2011, um avanço acompanhado pela diminuição da pobreza e da desigualdade. Desde que assumiu suas funções em 2007, o Governo equatoriano presidido por Rafael Correa seguiu a política de elevação do salário

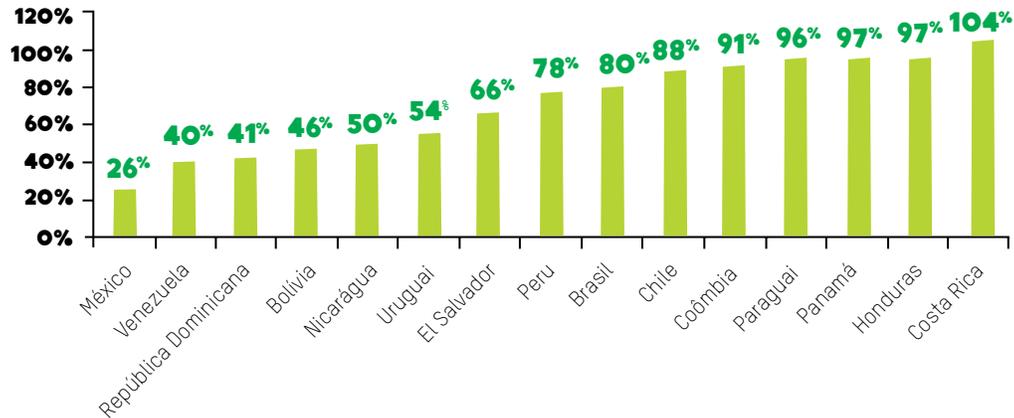
mínimo nacional a um ritmo mais rápido que o do aumento do custo da vida. O Equador integrou-se ao Foro Mundial Bananeiro a fim de melhorar as condições desse setor exportador chave. As empresas rentáveis já tinham a obrigação de compartilhar uma porcentagem dos lucros com seus funcionários, mas as novas normativas exigem também que as empresas paguem um salário digno, capaz de satisfazer pelo menos as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, e equivalente ao preço da cesta básica familiar de bens dividido pela média de assalariados por casa²⁰⁷. Há uma década, muitos trabalhadores ganhavam menos da metade desse valor²⁰⁸.

Em uma tendência de crescente formalização do emprego, a importância de políticas de salário mínimo é essencial para a redução da pobreza e desigualdade. Porém, é fundamental que o salário mínimo supere suficientemente a linha de pobreza. Do contrário, transforma-se em uma armadilha que reproduz uma situação de pobreza contínua.

Apesar dos progressos da última década na maioria dos países da região, continua havendo uma brecha importante entre salários mínimos de subsistência²⁰⁹ e salários mínimos legais. De 15 países, só na Costa Rica o salário mínimo legal satisfazia o salário mínimo de subsistência, com os casos extremos do México, da Venezuela, da República Dominicana e da Bolívia, que não satisfaziam nem 50% do salário

GRÁFICO 17.

RELAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO LEGAL/SALÁRIO DE SUBSISTÊNCIA, CERCA DE 2011



Fonte: Cálculos próprios do Grupo com base no ILO 2014.

mínimo de subsistência (ver Gráfico 17). No caso da Bolívia é lamentável que o salário mínimo ainda não satisfaça as necessidades de subsistência apesar do seu aumento constante desde 2006 em uma média de 9% por ano e sempre considerando o tipo de câmbio, a inflação e o ajuste ao IPC²¹⁰.

O aumento dos salários mínimos a níveis dignos e o efeito que isso produz no aumento do resto dos salários não só melhora a remuneração e dignifica o emprego, mas também possui um impacto positivo na demanda de bens e serviços, beneficiando as empresas²¹¹.

No caso mexicano, a falta de relação entre a produtividade e o nível salarial é excepcionalmente dramático e com fortes impactos na desigualdade econômica do país (Quadro 10).

O outro lado da moeda é a regulação dos salários máximos. Uma melhor distribuição das rendas salariais dentro das empresas e do setor público reduziria significativamente a desigualdade de rendas. Os salários máximos, tanto no setor público quanto no privado, devem ser limitados pois, como explicou T. Piketty em seu livro *O capital no século XXI*, chega-se a um ponto no qual as diferenças salariais deixam de ter qualquer relação com a produtividade dos trabalhadores e respondem mais ao poder de negociação das cúpulas empresariais, gerando concentração da renda e riqueza.

Algumas empresas inovadoras, cooperativas e órgãos dirigentes estão tomando medidas a respeito. A empresa brasileira SEMCO, por exemplo, emprega mais de 3.000 trabalhadores em diferentes setores e mantém uma relação salarial de 10 a 1²¹³.

Os dados mostrados sobre a insuficiência do salário mínimo para satisfazer o mínimo de subsistência prova quem são os claros perdedores dos processos de negociação tripartite entre os empregadores, os trabalhadores e o governo. As políticas de emprego mostram as desigualdades de poder dentro dessas negociações e a quem acabam privilegiando. Por essa razão, o papel dos Estados é determinante para a proteção do interesse coletivo. São os governos os responsáveis por promover maior igualdade salarial entre seus empregados e no setor privado, com políticas decididas que premiem as empresas que redistribuírem as rendas salariais: com a limitação dos salários dos altos cargos e a melhora dos salários mais baixos.

EM RESUMO

As políticas de emprego são centrais na luta contra a desigualdade. São necessárias políticas que enfrentem a discriminação contra coletivos específicos, como o de mulheres e jovens, e melhorem as condições de inserção dos setores mais empobrecidos. Os Estados têm o papel de garantir condições trabalhistas dignas e salários justos que protejam os direitos dos trabalhadores com a redistribuição dos lucros das empresas. Incentivo a atividades produtivas geradoras de empregos de qualidade e medidas para favorecer a formalidade são centrais na América Latina e no Caribe. Uma proposta específica de políticas que garantiriam

RECUADRO 10.

O CASO DO MÉXICO: DESIGUALDADE E POLÍTICA DO SALÁRIO MÍNIMO



Antes de 1976 existia no México uma relação relativamente estável entre o crescimento da produtividade e o crescimento dos salários na indústria manufatureira. Sua posterior desvinculação com a liberalização do comércio implicou que o aumento de competitividade das exportações tivesse pouco efeito nos níveis de qualidade de vida. De fato, no fim da década de noventa, o salário médio estava nos níveis de 1976, apesar de que no mesmo período a produtividade teve um incremento de 80%. No mesmo período, o salário real caiu 80%, e a proporção das remunerações e salários no PIB diminuiu de 40% para 18,9%.

As margens de lucro sofreram um enorme aumento. Essa política de liberalização econômica, que desvinculou os salários e a produtividade, foi o resultado de uma mudança político-ideológica na década de oitenta. Assim, duas décadas de reformas profundas alinhadas com o Consenso de Washington —os anos oitenta e noventa— contribuíram para estabilizar a tendência a reduzir a participação dos salários na receita nacional. A transição política de um regime autoritário de partido único para uma democracia eleitoral mais consolidada não alterou esse processo. Pelo contrário, a distribuição da renda do salário é ainda mais desigual hoje do que na década de oitenta.

Uma série de programas sociais foi criada para apoiar a população pobre e compensar a insuficiente remuneração trabalhista. Os objetivos indiretos desses programas incluem a melhora da distribuição da renda. No entanto, seu principal foco é a redução da pobreza. Essas iniciativas têm uma influência progressiva, ainda que baixa, na distribuição da renda. Mas seu sucesso parcial parece ter conseguido distrair a atenção do desastre da decrescente participação dos salários nos estratos mais pobres da população.

O México tem permitido um persistente e importante declínio dos salários mínimos. Seu valor em termos reais é hoje em dia 70% mais baixo que em 1980, e muito abaixo da linha de pobreza absoluta. Além de seu efeito no aumento da desigualdade, a política de salários mínimos



mantida até hoje ainda impacta a vida das pessoas. Um dos aspectos mais árdios é que o nível atual do salário mínimo no México está abaixo da linha de bem-estar ou de pobreza, além de estar abaixo do dobro da linha de bem-estar mínimo ou de pobreza extrema. Em palavras reais: um mexicano que trabalha uma jornada formal completa e ganha o salário mínimo continua pobre. Se com essa renda ele tem que manter, além de si, um membro de sua família, ambos são considerados pobres extremos²¹².

Obviamente, a produtividade mexicana permitiria aumentos significativos nos níveis de salário mínimo. De fato, ao comparar os níveis de salário mínimo mexicanos e sua produtividade com o resto da América Latina e Caribe, observa-se que México é um dos países com os níveis mais altos de produtividade — em segundo lugar vem o Chile — e, ao mesmo tempo, um dos países com o salário mínimo mais baixo da região, superando só os salários mínimos da Bolívia e da Nicarágua, dois países com níveis significativamente inferiores de desenvolvimento econômico.

Esses dados mostram a necessidade de considerar o conteúdo altamente ideológico e político das reações adversas às mudanças na política de salários mínimos no México. Considerando a disparidade entre níveis de produtividade e salários, uma nova política de salário mínimo — orientada a seu aumento —, teria baixo custo, além de fácil aplicação e um efeito positivo de diminuição na desigualdade dos salários. A principal razão atrás da reticência e da falta de aplicação de políticas mais igualitárias em termos salariais é a falta de vontade política dos principais atores para mudar a situação.

Fonte: elaboração a partir de Esquivel 2015 para Oxfam México, baseado em Krozer, A., J.C. Moreno-Brid e J.C. Rubio Badan (2015). "Inequality and Minimum Wage Policy: Not even talking, much less walking in Mexico"; SASE 27th annual conference Inequality In the 21st Century, LSE, 2-4 de julho 2015. Londres

a redução da desigualdade no mercado trabalhista é detalhada no [Capítulo 6](#).

5.3 PROTEÇÃO SOCIAL: UM TETO PARA POUCOS

Os sistemas de proteção social são essenciais na luta contra a desigualdade, pois desenvolvem políticas que ajudam a reduzir a vulnerabilidade das pessoas diante dos riscos do ciclo da vida, como a doença, a maternidade, a incapacidade ou a velhice, que podem significar perda de renda. Também incluem políticas públicas de atenção às necessidades específicas das populações mais excluídas. Nesse anexo analisamos os sistemas de seguridade social, as pensões não contributivas e os programas antipobreza focalizados. Na Oxfam afirmamos a importância da proteção social, não só para reduzir a desigualdade econômica, mas também para tornar a sociedade em seu conjunto mais solidária, igualitária e menos baseada no individualismo²¹⁴.

SISTEMAS DE SEGURIDADE SOCIAL

Os sistemas de seguridade social reproduzem as desigualdades do mercado trabalhista se não se introduzem medidas corretoras que permitam financiar com os salários mais altos as carências das pessoas com salários mais baixos.

Em matéria contributiva, a afiliação a sistemas de saúde e aposentadorias da população assalariada de 15 anos em diante teve uma tendência crescente entre 2000 e

2012. Embora a afiliação aos sistemas de pensões e de saúde tenha melhorado na maioria dos países, ela é muito variável²¹⁵. Para uma amostra de dezesseis países da região, a média de melhora nas coberturas foi de 9% e 12% em aposentadorias e saúde, respectivamente.

As exceções a essa tendência foram El Salvador, que sofreu um leve retrocesso, e o Uruguai, que a começos do milênio registrava praticamente 100% de afiliação e, portanto, continuou igual. Os maiores avanços foram registrados nas áreas urbanas da Colômbia e do Equador, no Peru e na República Dominicana²¹⁶.

A afiliação a sistemas de saúde da população empregada formal ou informalmente na área urbana em 2013 foi em média de 61%. Dos 12 países pesquisados destacam-se o Uruguai e a Costa Rica, com mais de 80% de cobertura; e o Equador, o México,

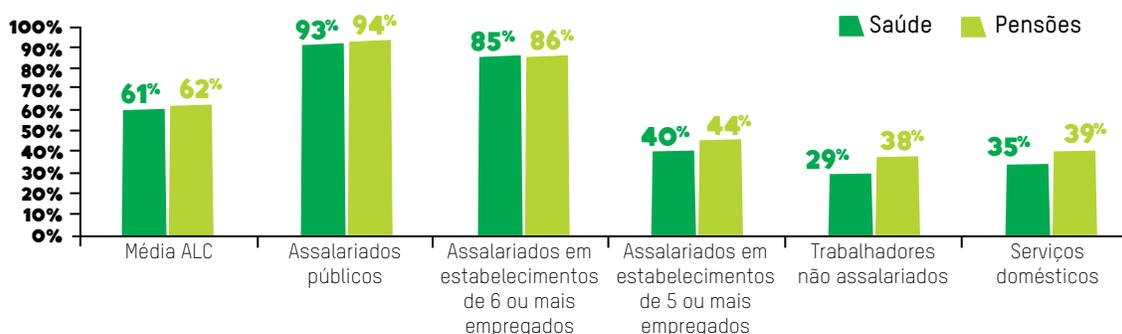
a Colômbia, El Salvador e o Paraguai, com menos de 50%²¹⁷. É importante destacar que por se tratar de dados da população urbana empregada não mostram a brecha de cobertura para as pessoas desocupadas e a população rural, onde a falta de previdência é significativamente maior.

Com respeito à cobertura de pensões da população com trabalho na área urbana em toda a região, a média é de 62%. Em um extremo, encontram-se países como a Costa Rica, o Brasil, o Panamá e o Uruguai, com uma cobertura média de mais de 70%; e, no outro, países como o Paraguai, com só 30% das pessoas empregadas, e a Colômbia e o Peru, com 40%²¹⁸.

Por trás desses dados há fortes desequilíbrios que respondem às diferenças de condições trabalhistas dentro do mercado de trabalho latino-americano (ver Gráfico 18).

GRÁFICO 18.

COBERTURA EM SAÚDE E PENSÕES DA POPULAÇÃO EMPREGADA URBANA POR TIPO DE EMPREGO, 2013



Fonte: elaboração própria com base em OIT (2014) "Panorama Laboral 2014".

É importante ressaltar com respeito às diferenças entre sexos que as mulheres assalariadas urbanas têm em quase todas as categorias uma cobertura maior que a dos homens, tanto em pensões como em saúde^[1].

Apesar disso, as mulheres são as que mais estão desempregadas e ocupando empregos informais, por isso têm proporcionalmente maior cobertura como dependentes e não como titulares, e maior presença nos regimes não contributivos que implicam menos prestações ou prestações de menor qualidade. Além disso, as mulheres têm menos garantias de obter pensões decentes na hora da sua aposentadoria. Isso acontece porque elas recebem um salário inferior e pelas dificuldades que passam na hora de completar o período de trabalho necessário para poder obter uma pensão contributiva. Isso é consequência tanto dos empregos descontínuos — flexíveis — aos que elas têm

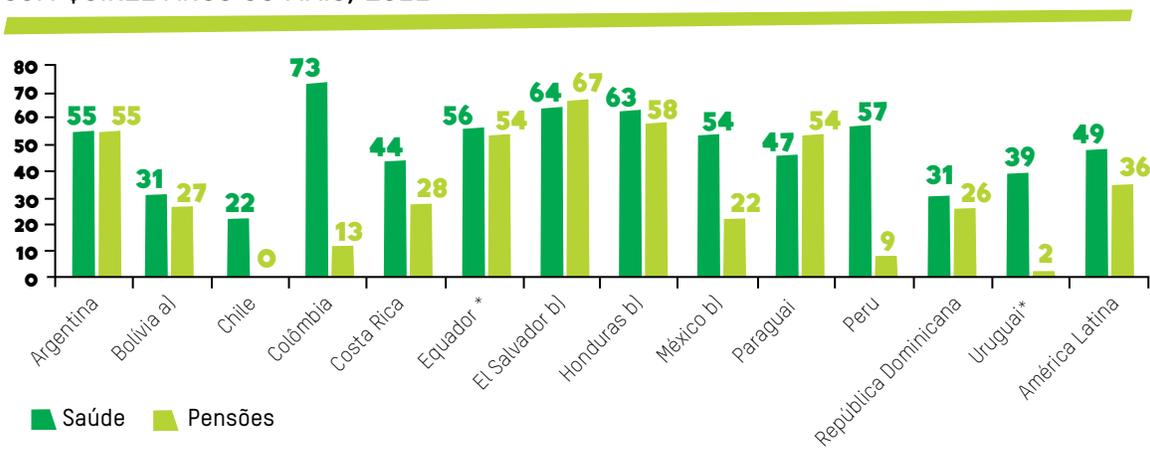
acesso, como da interrupção da carreira por maternidade. Só alguns países reconhecem atualmente o período de maternidade como período válido para o tempo de aposentadoria.

Além disso, entre as formas em que se expressa o acesso desigual aos sistemas de pensões e de saúde, há grandes disparidades de acordo com o nível educativo e o quintil de remuneração. Por exemplo: entre assalariados com educação universitária e assalariados com educação primária incompleta, as brechas são respectivamente de 55% na afiliação a um sistema de pensões e de 40% na afiliação ao seguro de saúde²¹⁹.

A brecha entre o quintil mais rico e o mais pobre na cobertura de pensões em um grupo de dezesseis países selecionados era de 49%. A Colômbia e o Peru, com 73% e 57%, respectivamente, registraram os valores mais altos (ver Gráfico 19). No caso da cobertura de saúde entre assalariados, a brecha média

GRÁFICO 19.

BRECHAS NA COBERTURA DE PENSÕES E SAÚDE (QUINTIL V-QUINTIL I) DE ASSALARIADOS COM QUINZE ANOS OU MAIS, 2011



Fonte: Cepal. Nota: a) Dados para 2009, b) Dados para 2010, *Somente dados urbanos.

AS PENSÕES NÃO CONTRIBUTIVAS
TÊM UM SIGNIFICATIVO PODER DE
REDUÇÃO DA POBREZA
E DA DESIGUALDADE,
ESPECIALMENTE ENTRE OS ADULTOS
MAIS VELHOS DAS ÁREA RURAIS.



NA **COLOMBIA** A TRANSFERÊNCIA
FOCALIZADA **REDUZ O ÍNDICE DE GINI**
ENTRE OS ADULTOS RURAIS DE 0,542
A 0,503, ENQUANTO NO PERU
A REDUÇÃO VAI DE 0,329 A 0,260

é menor mas continua, sendo importante —36% em favor do quintil mais rico. A maior brecha foi registrada em El Salvador²²⁰.

Nas três últimas décadas houve reformas estruturais que privatizaram total ou parcialmente as pensões “públicas” de seguridade social na região. A reformas tinham falhas graves como:

- Sua incapacidade de universalizar os direitos, pois estavam dirigidas a um mercado de trabalho urbano formal.
- O pressuposto de que a propriedade das contas individuais e a administração privada melhorariam a gestão e impediriam a intrusão da política²²¹.
- O espaço dado ao sistema privado de previdência e de saúde no espaço de

decisão sobre as condições dos sistemas e seu impacto negativo sobre os direitos universais.

Por essas razões, no Chile, na Argentina e na Bolívia os sistemas privados foram reformados com diversos enfoques, mas em todos os casos procurou-se reforçar o papel do Estado. Alguns países fortaleceram suas políticas de proteção aos trabalhadores aumentando o número de pessoas com seguro-desemprego. No caso do Uruguai, com trabalhadores rurais e trabalhadoras domésticas; nos casos da Argentina, do Brasil e do Chile, por meio do auxílio-doença e do seguro de acidentes pessoais, direito ao décimo terceiro salário, licenças e direitos de demissão. O Chile e o Uruguai, além disso, optaram por mudanças em matéria de proteção às trabalhadoras por meio de licenças por gravidez, nascimento e parto.

PENSÕES NÃO CONTRIBUTIVAS: AÇÃO CONTRA A DESIGUALDADE

Para superar a exclusão da população mais empobrecida dos sistemas de pensões contributivos, durante a última década, vários países criaram ou ampliaram seus sistemas de pensões assistenciais, pondo o foco na população pobre, ampliaram a cobertura ou supriram déficits dos sistemas contributivos. O Panamá centrou-se na população de mais de 70 anos sem aposentadoria e com necessidades básicas não atendidas. A Argentina, o Chile, a Costa Rica e o Uruguai desenvolveram reformas para suprir os déficits de seus sistemas

contributivos. A Bolívia, o Equador e o México tentaram se aproximar de um modesto piso básico fixo e universal de pensões com os programas Renta Dignidad, Bono de Desarrollo de Desarrollo Humano e a experiência do Distrito Federal, respectivamente²²².

O papel dos programas de pensões não contributivas na redução da desigualdade teve importância nos países onde foi implementado. Um estudo realizado na Colômbia e no Peru conclui que as pensões não contributivas têm o poder de reduzir significativamente a pobreza e a desigualdade, especialmente entre os idosos das áreas rurais²²³. Na Colômbia uma transferência focalizada reduz o Índice de Gini entre os adultos rurais de 0,542 a 0,503, enquanto no Peru a redução vai de 0,329 a 0,260. Na Bolívia, o impacto da pensão não contributiva — Renta Dignidad — introduzida em 2008 também tem uma importante incidência na redução da pobreza dos idosos nas áreas rurais.

Uma das lições aprendidas após os processos de reforma de aposentadorias na região consiste em que a importante presença de mercados de trabalho informais exige não basear os sistemas de aposentadorias exclusivamente no componente contributivo²²⁴.

POLÍTICAS FOCALIZADAS E TRANSFERÊNCIAS EM DINHEIRO VIVO: IMPACTOS E LIMITES

Entre os programas paradigmáticos em matéria de proteção social, as transferências



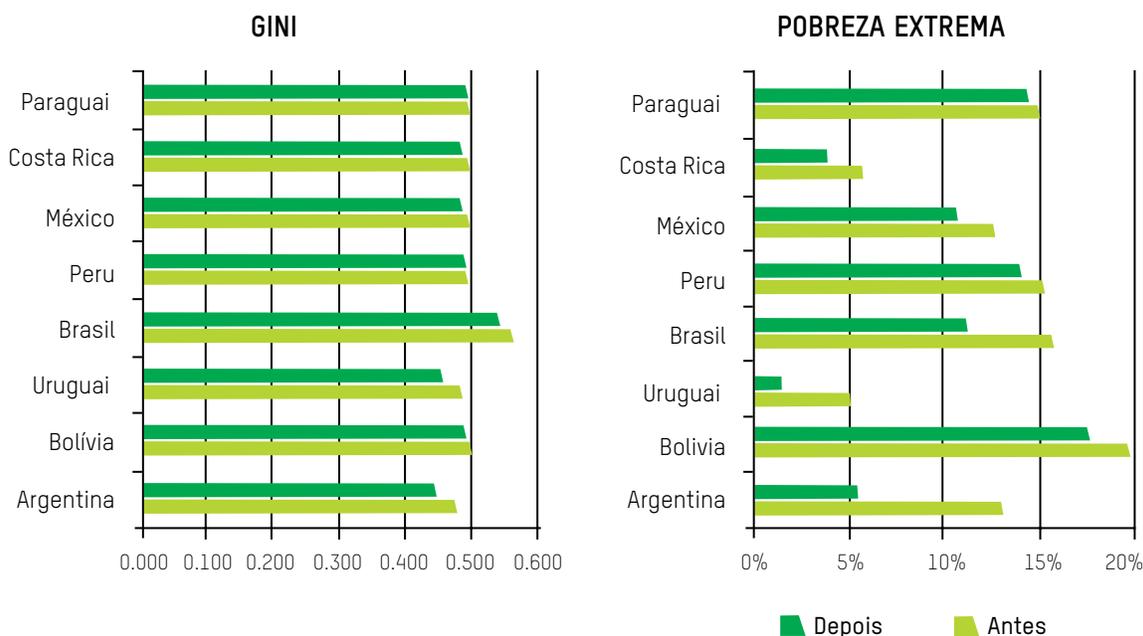
"Indiferença". Foto: © Miguel Antonio Villalta Vásquez | El Salvador | OXFAM

em dinheiro vivo adquiriram um lugar central na discussão acadêmica e de política pública da região, tornando-se políticas que criam forte apoio dos eleitores.

A evidência de oito países da região — Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, México, Paraguai, Peru e Uruguai — mostra o baixo efeito das transferências na redução da desigualdade (ver Gráfico 20)²²⁵. Apesar de a desigualdade de salário diminuir depois das transferências, o efeito redistributivo é menor que o efeito redutor da pobreza. Além disso, a incidência varia segundo o país. Por exemplo: as transferências em dinheiro vivo diminuem em maior medida a desigualdade de salário e a pobreza na Argentina, no Brasil e no Uruguai; e em menor medida na Bolívia,

GRÁFICO 20.

GINI E INCIDÊNCIA DE POBREZA EXTREMA ANTES E DEPOIS DE TRANSFERÊNCIAS CERCA DE 2009



Fonte: N.Lustig, et al (2014) "O impacto do sistema tributário e do gasto social sobre a desigualdade e a pobreza na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no México, no Peru e no Uruguai: um panorama geral." CEQ, CIPR, Diálogo Interamericano. Outubro 2014. Disponível em: <http://www.commitmentoequity.org/>.

no México e no Peru.

Além disso, as transferências em dinheiro vivo são progressivas em todos os países, ainda que na Bolívia a progressividade seja apenas relativa como consequência da falta de concentração dos beneficiários na população pobre, com um perfil mais universal²²⁶. Em comparação com os outros sete países, a redução da pobreza e da desigualdade alcançada pelo Paraguai após as transferências diretas é menor. A limitada redução da pobreza no Paraguai não é causada por uma importante fuga das transferências aos "não pobres", como

no caso boliviano, mais sim por uma baixa cobertura entre os pobres. Nos dois casos, na Bolívia e no Paraguai, os baixos valores per capita distribuídos entre os seus beneficiários também limita a incidência desses programas na desigualdade de salários²²⁷.

Alguns dos limites dessas políticas são:

- O objetivo dessas transferências condicionadas não é só prover de uma remuneração mínima, senão também aumentar a frequência escolar, reduzir a desnutrição e melhorar as condições de saúde. Portanto, sua efetividade

a médio e longo prazo dependerá da articulação com sistemas de educação e de saúde universais e de qualidade, e com políticas de emprego focadas em grupos vulneráveis.

- Também é importante mencionar a tendência desses programas ao uso clientelista, pois a entrega é individualizada e percebida como um favor feito pelo político do momento e não como um direito. São bem-sucedidas na captação de votos, mas têm um alto potencial de transformar a cidadania beneficiária em clientela, o que opera contra seu objetivo de diminuição da pobreza e da desigualdade.
- Esses programas têm uma grande quantidade de beneficiárias, e por isso poderiam ser um instrumento central na luta contra a desigualdade de gênero. Apesar disso, na maioria dos programas são reforçados os papéis de cuidado atribuídos às mulheres, e, portanto, a desigualdade é reproduzida.

EM RESUMO

Os sistemas de proteção social são centrais na luta contra a desigualdade, pois geram redes que protegem a população de uma perda de salário associada ao ciclo da vida. O objetivo de garantir a universalidade e a solidariedade entre os coletivos, reduzindo as desigualdades do mercado de trabalho é um grande desafio para os sistemas de seguridade social da região. O impulso de

políticas que aumentem a cobertura aos trabalhadores informais e protejam os direitos das mulheres deve ser fortalecido. As aposentadorias solidárias são um instrumento muito efetivo na região para garantir rendas mínimas aos idosos e devem ser fortalecidas. Os sistemas de transferência condicionada de dinheiro vivo, apesar de terem contribuído para garantir a renda nas casas mais pobres, são um instrumento limitado na luta contra a desigualdade e devem ser fortalecidos dentro de um esquema mais amplo no qual se garantam serviços universais de qualidade, crie-se consciência sobre os direitos e haja um replanejamento para enfrentar as desigualdades de gênero. Uma proposta específica de políticas que garantiriam a redução da desigualdade por meio de sistemas de proteção social é detalhada no [Capítulo 6](#).

5.4 TRIBUTAÇÃO

A política fiscal é uma arma poderosa dos governos para corrigir a desigualdade. Por isso, a persistente desigualdade da região é muito consistente com as limitações ainda manifestadas por suas políticas fiscais.

Na Oxfam acreditamos que os impostos e o gasto público — componentes da política fiscal — devem se complementar na luta contra as desigualdades. Ou seja, ambos componentes da política fiscal devem ser dispostos para o favorecimento direto da distribuição da renda e da riqueza entre as diferentes pessoas ou classes sociais. Uma

política fiscal bem planejada pode, entre outras coisas, proteger o consumo dos mais pobres, incentivar atividades produtivas ecologicamente responsáveis e geradoras de emprego para a maioria e inclusive ajudar a reverter esquemas que mantêm as brechas de gênero. Também possui um grande potencial de luta contra a desigualdade em níveis estruturais por sua ação como mecanismo gerador de oportunidades para a população em condições de pobreza, vulnerabilidade ou exclusão. Essas duas razões são as verdadeiras provas de fogo sobre a efetividade da política fiscal como arma na luta contra a desigualdade.

Os últimos dados disponíveis indicam que depois de impostos diretos e transferências públicas monetárias — aposentadorias, subsídios e transferências em dinheiro vivo —²²⁸, a redução da desigualdade de renda²²⁹ nos países da OCDE é quase seis vezes maior do que a dos países dessa região²³⁰. Esse exíguo desenvolvimento do conjunto da política fiscal mostra claramente o atraso dos países da região em relação ao seu uso como instrumento de combate das desigualdades.

Como mostramos nos exemplos descritos no **Capítulo 2** deste informe, não é por acaso que as elites políticas e econômicas da região tenham ajudado a modelar sistemas fiscais com pouco impacto na correção das desigualdades. É quase uma norma não escrita na região o uso consciente da política fiscal — sobretudo da política tributária — para a concessão de benefícios

que resultaram em melhorias duvidosas para as sociedades latino-caribenhas em seu conjunto²³¹, o que provoca e reforça uma mistura variada de desigualdades.

5.4.1. QUE REFORMAS FISCAIS SÃO NECESSÁRIAS EM ÂMBITO NACIONAL PARA PREENCHER AS LACUNAS SOCIAIS?

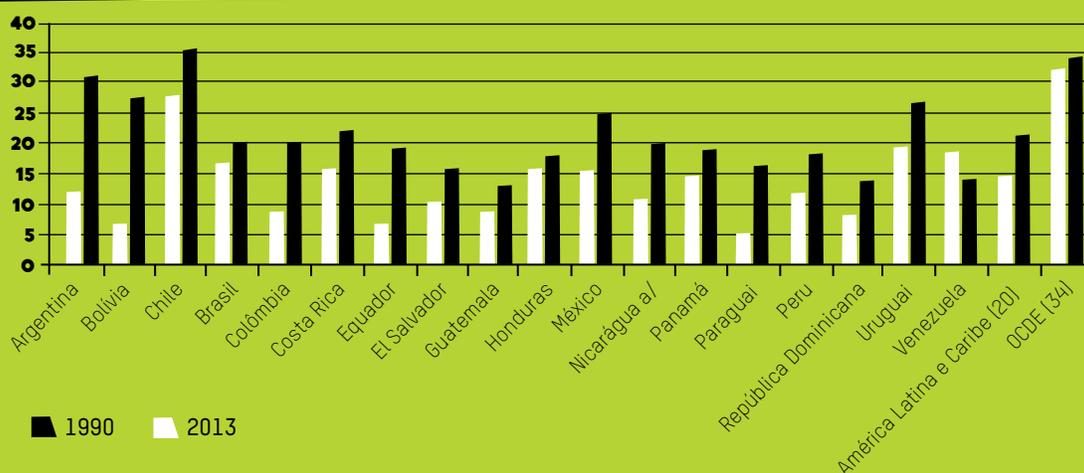
O incremento da pressão fiscal²³² dos países da região nos últimos vinte anos é indiscutível. Porém, em geral, a arrecadação final está muito longe da arrecadação potencial e também daquela necessária para enfrentar as necessidades da população. Devido a esse déficit e à dependência extrativista, o gasto e o investimento social ficam sujeitos à insuficiência arrecadatória e à forte volatilidade das fontes de rendas públicas, com diferentes ênfases em cada país da região.

Além da insuficiente arrecadação tributária, há três problemas de graves conotações desde o ponto de vista da equidade:

- A tendência excessiva aos impostos indiretos que taxam o consumo, e cuja configuração nem sempre protege o consumo dos mais pobres, diante de uma pressão fiscal quase nula sobre a riqueza e a propriedade.
- O desequilíbrio no esforço fiscal assumido pelos diversos agentes econômicos — indivíduos, empresas e setores de atividade — derivado em parte de privilégios fiscais mal traçados.

GRÁFICO 21.

PRESSÃO FISCAL COMO MÉDIA (%) DO PIB DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE COMPARADA COM A MÉDIA DA OCDE, 1990 E 2013



Fonte: OCDE, Cepal e Ciat, 2015: Estatísticas tributárias na América Latina e no Caribe 1990-2013. Nota: a/ Ano 1995.

- A enorme quantidade de recursos que escapa facilmente das finanças públicas devido à evasão e à elisão fiscal e que não só reduz as possibilidades da população de adquirir o sustento adequado por meio de políticas públicas de luta contra a desigualdade, mas também torna mínimas as margens de ação dos governos para empreender reformas fiscais progressivas.

INSUFICIÊNCIA ARRECADATÓRIA E INSUSTENTABILIDADE

Embora a pressão fiscal tenha crescido na região nas últimas duas décadas — de 14,4% do PIB em 1990 para 21,3% em 2013 —, continua 13% abaixo da média dos países da OCDE (34,1%)²³³. (ver Gráfico 21).

A atual arrecadação tributária da região está longe do seu potencial²³⁴: a América Latina e

o Caribe poderiam arrecadar 409 bilhões de dólares anuais se no decurso dos próximos anos sua brecha arrecadatória fosse reduzida à metade²³⁵. Ou seja, se nos países da região²³⁶ houvesse uma diminuição de 50% na diferença entre o arrecadado e o potencial de arrecadação — do presente até o ano 2020 — poderiam ser gerados recursos públicos equivalentes a 6,6% do PIB do conjunto de vários países da região.

Convém apontar que uma parte do incremento recente da arrecadação fiscal foi produto das reformas associadas à fiscalidade de recursos naturais — o que em muitos países permitiu aproveitar melhor os benefícios gerados pelo auge dos preços das matérias-primas (ver o Capítulo 4).

Essa crescente dependência dos recursos naturais promove a chamada “preguiça

fiscal”, como nos casos do México ou do Paraguai²³⁸. A preguiça fiscal se traduz em desincentivos para assumir os custos políticos de reformas tributárias sensíveis, sobretudo nos âmbitos subnacionais. Por isso, é muito consistente com o também baixo aporte às finanças públicas dos impostos que taxam a riqueza — pois normalmente esses impostos são atribuição dos governos subnacionais²³⁹.

Não só os governos centrais são afetados pela dependência das rendas extrativas, mas também os governos subnacionais. Ao contrário do que se poderia esperar, por trás dos mecanismos de transferência interna dos recursos públicos provenientes da exploração de recursos naturais ocorrem situações que aprofundam as disparidades entre as regiões que exploram recursos naturais e as que não, como aponta uma pesquisa no caso do Peru²⁴⁰. Essa pesquisa descobriu situações extremas de disparidade, pois o distrito com maior registro de transferências per capita por royalties da mineração — maior que os 600 dólares per cápita em 2011— concentrava apenas 1% da população do país; enquanto que quatro distritos onde a incidência da pobreza era superior a 60% recebiam quantidades irrisórias de transferências pelos royalties da mineração.

OS QUE MENOS TÊM PAGAM MAIS?

Uma simples análise da composição dos rendimentos tributários da região serve para

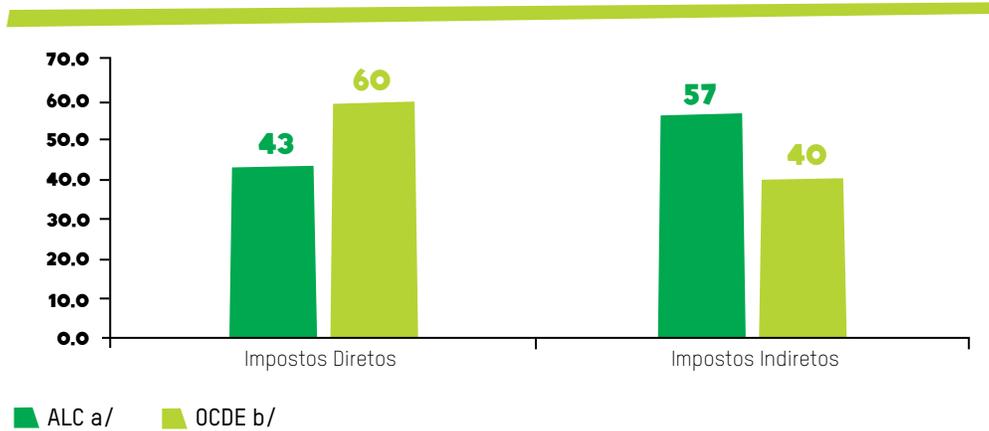
reconhecer os enormes desequilíbrios que reproduz e, portanto, permite deduzir as injustiças que dela derivam.

Os impostos ao consumo são aplicados independentemente dos salários e da riqueza das pessoas. A maior parte dos salários das pessoas mais pobres — senão o total — é usada para consumir. Em geral, elas não têm poupanças nem investimentos. Por esse motivo, os pobres são proporcionalmente mais afetados pelos impostos gerais sobre o consumo dos que os ricos, o que é contrário a uma política tributária justa. Porém, na região, a arrecadação por impostos gerais sobre o consumo é mais de oito vezes o arrecadado por impostos diretos sobre as propriedades normalmente concentradas nos setores mais ricos da população²⁴¹. Mais da metade da arrecadação da América Latina e Caribe provêm de taxar o consumo²⁴² (ver Gráfico 22), no Paraguai esse tipo de imposto representa mais de 70% da receita total.

Na região, a predileção pela arrecadação de impostos indiretos mantém muito baixa a contribuição relativa proveniente dos impostos diretos sobre as rendas do capital ou remunerações não salariais²⁴³, sobre as propriedades de luxo ou os benefícios empresariais das grandes empresas (ver Gráfico 22). Da baixa contribuição dos impostos diretos derivam dois problemas com relação à desigualdade. Em primeiro lugar, diminuem os recursos disponíveis para o gasto social progressivo. E, em segundo lugar, tornam o sistema tributário

GRÁFICO 22.

IMPOSTOS INDIRETOS COMO % DOS IMPOSTOS TOTAIS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE E NA OCDE, 2012



a/ 20 países da América Latina e do Caribe

b/ 34 Países

Fonte: OCDE, Cepal e Ciat, 2015: Estatísticas tributárias na América Latina e no Caribe 1990-2013.

mais regressivo, e, portanto, em vez de lutar contra a desigualdade, provocam seu agravamento. Na República Dominicana, em 2012, 64% da estrutura tributária estava baseada em impostos sobre o consumo e o comércio exterior, ou seja, impostos indiretos. E só 36%, em impostos sobre a renda e o patrimônio. A recente reforma tributária de 2013 não resolveu esse problema²⁴⁴. No México, os fatos de que a taxa marginal máxima do ISR (Imposto sobre a renda) seja uma das mais baixas dos países da OCDE, de que o imposto de renda sobre o capital no mercado acionário seja favorecido com múltiplas isenções, e a inexistência de impostos sobre as heranças são exemplos de como o sistema tributário beneficia os setores privilegiados²⁴⁵.

Na Guatemala, um informe recente elaborado por eminentes especialistas conclui que: “a

baixa renda fiscal por impostos diretos é, e continuará a ser, o fator limitante no uso da política fiscal como ferramenta eficaz para promover uma sociedade mais igualitária e proporcionar um nível de vida mínimo e igualar as oportunidades”²⁴⁶. O sistema tributário guatemalteco, sobretudo sua estreiteza e o efeito redistributivo limitado refletem uma forma de governo que perpetua as desigualdades profundas, em particular aquelas relacionadas a questões étnicas e geográficas. “A Guatemala é um belo exemplo do poder das elites de bloquear reformas tributárias em favor dos pobres”²⁴⁷.

O exemplo da Guatemala pode ser extrapolado para toda a região. Há dados que confirmam que, apesar de os impostos diretos serem mais progressivos, sua baixa arrecadação impede que sejam mecanismos de redistribuição realmente efetivos em todos os países da

TABELA 3.

AMÉRICA LATINA (PAÍSES SELECIONADOS): REDISTRIBUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA (IRPF), CERCA DE 2011

PAÍS	ANO	GINI ANTES DO IMPOSTO ^b	GINI DEPOIS DO IRPF ^a
ARGENTINA	2011	0,433	0,421
BRASIL	2011	0,530	0,515
CHILE	2011	0,459	0,448
COLÔMBIA	2011	0,531	0,526
COSTA RICA	2011	0,514	0,502
EQUADOR	2011	0,452	0,447
EL SALVADOR	2011	0,430	0,421
HONDURAS	2010	0,550	0,544
MÉXICO	2010	0,476	0,448
NICARÁGUA	2009	0,468	0,456
PANAMÁ	2011	0,507	0,500
PARAGUAI ^b	2011	0,523	0,519
PERU	2011	0,471	0,463
REPÚBLICA DOMINICANA	2011	0,473	0,466
URUGUAI ^a	2011	0,399	0,384
VENEZUELA (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE)	2011	0,365	0,363

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), com base em pesquisas de domicílios.

região, onde os dados estão disponíveis. Vale destacar casos como México, Uruguai e Brasil, onde a ação redistributiva do imposto de renda pessoal é muito maior que a média regional – redução do Índice de Gini de 6%, 4% e 3%, respectivamente. O oposto extremo é encontrado em Colômbia, Equador, Paraguai e Venezuela, onde a redução é próxima a 1%²⁴⁸. (Ver Tabela 3).

ESQUECERAM DA RIQUEZA

A baixa arrecadação de impostos diretos em vários países da América Latina e do Caribe é um sintoma de políticas deliberadas que acabaram por privilegiar os donos do capital

e da riqueza em detrimento da maioria dos cidadãos. Privilégios fiscais, erroneamente são exemplificados por alíquotas de imposto muito baixas sobre a renda pessoal dos segmentos mais abastados da população e exonerações ou isenções que favorecem as rendas de capital e determinados setores poderosos de atividade econômica. Esses privilégios acabam por ser profundas fontes de desigualdades na região. O caso mexicano é um exemplo do que ocorre. (ver Quadro 11).

Se, por um lado, o IVA é o imposto cujas taxas nominais médias subiram na região na última década – de 13% em 1995 a 15% em 2010-²⁴⁹, a alíquota máxima do imposto de renda na América Latina e Caribe caiu de

50% a 29% entre 1980 e 2000, e continuou caindo até 28% em 2012²⁵⁰ (ver Gráfico 23).

Ou seja, nessa região às faixas de renda mais altas aplicam-se taxas que oscilam entre 25% e 35%, nível muito inferior às taxas aplicadas em alguns países da OCDE – por exemplo, no Reino Unido, a renda declarada das pessoas mais ricas foram tributadas em 2013 a uma alíquota de 45%²⁵¹. Por outro lado, especialistas da região destacam que é difícil justificar o montante a partir do qual começa a ser aplicada a taxa marginal máxima:

“Enquanto nos países desenvolvidos, ela é aplicada a partir de 3 ou 4 vezes o PIB per capita, nos países latino-americanos essa alíquota começa a ter efeito somente a partir de 9 vezes a renda per capita”²⁵².

A orientação a impostos indiretos sobre o consumo reduz ou enfraquece a capacidade da já limitada atuação do investimento social e das transferências públicas diretas em dinheiro vivo programas de transferência condicionada, pensões públicas – como

QUADRO 11.

COMO TORNAR A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA MEXICANA MAIS JUSTA?

A política fiscal no México é pouco progressiva. No caso do imposto de renda, são necessárias taxas tributárias mais progressivas para a parte mais alta da distribuição. No entanto, também são necessários novos impostos que registrem as fontes de renda mais comuns das pessoas nas esferas mais altas.

Isso implica registrar, por exemplo, a renda proveniente de rendimentos de capital, dividendos e juros. Em todos esses casos, as taxas tributárias deveriam equivaler, no mínimo, às que se aplicam sobre a renda do trabalho. Atualmente, alguns desses impostos não existem e, quando existem, possuem alíquotas inferiores às das pessoas de renda baixa ou média, as quais obtêm a maior parte de sua renda do trabalho.

Assim é acentuada a desigualdade da renda: a estrutura tributária tende a favorecer as pessoas mais ricas, cujas fontes de renda são registradas em taxas inferiores às das pessoas de renda baixa ou média, as quais obtêm a maior parte de sua renda do trabalho.

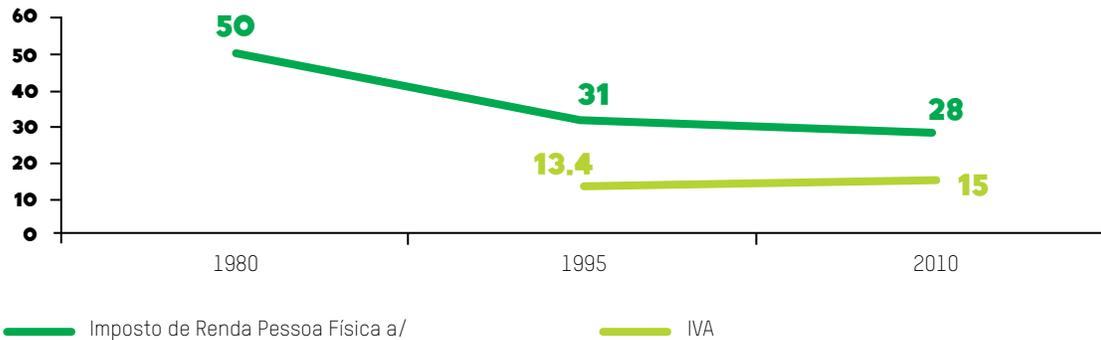
Os impostos sobre propriedade também deveriam ser mais progressivos. Em um grande número de municípios, o imposto predial é praticamente nulo ou inoperante. Por outro lado, o imposto sobre posse de automóveis desapareceu em vários estados ou há subsídio muito alto. Não resta dúvida de que é necessário mudar. Trata-se de um dos impostos mais progressivos e de fácil aplicação, portanto, sua restituição é desejável.

Além do que já foi dito, também é necessário considerar a possibilidade de estabelecer no México outros dois tipos de impostos sobre ativos: um sobre heranças e outro sobre o patrimônio global. Esses impostos poderiam fornecer recursos adicionais ao fisco mexicano, e o que é ainda mais importante, contribuir com uma maior e melhor disponibilidade de informações sobre a distribuição da renda e da riqueza na parte mais alta da distribuição. Dessa maneira, uma política fiscal mais alinhada aos objetivos de médio e longo prazo poderia ser elaborada. Além disso, a pertinência de algumas deduções pessoais deveria ser reconsiderada. Boa parte delas beneficia de maneira desproporcional o decil mais rico da população. As doações, gastos com educação e investimentos voluntários ao SAR (Sistema de Economia para a Aposentadoria) são claros exemplos disso.

Fonte: Esquivel 2015 para Oxfam México, p. 37

GRÁFICO 23.

EVOLUÇÃO DAS ALÍQUOTAS TRIBUTÁRIAS SOBRE A RENDA DAS PESSOAS E IVA NA AMÉRICA LATINA



Fonte: Cepal 2015 e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (2013): Recaudar no basta: los impuestos como instrumento de desarrollo.

mecanismos diretos de redução da desigualdade econômica. Na Bolívia, o Índice de Gini se reduz a escassos 2% quando se realizam transferências monetárias para as famílias, mas essa redução é ainda menor – somente 0,5% -- quando, depois dessas transferências, é tributada a renda disponível das famílias com impostos indiretos²⁵³. Na Guatemala, os impostos sobre o consumo são regressivos o suficiente para anular o efeito positivo sobre a redução da pobreza conquistado por meio das transferências em dinheiro vivo²⁵⁴.

Outra faceta da mesma injustiça manifesta-se em casos em que a carga que pesa sobre os assalariados contrasta com a tímida tributação que cai sobre os mais abastados, que possuem rendimentos de capital ou não salariais. Na Nicarágua, por exemplo, a recente reforma fiscal – A Lei de Concertação Tributária – significou um passo definitivo

na consolidação de um sistema de impostos sobre a renda cedular que estabelece diferentes alíquotas para rendas de fontes distintas²⁵⁵. Assim sendo, o país pode ter um trabalhador com renda líquida mensal por salário equivalente a 2.000 dólares que tem que suportar uma carga tributária de 19% conforme a tarifa progressiva, enquanto outra pessoa que recebe esse mesmo nível de renda, mas por meio do conceito de juros por investimentos realizados estará sujeita a uma carga definitiva de IR de 10%²⁵⁶.

De acordo com um informe publicado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no Brasil, na Colômbia e na Venezuela, a renda dos assalariados tem alíquotas efetivas²⁵⁷ de tributação que chegam a até aproximadamente o dobro das aplicadas sobre os rendimentos de capital²⁵⁸.

PRIVILÉGIOS FISCAIS PARA POUCOS, ESFORÇO PARA A MAIORIA

Os dados acima unidos à forte tendência dos impostos sobre o consumo revelam uma realidade muito disseminada na região: o esforço arrecadatório cai principalmente sobre os consumidores e as classes trabalhadoras.

Em média, uma pessoa na América Latina e no Caribe pode chegar a pagar mais impostos em relação a sua renda que as empresas politicamente bem posicionadas nos principais setores econômicos – como a indústria petroléira, mineradora ou a agroexportação – dotadas de privilégios fiscais generosos, mas que paradoxalmente nem sempre representam as principais fontes de emprego. Enquanto isso, setores econômicos inteiros, que concentram a maioria da força de trabalho da região, como as PMEs ou a pequena agricultura, assim como as políticas fundamentais de combate à desigualdade – como as políticas de redução das diferenças de gênero – continuam recebendo um fraco respaldo por meio de políticas públicas.

As cifras exorbitantes do sacrifício fiscal apresentadas pela América Central, e que em parte provêm de favoritismos de difícil justificativa, contrastam com seus elevadíssimos níveis de pobreza. Em Honduras, na Nicarágua e na Guatemala mais de 50% da população é pobre²⁵⁹. Segundo a Red Centroamericana de Justicia Fiscal

(RCJF), os incentivos fiscais em Honduras oscilam entre 6% e 10% do PIB; na Guatemala, 4,3%; na Costa Rica, entre 3% e 4% e em El Salvador, chegam aos 5%. Essas cifras em muitos casos superam os orçamentos públicos de educação ou saúde desses países. Vale destacar que é na Nicarágua que as exonerações têm o maior peso em relação ao seu PIB em toda a região: Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o gasto tributário* foi equivalente a 9,3% do PIB entre 2004 e 2010²⁶⁰.

A Oxfam tem denunciado que a política tributária pode ser mais regressiva, onerosa e ineficiente para as mulheres em comparação aos homens devido aos padrões de consumo, as atividades econômicas em que estão inseridas e o papel de “cuidadoras” que a sociedade atribuiu-lhes historicamente²⁶¹. Uma análise mais detalhada é feita no Anexo 5.1.

5.4.2. UM SISTEMA FISCAL INTERNACIONAL CHEIO DE FALHAS

Para as grandes transnacionais, as fronteiras já não existem. Contudo, as administrações tributárias continuam contando com um mandato de alcance territorial e deparam-se com os limites de sua soberania nacional frente às disfunções do sistema internacional. É uma batalha desigual.

O IMPOSTO DE RENDA CORPORATIVA, DESTRUÍDO PELA EVASÃO E PELA ELISÃO FISCAL

A integridade desse imposto foi rompida na maioria dos países por dois motivos principais: a proliferação de incentivos fiscais improdutivos e injustos — como já mencionado acima — e a sangria que representa um sistema fiscal internacional que facilita a evasão e a elisão fiscal. Apesar de as cifras serem escassas, pela própria natureza das operações, a evasão de impostos sobre a renda corporativa supera os 50% da arrecadação teórica em muitos países (ver Anexo 4). Ou seja, perde-se a metade do que teoricamente poderia ser arrecadado devido à fraude fiscal.

E falta acrescentar a isso a elisão fiscal, resultado de práticas de planejamento fiscal agressivas por parte das empresas com o objetivo de reduzir o pagamento de impostos. Honduras, um dos países mais desiguais da região, perde a cada ano aproximadamente 10 bilhões de lempiras — equivalente a aproximadamente 450 milhões de dólares — devido à evasão e à fraude fiscal segundo dados de sua administração tributária²⁶², que calcula que as exonerações fiscais representam 35% da arrecadação total, cerca de 5% do PIB do país²⁶³.

O prêmio Nobel de economia, Joseph Stiglitz, declarou recentemente que é “repulsiva,

injusta e ineficiente”²⁶⁴ a forma em que está estruturado o sistema fiscal internacional, o que permite a transferência artificial de benefícios dos países que aplicam impostos aos paraísos fiscais, por meio de estratégias de planejamento fiscal agressivas.

PROCESSO BEPS, FEITO À MEDIDA DOS PAÍSES MAIS RICOS

Tamanho é a generalização dessas práticas de planejamento fiscal e tão danosos os custos para todos os países, incluídos os da América Latina e do Caribe, que os organismos internacionais não tiveram opção a não ser pôr em marcha uma reforma fiscal internacional. O G20 viu-se forçado em 2013, na cúpula do México em Los Cabos, a reconhecer a gravidade da situação e a impulsionar um pacote de medidas²⁶⁵. Assim nasceu o projeto Erosão de Base e Transferência de Lucros Beps (na sigla em inglês), liderado pela OCDE com o objetivo de reduzir a transferência artificial de lucros para paraísos fiscais e garantir que as empresas tributem no local onde realiza sua atividade econômica real e é gerado o valor²⁶⁶. Entretanto, corremos o risco de que o resultado não esteja a altura das necessidades ou dos interesses específicos da região (ver Quadro 12).

* O gasto tributário do Estado é todo tipo de tratamento preferencial que beneficia a um setor, região, ou grupo de contribuintes específico.

UMA AGENDA INTERNACIONAL INSUFICIENTE, UMA AGENDA REGIONAL INEXISTENTE

O projeto Beps não incorpora soluções específicas para o controle dos preços de transferência* na exportação de matérias-primas nem outras questões prioritárias para a região. A agenda de reforma internacional liderada pela OCDE não está nem atendendo às necessidades da região, nem mudando as práticas lesivas.

Mas igualmente preocupante é a falta de uma agenda regional autêntica que aborde essas questões. Nenhuma das instituições regionais ou subregionais mostraram coragem ou compromisso de incorporar essas questões como parte fundamental de uma agenda de cooperação fiscal efetiva, apesar de numerosos alertas de instituições como a Cepal sobre os impactos nocivos dessas práticas. Até hoje, só existe um espaço de cooperação e intercâmbio técnicos,

*As transnacionais usam esse mecanismo para aumentar de forma artificial seus custos de produção de modo a não reportar lucros no país em que operam.

RECUADRO 12.

BEPS, AS REFORMAS INSUFICIENTES PARA A ALC

Após anos de inércia, a OCDE e o G20 apressam-se para refazer o sistema fiscal internacional. Em fevereiro de 2013 reconhecia-se que o sistema estava obsoleto, e sua atualização era esperada para apenas dois anos – para o final de 2015 – com um plano de ação baseado na abordagem de 15 ações – ou problemas concretos na tributação internacional --. Talvez a grande vantagem desse processo tenha sido reconhecer a dimensão do problema e a necessidade de abordá-lo não com ações isoladas, mas com um plano de ação multilateral e coordenado.

Mas agora que o final do processo se aproxima, podemos antecipar os riscos e insuficiências do processo para a região. Além de tudo, é um processo pouco democrático, no qual somente um quarto dos países tem voz e voto. Enquanto Luxemburgo, Suíça, paraísos fiscais, formam parte das discussões e negociações, é excessivo o número de países que ficaram de fora. Na ALC, somente Chile, Brasil, México e Argentina conseguiram se incorporar desde o início nos espaços de tomada de decisão. A Colômbia começou a participar mais tarde como país em processo de adesão à OCDE e Peru e Jamaica só foram convidados na última fase. Enquanto o processo for desigual, o resultado continuará sendo injusto. É fundamental ir além e impulsionar a criação de um organismo intergovernamental²⁶⁷ que defina sanções e prepare o caminho rumo a um sistema fiscal internacional mais justo para todos e no qual as decisões sejam tomadas por todos.

Em inúmeras ocasiões, os países latino-caribenhos reivindicaram a necessidade de incorporar mudanças substanciais no plano de ação Beps que atendam melhor às suas necessidades, em particular no que se refere à tributação de matérias-primas, a corrida à baixa dos incentivos fiscais ou à tributação nos países fonte ou de residência do capital²⁶⁸. Os resultados do projeto Beps até o momento não as atendem.

Fonte: *Elaboração própria a partir dos diferentes documentos publicados pela OCDE 269 e da avaliação da Latindadd apresentada à OCDE em diferentes consultas regionais na América Latina.*

coordenado pelo Ciat (Centro Interamericano de Administrações Tributárias). Uma agenda política de cooperação verdadeiramente efetiva em matéria fiscal, em nível subregional ou regional, permitiria resolver a coexistência de tantos marcos regulatórios – alguns deles ainda muito frouxos –, em alguns casos complementá-los e aplicar maior coerência na promoção de soluções que não têm lugar somente no âmbito estritamente nacional. E, sem dúvida nenhuma, também seria um caminho para uma defesa mais integrada dos interesses da região nos processos de reformas globais.

Enquanto isso, enormes quantidades de recursos tributários potenciais fogem da América Latina e do Caribe diante da inatividade de governos nacionais, instituições regionais e organismos internacionais.

COMO OS BENEFÍCIOS FOGEM DA AMÉRICA LATINA?

As práticas de elisão fiscal generalizaram-se de forma massiva por meio da transferência artificial de lucros de grandes empresas dos países nos quais desenvolvem a atividade real a paraísos fiscais. As estruturas empresariais já não são elaboradas para atender à necessidade da atividade produtiva ou comercial, mas para o mero aproveitamento de brechas e disfunções entre os sistemas dos diferentes países com o fim de reduzir ao mínimo a contribuição fiscal dessas grandes corporações.

Quatro bilhões de dólares saíram do Equador para paraísos fiscais em 2014, dos quais a metade – 51,4% – são operações de empréstimos e 12,5%, pagamentos de marcas e patentes²⁷⁰. Os mecanismos a que as transnacionais recorrem com maior frequência em suas estratégias de “otimização fiscal” são: os empréstimos intragrupo²⁷¹ junto do deslocamento de intangíveis²⁷² e da manipulação de preços de transferência.

A) MANIPULAÇÃO DOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

A Comissão Europeia e a consultoria Price Waterhouse Coopers estimam que os países em desenvolvimentos poderiam incrementar sua arrecadação fiscal sobre os lucros empresariais em 40% em cinco anos se pusessem fim aos abusos nos preços de transferência das grandes empresas²⁷³.

O Peru calculou que 590 empresas desenvolveram atividades empresariais com risco de manipulação de preços de transferência entre 2007 e 2012, envolvendo uma quantia total de 307 bilhões de dólares, o equivalente a 26% do PIB do país. Sessenta e cinco por cento dessas transações eram de natureza internacional. No entanto, a administração tributária (SUNAT) reconhecia que sua limitada capacidade somente lhe permitiu inspecionar 187 casos, conseguindo recuperar 105 milhões de dólares, quantidade suficiente para dotar de recursos o programa de atendimento

pré-natal por inteiro. Se pudesse auditar a totalidade das operações, poderiam ser arrecadados aproximadamente 3,36 bilhões de dólares adicionais, o equivalente a 84% do orçamento nacional para a educação²⁷⁴.

As administrações tributárias da maior parte dos Estados latino-caribenhos tem mostrado uma sensibilidade crescente quanto a esse tema, com certas melhorias normativas e maior aporte de recursos e estruturas. Apesar dos evidentes avanços, alguns países careceram de marcos regulatórios e notáveis diferenças coexistem entre países em termos de definições e campos de aplicação básicos – como a definição de partes relacionadas, o princípio da plena competência ou os âmbitos de aplicação²⁷⁵.

Esses pequenos avanços normativos e a insuficiência do aporte de recursos estão impedindo que se ponha freio definitivo aos abusos na manipulação dos preços de transferência. É especialmente preocupante no que se refere às operações de matérias-primas e o cenário de forte queda de seus preços, pela dependência das exportações e o peso que representam nos orçamentos nacionais.

Na Oxfam, analisamos as operações de exportação de matérias-primas da América Latina e do Caribe à União Europeia (UE) a partir de dados oficiais de alfândegas, e constatamos que existe uma diferença considerável no valor por peso dessas exportações, comparados com os preços dessas mesmas matérias-primas

provenientes de paraísos fiscais e com o preço médio das importações mundiais na UE. Como se vê no Gráfico 24, em um ano como 2014, o valor médio das exportações de ouro bruto por quilo é a metade do valor que alcançam as exportações de paraísos fiscais, apesar de alguns países como Peru, México, Brasil ou Chile estarem entre os 15 principais produtores e exportadores do mundo.

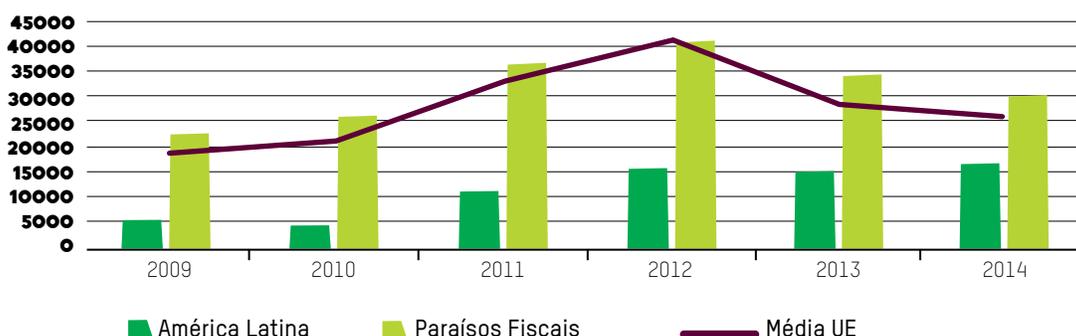
Este gráfico demonstra a subvalorização dada a essas exportações com as consequentes perdas para o fisco dos países produtores. É difícil rastrear todas as operações, mas considerando os volumes e o número de transações, os dados parecem indicar uma triangulação nas exportações através dos paraísos fiscais antes de entrarem na Europa. Na grande maioria dos casos, essas triangulações não estão sujeitas à incorporação de valor agregado real, mas são um mero mecanismo para gerar um lucro artificial no país intermediário, onde os lucros são retidos, porém com a aplicação de uma tributação baixa ou nula.

B) AS EMPRESAS-FANTASMAS: FILIAIS SEM ATIVIDADE EM PARAÍÇOS FISCAIS

Pare reduzir ao mínimo sua contribuição fiscal, muitas grandes transnacionais criam estruturas corporativas complexas e sofisticadas com numerosas filiais em cascata difíceis de rastrear e que transferem artificialmente seus lucros dos países em que operam a paraísos fiscais.

GRÁFICO 24.

COMPARATIVO DO VALOR MÉDIO DAS EXPORTAÇÕES DE OURO BRUTO DA AMÉRICA LATINA E DE PARAÍÇOS FISCAIS PARA A UE, 2009-2014 (EUROS POR QUILO)



Fonte: elaboração própria, a partir da análise da base de dados completa da Eurostat.

Frequentemente sob a forma de holding, essas filiais são utilizadas puramente como empresas-fantasma. Não passam de uma forma jurídica sem funcionários, vazias de conteúdo e de atividade, que se interpõe entre a matriz e as filiais que de fato desenvolvem atividade real.

Seu objetivo é reduzir ao máximo o pagamento de impostos, ocultar a propriedade real da empresa, interferir nos níveis de responsabilidade assumidos, etc.

Em suma, impostos menores que se traduzem em menor capacidade dos Estados de investir em educação ou saúde para aqueles que mais necessitam (ver Quadro 13).

C) PARAÍÇOS FISCAIS, UM BURACO QUE FACILITA A GRANDE FUGA DE RECURSOS FISCAIS

Pelo seu papel na hora de facilitar todas essas fugas de recursos, os paraísos fiscais

são o grande buraco negro das finanças da América Latina e do Caribe e um elemento-chave que gera maior desigualdade. Está havendo na região maior sensibilidade diante da questão e são numerosos os países que vem atualizando seus critérios, e portanto suas listas negras, embora não exista coordenação nem consenso quanto à sua definição. A Colômbia²⁷⁸, por exemplo, atualizou sua lista em outubro de 2014, incluindo cinco países e excluindo outros sete principalmente pela disposição ou não de trocar dados fiscais. A falta de transparência é, sem dúvida, um critério fundamental na hora de definir um território como paraíso fiscal, porém, não o único.

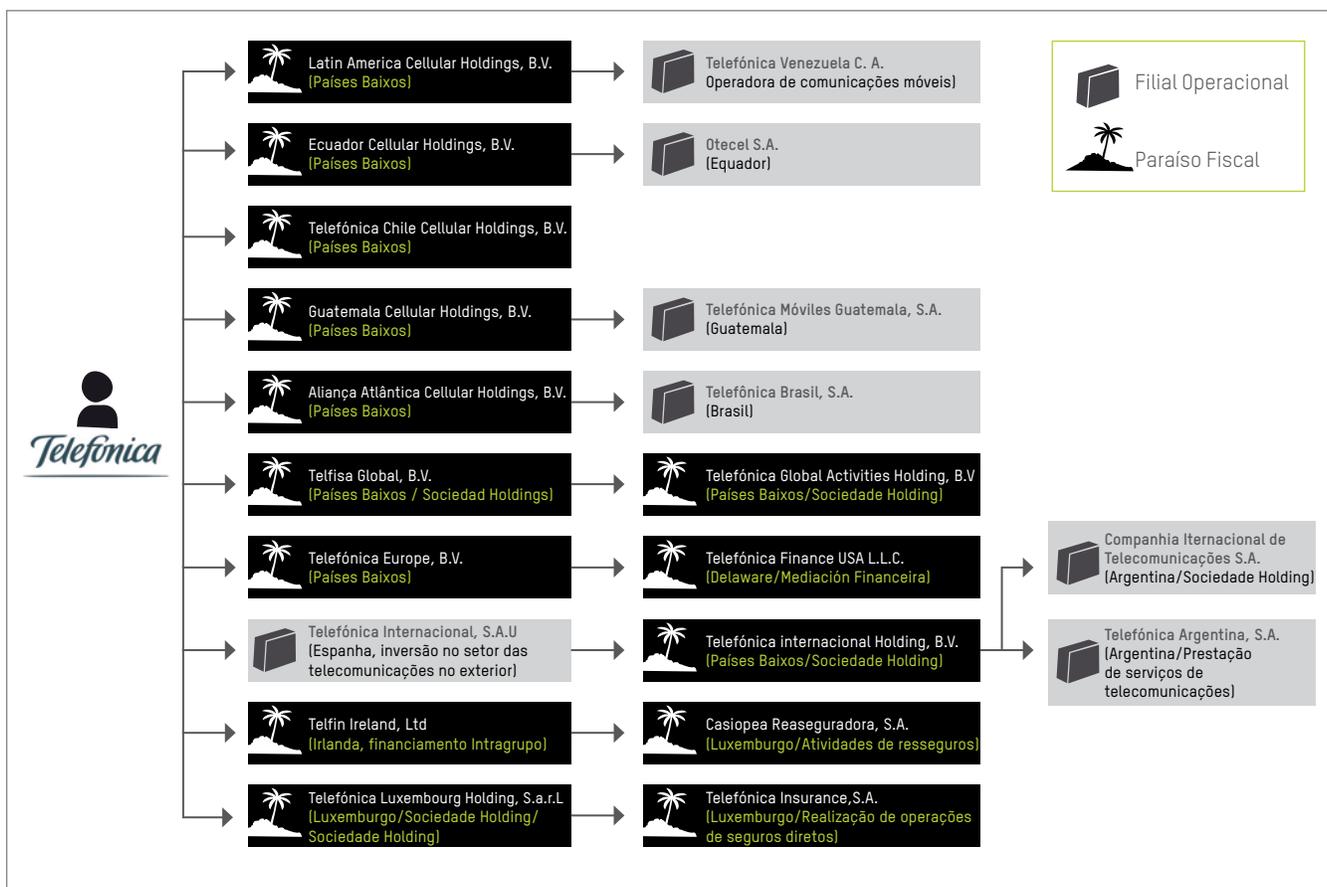
Os dados filtrados pelo Consórcio Internacional de Periodistas Independentes (ICIJ) permitem fazer uma ideia da dimensão do problema. O escândalo *Swissleak*, que ocupou todas as manchetes da imprensa internacional e nacional, revelou como os

QUADRO 13.

AS EMPRESAS MULTINACIONAIS ESPANHOLAS ATUAM NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE POR MEIO DE PARAÍÇOS FISCAIS

As principais empresas espanholas cotadas no índice bursátil IBEX35 aumentaram em 44% sua presença em paraísos fiscais em 2013 em comparação com 2012. Na última pesquisa que elaboramos na Oxfam, com base na informação pública divulgada pelas empresas, detectamos 810 filiais em paraísos fiscais. Isso afeta diretamente sua presença operacional na América Latina e no Caribe.

A estrutura corporativa da Telefonica, por exemplo, revela que o grupo mantém muitas empresas holding na Holanda, como a Latin America Cellular Holdings BV, Ecuador Cellular Holdings BV, Telefonica Chile Holdings BV e Guatemala Cellular Holdings BV. São sociedades interpostas entre a filial que opera no país e a matriz do grupo na Espanha, o que indica que as atividades da empresa nesses países são financiadas por holdings holandesas. Embora não se conheça a razão exata dessas estruturas, muitas vezes são utilizadas as empresas interpostas holandesas para aproveitar as vantagens fiscais ou a proteção jurídica por tratados bilaterais. São exibidos na Figura 1 detalhes de parte da estrutura do grupo Telefonica e sua presença em paraísos fiscais:



A empresa seguradora MAPFRE optou por sediar as empresas holding de que dependem suas filiais latino-americanas no Uruguai e no Panamá, ambos países considerados como paraísos fiscais, segundo a relação de referência que a Oxfam utiliza, com base no Índice de Sigilo Financeiro da Rede de Justiça Fiscal²⁷⁶. Assim, para a sua atividade na América Central, as filiais em Honduras, Panamá e El Salvador dependem da Mapfre Mundial Holding S.A. sediada no Panamá e as da Nicaraguá, Guatemala e Costa Rica dependem da Mapfre América Central, também radicada no Panamá que, por sua vez depende da já citada Mapfre Mundial Holding S.A.

Fonte: "A ilusão fiscal. Demasiadas sombras na tributação das grandes empresas". Informe publicado pela Oxfam Intermón, 2015²⁷⁷.



O ESCÂNDALO SWISSLEAK



QUE OCUPOU TODAS AS MANCHETES DA IMPRENSA INTERNACIONAL E NACIONAL REVELOU COMO OS RESIDENTES LATINO-CARIBENHOS ACUMULAVAM CERCA DE

52,6
BILHÕES DE DÓLARES

NAS CONTAS DO BANCO HSBC NA SUIÇA
ENTRE 2006 E 2007.

TABELA 4.

MILHÕES DE DÓLARES LATINO-AMERICANOS ESCONDIDOS DO FISCO NAS CONTAS DO HSBC E EQUIVALENTES, 2006-2007



PAÍS	VALOR EM MILHÕES DE DÓLARES NAS CONTAS DO HSBC (2006 Y 2007)	VALOR NAS CONTAS DO HSBC EM PORCENTAGEM DO INVESTIMENTO PÚBLICO EM SAÚDE	VALOR DAS CONTAS DO HSBC EM PORCENTAGEM DA DÍVIDA PÚBLICA DE 2013
Argentina	3.500	13%	5%
Bolívia	94	8%	2%
Brasil	7.000	7%	5%
Chila	468	5%	-
Colômbia	276	1%	1%
Costa Rica	23	1%	0%
Cuba	84	1%	-
República Dominicana	34	2%	0%
Equador	198	10%	2%
El Salvador	88	9%	1%
Guatemala	32	3%	0%
Haiti	24	21%	2%
México	2.200	6%	1%
Panamá	2.800	149%	23%
Paraguai	46	5%	2%
Peru	141	2%	1%
Uruguai	2.800	97%	-
Venezuela	14.800	-	-
ALC	52.579	24%	9%

Fonte: <http://www.icij.org/project/swiss-leaks/explore-swiss-leaks-data> e dados da dívida e do investimento em saúde de WDI.

residentes latino-caribenhos acumulavam cerca de 52 bilhões e 600 milhões de dólares nas contas do banco HSBC na Suíça entre 2006 e 2007²⁷⁹, o que equivale a 24% do total do investimento público em saúde do conjunto da região²⁸⁰.

As contas de residentes do Uruguai chegavam a um valor equivalente a 97% do orçamento nacional em saúde, e a 149% no Panamá. É apenas uma pequena fotografia de um só banco, em apenas um paraíso fiscal, para uma única região e em um único ano, apenas uma pincelada, com certeza, de tudo que está oculto/escondido em paraísos fiscais, porém suficiente para deduzir que não são apenas umas maçãs podres, mas sim um problema sistêmico.

5.4.3 A NECESSIDADE DE UM GASTO SOCIAL MAIS TRANSFORMADOR

A América Latina, na década passada, fez uma grande aposta em relação ao investimento social e, além disso, contrário a outras épocas, fez um melhor uso do gasto público como mecanismo de contenção diante dos choques externos que costumam afetar mais os pobres. Quer dizer, o investimento social contribuiu em maior escala como ferramenta para gerar resiliência, reduzindo seus históricos efeitos pro-cíclicos* que acentuavam a crise em vez de combatê-la²⁸¹.

A prioridade dada à política social em relação ao gasto público total passou dos

46% registrados em 1991-1992 para 59% em 2001-2002, até alcançar 63% no biênio 2009-2010²⁸². Assim, o gasto social anual per capita na região, como média ponderada de 21 países, passou de 529 dólares — a preços de 2005 — no período 1990-1994, para 1.103 dólares — mais que o dobro — no biênio 2011-2012²⁸³.

Cabe destacar que o investimento social em conjunto — educação e saúde — cresceu em magnitude importante: o gasto per capita em educação passou de 134 dólares no início dos anos noventa para 304 dólares per capita nos últimos anos. Por sua vez, o gasto público em saúde passou do equivalente a 2,7% do PIB no início dos anos noventa para 3,9% do PIB em 2011-2012; duplicando assim em termos per capita até chegar a um valor médio de 228 dólares²⁸⁴.

A partir de meados da década passada, vários países fizeram esforços para fortalecer seus programas sociais, especialmente aqueles orientados para a redução da pobreza — incluídas as transferências diretas às famílias — e para mitigar os efeitos sobre a população dos imprevistos externos, como foram os aumentos dos preços dos alimentos e combustíveis e a crise financeira mundial de 2008-2009 com suas consequências. Da mesma forma, percebe-se na região esforços importantes para universalizar a educação primária, estender a cobertura na educação secundária e universalizar o acesso ao sistema público de saúde²⁸⁵.

* Gasta-se em tempos de bonança econômica e se economiza em tempos de escassez

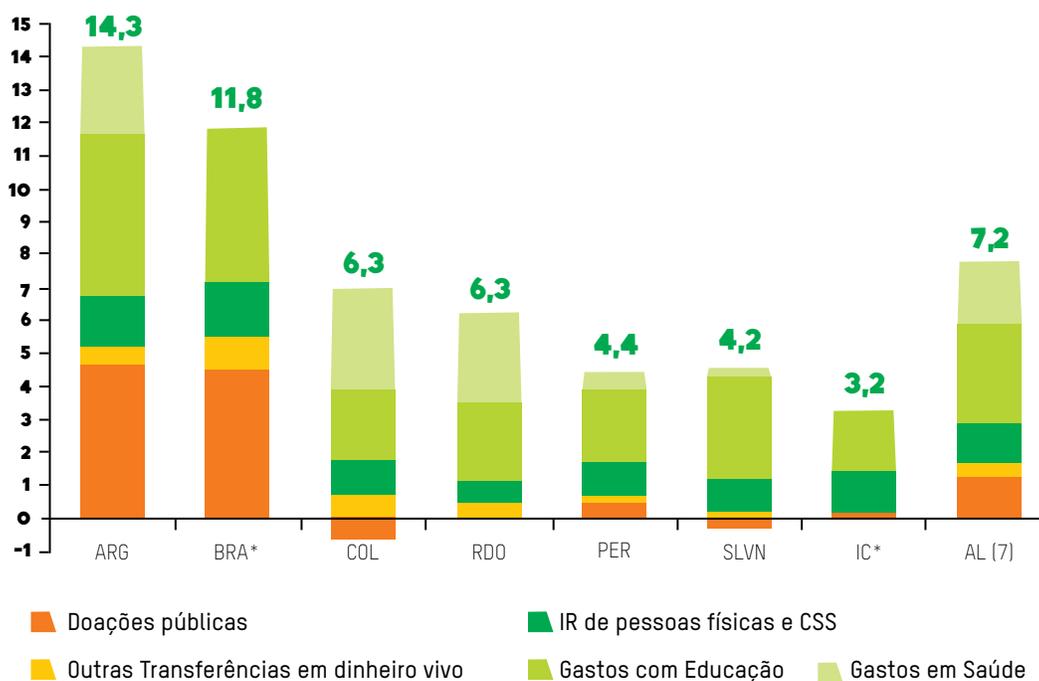
Sem desprezar os avanços já destacados, tal e como são indicados em seguida, o gasto público social da América Latina e do Caribe continua enfrentando limitações estruturais não corrigidas, entre as quais vale a pena destacar as ineficiências derivadas da forma com que se distribuem recursos ainda escassos entre os diferentes componentes do gasto social e seu limitadíssimo impacto como alavanca para gerar oportunidades — sobretudo para os segmentos mais pobres, vulneráveis e marginalizados.

INEFICIÊNCIAS E INEFICÁCIA DO GASTO SOCIAL

Se examinarmos o investimento nas diferentes políticas públicas para enfrentar a desigualdade (ver Gráfico 25) observa-se que o investimento nos sistemas públicos de educação e saúde é a arma mais importante para enfrentar a desigualdade na maioria dos países da região analisados. O investimento em educação e saúde tem sido mais útil do que as transferências de dinheiro diretas mais ou menos focalizadas que implementam esses países, pois elas exercem um papel marginal na luta contra a desigualdade de renda²⁸⁶.

GRÁFICO 25.

AMÉRICA LATINA: REDUÇÃO DA DESIGUALDADE POR INSTRUMENTO DE POLÍTICA FISCAL, POR VOLTA DE 2011



Fonte: CEPAL 2014 "Desigualdade, concentração de renda e incidência da política fiscal".

As pensões públicas cumprem um papel muito importante na redução da desigualdade na Argentina e no Brasil. O Imposto de Renda e as Contribuições para a Previdência Social também tiveram um impacto menor que o investimento em educação e saúde na luta contra a desigualdade.

Como se destaca no capítulo seguinte, apesar dos progressos, continua sendo necessário alertar sobre a necessidade de incrementar no conjunto do gasto social a parte dedicada à procura de serviços públicos de qualidade que possam significar uma verdadeira diferença na trajetória vital dos cidadãos mais desfavorecidos da região. Isso, em última análise, implica incrementar ainda mais a progressividade do gasto social e de sua qualidade.

As várias desigualdades na destinação de verba continuam sendo um obstáculo para que todas as pessoas sejam beneficiárias de serviços de qualidade suficientes financiados pelos gastos públicos. Na região, ainda falta muito a fazer para que a política de gasto público contribua para gerar oportunidades indiferentemente de gênero, etnia, lugar de nascimento ou posição social original da pessoa. De fato, entre as distorções sobre gênero que existem na política fiscal na América Latina está o reduzido gasto público destinado a atender necessidades específicas das mulheres como a violência de gênero, a prestação de serviços assistenciais, a capacitação no trabalho das mulheres e as transferências monetárias a mulheres sem renda²⁸⁷.

As oportunidades geradas pela política fiscal deveriam ter como resultado, eventualmente, a existência de pessoas com mais capacidade de gerar renda e riqueza de forma autônoma e em sociedades mais equitativas e justas. É relevante destacar aqui que, ao conquistar objetivos sociais, ganha-se em eficiência e eficácia quando a política fiscal é articulada coerentemente com outras políticas como, por exemplo, a política trabalhista.

E a esse respeito também existe na região uma importante margem para fazer melhor as coisas.

Finalmente, em vários países da América Latina e do Caribe maior proporção do gasto social poderia avançar mais se fossem priorizadas as destinações de verbas que cumprem um papel mais distributivo. Na Bolívia, por exemplo, uma importante fração do gasto social é destinada para o ensino superior que tem menor impacto no avanço do que o gasto com educação fundamental e média²⁸⁸. Cerca de 16% do gasto social brasileiro é destinado ao ensino superior, que beneficia principalmente a população das classes média-alta e rica²⁸⁹.

EM RESUMO

Na América Latina e no Caribe ainda resta muito espaço para se conseguir maior efeito redistributivo da riqueza e maior igualdade de renda e de oportunidades mediante a política fiscal.

As políticas fiscais devem ser utilizadas não apenas para arrecadar mais, mas

para arrecadar dos setores e pessoas que acumulam maior renda. Isso implica aumentar a arrecadação dos impostos de renda, riqueza e patrimônio e reduzir os impostos ao consumo. Para isso será necessário revisar os privilégios fiscais de alguns setores, assim como reduzir a evasão e a fuga de capital e considerar novos impostos sobre capital e patrimônio.

Quanto ao gasto público, o financiamento das políticas de educação e saúde universais deve ser aumentado, assim como o dos sistemas de proteção social, assegurando renda mínima às pessoas e famílias mais excluídas. São feitas recomendações mais específicas no [Capítulo 6](#).

5.5 EDUCAÇÃO, SAÚDE, ÁGUA E SANEAMENTO

A desigualdade de renda e riqueza atua em combinação com outras formas de desigualdade como de educação ou saúde. As condições sociais das famílias são fortes determinantes de seus resultados econômicos. Da mesma maneira, a capacidade econômica da família também determina as capacidades de desenvolvimento da pessoa.

Por esse motivo, a prestação de serviços públicos na América Latina e no Caribe contribui significativamente para a redução da desigualdade de renda. Como foi demonstrado neste informe, o investimento em educação e saúde é o que gera mais igualdade de renda atualmente na região.

Esses resultados sugerem que é necessário continuar aumentando o investimento público para poder universalizar os serviços de educação, saúde ou água e saneamento de qualidade, e que se constituam em um instrumento potente na luta contra a desigualdade.

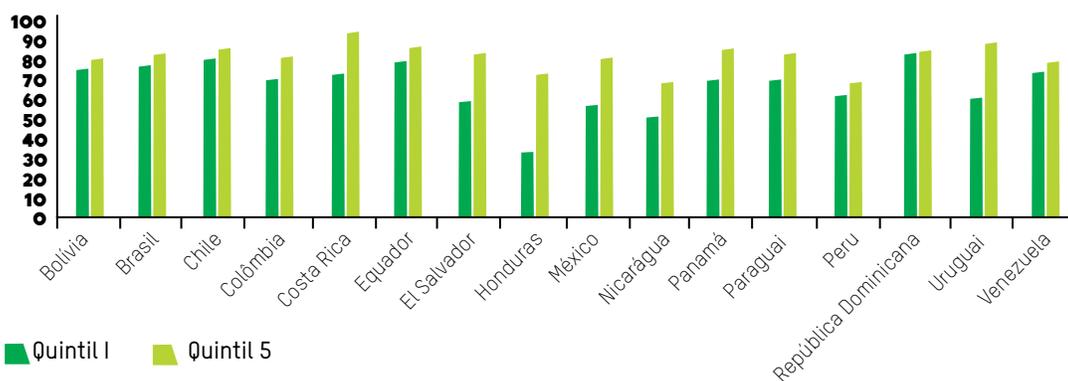
5.5.1. DESIGUALDADE NO ACESSO E NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A educação é o principal vetor que permite mobilidade social e econômica, além de pensamento crítico, consciência de direitos e cultura democrática. Daí sua importância como serviço essencial para se conseguir sociedades equitativas.

Apesar do reconhecimento dessa importância, as diferenças para acessar e conquistar a educação na América Latina ainda são enormes. Enquanto as classes altas completam em média 15 anos de estudo, os pobres apenas conseguem cursar o ensino fundamental completo²⁹⁰. A maioria dos países da região conseguiu diminuir a defasagem no acesso à educação, particularmente no ensino fundamental. A CEPAL estima que para os meninos e meninas entre 6 e 12 anos, a defasagem entre os quintis (20%) mais ricos e pobres praticamente acabou. Também é o caso das defasagens segundo gênero e etnia. No entanto, os níveis de desigualdade no ensino médio ainda continuam sendo substanciais; e, por consequência, também os de ensino superior.

GRÁFICO 26.

TAXA DE ASSISTÊNCIA ESCOLAR A PESSOAS DE 13 A 19 ANOS, SEGUNDO QUINTIL DE RENDA PER CAPITA DOMICILIAR, EM PORCENTAGEM, CERCA DE 2009-2013



Fonte: Dados disponibilizados pela CEPAL.

O Gráfico 26 mostra que o índice de frequência de pessoas de 13 a 19 anos ainda depende muito do estrato de renda. Em média, na região, a diferença de frequência entre o quintil (20%) mais pobre e o mais rico é de quase 10 pontos percentuais. Inclusive, casos como os do México, de Honduras e El Salvador apresentam defasagem entre 19 e 39 pontos percentuais. Em relação à frequência nas escolas de ensino médio, os jovens apresentam atualmente menor índice de frequência do que as jovens.

Além das questões de cobertura e acesso, a região enfrenta importantes deficiências na qualidade da educação. Os sistemas educativos, muitas vezes, estão direcionados para conseguir a universalidade da cobertura, porém, não necessariamente para alcançar os níveis de qualidade homogênea, fator-chave para superar o impacto das condições socioeconômicas de uma família

na aprendizagem do aluno na escola²⁹¹. Em 2012, as brechas de rendimento em matemática na prova PISA entre ricos e pobres foram notáveis, como se demonstrou no Capítulo 3. As diferenças estiveram entre os 62 pontos do México e os 108 pontos do Uruguai²⁹², sobre o máximo de 500 pontos. É importante observar que nessas provas, uma diferença de 41 pontos corresponde a um ano escolar.

Em 2013, as diferenças entre sexos na qualidade da aprendizagem quase já haviam desaparecido. Em média, as diferenças de aprendizagem entre as meninas e os meninos foram quase nulas — 0,6 pontos de 500 a favor das meninas²⁹³. As diferenças são baixas em todas as matérias, porém, nas meninas ainda se observa melhor resultado em leitura e ciências, enquanto apresentam pior desempenho em matemática. As diferenças por país são significativas: enquanto na

Guatemala, Peru, Colômbia, Costa Rica e Equador, nas três áreas avaliadas, os meninos aprendem um pouco mais que as meninas, no Panamá e na Costa Rica o resultado das meninas é mais favorável²⁹⁴.

EXPERIÊNCIAS PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO

Várias iniciativas implementadas na região são exemplo de boas práticas para prover educação. Além da nova onda de políticas públicas circunscrita aos programas de transferências monetárias condicionadas — um de seus objetivos é promover a demanda dos serviços de educação —, também existem esforços em matéria de melhoria da qualidade e aumento do investimento físico e em formação de recursos humanos para a educação²⁹⁵.

São várias as intervenções específicas que melhoraram a oferta educativa na região, inclusive o acesso a tecnologias da informação como um dos serviços complementares mais importantes para a difusão do conhecimento.

No Chile, a experiência de ter computadores nas salas possibilita aos indígenas acessar educação comunitária a distância; da mesma forma, o projeto Docente al Día, também desenvolvido no Chile, propicia o compartilhamento de conteúdos entre professores²⁹⁶.

Outro exemplo de políticas educativas são as relacionadas com a inclusão de povos indígenas. Em alguns países como o Paraguai,



"A educação é meu direito. Na comunidade La Libertad". Foto: © Delmer de Jesús Gutiérrez Cruz | Nicarágua | OXFAM

os censos são projetados especificamente para incorporar informações vitais sobre os povos indígenas para que se possa planejar as intervenções educativas.

No Brasil, um programa específico para as comunidades quilombolas se traduziu em esforços conjuntos do governo brasileiro e da sociedade civil para a inclusão social sob os termos das próprias comunidades²⁹⁷.

Finalmente, em matéria de infraestrutura, também é possível encontrar bons exemplos de intervenções inovadoras. Em La Paz, na Bolívia, Barrios de Verdad (Bairros de Verdade) — um projeto de infraestrutura — foi planejado com a participação comunitária, graças à qual foi possível contar com instalações sanitárias dentro das escolas, iluminação externa e serviços de cuidado infantil²⁹⁸. Em Quito, no Equador, um investimento em ciências e segurança sísmica criou consciência sobre esses riscos e gerou um programa robusto de preparação e planejamento. No Panamá, conseguiu-se que a receita gerada pelo Canal fosse

utilizada para a educação, mediante políticas claras a esse respeito²⁹⁹.

5.5.2. DESIGUALDADES NO ACESSO E NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO

A saúde é outro vetor fundamental na melhora do bem-estar da população e constitui um elemento crucial para a redução das desigualdades. O desenvolvimento das capacidades das pessoas depende em grande parte de um estado de saúde que permita a realização do potencial humano de cada um.

Na América Latina e no Caribe, a provisão dos serviços de saúde revela um notável avanço em termos de ampliação de coberturas. Sem dúvida, os problemas de acesso desigual e diferença na qualidade do fornecimento, assim como a diferença entre o gasto público em saúde e o que isso significa para os setores de menor receita, são temas que continuam pendentes na região.

As disparidades de acesso aos serviços de saúde são um grande problema na região e exigem esforços focalizados nos bolsões de pobreza mais difíceis de alcançar. Na Bolívia³⁰⁰, por exemplo, a porcentagem de mulheres no quintil inferior que recebem atendimento para o parto no sistema de saúde é de 38%, sendo de 99% no superior. Em Honduras³⁰¹, essa cifra é de 33% e 99%, respectivamente, enquanto que na Colômbia³⁰² é de 72% e 99%³⁰³.

A mortalidade materna também foi reduzida com o passar do tempo, porém, as taxas ainda são altas com relação a países mais ricos, chegando a uma média de 101 mortes maternas para cada 100.000 nascidos vivos.

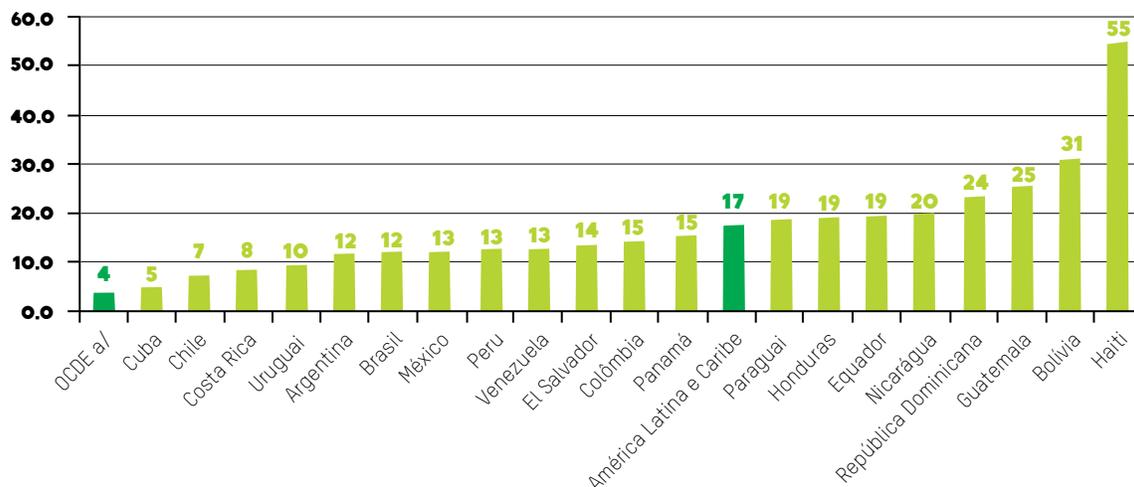
De acordo com estatísticas disponíveis³⁰⁴, os níveis de mortalidade infantil na América Latina teve redução significativa desde a década de noventa. Ainda assim, a média de mortalidade infantil se situa em uma taxa de 18 mortes para mil nascidos vivos, cifra quase 5 vezes maior que a média dos países desenvolvidos³⁰⁵. As diferenças desse indicador por níveis de renda são dramáticas: as crianças pobres da Bolívia, de Honduras, da República Dominicana e Colômbia têm de 2 a 5 vezes maior probabilidade de morrer no primeiro ano de vida do que as crianças ricas³⁰⁶. Esse dado mostra claramente as terríveis consequências provocadas por Estado incapaz de garantir direitos iguais à toda a sua população.

O Haiti mostra profundas diferenças com relação ao resto da região, seguido da Bolívia e Guatemala; os três países são os que têm os piores indicadores de mortalidade materna e infantil na América Latina e no Caribe. Isto indica problemas não resolvidos em termos de qualidade do serviço de atendimento à saúde, além de fatores concomitantes como a pobreza, a baixa escolaridade do grupo doméstico e o acesso à água e ao saneamento (ver Gráfico 27).

Mas além das desigualdades no acesso a serviços de saúde, as lacunas também são

GRÁFICO 27.

MORTALIDADE INFANTIL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE, E A MÉDIA DA OCDE 2013



Fonte: Esquivel Valeria, 2011, *Economia do Cuidado na América Latina*, PNUD, El Salvador.

notáveis em matéria de impactos sobre as condições de salubridade entre locais ricos e pobres. Por exemplo: a prevalência de desnutrição crônica em Honduras, Haiti, Colômbia e Bolívia é de 6 a 8 vezes maior nos lares do quintil mais pobres do que nos dos 20% mais ricos³⁰⁷.

A desigualdade na prestação de serviços de saúde tem várias explicações, que vão desde a baixa atribuição orçamentária até problemas relativos à marginalização no acesso, resultante da falta de infraestrutura, equipamento e equipe médica no serviço público de saúde, em especial nas zonas rurais. Essa situação, juntamente com os elevados custos monetários que o uso de serviços privados supõem, resultam em um cenário de enormes lacunas de acesso e uso dos atendimentos sanitários.

EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS EM SAÚDE

A atenção primária universal gratuita e de qualidade deve ser prioridade nas políticas de saúde.

Alguns exemplos de políticas de inclusão e aproximação do serviço sanitário às populações mais desfavorecidas já começaram a ser implantados. No Chile, o programa *Cresce Contigo*³⁰⁸ se concentra na atenção universal e multidimensional da saúde de crianças de menos de 4 anos. Da mesma forma, as Casas de Espera Materna e a atenção do Parto Vertical com adequação intercultural³⁰⁹, o Programa Materno Infantil em Cuba³¹⁰ e o Bono Juana Azurduy na Bolívia, são intervenções que mostram resultados otimistas³¹¹. Em matéria de promoção da demanda dos serviços de saúde, o Bono Juana Azurduy reduziu as

taxas de desnutrição de crianças menores de 2 anos e incrementou os partos assistidos por pessoal sanitário em centros de saúde.

DESIGUALDADE NO ACESSO À ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O acesso a fontes de água potável e saneamento básico é outro fator central para a promoção do bem-estar na América Latina e no Caribe. De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), o saneamento básico é a tecnologia de mais baixo custo que permite eliminar higienicamente os dejetos e as águas residuais — conexão com os esgotos públicos e sistemas sépticos, latrinas, entre outros —, e contar com um meio ambiente limpo e saudável, tanto nas casas quanto nos locais próximos dos usuários. Seu uso tem impacto na saúde, cumpre um papel essencial para a vida e é um importante bem social e público.

De acordo com a última informação disponível, em 2012 a cobertura de água potável alcançou 94% e a de saneamento, 82%. Essas médias, sem dúvida, ocultam elevadas disparidades intrarregionais.

Enquanto o Haiti apresenta uma cobertura dos serviços de água de apenas de 62% e de menos de 30% em saneamento, em países como a Bolívia, El Salvador, Honduras e Nicarágua a cobertura de água potável é inferior a 80%.

Outros países, como a Argentina, o Chile e o Uruguai praticamente chegaram a uma



“Diário viver”. Foto: © Ángel Gómez | El Salvador | OXFAM

cobertura universal desses serviços.

Embora as coberturas de água e saneamento na América Latina e no Caribe tenham tido importantes avanços, e em média se encontrem acima de 90% e 80% respectivamente, existe um desafio particular: a brecha existente entre as áreas urbanas e rurais em cada país. Essa brecha é particularmente importante no caso de saneamento básico.

Na área rural, a cobertura de saneamento é de apenas 62%, em relação a 87% da urbana.

No caso da água potável, a cobertura rural alcança 83% em comparação a 97% na área urbana.



"Hospital pelo chão". Foto: © Jorge Reyes | El Salvador | OXFAM

As diferenças de cobertura entre áreas urbanas e rurais também mostram diferenças significativas em cada país. No caso da água, países como a Nicarágua, o Haiti, a Bolívia e a Colômbia apresentam diferenças urbano-rurais de cobertura de mais de 20% ; enquanto que o Uruguai, a República Dominicana, a Argentina e o México mostram brechas de 5% ou menos.

No saneamento, as diferenças mais importantes se encontram no Brasil, Paraguai, Bolívia e Peru, países onde as áreas urbanas apresentam 30% mais de cobertura que as rurais. [\(ver Gráfico 28\)](#).

EM SÍNTESE

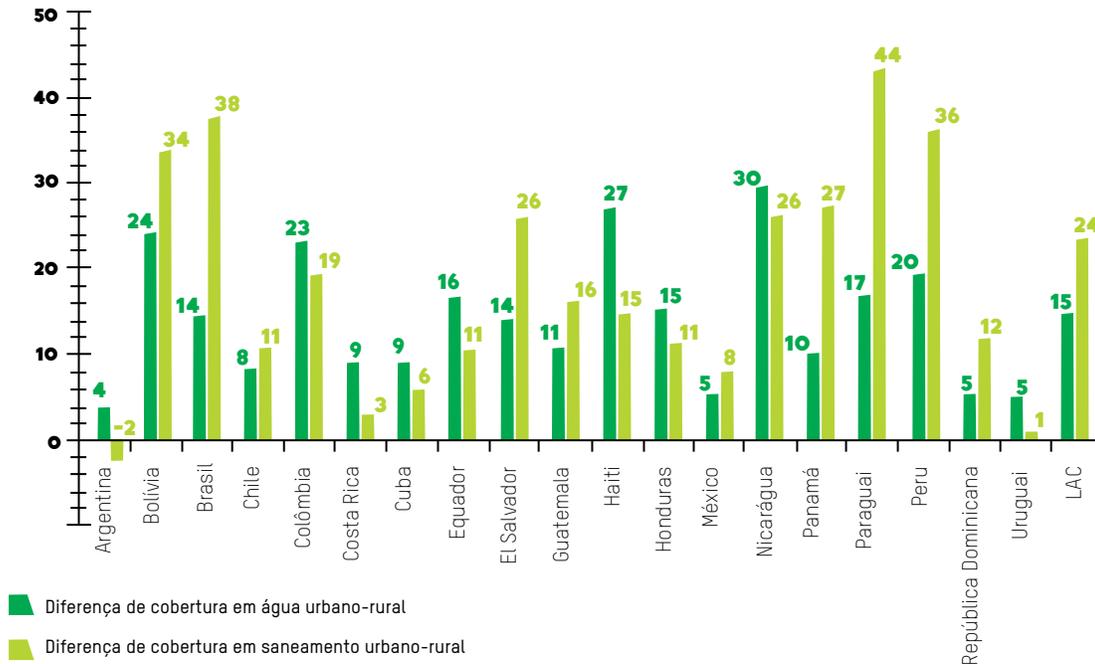
A saúde, a educação e o acesso à água potável são direitos essenciais que os

Estados têm a obrigação de garantir. Esses direitos têm um alto impacto nas condições econômicas das famílias e vice-versa, além de desempenhar um importantíssimo papel na superação das brechas e na ruptura da cadeia de desigualdade que existe entre gerações.

A privatização dos serviços públicos aprofunda a desigualdade que existe na região. Sendo assim, faz-se necessário impedir o avanço da privatização na provisão de serviços fundamentais para a população, e assegurar uma correta regulação dos provedores privados. Para isso, é necessário aumentar o investimento público e adotar as medidas adequadas para assegurar o fornecimento de serviços públicos de qualidade, que garantam direitos iguais à

GRÁFICO 28.

DIFERENÇAS NA COBERTURA DE ÁGUA E SANEAMENTO SEGUNDO A ÁREA DE RESIDÊNCIA (EM PONTOS PERCENTUAIS) 2012



Fonte: CEPAL com base em OMS/UNICEF.

toda população, independentemente de sua capacidade de pagamento.

Ainda há brechas importantes de acesso, mas a qualidade dos serviços tornou-se um desafio muito mais complexo de superar, e que exige políticas integrais e decididas nos três setores. Recomendações específicas para garantir esse postulado estão detalhadas no Capítulo 6.



CAPÍTULO

6

É HORA DE MUDAR AS REGRAS: RECOMENDAÇÕES



“O segredo para seguir em frente é dar o primeiro passo.”

Mark Twain

A desigualdade não é inevitável. E as soluções são essencialmente políticas. As medidas para lutar contra a pobreza e a desigualdade na realidade não têm nenhum segredo. Na América Latina e no Caribe, esse debate é histórico, e sua população já experimentou os efeitos das diferentes propostas, aquelas que aumentaram a desigualdade, como ocorreu nos anos noventa, e as que a reduziram, como na primeira década do século XXI. Sabe-se quais são as políticas que se deve promover para enfrentar a concentração de poder e riqueza em poucas pessoas. Trata-se de reduzir os privilégios de uns poucos para garantir os direitos da maioria. O principal debate é sobre a distribuição de poder e o peso desproporcional que os interesses de poucos têm nos sistemas democráticos. É necessário governos com compromisso claro com as majorias, capazes de desligarem-se dos interesses particulares das elites políticas e econômicas.

Porém, este não é um momento qualquer. Depois de uma “década dourada”, na qual foram alcançados avanços sociais, porém sem mudanças estruturais, devemos enfrentar um desafio importante. Em um momento de crescimento quase nulo, a desigualdade é um lastro que detém o desenvolvimento e as possibilidades de garantia da igualdade de oportunidades

para todos. Não se trata só de assumir um compromisso com a desigualdade, mas sim de priorizar: que políticas são fundamentais num momento de mudança de ciclo?

Hoje, é essencial que os governos iniciem reformas profundas que beneficiem as grandes majorias e, portanto, a sociedade como um todo. Essas soluções que exigimos, como um roteiro para mudar o modelo econômico e social, são um chamado para representar os interesses de muitos, são um chamado para tornar efetivas as democracias na região, garantindo direitos iguais para toda a população.

O extrativismo e as privatizações dos serviços públicos são duas dinâmicas que necessitam ser repensadas pelos Estados e a sociedade na América Latina e no Caribe. Elas têm um alto potencial para aprofundar a desigualdade, em vez de enfrentá-la, como argumentam seus defensores. Respondem a um modelo de desenvolvimento insustentável a longo prazo e com alto potencial de captura política das decisões que as regem.

Este informativo analisou as desigualdades econômicas e de oportunidades que as grandes majorias excluídas enfrentam, em especial as mulheres. E avalia também o outro lado da moeda: quem são os privilegiados e como não é possível que uns existam sem os outros. As exclusões são resultado de um sistema econômico e político feito à medida para beneficiar alguns. As elites econômicas e políticas reproduzem, através da captura política,



"Lar". Foto: © Iván Pavletich | Brasil | OXFAM

desigualdades estruturais, controlando as decisões e elaborando políticas públicas em favor de seus próprios interesses.

Na Oxfam, fazemos um chamado para que os diferentes atores envolvidos no sistema econômico e político desta região somem esforços em busca da construção de sociedades mais justas e solidárias. A luta por uma sociedade que respeita os direitos de toda a população envolve a ação compromissada dos governos, empresários, organizações sociais e políticas, partidos políticos, cooperação e organizações da sociedade civil para realizar ações concretas

que promovam a redução da desigualdade, advoguem e implementem políticas de redistribuição da riqueza, ações pela igualdade de gênero e que lutem contra a captura política por parte das elites políticas e econômicas.

A seguir, são enumeradas as medidas que os governos latino-americanos poderiam desenvolver para enfrentar a desigualdade e garantir direitos econômicos, sociais e culturais de toda a população. É importante não esquecer que o passo inicial para isso é a decisão política de enfrentar a captura política.

OBJETIVOS

Para os governos e as instituições da região, reduzir as desigualdades deve ser uma prioridade absoluta e envolver todas as políticas públicas. Não se pode abordar essa questão a partir de uma única frente, pois é preciso desenvolver ações coordenadas de políticas públicas de diferentes setores de forma simultânea e decidida, com os seguintes objetivos:

- Acabar com os modelos de concentração de riqueza, de renda e de terras, fornecendo dados e mensurando a desigualdade em todas as avaliações de impacto das políticas públicas.
- As medidas do governo devem acabar com a captura política e colocar os interesses da maioria acima dos privilégios de algumas elites.
- É hora de apostar em um modelo econômico e social que supere a dependência extrativista, diversificando a matriz produtiva.
- É preciso conter o avanço da privatização na prestação desses serviços na região, uma vez que isso aprofunda as lacunas da desigualdade e rompe o pacto social necessário para assegurar sociedades igualitárias e solidárias.
- Combater a desigualdade na garantia dos direitos entre mulheres e homens desde a elaboração até a implementação de políticas e legislações.

Para alcançar esses objetivos, os governos e as instituições da região devem comprometer-se a adotar um roteiro que leve em conta as seguintes recomendações:

UM GOVERNO A SERVIÇO DA CIDADANIA - ACABAR COM A CAPTURA POLÍTICA

- Regulamentar e dar transparência ao financiamento privado dos partidos políticos.
- Promover leis que regulem e deem transparência ao lobby para conter a influência das elites na formulação de políticas públicas e na legislação.
- Reformular as leis eleitorais de modo a garantir a representação dos diferentes interesses da sociedade de maneira equilibrada nas eleições.
- Promover reformas legais que aumentem a participação nas decisões públicas, como as iniciativas legislativas populares e a revogação de mandatos, entre outras.
- Garantir legislações que protejam o direito à liberdade de expressão, a vigilância cidadã e as manifestações pacíficas.
- Estabelecer leis para carreiras administrativas que evitem a distribuição dos empregos públicos a simpatizantes de um partido ou outro.

- Estabelecer leis que assegurem a transparência em compras e contratações públicas.
- Prover leis e sistemas que assegurem a transparência da gestão pública e o direito à informação, nos âmbitos central e local.
- Aprovar regulamentos que desconcentrem o monopólio de poder das elites econômicas e políticas nos meios de comunicação.
- Reforçar o currículo e a prática docente a fim de promover o pensamento crítico, a consciência dos direitos e a cultura da participação cidadã.

BUSCAR A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

- Acompanhar permanentemente o impacto das políticas públicas econômicas e sociais nas condições de vida das mulheres.
- Promover a igualdade salarial, o trabalho digno e penalizar as empresas que praticam a discriminação.
- Promover a ascensão profissional das mulheres e assegurar que ocupem cargos diretivos em condições de igualdade com os homens.
- Reconhecer a contribuição da mulher nas atividades de cuidados e redistribuir por todo o espectro social a carga do trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado.
- Incentivar políticas de acesso a ativos – terra, poupança e crédito— para as mulheres em pé de igualdade com os homens.
- Estudar o impacto — não analisado suficientemente — dos sistemas tributários — receitas e gastos públicos — na autonomia econômica das mulheres.
- Promover e priorizar os orçamentos com enfoque de gênero e designar recursos públicos que favoreçam a igualdade de gênero.
- Promover reformas eleitorais e normativas que assegurem a paridade e a alternância na representação política, bem como políticas específicas para garantir a equidade e a efetiva liderança das mulheres.
- Promover ações e políticas que possibilitem mudanças nas normas sociais que têm perpetuado e aprofundado as desigualdades de gênero, o que exige acabar com estruturas patriarcais incentivadas pelos próprios sistemas de educação formal.

ESTABELECEMOS CONDIÇÕES DE TRABALHO DIGNAS E SALÁRIOS JUSTOS

- Desenvolver políticas de aumento do salário mínimo que garantam, pelo menos, a cobertura da cesta básica familiar em cada país.

- Proteger os interesses coletivos sobre salários e condições de trabalho.
- Promover a diversificação econômica e o desenvolvimento e a produtividade de setores com alta capacidade de gerar empregos.
- Os contratos de compras públicas devem ser firmados com empresas que mantenham faixas salariais em que a remuneração máxima não seja mais de 20 vezes superior à remuneração média.
- Promover políticas que ofereçam incentivos às empresas que estimulem o desenvolvimento do trabalho digno, a proteção dos trabalhadores e a criação de fontes de trabalho estáveis para as populações vulneráveis.
- Promover um plano de ação destinado a reduzir a desigualdade de gênero em todo o mercado de trabalho, dando visibilidade à contribuição das mulheres e assegurando políticas que tornem viável sua incorporação ao emprego em condições de igualdade salarial e de trabalho.
- Aumentar a participação de representantes dos trabalhadores na tomada de decisão das empresas nacionais e multinacionais, com representação paritária entre mulheres e homens.
- Estabelecer marcos regulatórios que protejam o direito de associação e greve de todos os trabalhadores e revogar todas as leis contrárias a esses direitos.

GARANTIR SISTEMAS EFETIVOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

- Desenvolver sistemas de proteção social que garantam uma rede de segurança permanente e universal com vistas a proteger os grupos mais pobres e vulneráveis, independentemente de sua condição de trabalho — trabalho informal e não remunerado.
- Promover a extensão das pensões não contributivas como instrumento de proteção social que garanta uma renda mínima universal.
- Limitar o papel das seguradoras de saúde e pensões nas decisões e gestão dos sistemas de seguridade social.
- Promover uma discussão mais profunda sobre o impacto das transferências condicionadas de dinheiro para que funcionem como um complemento aos sistemas universais, visando proteger as populações com altos níveis de exclusão. Será necessário transformar os programas focados em sistemas efetivos de garantia de direitos, construção de capacidades individuais e coletivas e construção de consciência crítica.
- Rever a abordagem de gênero no planejamento dos sistemas de proteção social, de modo que eles possam ser meios viáveis para promover mudanças do imaginário sobre os papéis

de gênero, redistribuir as tarefas de cuidados e transformar as relações desiguais entre homens e mulheres.

GARANTIR UMA POLÍTICA FISCAL SUFICIENTE E REDISTRIBUTIVA

É essencial promover pactos fiscais, com reformas que permitam arrecadar com justiça para proteger as políticas sociais e combater a exclusão social.

POLÍTICA TRIBUTÁRIA

- Suficiência: deve ser estabelecida uma meta de aumento da carga tributária de forma sequenciada para fornecer recursos suficientes ao financiamento de políticas de investimento social.
- Recuperar a progressividade do conjunto do projeto tributário, aumentando especialmente a carga tributária sobre a riqueza e a propriedade e menos sobre o consumo e salário.
- Rever integralmente todos os privilégios fiscais a fim de manter apenas os que tenham impacto social positivo. Isso requer análise prévia, estudo da relação custo/benefício, governança que garanta o interesse público e a exigência fundamental da transparência dentro da análise no orçamento público.
- Acabar com o viés das políticas fiscais que abrem e consolidam lacunas socioeconômicas entre homens e mulheres.
- Conter a concorrência fiscal improdutiva entre países mediante acordos sub-regionais que evitem uma corrida para baixar os impostos e assim atrair investimento externo.
- Acabar com a sangria representada pelos paraísos fiscais, elaborando uma lista negra harmonizada em âmbito regional.
- Promover uma agenda de coordenação tributária eficaz, em âmbito regional e sub-regional, que facilite a coordenação de políticas que detenham as práticas de planejamento tributário agressivo e propiciem a defesa mais estruturada dos interesses coletivos nos marcos globais de reforma do sistema fiscal internacional.
- Promover a criação de um órgão fiscal intergovernamental, no qual todos os países participem em pé de igualdade, para reequilibrar o poder na tomada de decisões.

ORÇAMENTO, GASTOS

- Assegurar a destinação de verba nos gastos públicos para financiar serviços sociais básicos de qualidade e sistemas de proteção social sólidos.



"Não sou pobre, pois sorri!". Foto: © Paula Tamayo Flores | Peru | Oxfam

- Empregar todos os esforços para universalizar os serviços básicos de qualidade e promover a garantia crescente dos direitos econômicos, sociais e culturais.
- Assegurar a destinação de recursos públicos suficientes para enfrentar as desigualdades entre homens e mulheres e suas consequências, como a violência de gênero e as lacunas na garantia de direitos.
- Assegurar a transparência e a prestação de contas tanto na arrecadação quanto na orientação e execução do gasto público.
- Facilitar o controle das verbas públicas pelo cidadão.
- Garantir transparência nas reformas tributárias e assegurar mecanismos eficazes de debate amplo e público sobre essas reformas e seu impacto na equidade.

SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE E UNIVERSAIS

- Conter o avanço da privatização na prestação desses serviços na região, uma vez que a privatização aprofunda as lacunas da desigualdade e rompe o pacto social necessário para assegurar sociedades igualitárias e solidárias.

- Aumentar significativamente o investimento público nesses serviços e adotar medidas decisivas e contundentes para elevar os níveis de qualidade, de modo a não só garantir os direitos das populações mais excluídas como também a atrair as classes média e alta para utilizá-los, financiá-los e lutar por sua qualidade.

EDUCAÇÃO

- Promover a sustentabilidade do investimento em serviços de educação de qualidade visando garantir a cobertura universal e gratuita à população.
- Reduzir as discrepâncias/diferenças de qualidade do ensino entre as camadas sociais da população e garantir a igualdade de oportunidades, independentemente do tipo de prestador de serviço - público ou privado.
- Promover ações voltadas para a melhoria da qualidade educativa: melhora das condições de trabalho e salário dos professores para que se sintam considerados e motivados, formação docente com melhores padrões de qualidade, materiais didáticos e recursos pedagógicos de qualidade, aumento das horas-aula, revisão do currículo de forma a assegurar a construção do pensamento crítico, consciência dos direitos, igualdade dos direitos entre homens e mulheres, bem como o questionamento de qualquer forma de discriminação.
- Reforçar a regulação pública das escolas particulares para garantir que cumpram os padrões mínimos de qualidade.

SAÚDE, ÁGUA E SANEAMENTO

- Alocar verbas públicas suficientes com vistas a financiar a assistência médico-hospitalar para toda a população de modo a atingir as metas de universalidade com qualidade, priorizando os sistemas de prevenção e atendimento primário/atenção primária em saúde.
- Garantir serviços de saúde universais e gratuitos.
- Aplicar normas claras de regulação nos serviços de saúde privados de modo a assegurar sua qualidade.
- Assegurar que os sistemas de asseguarção/asseguramento/seguros não aprofundem as desigualdades do mercado, evitando a fragmentação e reduzindo a despesa pessoal com saúde no dia a dia.
- Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres devem ser assegurados nos sistemas de saúde e desvinculados de crenças religiosas.
- Assegurar investimento público em água potável e saneamento para todas as populações, prioritariamente nas zonas rurais.

ANEXOS

ANEXO 1.

Metodologia de cálculo da proporção renda per capita dos multimilionários/ renda per capita do quintil mais pobre 2013

Observações:

- a/** A renda anual per capita dos multimilionários foi calculada com base em dados da riqueza total da população com Riqueza Líquida Ultra Alta (UHNW, na sigla em inglês) extraídos do relatório de Riqueza Líquida Ultra Alta 2014 (World Ultra Wealth Report 2014, pág.70). O relatório citado considera multimilionários (ou pessoas com UHNW) os indivíduos com ativos líquidos iguais a ou maiores que 30 milhões de dólares.
- b/** Para calcular a renda anual per capita dos multimilionários, aplicou-as à riqueza líquida total deles uma rentabilidade anual determinada, e o valor resultante foi dividido entre a população total de multimilionários do país. Estimou-se uma rentabilidade anual da riqueza líquida total de 3,6%; para isso, tomou-se como base o Relatório Anual de Retornos do Investimento do Credit Suisse 2013 (Credit Suisse Global Investment Returns Yearbook 2013, pág.14), onde se diz que a projeção para os próximos 20-30 anos da rentabilidade real anual para fundos de investimento “em partes iguais entre ações e bônus do governo” (equality between equities and government bonds) pode ser de 2%. A essa taxa somou-se a taxa de inflação dos Estados Unidos de 2014, que foi de 1,6% segundo o Banco Mundial, para obter, assim, a rentabilidade nominal.
- c/** A renda anual per capita do primeiro quintil foi calculada dividindo-se o valor da renda nacional bruta disponível ajustada de 2014 correspondente ao quintil mais pobre (com base na distribuição percentual da renda nacional total de 2014, segundo a Cepal) entre 20% da população de cada país para o mesmo ano (Cepal).
- d/** Participação percentual na renda nacional do primeiro quintil de 2012, só para a área urbana.
- e/** Participação percentual na renda nacional do primeiro quintil de 2011.
- f/** Participação percentual na renda nacional do primeiro quintil de 2006.
- g/** Participação percentual na renda nacional do primeiro quintil de 2010.
- h/** Participação percentual na renda nacional do primeiro quintil de 2012.
- i/** Participação percentual na renda nacional do primeiro quintil de 2009.

Fontes:

- Credit Suisse Global Investment Returns Yearbook 2014
- Divisão de Estatísticas da Cepal, por solicitação da OXFAM
- Renda nacional: <http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?IdAplicacion=6&idTema=131&idIndicador=2223&idioma=e> (consultada em 18 de agosto de 2015)
- População total: <http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?IdAplicacion=6&idTema=1&idIndicador=1&idioma=e> (consultada em 18 de agosto de 2015)
- Taxa de inflação dos EUA em 2014: <http://datos.bancomundial.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG> (consultada em 18 de agosto de 2015)
- World Ultra Wealth Report 2014

ANEXO 2

Metodologia de análise estatística entre desigualdade de renda e percepção da qualidade da democracia

Objetivo:

Encontrar relação/dependência estatística na percepção da qualidade da democracia dos habitantes da América Latina e do Caribe com relação à desigualdade objetiva desses países.

Dados:

Para medir a percepção subjetiva das pessoas da ALC, tomamos a pesquisa LATINO-BARÔMETRO para 2010, 2011 e 2013 e extraímos dela 6 perguntas que consideramos fundamentais para nosso objetivo. Com a finalidade de medir a desigualdade por país de forma objetiva, tomamos o coeficiente de GINI.

As respostas (variáveis) às perguntas do LATINO-BARÔMETRO são de caráter categórico, onde quanto menor é o valor, maior é a satisfação com relação à pergunta feita. Esses valores oscilam entre 1 e 6 como valores extremos, no entanto encontramos respostas binárias. (Ver Anexo)

Consideramos o coeficiente de GINI uma variável contínua cujos limites são 0 e 1.

Metodologia:

Para conseguir isso, são propostos diversos métodos a partir da teoria estatística. Em primeiro lugar, considera-se formular um modelo de vetores autorregressivos (VAR) para explicar se uma série de dados comanda a outra (variáveis subjetivas e objetivas), mas considerando a natureza dos dados e a descontinuidade no tempo das variáveis, isso foi descartado.

Diante dessa situação, recorreremos aos modelos binários para encontrar alguma explicação para nosso fenômeno, no caso de existir uma. Não obstante, as observações objetivas não coincidem em número e natureza com as observações subjetivas e, portanto, devemos também descartar.

Finalmente, nós nos apoiamos na estatística descritiva e na análise de dispersão. Para ajustar o problema do número de dados, procede-se a obter valores médios por país, e dessa maneira teremos observações equitativas. Uma vez feito isso, procedemos a calcular o coeficiente de correlação da variável objetiva (GINI) com relação às outras.

Fraquezas:

A metodologia aplicada, apesar de poder mostrar algum padrão, carece de precisão. Em primeiro lugar, utilizamos um valor médio e, como se sabe, esse valor é simplesmente representativo, e dificilmente alguma observação assume tal valor. Portanto, temos que a análise de correlação é realizada com valores médios provenientes de valores categóricos e valores contínuos com limites em 0 e 1, e isso, por definição, diminui e altera a precisão da estimativa.

Resultado Correlação:

GINI

P14ST	-0.474
P13TGB_A	0.437
P17NA	-0.453
P41ST_E	0.330
P14NCC_F	-0.357

VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO	RESPOSTA
P14ST	Em termos gerais, você diria que o (país) está sendo governado por alguns grupos poderosos em benefício próprio ou que está sendo governado para o bem de todo o povo?	1,2
P13TGB_A	Em geral, você diria que está muito satisfeito, mais ou menos satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com o funcionamento da democracia em (país)?	1,2,3,4
P17NA	O que você acredita que falta à democracia em seu país ou a democracia em seu país está bem como está?	1,2,3,4,5,6
P41ST_E	Até que ponto a justa distribuição da riqueza está garantida em (país)?	1,2,3,4
P14NCC_F	Algumas pessoas e/ou grupos têm tanta influência que os interesses da maioria são ignorados	1,2,3,4

ANEXO 3.

Os 10 bilionários mais ricos da América Latina e do Caribe, 2015

POSIÇÃO ALC	POSIÇÃO MUNDIAL	NOME	FORTUNA	PAÍS	SETOR	SETOR
1	2	Carlos Slim Helu	\$77.100,000	México	telecom	Telecoms
2	26	Jorge Paulo Lemann	\$25.000,000	Brasil	cerveja	Bebidas
3	52	Joseph Safra	\$17.300,000	Brasil	bancos	Finanças
4	77	German Larrea Mota Velasco	\$13.900,000	México	mineração	Extrativismo
5	82	Iris Fontbona	\$13.500,000	Chile	mineração	Extrativismo
6	85	Luis Carlos Sarmiento	\$13.400,000	Colômbia	bancos	Finanças
7	89	Marcel Herrman Telles	\$13.000,000	Brasil	cerveja	Bebidas
8	110	Carlos Alberto Sicupira	\$11.300,000	Brasil	cerveja	Bebidas
9	121	Alberto Bailleres González	\$10.400,000	México	mineração	Extrativismo
10	165	João Roberto Marinho	\$8.200,000	Brasil	mídia	Mídia

Fontes: Forbes 2015.

ANEXO 4.

Evasão estimada no imposto de renda e no imposto sobrevalor agregado (Porcentagem da arrecadação teórica)

PAÍS	IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO		IMPOSTO DE RENDA			
	ANO		ANO	IRP	IRC	TOTAL
Argentina	2006	21,2	2005	-	-	49,7
Chile	2005	11,0	2003	46,0	48,4	47,4
Equador	2001	21,2	2005	58,1	65,3	63,8
El Salvador	2006	27,8	2005	36,3	51,0	45,3
Guatemala	2006	37,5	2006	69,9	62,8	63,7
México	2006	20,0	2004	38,0	46,2	41,6
Peru	2008	33,0	2006	32,6	51,3	48,5
Média	-	24,5	-	46,8	54,2	51,4

Fontes: Compilado por Roberto Machado para Oxfam, com base em Gómez Sabaini, Jiménez e Podestá (2010) e SUNAT (2009).



INDICADORES DE
DESIGUALDADE
POR PAÍS

**DIFERENTES DADOS,
UMA MESMA REALIDADE:
DESIGUALDADE EXTREMA**

INDICADORES DE DESIGUALDADE POR PAÍS

OS DADOS ESTATÍSTICOS MOSTRADOS NESTE ANEXO PODEM SER CONSULTADOS EM EXCEL NA PÁGINA [HTTP://OXFAM.ORG/ES](http://oxfam.org/es)

Estas fichas por país tentam dar uma imagem da conjuntura da desigualdade em cada país da região e o estado das políticas-chave para enfrentá-la. Elas têm o objetivo de conferir visibilidade aos resultados das políticas públicas desenvolvidas em cada país para enfrentar a desigualdade e tentam dar informações consolidadas que permitam aos cidadãos saber a situação de seu país em relação aos demais países da região e à média regional.

Contêm dados estatísticos trabalhados para que sejam comparáveis com todos ou quase todos os países da região. As estatísticas nacionais ou estudos específicos realizados em cada país podem conter outros dados ou indicadores mais adequados para avaliar as políticas públicas; porém, para este instrumento foi necessário coletar medições que já estão padronizadas e são produzidas para todos os países. Que haja diferenças de resultados entre essas medições e outras utilizadas em nível nacional apenas quer dizer que utilizam formas diferentes de medição ou que foram realizadas em anos diferentes.

O arquivo contém 4 folhas:

- Definições dos indicadores, ano, fonte
- Fichas de 20 países da região.

As variáveis levantadas são:

- Pobreza
- Desigualdade econômica
- Captura do estado
- Política fiscal
- Educação
- Saúde
- Proteção social
- Emprego
- Desigualdade entre homens e mulheres

Em cada uma dessas variáveis foram selecionados alguns indicadores de acordo com os seguintes critérios:

- Indicadores que deem seguimento a características ou resultados das políticas públicas com potencial para enfrentar desigualdade econômica.

- Indicadores que enfatizem as brechas de renda e gênero na garantia dos direitos.
- Indicadores produzidos por fontes que padronizam a informação para que seja comparável entre os países.
- Indicadores que sejam produzidos de forma regular nos diferentes países da região usando a última cifra disponível.
- Priorizar, quando for possível, indicadores de resultado, não de processo.

É muito importante para a interpretação dos dados saber que a posição 1 é sempre a do país com melhor desempenho na política para enfrentar a desigualdade.

- Caso o indicador seja positivo para reduzir a desigualdade, como a porcentagem de gasto social, proporção do PIB, o país com maior gasto social terá a posição número 1.
- Caso o indicador seja negativo para reduzir a desigualdade, como o índice de Gini, o país com menor índice de Gini terá a posição número 1.

DEFINIÇÕES DOS INDICADORES

INDICADOR	DEFINIÇÃO	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	FONTE	LINK
POBREZA				
População pobre (%)	Refere-se à porcentagem da população que vive com renda per capita abaixo da linha de pobreza nacional. Linhas de pobreza calculadas pela Cepal	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=2268&idioma=e
População indigente (%)	Refere-se à porcentagem da população que vive com renda per capita abaixo da linha de indigência nacional. Linhas de indigência calculadas pela Cepal	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=2268&idioma=e
População pobre segundo índice de pobreza multidimensional (%)	Refere-se à porcentagem da população em situação de pobreza multidimensional, medida a partir de carências em educação, saúde e nível de vida (eletricidade, saneamento adequado, água potável, qualidade do chão da moradia, uso de combustível não contaminante e acesso a bens).	2012	OPHI	http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37626/S1420729_es.pdf?sequence=6
População não pobre vulnerável (%)	Representa a porcentagem da população não pobre, porém economicamente vulnerável, pois sua renda per capita oscila entre US\$ 4 e US\$ 10 diários, não alcançando a segurança econômica que define a classe média.	2012	PNUD, com base em estimativas fornecidas pela CEDLAS	http://www.gt.undp.org/content/dam/guatemala/docs/publications/undp_gt_PERFIL_estratos_sociales_2014.pdf
DESIGUALDADE ECONÔMICA				
Índice de GINI	Refere-se ao coeficiente de Gini utilizado para medir a concentração da renda per capita das pessoas. Assume valores que vão de 0 a 1, onde zero (0) significa igualdade plena e um (1), desigualdade plena. Calculado pela Cepal com base em pesquisas de famílias do país.	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?IdAplicacion=1&idTema=363&idIndicador=250&idioma=e

DEFINIÇÕES DOS INDICADORES | continuação

INDICADOR	DEFINIÇÃO	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	FONTE	LINK
DESGUALDADE ECONÔMICA				
Relação decil 10/decis 1-4 da distribuição da renda média per capita das famílias	Refere-se ao número de vezes que a renda média per capita que corresponde ao decil 10 (mais ricos) multiplica a renda média per capita dos decis 1-4 (mais pobres). Calculado pela Cepal com base em pesquisas de famílias do país.	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=249&idioma=e
Relação decil 10/decil 1 da distribuição da renda média per capita das famílias	Refere-se ao número de vezes que a renda média per capita que corresponde ao decil 10 (mais ricos) multiplica a renda média per capita do decil 1 (mais pobres). Calculado pela Cepal com base em pesquisas de famílias do país.	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=284&idioma=e
Relação da renda anual per capita dos multimilionários/renda anual per capita do quintil mais pobre	Refere-se ao número de vezes que a renda per capita (lucro médio) estimada da riqueza líquida dos multimilionários do país (30 milhões de dólares ou mais) multiplica a renda per capita do 1o quintil (mais pobre)	2013	CEPAL, Wealth X, Credit Suisse Banco Mundial	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idAplicacion=6&idTema=131&idIndicador=2223&idioma=e http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idAplicacion=1&idTema=1&idIndicador=1&idioma=e Wealth Ultra Report 2013 Credit Suisse Global Investment Returns Yearbook 2013 http://datos.bancomundial.org/indicador/FP.CPI.TOTL.ZG
CAPTURA POLÍTICA				
Percepção da corrupção do Estado	Refere-se à porcentagem de pessoas que consideram o Governo corrupto em termos gerais.	2014	Barômetro das Américas	http://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2014/AB2014_Com-parative_Report_English_V3_revised_011315_W.pdf
Vítimas de corrupção (subornos)	Representa a porcentagem da população que foi vítima de corrupção	2014	Barômetro das Américas	http://www.vanderbilt.edu/lapop/ab2014/AB2014_Com-parative_Report_English_V3_revised_011315_W.pdf
População insatisfeita com a democracia (%)	Refere-se à porcentagem da população que assume que a democracia necessita de mudança	2013	Barômetro Latino	http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp
População que considera injusta a distribuição de renda existente (%)	Representa a porcentagem de pessoas que considera que a riqueza se concentra em apenas uma pequena porção da população.	2013	Barômetro Latino	http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp
População que acredita que seu país é governado por poderosos em seu próprio benefício (%)	Refere-se à porcentagem de pessoas que considera que seu país é governado por poderosos em seu próprio benefício.	2013	Barômetro Latino	http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp
População que não confia no Estado (%)	Refere-se à porcentagem das pessoas que não confiam nas ações do Estado.	2013	Barômetro Latino	http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp

DEFINIÇÕES DOS INDICADORES | continuação

INDICADOR	DEFINIÇÃO	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	FONTE	LINK
TRIBUTAÇÃO				
Relação entre receitas fiscais indiretas/ receitas fiscais totais	Refere-se à porcentagem das receitas públicas provenientes de impostos indiretos em relação ao total de receitas fiscais públicas.	2012-2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=821&idioma=e
Gasto público social % do PIB	Gasto público social total como porcentagem do PIB	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=134&idioma=e
Gasto público social % do orçamento	Gasto público social total como porcentagem do orçamento do país.	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=2192&idioma=e
Dependência das receitas fiscais das atividades extrativistas (%)	Refere-se à porcentagem das receitas públicas provenientes das indústrias extrativistas (hidrocarbonetos e mineração).	2013	CEPAL	http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37747/S1500053_s.pdf;jsessionid=1D427540F24BA0561749A205FE9FEA82?sequence=1
SAÚDE				
Gasto público em saúde % do PIB	Gasto público em saúde como porcentagem do PIB	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=134&idioma=e
% de despesas do dia a dia como % do gasto pessoal	Representa a porcentagem de despesas do dia a dia em saúde como proporção do gasto total em saúde (público e privado).	2014	BM	http://datos.bancomundial.org/indicador/SH.XPD.OOPC.ZS/countries
Proporção de crianças com altura abaixo do normal (%)	Corresponde à porcentagem de crianças menores de 5 anos que têm uma estatura inferior a -2 desvios padrão comparada com a média da população de referência (OMS).	2015-2012	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=533&idioma=e
Taxa de mortalidade infantil (mortes a cada mil nascidos vivos)	Representa o número de crianças que morrem a cada mil nascidas vivas, durante o primeiro ano de vida.	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=187&idioma=e
Taxa de mortalidade materna (mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos)	Representa a morte de uma mulher durante a gravidez ou dentro dos 42 dias seguintes ao término da gravidez, porém por causas não acidentais ou incidentais.	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=41&idioma=e
EDUCAÇÃO				
Gasto público em educação % do PIB	Gasto público em educação como porcentagem do PIB	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=460&idioma=e
Relação da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda per capita.	Refere-se ao número de vezes que a taxa de analfabetismo em adultos (de 15 anos ou mais) do 1o quintil (mais pobre) multiplica a mesma taxa do 5o quintil (mais rico). (Total do país, exceto para a Argentina, para a qual se dispõe apenas de dados da área urbana).	2006-2013	CEPAL	Dados proporcionados diretamente pela Divisão de Estatísticas da Cepal a pedido da Oxfam.

DEFINIÇÕES DOS INDICADORES | continuação

INDICADOR	DEFINIÇÃO	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	FONTE	LINK
EDUCAÇÃO				
Qualidade da aprendizagem obtida pelas crianças do sexto ano do ensino fundamental	Refere-se à pontuação média obtida por uma amostra de crianças de países selecionados que foram submetidos a provas nas matérias de leitura, matemática e ciências.	2013	UNESCO	http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Santiago/pdf/Primera-Entrega-TERCE-Final.pdf
Proporção das pessoas entre 15-24 anos que completaram o ensino médio dos quintis V/I de renda per capita da família	Número de vezes que a porcentagem média de pessoas (entre 15-24 anos de idade) que completaram o ensino médio do 5o quintil de renda per capita (mais rico) multiplica o 1o quintil (mais pobre). (Total do país, exceto para a Argentina, para a qual se dispõe apenas de dados da área urbana).	2012	CEPAL	Dados proporcionados diretamente pela Divisão de Estatísticas da Cepal a pedido da Oxfam.
Brecha de renda por nível socioeconômico em anos de escolaridade segundo a prova de matemática do Pisa.	Refere-se à diferença em nível de escolaridade média do 4o quartil (mais rico) com base na prova de matemática do exame Pisa de 2012 em relação ao 1o quartil (mais pobre). Os valores da prova do Pisa oscilam entre 0 e 1.000 pontos. Quarenta e um pontos dessa prova equivalem a um ano de escolaridade.	2012	CEPAL	Dados disponíveis no documento "Perspectivas Econômicas da América Latina 2015" da Cepal
Expectativa de escolaridade	Número total de anos de escolaridade que uma criança pode esperar no futuro desde o momento de sua entrada no sistema educacional.	2011	UNESCO	https://es.unesco.org/gem-re-port/regionalresources?field_re-gion_tid[]=58
EMPREGO				
Proporção da taxa de desemprego aberto entre os quintis I/V de renda per capita.	Refere-se ao número de vezes que a taxa de desemprego aberto entre pessoas de 15 anos ou mais do 1o quintil de renda per capita (mais pobre) multiplica a do 5o quintil (mais rico). (Total do país, exceto para a Argentina, para a qual se dispõe apenas de dados da área urbana).	2006-2013	CEPAL	Dados proporcionados diretamente pela Divisão de Estatísticas da Cepal a pedido da Oxfam.
Proporção da porcentagem da PEA ocupada em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda per capita.	Refere-se ao número de vezes que a porcentagem da PEA ocupada em empregos de baixa produtividade do 1o quintil de renda per capita (mais pobre) multiplica a porcentagem referida do 5o quintil (mais rico). (Total do país, exceto para a Argentina, para a qual se dispõe apenas de dados da área urbana).	2006-2013	CEPAL	Dados proporcionados diretamente pela Divisão de Estatísticas da Cepal a pedido da Oxfam.
Proporção da porcentagem de jovens que não estudam nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda per capita.	Refere-se ao número de vezes que a porcentagem de jovens de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham do 1o quintil de renda per capita da família (mais pobre) multiplica o 5o quintil (mais rico). (Total do país, exceto para a Argentina, para a qual se dispõe apenas de dados da área urbana).	2006-2013	CEPAL	Dados proporcionados diretamente pela Divisão de Estatísticas da Cepal a pedido da Oxfam.
Trabalhadores não sindicalizados em comparação com o total de trabalhadores (%)	Refere-se à porcentagem de trabalhadores que não participam de um sindicato em relação ao total de empregados.	2008-2011	OIT	http://www.ilo.org/ilostat/faces/oracle/webcenter/por-talapp/pagehierarchy/Page131.jspx?_afLoop=220103057974015&clean=true

DEFINIÇÕES DOS INDICADORES | continuação

INDICADOR	DEFINIÇÃO	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	FONTE	LINK
EMPREGO				
Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	Refere-se à porcentagem que representa o salário mínimo oficial em relação ao salário mínimo necessário para que um domicílio médio (considerando seu tamanho e seus membros) alcance a linha de pobreza.	2011	OIT	http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_325664.pdf
PROTEÇÃO SOCIAL				
Porcentagem de população que trabalha sem proteção em saúde	Refere-se à porcentagem da população que trabalha e não está coberta por um seguro de saúde/ou pensões, ou seja, de seguridade social ou de seguro privado, em condição de titular, assegurado direto ou afiliado que paga as contribuições.	2013	OIT	http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_325664.pdf
Falta de cobertura de aposentadoria (%)	Representa a porcentagem da população de 65 anos ou mais que não recebe pensões, tanto por contribuição como sem contribuição.	2010	CEPAL	http://www.asocamerlat.org/CE-PAL_PanoramaSocial2013_AmericaLatina_diciembre2013.pdf
DESIGUALDADE NA GARANTIA DE DIREITOS ENTRE MULHERES E HOMENS				
Índice de feminilidade da pobreza	Índice que mostra as disparidades da incidência da pobreza entre mulheres e homens. Quando seu valor é maior que 100 significa que a pobreza afeta em sua maioria as mulheres e vice-versa.	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=1694&idioma=e
Índice de feminilidade da pobreza extrema	Índice que mostra as disparidades entre a incidência da pobreza extrema (indigência) entre mulheres e homens. Quando seu valor é maior que 100 significa que a pobreza afeta em sua maioria as mulheres e vice-versa.	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=1694&idioma=e
Relação da renda média das mulheres em comparação com os homens (%)	Refere-se à porcentagem que representa a renda média das mulheres em comparação com a dos homens. Abrange a área urbana, exceto para a Venezuela, da qual apenas se dispõe de dados para o total do país.	2010-2013	CEPAL	Dados proporcionados diretamente pela Divisão de Estatísticas da Cepal a pedido da Oxfam.
Proporção de mulheres no parlamento nacional	Corresponde à porcentagem de mulheres que ocupam postos no parlamento nacional. Para comparações internacionais, utiliza-se geralmente apenas a câmara baixa ou única.	2014	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=178&idioma=e
Maternidade de adolescentes (15-19 anos) (%)	Total de mulheres jovens de 15 a 19 anos que declaram haver tido ao menos um filho nascido vivo no momento do censo, dividido pelo total de mulheres jovens do mesmo grupo de idade, multiplicado por 100.	2010	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=2187&idioma=e
Relação entre as taxas de analfabetismo de mulheres e homens.	Refere-se ao número de vezes que a proporção de mulheres analfabetas (de 15 anos ou mais) multiplica a dos homens. São consideradas analfabetas as pessoas que respondem "não" à pergunta: "Sabe ler e escrever?" (Total nacional)	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=53&idioma=e

DEFINIÇÕES DOS INDICADORES | continuação

INDICADOR	DEFINIÇÃO	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	FONTE	LINK
DESGUALDADE NA GARANTIA DE DIREITOS ENTRE MULHERES E HOMENS				
Defasagem de rendimento médio entre meninos e meninas nas matérias de leitura, matemática e ciências.	Refere-se à diferença entre a pontuação média das meninas nas matérias de leitura, matemática e ciências em comparação com a mesma pontuação média obtida pelos meninos. Quando o valor for negativo significa que as meninas obtiveram uma qualificação média maior que os meninos e vice-versa.	2013	UNESCO	http://www.unesco.org/new/es/santiago/education/education-assessment-llece/third-regional-comparative-and-explanatory-study-terce/
Proporção de desemprego feminino/masculino	Refere-se ao número de vezes que a porcentagem de desemprego das mulheres multiplica a dos homens.	2013	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=127&idioma=e
Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	Refere-se ao número médio de vezes que a proporção de mulheres não remuneradas e trabalhadoras autônomas como porcentagem do emprego total multiplica a mesma proporção dos homens.	2013	BM	http://data.worldbank.org/indicator/SL.EMP.VULN.FE.ZS/countries
Proporção TTT semanal de trabalho não remunerado entre mulheres e homens	Refere-se ao número de vezes que o tempo total de trabalho semanal de trabalho não remunerado das mulheres multiplica o dos homens.	2007-2012	CEPAL	http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=2296&idioma=e
Proporção de homens/mulheres inativos dedicados a trabalhos de cuidados e afazeres domésticos, por sexo	Refere-se ao número de vezes que a porcentagem das mulheres que não pertencem à PEA dedicadas a trabalhos de cuidados e afazeres domésticos multiplica a dos homens. (Total do país, exceto para a Argentina, para a qual se dispõe apenas de dados da área urbana).	2006-2013	CEPAL	Dados fornecidos pela Divisão de Estatísticas da Cepal.
Taxa líquida de não escolaridade na pré-escola (%)	Refere-se à porcentagem de crianças que, tendo a idade correspondente, não frequentam a pré-escola	2012	UNESCO	Dados disponíveis no Informe de Acompanhamento da EPT no Mundo 2015. A Educação para Todos. 2000-2015: conquistas e desafios. https://es.unesco.org/gem-report/regionalresources?field_region_tid[]=58

FICHA PAÍS

ARGENTINA						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	4,3	1	18	2012	31,9
	População indigente (%)	1,7	1	18	2012	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	8,0	2	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	31,4	4	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,475	6	18	2012	0,475
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	11,9	6	18	2012	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	25,9	7	18	2012	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	1.801,4	4	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	79,0	14	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	16,8	8	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	48,7	4	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	77,2	9	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	75%	9	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	55,3	7	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	49%	9	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	27,8	2	19	2009	16,2
	Gasto público social % do orçamento	64,3	6	19	2009	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	7,8	1	9	2010-2013	24,0
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	4,9	6	20	2013	4,22
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	20,1	4	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	8,2	4	18	2005	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	11,9	5	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	69,0	5	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	5,1	8	20	2012	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/IV de renda <i>per capita</i>	6,0	9	16	2012	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	513,4	7	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	1,6	5	18	2012	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	1,7	2	8	2012	2,0
	Esperança de vida escolar	17,9	1	17	2012	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/IV de renda <i>per capita</i>	10,5	18	18	2012	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/IV de renda <i>per capita</i>	1,8	6	18	2012	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/IV de renda <i>per capita</i>	4,3	14	18	2012	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	-	-	16	-	-
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	26,4	3	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	47,9	5	8	2013	41,3
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	9,0	1	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	144,6	18	18	2012	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	129,6	14	18	2012	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	77,2	7	16	2012	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	36,2	6	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	13,0	8	18	2010	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	1,3	8	14	2012	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-5,9	4	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,5	8	18	2012	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,1	8	18	2012	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	7,2	4	16	2012	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	26,0	5	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

BOLÍVIA						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	36,3	11	18	2011	31,9
	População indigente (%)	18,7	13	18	2011	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	58,0	14	17	2011	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	44,6	17	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,472	5	18	2011	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	12,1	7	18	2011	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	34,0	11	18	2011	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	8.306,5	16	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	68,0	7	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	30,2	18	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	62,1	9	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	67,3	6	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	55%	4	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	58,9	9	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	61%	15	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	11,5	13	19	2012	16,2
	Gasto público social % do orçamento	37,5	18	19	2009	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	37,6	7	9	2010-2013	24,0
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	4,8	7	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	23,2	6	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	27,2	17	18	2008	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	31,2	19	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	200,0	19	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	6,4	4	20	2012	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	6,6	10	16	2011	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	-	-	15	-	-
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	1,6	4	18	2011	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	13,2	10	17	2007	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	1,4	4	18	2011	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	1,8	5	18	2009	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	1,5	1	18	2011	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	46%	13	16	2009	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	-	-	11	-	-
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	79,0	11	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	109,2	7	18	2011	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	110,8	8	18	2011	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	68,8	14	16	2011	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	53,1	1	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	13,3	9	18	2012	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	3,5	14	14	2011	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-1,9	7	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,6	10	18	2011	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,2	9	18	2011	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	30,7	12	16	2011	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	53,0	13	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

BRASIL						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	18	5	18	2013	31,9
	População indigente (%)	5,9	5	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	14,	4	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	37,3	7	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,553	16	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	18,2	15	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	55,5	18	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	4.046,8	11	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	-	-	16	-	-
	Vítimas de corrupção (subornos)	13,9	5	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	74,0	14	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	81,7	12	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	81%	15	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	53,6	4	81	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	44%	7	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	26,6	3	19	2009	16,2
	Gasto público social % do orçamento	73,5	2	19	2009	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	7,9	2	9	2010-2013	24,0
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	4,7	8	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	31,0	8	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	7,1	3	18	2007	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	12,3	6	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	69,0	5	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	6,3	5	20	2012	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	5,9	7	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	521,8	6	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	2,5	10	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	1,8	4	8	2012	2,0
	Esperança de vida escolar	14,2	4	17	2005	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	7,4	14	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,4	13	18	2009	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,0	11	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	80%	8	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	32,4	5	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	28,5	4	8	2013	41,3
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	15,0	3	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	111,7	9	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	114,7	9	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	74,6	11	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	9,0	19	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	11,8	4	18	2010	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	0,9	3	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-	-	15	-	-
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,8	14	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,2	11	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	4,0	8	9	2012	3,3
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	-	-	16	-	-
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	-	-	17	-	-

FICHA PAÍS

CHILE						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	7,8	3	18	2013	31,9
	População indigente (%)	2,5	3	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	7,0	1	17	2011	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	40,5	11	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,509	10	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	15,0	11	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	26,1	8	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	1.638,4	3	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	-	-	16	-	-
	Vítimas de corrupção (subornos)	5,3	1	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	61,5	8	18	2013	1,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	89,8	17	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	79%	12	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	59,7	11	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	54%	13	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	14,7	9	19	2013	16,2
	Gasto público social % do orçamento	67,9	5	19	2013	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	15,3	4	9	2010-2013	24,0
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	3,7	13	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	32,2	9	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	2,0	1	18	2008	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	7,1	2	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	22,0	2	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	4,6	11	20	2012	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	3,9	3	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	568,8	1	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	1,3	1	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	2,3	6	8	2012	2,0
	Esperança de vida escolar	15,2	3	17	2012	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	7,6	15	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	1,6	2	18	2008	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,0	9	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	91,0	1	6,0	2010	9,4
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	88%	7	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	-	-	11	-	-
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	16,0	4	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	136,7	16	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	133,7	15	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	69,3	13	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	15,8	15	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	12,3	6	18	2002	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	1,1	7	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-6,9	2	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,4	7	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,3	17	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	35,4	14	16	2013	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	15,0	1	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

COLÔMBIA						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	30,7	8	18	2013	31,9
	População indigente (%)	9,1	7	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	35,0	8	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	3,1	8	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,536	14	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	17,8	14	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	42,0	13	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	3.695,3	9	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	79,6	15	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	13,6	4	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	71,7	13	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	85,6	15	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	79%	11	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	61,3	12	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	40%	4	20	2012	52%
	Gasto público social % do PIB	13,7	10	19	2013	16,2
	Gasto público social % do orçamento	69,6	4	19	2013	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	13,9	3	9	2010-2013	24,0
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	5,2	4	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	14,8	3	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	12,7	7	18	2010	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	14,5	11	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	83,0	9	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	4,9	10	20	2013	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	11,0	14	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	522,3	5	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	2,2	7	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	1,7	3	8	2012	2,0
	Esperança de vida escolar	13,5	8	17	2010	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	3,1	8	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,4	14	18	2012	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,2	13	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	91%	6	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	52,8	9	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	5,1	6	8	2013	41,3
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	76,0	10	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	117,0	10	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	125,7	12	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	79,3	5	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	19,9	12	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	14,4	10	18	2004	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	0,9	2	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	4,9	13	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,8	15	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,1	5	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	3,3	5	9	2012	3,3
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	6,3	3	16	2013	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	56,0	14	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

COSTA RICA						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	30,7	4	18	2013	31,9
	População indigente (%)	7,2	6	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	15,0	5	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	38,6	9	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,512	11	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	14,8	10	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	32,3	10	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	2.848,2	7	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	-	-	16	-	-
	Vítimas de corrupção (subornos)	15,5	7	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	65,1	11	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	85,2	14	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	82%	16	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	69,2	16	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	38%	3	20	2012	52%
	Gasto público social % do PIB	23,1	5	19	2012	16,2
	Gasto público social % do orçamento	43,2	14	19	2012	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	7,4	2	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	23,1	5	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	5,6	2	18	2009	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	8,4	3	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	38,0	3	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	6,9	3	20	2013	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	16	-	-
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	540,3	3	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	2,7	11	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	1,8	4	8	2012	2,0
	Esperança de vida escolar	13,9	6	17	2013	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	10,1	17	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	3,0	16	18	2012	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	10,0	18	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	104%	2	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	12,6	2	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	12,6	1	8	2013	41,3
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	36,0	5	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	117,0	10	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	120,5	10	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	84,1	4	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	33,3	7	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	11,1	2	18	2011	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	-	-	14	-	-
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	4,6	12	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,7	13	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,2	12	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	5,5	2	16	2013	29,6
Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	28,0	7	17	2011	39,1	

FICHA PAÍS

CUBA						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	-	-	18	-	-
	População indigente (%)	-	-	18	-	-
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	-	-	17	-	-
	População vulnerável não pobre (%)	-	-	18	-	-
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	-	-	18	-	-
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	-	-	18	-	-
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	-	-	18	-	-
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	-	-	18	-	-
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	-	-	16	-	-
	Vítimas de corrupção (subornos)	-	-	19	-	-
	População insatisfeita com a democracia (%)	-	-	18	-	-
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	-	-	18	-	-
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	-	-	18	-	70%
População que não confia no Estado (%)	-	-	18	-	-	
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	54%	14	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	36,5	1	19	2011	16,2
	Gasto público social % do orçamento	54,7	10	19	2011	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	0,0	0	9	0	24,0
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	8,2	1	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	4,8	1	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	-	-	18	-	-
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	5,0	0	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	80,0	8	20	0	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	-	-	20	-	-
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	16	-	-
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	-	-	15	-	-
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	-	-	18	-	-
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	13,8	7	17	2013	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	18	-	-
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	18	-	-
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	18	-	-
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	-	1	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	-	-	11	-	-
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	-	-	16	-	-
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	-	-	18	-	-
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	-	-	18	-	-
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	-	-	16	-	-
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	48,9	2	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	-	-	18	-	-
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	-	-	14	-	-
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-	-	15	-	-
	Proporção de desemprego feminino/masculino	-	--	18	-	-
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	-	-	18	-	-
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	-	-	16	-	-
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	-	-	17	-	-

FICHA PAÍS

EQUADOR

VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	33,6	10	18	2013	31,9
	População indigente (%)	12,0	9	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	31,0	7	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	43,0	15	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,477	7	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	11,7	5	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	23,3	5	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	2.626,1	6	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	64,1	3	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	26,0	13	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	40,8	2	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	42,0	1	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	35%	1	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	34,7	1	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	52%	11	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	8,3	16	19	2012	16,2
	Gasto público social % do orçamento	25,4	19	19	2012	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	40,3	8	9	2010-2013	24,0
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	3,9	12	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	51,4	16	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	25,3	16	18	2011-2013	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	19,1	15	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	87,1	11	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	4,2	14	20	2012	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,1	1	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	501,9	9	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	2,2	8	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	12,3	4	17	2012	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,5	7	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,2	12	18	2012	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,8	5	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	-	-	16	-	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	51,1	7	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	67,0	7	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	117,1	12	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	127,0	13	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	78,8	6	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	41,6	3	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	17,0	15	18	2013	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	1,4	10	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	3,6	11	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,7	11	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,2	10	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	4,0	7	9	2013	3,3
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	231,9	16	16	2013	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	19,0	3	17	2010	39,1

FICHA PAÍS

EL SALVADOR						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	40,9	15	18	2013	31,9
	População indigente (%)	12,5	11	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	3,0	13	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	41,1	13	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,53	4	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	10,5	3	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	19,6	3	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	4.406,4	13	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	67,7	6	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	9,8	3	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	63,9	10	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	72,2	7	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	65%	6	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	67,7	15	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	52%	10	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	14,8	8	19	2012	16,2
	Gasto público social % do orçamento	60,7	7	19	2012	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	4,6	9	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	32,4	10	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	20,6	12	18	2008	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	13,5	10	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	69,0	5	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	3,4	16	20	2011	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	5,3	6	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	-	-	15	-	-
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	4,0	14	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	12,1	15	17	2012	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,5	10	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,0	7	18	2012	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	3,5	8	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	66%	10	16	2010	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	55,3	10	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	83,0	12	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	105,1	5	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	104,8	4	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	89,4	1	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	27,4	8	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	15,4	12	18	2013	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	1,4	12	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-	-	15	-	-
	Proporção de desemprego feminino/masculino	0,8	2	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,3	16	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	37,7	15	16	2013	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	47,0	11	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

GUATEMALA						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	54,8	16	18	2006	31,9
	População indigente (%)	29,1	16	18	2006	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	70,0	16	17	2006	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	27,4	2	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,585	18	18	2006	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	22,0	18	18	2006	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	47,4	15	18	2006	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	7.397,8	15	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	70,2	9	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	20,7	10	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	71,1	12	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	77,9	10	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	74%	8	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	63,6	13	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	62%	16	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	7,6	18	19	2013	16,2
	Gasto público social % do orçamento	53,1	11	19	2013	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	2,4	181	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	53,3	17	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	48,0	18	18	2009	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	25,8	18	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	140,0	18	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	2,8	19	20	2013	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	6,6	11	16	2006	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	488,5	10	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	22,7	18	18	2006	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	-	-	17	-	-
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	0,3	1	18	2006	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	1,7	4	18	2004	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	3,1	6	18	2006	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	-	-	16	-	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	-	-	11	-	-
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	83,0	12	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	101,9	2	18	2006	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	101,4	2	18	2006	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	-	-	16	-	-
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	13,3	17	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	15,4	12	18	2002	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	-	-	14	-	-
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	9,8	15	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	2,3	18	18	2006	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,2	13	18	2006	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	5,0	9	9	2011	3,3
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	12,2	8	16	2006	29,6
Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	52,0	12	17	2011	39,1	

FICHA PAÍS

HAITI						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	-	-	18	-	-
	População indigente (%)	-	-	18	-	-
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	-	-	17	-	-
	População vulnerável não pobre (%)	-	-	18	-	-
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	-	-	18	-	-
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	-	-	18	-	-
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	-	-	18	-	-
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	-	-	18	-	-
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	62,1	1	16	204	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	69,2	19	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	-	-	18	-	-
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	-	-	18	-	-
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	-	-	18	-	70%
	População que não confia no Estado (%)	-	-	18	-	-
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	64%	18	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	-	-	19	-	-
	Gasto público social % do orçamento	-	-	19	-	-
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	-	-	20	-	-
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	-	-	19	-	-
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	21,9	13	18	2012	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	54,7	20	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	380,0	20	20	0	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	-	-	20	-	-
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	16	-	-
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	-	-	15	-	-
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil I/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	-	-	18	-	-
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	-	-	17	-	-
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	18	-	-
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	18	-	-
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	18	-	-
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	-	-	16	-	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	-	-	11	-	-
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	-	-	16	-	-
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	-	-	18	-	-
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	-	-	18	-	-
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	-	-	16	-	-
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	4,2	20	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	-	-	18	-	-
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	-	-	14	-	-
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-	-	15	-	-
	Proporção de desemprego feminino/masculino	-	-	18	-	-
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	-	-	18	-	-
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	-	-	16	-	-
Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	-	-	17	-	-	

FICHA PAÍS

HONDURAS						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	69,2	18	18	2010	31,9
	População indigente (%)	45,6	18	18	2010	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	71,0	16	17	2010	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	29,9	3	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,573	17	18	2010	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	21,7	17	18	2010	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	53,8	17	18	2010	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	16.460,3	18	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	67,3	5	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	2,0	11	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	81,7	18	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	88,0	16	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	90%	17	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	74,1	18	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	52%	12	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	12,0	12	19	2010	16,2
	Gasto público social % do orçamento	51,9	12	19	2010	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	4,3	11	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	45,6	15	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	22,7	14	18	2012	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	18,9	14	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	120,0	17	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	-	-	20	-	-
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	6,8	12	16	2010	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	479,5	11	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	7,9	17	18	2010	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	11,1	17	17	2013	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	0,5	2	18	2010	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,7	15	18	2010	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,4	4	18	2010	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	97,4	4	6,0	2007	95,4
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	97%	3	16	2010	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	-	-	11	-	-
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	94,0	16	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	101,0	1	18	2010	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	97,9	1	18	2010	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	85,5	2	16	2010	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	25,8	9	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	18,3	16	18	2001	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	1,0	5	14	2010	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-0,8	9	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	2,1	16	18	2010	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	0,9	2	18	2010	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	3,9	6	9	2009	3,3
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	7,3	5	16	2010	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	61,0	15	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

NICARÁGUA						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	58,3	17	18	2009	31,9
	População indigente (%)	29,5	17	18	2009	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	74,0	17	17	2009	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	32,5	5	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,478	8	18	2009	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	2,9	8	18	2009	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	26,1	8	18	2009	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	12.197,6	17	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	65,9	4	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	14,7	6	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	48,1	3	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	59,4	3	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	50%	3	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	59,4	10	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	48%	8	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	13,0	11	19	2009	16,2
	Gasto público social % do orçamento	55,0	9	19	2009	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	4,5	10	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	39,1	13	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	23,0	15	18	2007	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	20,0	16	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	100,0	13	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	4,4	13	20	2010	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	5,9	8	16	2009	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	470,6	13	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	4,3	15	18	2009	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	-	-	17	-	-
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,2	5	18	2010	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,2	9	18	2010	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,0	3	18	2009	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	95,5	3	6,0	2010	95,4
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	50%	12	16	2009	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	-	-	11	-	-
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	-	-	16	-	-
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	104,3	4	18	2009	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	102,3	3	18	2009	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	-	-	16	-	-
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	39,1	4	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	19,9	18	18	2015	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	0,0	0	14	2009	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-1,3	8	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,2	3	18	2009	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,3	18	18	2009	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	15,2	10	16	2009	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	45,0	10	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

PANAMÁ						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	23,2	6	18	2013	31,9
	População indigente (%)	12,2	10	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	-	-	17	-	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	36,1	6	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,527	13	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	15,6	12	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	49,3	16	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	3.845,4	10	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	69,4	8	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	18,8	9	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	56,1	6	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	65,2	4	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	78%	10	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	63,9	14	18	2012	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	32%	2	20	2012	52%
	Gasto público social % do PIB	7,9	17	19	2008	16,2
	Gasto público social % do orçamento	39,1	15	19	2008	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	4,9	5	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	24,8	7	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	19,1	11	18	2008	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	15,4	12	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	85,0	10	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	3,3	17	20	2011	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	-	-	16	-	-
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	473,1	12	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	3,1	13	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	13,3	9	17	2012	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,1	9	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	3,5	17	18	2012	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,1	12	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	0,0	0	6,0	0	95,4
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	97%	4	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	28,1	4	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	28,1	3	8	2013	41,3
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	54,0	6	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	122,2	13	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	122,5	11	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	75,8	8	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	19,3	13	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	15,4	12	18	2010	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	-	-	14	-	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-9,8	1	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,7	12	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,0	4	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	2,4	1	9	2011	3,3
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	13,6	9	16	2013	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	36,0	9	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

PARAGUAI						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	40,7	13	18	2013	31,9
	População indigente (%)	19,2	14	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	50,0	12	17	2011	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	40,5	11	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,522	12	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	17,2	13	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	34,2	12	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	6.434,1	14	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	77,8	12	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	28,1	17	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	74,9	15	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	90,5	18	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	91%	18	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	56,6	8	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	71%	20	20	2012	52%
	Gasto público social % do PIB	17,9	7	19	2012	16,2
	Gasto público social % do orçamento	38,4	16	19	2012	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	3,5	14	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	53,3	17	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	-	-	18	-	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	18,7	13	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	110,0	15	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	5,0	9	20	2012	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,7	5	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	459,8	14	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	2,5	9	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	11,9	16	17	2010	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,8	11	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,1	8	18	2012	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	5,8	15	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	98,8	6	6,0	2010	95,4
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	96%	5	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	57,8	11	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	70,7	8	8	2013	41,3
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	84,0	14	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	104,2	3	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	109,1	6	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	75,1	9	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	15,0	15	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	12,1	5	18	2015	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	1,3	9	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-6,6	3	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,4	5	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,1	6	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	0,7	1	16	2013	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	68,0	17	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

PERU						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	23,9	7	18	2013	31,9
	População indigente (%)	4,7	4	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	37,0	9	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	40,0	10	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,444	3	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	10,8	4	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	20,8	4	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	3.338,1	8	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	78,2	13	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	26,4	14	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	75,2	16	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	83,2	13	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	81%	14	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	71,9	17	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	44%	6,	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	9,5	15	19	2012	16,2
	Gasto público social % do orçamento	50,0	13	19	2012	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	17,1	5	9	2010-2013	24,0
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	3,1	16	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	35,7	11	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	14,6	10	18	2014	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	12,9	8	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	89,0	2	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	3,3	18	20	2013	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	11,6	15	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	511,1	8	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	1,6	3	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	2,5	7	8	2012	2,0
	Esperança de vida escolar	13,1	11	17	2010	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	1,1	3	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	2,2	11	18	2012	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	1,5	2	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	97,7	5	6,0	2010	95,4
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	78%	9	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	40,8	6	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	59,5	7	8	2013	41,3
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	75,0	9	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	109,4	8	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	107,7	5	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	68,0	15	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	22,3	10	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	11,5	3	18	2007	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	3,2	13	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	9,3	14	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,3	4	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,2	14	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	2,5	4	9	2010	3,3
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	-	-	16	-	-
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	26,0	5	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

REPÚBLICA DOMINICANA

VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	40,7	13	18	2013	31,9
	População indigente (%)	20,2	15	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	38,0	10	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	42,3	14	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,544	15	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	18,5	16	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	42,6	14	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	4.079,0	12	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	76,3	11	16	2014	71,4
	Vítimas de corrupção (subornos)	23,3	12	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	54,5	5	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	74,2	8	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	72%	7	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	53,8	5	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	63%	17	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	7,1	19	19	2011	16,2
	Gasto público social % do orçamento	37,7	17	19	2011	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	2,8	17	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	38,7	12	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	10,1	5	18	2007	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	23,6	17	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	100,0	13	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	3,7	15	20	2013	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	3,7	2	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	445,5	15	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	1,7	6	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	-	-	8	-	-
	Esperança de vida escolar	13,1	11	17	2012	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	7,0	13	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	1,1	1	18	2010	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	3,5	7	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	95,4
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	41%	14	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	-	-	11	-	-
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	84,0	14	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	134,0	15	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	152,2	17	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	64,0	16	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	20,8	11	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	19,7	17	18	2010	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	0,9	4	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-4,7	5	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	2,2	17	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,0	3	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	30,7	13	16	2013	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	63,0	16	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

URUGUAI						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	5,6	2	18	2013	31,9
	População indigente (%)	0,9	1	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	9,0	3	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	26,4	1	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,382	1	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	6,7	1	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	12,0	1	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	1.018,9	2	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	-	-	16	-	-
	Vítimas de corrupção (subornos)	6,7	2	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	18,3	1	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	65,3	5	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	46%	2	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	42,0	2	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	42%	5	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	24,2	4	19	2011	16,2
	Gasto público social % do orçamento	74,2	1	19	2011	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	-	-	9	-	-
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	6,1	3	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	12,8	2	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	11,7	6	18	2011	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	9,5	4	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	14,0	1	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	4,	12	20	2011	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	12,3	16	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	538,4	4	15	2013	505,5
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	5,3	16	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	2,5	8	8	2012	2,0
	Esperança de vida escolar	15,5	2	17	2010	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	6,4	12	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	3,5	18	18	2010	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	7,3	7	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	54%	11	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	2,3	1	11	2013	37,5
	% população empregada sem previdência social	24,0	2	8	2013	41,3
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	14,0	2	16	2011	58,9
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	138,1	17	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	163,1	18	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	75,1	9	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	13,1	18	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	9,5	1	18	2010	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	0,7	1	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-3,0	6	15	2013	-0,6
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,5	9	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	1,1	7	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	2,5	2	9	2007	3,3
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	9,7	6	16	2013	-
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	22,0	4	17	2011	39,1

FICHA PAÍS

VENEZUELA						
VARIÁVEL	INDICADOR	DADOS	POSIÇÃO NA REGIÃO	TOTAL PAÍSES	ÚLT. ANO DISPONÍVEL	MÉDIA REGIONAL
Pobreza	População pobre (%)	32,1	9	18	2013	31,9
	População indigente (%)	9,8	8	18	2013	14,2
	População pobre segundo o índice de pobreza multidimensional (%)	19,0	6	17	2012	37,1
	População vulnerável não pobre (%)	47,7	18	18	2012	37,9
Desigualdade Econômica	Índice de Gini	0,407	2	18	2013	0,497
	Proporção decil 10/decis 1- 4 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	8,3	2	18	2013	14,4
	Proporção decil 10/decil1 da distribuição da renda média <i>per capita</i> dos domicílios	18,6	2	18	2013	32,7
	Proporção da renda anual <i>per capita</i> dos multimilionários/renda anual <i>per capita</i> do quintil mais pobre	1.012,6	1	18	2014	4.845,8
Captura Política	Percepção de corrupção no Estado	-	-	16	-	-
	Vítimas de corrupção (subornos)	26,6	15	19	2014	21,9
	População insatisfeita com a democracia (%)	57,6	7	18	2013	61,3
	População que considera que há uma distribuição injusta da riqueza (%)	57,0	2	18	2013	74,6
	População que acredita que seu país é governado por poderosos que atuam em benefício próprio (%)	59%	5	18	2013	70%
	População que não confia no Estado (%)	44,2	3	18	2013	58,0
Fiscalidade	Proporção de receitas tributárias indiretas/receitas tributárias totais	64%	19	20	2013	52%
	Gasto público social % do PIB	21,2	6	19	2012	16,2
	Gasto público social % do orçamento	70,8	3	19	2012	53,9
	Dependência de receitas fiscais de atividades extrativistas (%)	45,5	9	9	2010-2013	24,0
Saúde	Gasto público em saúde % do PIB	1,0	19	20	2013	4,2
	% de despesas pessoais com saúde no dia a dia como % do gasto particular	63,7	19	19	2012	33,9
	Proporção de crianças com altura menor que o normal (%)	13,4	8	18	2009	17,0
	Taxa de mortalidade infantil (mortes por cada 1.000 nascidos vivos)	12,9	8	20	2013	17,4
	Taxa de mortalidade materna (mortes maternas por cada 100.000 nascidos vivos)	110,0	15	20	2013	100,7
Educação	Gasto público em educação % do PIB	6,9	2	20	2009	5,0
	Proporção da taxa de analfabetismo de adultos dos quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,2	4	16	2013	6,6
	Qualidade da aprendizagem alcançada por crianças da sexta série	-	-	15	-	-
	Proporção de pessoas com idade entre 15-24 anos que concluíram o ensino médio do quintil V/I de renda domiciliar <i>per capita</i>	1,5	2	18	2013	4,0
	Defasagem de rendimento por nível socioeconômico em anos de escolaridade, segundo a prova PISA de matemática	0,0	0	8	0	2,0
	Esperança de vida escolar	14,2	4	17	2009	13,6
Emprego	Proporção da taxa de desemprego entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	9,7	1	18	2013	4,8
	Proporção porcentual da PEA (população economicamente ativa) em empregos de baixa produtividade entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	1,7	3	18	2013	2,2
	Proporção porcentual de jovens que não estudam e nem trabalham (NINIS) entre os quintis I/V de renda <i>per capita</i>	4,0	10	18	2013	4,1
	Trabalhadores não sindicalizados em Proporção ao total de trabalhadores (%)	-	-	6,0	-	-
	Proporção entre o salário mínimo formal e o salário mínimo de subsistência	40%	15	16	2011	73%
Proteção Social	% população empregada sem assistência médica	-	-	11	-	-
	% população empregada sem previdência social	-	-	8	-	-
	Falta de cobertura à/para aposentadoria (%)	-	-	16	-	-
Desigualdade na garantia de direitos entre mulheres e homens	Índice de feminilidade da pobreza	122,2	13	18	2013	116,9
	Índice de feminilidade da pobreza extrema	142,7	16	18	2013	120,9
	Proporção de renda média das mulheres em comparação com a renda dos homens (%)	85,4	3	16	2013	76,3
	Proporção de mulheres no parlamento nacional	17,0	14	20	2015	25,7
	Maternidade adolescente (15-19 anos) (%)	14,6	11	18	2011	14,3
	Proporção de analfabetismo entre mulheres e homens	1,1	6	14	2013	1,4
	Defasagem de rendimento médio entre meninas e meninos em leitura, matemática e ciências	-	-	15	-	-
	Proporção de desemprego feminino/masculino	1,4	6	18	2013	1,5
	Proporção de mulheres/homens em empregos vulneráveis	0,9	1	18	2013	1,1
	Proporção de TTT semanal de trabalho não remunerado de mulheres/homens	-	-	9	-	-
	Proporção de homens/mulheres inativos, dedicados a afazeres domésticos e de cuidados, por sexo	20,1	11	16	2013	29,6
	Taxa líquida de não escolaridade pré-escolar (%)	30,0	8	17	2011	39,1

NOTAS

- ¹ Cepal (2015) "Panorama Económico y Social América Latina y el Caribe, 2014" da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos" p. 65. Nações Unidas: Santiago, Chile
- ² Cálculo da Oxfam, 2015. Fonte: Revised headcounts from Brookings spreadsheet, "Country HC & HCR revisions - 05.14", recebido em 21 de julho, 2014; exceto China, Índia, Indonésia dados de Laurence Chandy e-mail, 22 de Julho 22, 2104; 2010 médias da Brookings spreadsheet, "Poverty means_2010", recebido 22 de julho, 2014; fatores de conversão de PIB/crescimento per capita médio consumption/income growth from Chandy, Ledlie, and Penciakova, "The Final Countdown: Prospects for Ending Extreme Poverty by 2030," p. 17; US\$1.55 (2005 US\$) linha de pobreza de <http://www.brookings.edu/blogs/up-front/posts/2014/05/05-data-extreme-poverty-chandy-kharas>; PIB/projeções per capita do IMF World Economic Outlook Abril de 2014 dados correntes em dólares PPC, ajustado por inflação CPI para os EUA em 2010-12.
- ³ Cepal 2015 "Panorama Económico y Social América Latina y el Caribe, 2014" da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos", p. 65 Nações Unidas: Santiago, Chile
- ⁴ Em média simples
- ⁵ Cepal (2015) "Panorama Social de América Latina 2014" Nações Unidas: Santiago, Chile
- ⁶ PNUD (2014) "Informe de Desarrollo Humano 2014". Nações Unidas: Santiago, Chile
- ⁷ Cepal (2015) "Panorama Social de América Latina y el Caribe 2014". Nações Unidas: Santiago, Chile
- ⁸ Cepal (2015) "Estudio Económico de América Latina y el Caribe" p. 45 e 46. Nações Unidas: Santiago, Chile
- ⁹ Cepal (2015) "Panorama Social de América Latina y el Caribe 2014". Nações Unidas: Santiago, Chile
- ¹⁰ Ver nota 1
- ¹¹ UNODC (2013). "Estudio global sobre el Homicidio 2013". https://www.unodc.org/documents/gsh/pdfs/GLOBAL_HOMICIDE_Report_ExSum_spanish.pdf
- ¹² Banco Mundial, (2014) "Income Inequality and Violent Crime. Evidence from Mexico's Drug War", Policy Research Working Paper No.6935, Washington: Banco Mundial.
- ¹³ FMI (2015) "Causes and Consequences of Income Inequality: A Global Perspective", IMF Staff Discussion Note.
- ¹⁴ Cálculo próprio baseando-se nos World Development Indicators 2015 do Banco Mundial.
- ¹⁵ Base de dados da Credit Suisse 2014
- ¹⁶ Credit Suisse 2014, "Global Wealth Data Book 2014" p. 95 <https://publications.credit-suisse.com/tasks/render/file/?fileID=5521F296-D460-2B88-081889DB12817E02>
- ¹⁷ CEPALSTAT http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/Portada.asp
- ¹⁸ World Development Indicators 2015 <http://data.worldbank.org/news/release-of-world-development-indicators-2015>
- ¹⁹ CEPALSTAT
- ²⁰ Ver: <http://topincomes.parisschoolofeconomics.eu>.

- ²¹ Campos, Raymundo, Emmanuel Chávez e Gerardo Esquivel (2014); "Los Ingresos Altos, la Tributación Óptima y la Recaudación Posible", Prêmio Nacional de Finanças Públicas 2014, Centro de Estudos de Finanças Públicas, Câmara de Deputados, México.
- ²² G. Esquivel, (2015) "Concentración del Poder Económico y Político", Oxfam México.
- ²³ Base de dados da Credit Suisse 2014
- ²⁴ Para realizar o cálculo, a taxa média de crescimento de 2009 a 2014 foi calculada e a concentração de riqueza no 1% da população da América Latina e do Caribe foi projetada até que supere 50%.
- ²⁵ Banco Mundial (2015) "Ten richest africans own much poorest half continent?" http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/ten-richest-africans-own-much-poorest-half-continent?cid=EXT_WBBlogSocialShare_D_EXT
- ²⁶ O PIB dos países da América Latina e do Caribe cresceu de 2000 a 2013 a uma taxa anual média de 3,5%. <http://wdi.worldbank.org/table/4.1>
- ²⁷ Este cálculo foi realizado utilizando-se o poverty gap do Banco Mundial para cada país com a linha de 4US\$ diários PPC.
- ²⁸ Idem
- ²⁹ FAO dice que la concentración de la tierra en América Latina ha- aumentado/92184-3", (2008), Semana, 17 de abril <http://www.semana.com/noticias/articulo/fao-dice-concentracion-tierra-america-latina-ha-aumentado/92184-3>.
- ³⁰ Banco Mundial (2003) "Inequality in Latin America and the Caribbean. Breaking with history" <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/LACEXT/0,,contentMDK:20384897~pagePK:146736~piPK:146830~theSitePK:258554,00.html>
- ³¹ Ibid.
- ³² A. Guerreña (2013) "The Soy Mirage. The limits of corporate social responsibility: the case of the company Desarrollo Agrícola del Paraguay", relatórios de pesquisa da Oxfam
- ³³ Oxfam (2014) "Smallholders at Risk. Monoculture expansion, land, food and livelihoods in Latin America.", documento de briefing da Oxfam
- ³⁴ Ibid.
- ³⁵ Ibid.
- ³⁶ Ibid.
- ³⁷ OXFAM, (2013) "Divide y comprarás, una nueva forma de concentrar tierras baldías en Colombia".
- ³⁸ Oxfam (2014) "Smallholders at Risk. Monoculture expansion, land, food and livelihoods in Latin America." Documento de briefing da Oxfam.
- ³⁹ Gestión (2009) "El nuevo proceso de concentración de tierras en el Perú". Disponível em: http://www.commercialpressuresonland.org/wp-content/uploads/gestion_tiemras.pdf
- ⁴⁰ Z. Burneo (2011). "El proceso de concentración de la tierra en el Perú", Lima.: Coalición Internacional para el Acceso a la Tierra.

NOTAS

- ⁴¹ J. Escobedo (2012) "Olmos duplica la concentración de tierras de Chavimochic". em La, Revista Agraria 139. Lima. CEPES.
- ⁴² Oxfam (2014) "Smallholders at Risk. Monoculture expansion, land, food and livelihoods in Latin America." Documento de briefing da Oxfam.
- ⁴³ OIT (2011) "Informe regional sobre trabajo decente e igualdad de género: políticas para mejorar el acceso y la calidad del empleo de las mujeres en América Latina y el Caribe", OIT
- ⁴⁴ Ibid.
- ⁴⁵ Corporación Latinobarómetro (2013) "Informe 2013", Corporación Latinobarómetro: Santiago do Chile
- ⁴⁶ Quando realizamos uma análise da correlação entre o nível de desigualdade econômica medida pelo Gini e a sensação de insatisfação com o funcionamento da democracia, fica evidente uma relação positiva nos países latino-americanos de 0,473. Contudo, encontramos dois valores atípicos nessa análise, correspondentes à Costa Rica e ao Uruguai.
- ⁴⁷ Quando realizamos a análise da correlação entre o nível de desigualdade (Gini) e a sensação das pessoas de que alguns indivíduos e/ou grupos têm tanta influência que os interesses da maioria são ignorados, encontramos uma relação positiva de 0,357.
- ⁴⁸ Observamos que existe em média uma relação positiva entre a desigualdade de renda e a sensação das pessoas de que se governa para benefício dos grupos poderosos em +0,474.
- ⁴⁹ Ver J. Adelantado e E. Sherer (2008) "Desigualdad, democracia y políticas sociales. Estado, Gobierno y Gestión Pública", Revista Chilena de Administración Pública. N°11. Junho de 2008.
- ⁵⁰ Oxfam (2015) "Riqueza. Tenerlo todo y querer más" p. 1
- ⁵¹ Barómetro das Américas (2014) http://www.vanderbilt.edu/lapop/insights/I0908es_v3.pdf
- ⁵² OXFAM (2015) "La corrupción. Sus caminos, su impacto en la sociedad y una agenda para su eliminación", Oxfam p.23.
- ⁵³ Barómetro das Américas (2010) "Cultura política de la democracia en República Dominicana, 2010" p. 216 <http://www.vanderbilt.edu/lapop/dr/2010-culturapolitica.pdf>
- ⁵⁴ Ver J. Adelantado e E. Sherer (2008) "Desigualdad, democracia y políticas sociales. Estado, Gobierno y Gestión Pública", Revista Chilena de Administración Pública. N°11. Junho de 2008.
- ⁵⁵ G.V. Alonso, (2007) "Acerca del clientelismo y la política social: reflexiones en torno al caso argentino". Publicado na Revista del CLAD Reforma y Democracia. No. 37. (Fevereiro 2007). Caracas p. 3.
- ⁵⁶ O papel dos cabos eleitorais seria o de mediadores entre os atores com o objetivo do intercâmbio político por "favores" individuais. Ver Bruno Besana. P (2014) "¿Clientelismo o algo más? Relato sobre el rol de un puntero en la provisión de servicios básicos colectivos en un asentamiento de la Región Metropolitana de Buenos Aires, Argentina", Política / Revista de Ciencia Política Vol. 52, N° 1, 2014 / pp. 39-60
- ⁵⁷ UNESCO (2014) "Tendencias mundiales en libertad de expresión y desarrollo de los medios: Situación regional en América Latina y El Caribe", Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: Montevideo, Uruguai.
- ⁵⁸ Ibid.
- ⁵⁹ Ibid.
- ⁶⁰ Ibid.

- ⁶¹ Ibid.
- ⁶² G. Nelly (2014) "Nuevos Movimientos Sociales en América Latina y el Caribe. Resumen Ejecutivo" Oxfam, investigación inédita.
- ⁶³ G. Esquivel, (2015) "Concentración del Poder Económico y Político", Oxfam México, p. 19
- ⁶⁴ Ibid., p. 21
- ⁶⁵ Ibid.
- ⁶⁶ OXFAM (2014) "Iguales. Acabemos con la Desigualdad Extrema. Es Hora de Cambiar las Reglas.", OXFAM Oxford
- ⁶⁷ J. Garay (2013) "Minería en Colombia", Contraloría General de la República <http://www.rebelion.org/docs/167838.pdf>
- ⁶⁸ O gasto tributário do Estado é todo tipo de tratamento preferencial que beneficia a um setor, região, ou grupo de contribuintes específico.
- ⁶⁹ Ver página 23 em https://peru.oxfam.org/sites/peru.oxfam.org/files/file_attachments/Diagnostico-sobre-estado-del-marco-fiscal-y-la-estructura-productiva-en-el-Peru.pdf
- ⁷⁰ Ver a sentença do Tribunal Constitucional em: <http://www.tc.gob.pe/jurisprudencia/2005/00048-2004-AI.html>
- ⁷¹ Christian Aid (2012), "El Escándalo de la Desigualdad en América Latina y el Caribe, p. 48", <http://www.christianaid.org.uk/images/scandal-of-inequality-latin-america-and-caribbean-spanish.pdf>
- ⁷² Salazar (2010,) "MINERÍA-PERÚ: Negocio millonario y exonerado de impuestos"; <http://www.ipsnoticias.net/2010/01/mineria-peru-negocio-millonario-y-exonerado-de-impuestos/>
- ⁷³ Atienza e Itriago (2008), Letra pequeña, grandes abusos. Por qué los contratos petroleros en América Latina son un obstáculo para el desarrollo, pp. 17-18, Intermón Oxfam.
- ⁷⁴ Propuesta Ciudadana (2008) "No hay excusa pra reducir el óbolo minero": <http://www.propuesta-ciudadana.org.pe/node/7059>
- ⁷⁵ Ministerio de Energía y Minas (2007). "Programa Minero de Solidaridad con el Pueblo – PMSP.", Informe N° 001-2007: Lima. <http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/Informe001.pdf> <http://www.minem.gob.pe/minem/archivos/Informe001.pdf>.
- ⁷⁶ Presidência da República do Peru (2011) "Jefe de Estado promulgó tres leyes tributarias mineras", Presidência da República do Peru, 28 de setembro de 2011, <http://www.presidencia.gob.pe/jefe-de-estado-promulgo-tres-leyes-tributarias-mineras>
- ⁷⁷ Ver "Jefe de Estado promulgó tres leyes tributarias mineras", <http://www.presidencia.gob.pe/jefe-de-estado-promulgo-tres-leyes-tributarias-mineras> e Monge (2011), "Sobre el acuerdo con los mineros: ¿Total, cuánto es? ¿Y a quién va?"; <http://www.conades.org.pe/index.php?pg=2>
- ⁷⁸ N. Chávez Angeles (2012), "¿Qué pasó con el impuesto a las sobreganancias mineras?" Em: Boletín Perú Debate, ano 1, n° 3, pp. 9-13. http://perudebate.pe/sites/default/files/perudebate_ndeg3_julio_2012.pdf http://perudebate.pe/sites/default/files/perudebate_ndeg3_julio_2012.pdf
- ⁷⁹ Grupo Propuesta Ciudadana (2012). "Análisis de los Ingresos Generados por las Nuevas Medidas Tributarias al Sector Minero.", <http://www.propuestaciudadana.org.pe/sites/default/files/publicaciones/archivos/reporte%20gravamen%20minero.pdf>
- ⁸⁰ <http://www.oxfamblogs.org/lac/>

NOTAS

- ⁸¹ “Peru deputy minister steps down to protest consultation law” (2013), Peruvian Times, 7 de maio <http://www.peruviantimes.com/07/peru-deputy-minister-steps-down-to-protest-consultation-law/18994/>
- ⁸² “Ministro Mayorga amplió contratos a más petroleras que asesoró” (2014), El comercio, 23 de abril http://elcomercio.pe/politica/gobierno/ministro-mayorga-amplio-contratos-mas-petroleras-que-asesoro-noticia-1724586?ref=nota_politica&ft=mod_leatambien&e=titulo.
- ⁸³ M. Salazar (2014) “La ministra y los tiburones”, IDL Reporteros, 28 de fevereiro <https://idl-reporteros.pe/la-ministra-y-los-tiburones/>.
- ⁸⁴ F. Jiménez (2014) “Ollanta Humala: la puerta giratoria y el salario mínimo”, <http://naloalvaradochiquian.blogspot.com/2014/04/ollanta-humala-la-puerta-giratoria-y-el.html> .
- ⁸⁵ ICEFI (2012) La política fiscal de Centroamérica en tiempos de crisis. Instituto Centroamericano de Estudios Fiscales, Guatemala
- ⁸⁶ ICEFI (2015) “Política Fiscal: expresión del poder de las élites latinoamericanas”, Guatemala, p.9
- ⁸⁷ C. Daude, H. Gutiérrez e Á. Melguizo (2014) “Doctoring the ball: The political economy of tax incentives for investment in the Dominican Republic”. OECD Development Centre, Working Paper No.322, Research area: Latin American Economic Outlook January.
- ⁸⁸ Ibid.
- ⁸⁹ No caso do turismo, os privilégios foram estendidos a atividades de construção e a um subsídio implícito aos donos de um segundo imóvel.
- ⁹⁰ Cálculos da OXFAM baseados em OECD 2014 Working Paper 322, p 14. e o orçamento executado por função em 2013 segundo www.digepres.gob.do
- ⁹¹ D. Itriago (2012) “Tributación en Paraguay: El ostracismo de la pequeña agricultura”. Informe investigativo da Oxfam, Oxfam.
- ⁹² Ibid.
- ⁹³ As arrecadações por propriedades imobiliárias rurais alcançaram 0,04% do PIB frente a 0,94% na região e 1,8% nos países desenvolvidos.
- ⁹⁴ S. Higgins, N. Lustig, J. Ramirez e W. Swanson (2013) “Social Spending, Taxes and Income Redistribution in Paraguay”. CEQ Working Paper n°11(Novembro 2013).
- ⁹⁵ Como colocações financeiras, juros de títulos públicos, lucros de fundos de investimento, rendimentos de capital em bens imóveis e ações, etc. As colocações financeiras são fundos feitos no setor bancário a prazo, de sete dias a mais de um ano, com juros superiores aos da poupança.
- ⁹⁶ K. Stin (2011) “A State of Inequality: Confronting Elite Capture in Post-conflict Guatemala”. Thesis for completion of Master of Arts in Law and Diplomacy Fletcher School of Law and Diplomacy, Tufts University.
- ⁹⁷ <http://www.brasildefato.com.br/node/30142>
- ⁹⁸ Por exemplo: quando o ex-presidente Porfirio Lobo Sosa era presidente do Congresso Nacional, o mesmo Congresso Nacional o culpou pela perda de 7 milhões de dólares em cultivo do sorgo segundo FOSHDE 2006 “Entre la frustración y una nueva esperanza” p.7 <http://www.fosdeh.com/archivos/documentos/Publicaciones/Suplementos/lahndquedejamaduro.pdf>
- ⁹⁹ Corporación Latinobarómetro (2013) “Informe 2013”, Corporación Latinobarómetro: Santiago do Chile
- ¹⁰⁰ Ibid.

- 101** Ibid.
- 102** J. González (2014) "Desigualdad económica en el mundo", <http://www.razonpublica.com/index.php/internacional-temas-32/7316-desigualdad-econ%C3%B3mica-en-el-mundo-cifras-preocupantes.html>.
- 103** Banco Mundial (2006) Private Participation in Infrastructure Database, Washington. <http://ppi.worldbank.org/>.
- 104** OIT, (2014) "Tendencias mundiales del empleo 2014.¿Hacia una recuperación sin creación de empleos", Ginebra: OIT.
- 105** Pisa (2012) "Informe Pisa 2012", http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/PISA2012_Overview_ESP-FINAL.pdf
- 106** Campaña Latinoamericana por el derecho a la educación (2012), Seminario "Privatización de la educación en América Latina". Maio 2012. Campaña Latinoamericana por el derecho a la Educación. http://www.campaignforeducation.org/docs/privatisation/CLADE_Privatizacao_espanhol.pdf
- 107** Cepal (2013) O índice de segregação entre a população pobre e a rica medida através do Índice de Dissemelhança entre 1992 e 2011 aumentou de 0,151 a 0167. O índice de dissemelhança mede a segregação de um grupo minoritário em relação ao grupo maioritário, no nosso caso, os que frequentam escolas particulares. Pode-se interpretar também como o percentual do grupo minoritário que tem que mudar de local de estudo para conseguir uma distribuição uniforme em meio à distribuição da população.
- 108** Cepal (2013) "Segregación escolar público privada en América Latina", Santiago: Serie Políticas Sociales.
- 109** A. Rivas (2015), "América Latina después de PISA: un balance", <http://blogs.elpais.com/contrapuntos/2015/06/america-latina-despues-de-pisa-un-balance.html>
- 110** PNUD (2014) "Clases Medias y Educación en América Latina, Área de Reducción de la Pobreza y Desigualdad", Documento de Trabajo Julho/2014
- 111** Movimento chileno de estudantes secundaristas nascido em 2006, que deu lugar a várias revoltas.
- 112** M. Balarin (2015) "The Default Privatization of Peruvian Education and the Rise of Low-fee Private Schools: Better or Worse Opportunities for the Poor", ESP, Working Paper Series <http://www.pe-riglobal.org/role-state/document/default-privatization-peruvian-education-and-rise-low-fee-private-schools-better>
- 113** MINEDU (2014) "Resultados de la Evaluación Censal de Estudiantes 2014", Lima: MINEDU <http://www.minedu.gob.pe/opyc/files/presentacionresultadosECE2014v2.pdf> .
- 114** Secretaría Ejecutiva del Acuerdo Nacional (2015) "Acceso universal a una educación pública gratuita y de calidad y promoción y defensa de la cultura y del deporte", <http://acuerdonacional.pe/politicas-de-estado-del-acuerdo-nacional/politicas-de-estado%E2%80%8B/politicas-de-estado-castellano/ii-equidad-y-justicia-social/12-acceso-universal-a-una-educacion-publica-gratuita-y-de-calidad-y-promocion-y-defensa-de-la-cultura-y-del-deporte/>
- 115** Colegio de profesores del Perú (2015) "¿Llegaremos al 6% del PIB para educación para 2021? Incremento del presupuesto para educación; sólo es una demagogia más del Estado", <http://www.cppe.pe/index.php/noticias-portal/163-llegaremos-al-6-del-pbi-para-educacion-para-2021-incremento-del-presupuesto-para-educacion-solo-es-una-demagogia-mas-del-estado>.
- 116** "Perú se ratifica en invertir al menos 6% del PIB en educación" (2015), El comercio, 22 de maio <http://elcomercio.pe/politica/gobierno/peru-se-ratifica-invertir-al-menos-6-pbi-educacion-noticia-1813125>

NOTAS

- 117** Miguel Castilla: "La meta es invertir 6% del PIB en educación en el 2021" (2014), La República, 28 de julho <http://archivo.larepublica.pe/28-07-2014/miguel-castilla-la-meta-es-invertir-6-del-pbi-en-educacion-en-el-2021>
- 118** L. Trahtemberg (2013) "Educación privada crece, educación pública decrece", <http://www.trahtemberg.com/articulos/2111-educacion-privada-crece-educacion-publica-decrece.html>
- 119** "En Lima hay tres veces más colegios privados que públicos" (2014), El Comercio, 17 de julho <http://elcomercio.pe/lima/ciudad/lima-hay-tres-veces-mas-colegios-privados-que-publicos-noticia-1743752>
- 120** "BCP invertirá s/.50 millones a través de Oxi en colegios" (2014), El Comercio, 25 de fevereiro <http://elcomercio.pe/economia/negocios/bcp-invertira-s50-millones-traves-oxi-colegios-noticia-1712167> .
- 121** "Inversionistas ingresan con fuerza al sector educación" (2014), El Comercio, 8 de setembro http://elcomercio.pe/economia/negocios/inversionistas-ingresan-fuerza-al-sector-educacion-noticia-1755391?ref=flujo_tags_376463&ft=nota_2&e=titulo .
- 122** "Innova schools colocó bonos por s/.66 millones" (2015), El Comercio, 24 de fevereiro http://elcomercio.pe/economia/negocios/innova-schools-coloco-bonos-s66-millones-noticia-1793570?ref=flujo_tags_376463&ft=nota_1&e=titulo .
- 123** C. Pedraza (2013) "Gasto de Bolsillo en Salud y Rol del Gasto Público en Países de América del Sur" Santiago do Chile.
- 124** Ibid.
- 125** <http://www.twn.my/title2/resurgence/2015/296-297/cover04.htm>
- 126** J. P. Mulreany, S. Calikoglu, S. Ruiz e J.W. Sapsin (2006) "Water privatization and public health in Latin America", Revista Panamericana de Salud Pública.
- 127** OPS (2011) "Agua y Saneamiento: Evidencias para políticas públicas con enfoque de derechos humanos y resultados en salud pública", Washington: OPS.
- 128** G. Clarke, K. Kosec e S. Wallsten (2004) "Has private participation in water and sewerage improved coverage? Empirical evidence for Latin America." Washington DC: Banco Mundial, WPS 3445.
- 129** Ibid.
- 130** J. Delfino e A. Casarin (2001) "The reform of the utilities sector in Argentina." World Institute for Development Economics Research. United Nations University, Discussion paper N° 2001/74.
- 131** OPS (2011) Op. Cit.
- 132** J. Castaño (2006) "Dirección de Resultados en las Empresas Privatizadas", Tesis Doctoral, Universidad de Extremadura, Espanha.
- 133** Exceto quando o contrário for indicado, extrativista aqui se refere a hidrocarburetos e mineração. O extrativismo é entendido como a organização da economia de um país sobre uma alta dependência da extração intensiva de recursos naturais, com muito baixo processamento e, portanto, pouco valor agregado, destinados principalmente à exportação.
- 134** OCDE (2013) "Perspectivas Económicas de América Latina y el Caribe 2014. Logística y Competividad para el Desarrollo", OCDE. Disponível em: <http://latinports.org/perspectivas-economicas-de-america-latina-2014/> .
- 135** A. Caliri (2014), "Política Fiscal para salir del extractivismo", em Economía Crítica citando o Fundo Monetário Internacional, FMI. 1(2): 32-33.

- 136** Cálculos próprios do Grupo Propuesta Ciudadana com base em informações da Cepal.
- 137** Ibid.
- 138** World Bank (2015), "Latin America Treads a Narrow Path to Growth: The Economic Slowdown and its Macro Challenges", Banco Mundial.
- 139** O preço do cobre em 2014 foi em média 22% menor que o registrado em 2011; no caso do ouro, a variação foi de -19%; no caso da prata, -46% e no caso do chumbo, -13%. Quanto ao preço do petróleo, sua queda é recente: em meados de 2014 o preço do barril passava dos 100 dólares e em janeiro de 2015 caiu para menos de 50 dólares (Ver, por exemplo, E. Baca e G. Ávila (2015) "El fin del súper ciclo de los commodities y su impacto en los ingresos regionales". Disponível em: <http://www.propuestaciudadana.org.pe/sites/default/files/publicaciones/archivos/NIA%207-2015.pdf>)
- 140** SUNAT (2015). "Ingresos Tributarios Recaudados por la SUNAT, 1994 -. Tributos Internos Según Actividad Económica, 1998 - 2015. Disponível em: SUNAT http://www.sunat.gov.pe/estadisticasestudios/busqueda_cuadros.html .
- 141** "El petróleo cae y complica la economía de Ecuador este 2015". Disponível em: " (2015), El Universo, 4 de janeiro <http://www.eluniverso.com/noticias/2015/01/04/nota/4396261/petroleo-cae-complica-economia-este-2015> .
- 142** "La caída del precio del petróleo complica las cuentas públicas de Venezuela, Ecuador e Irán". Disponível em: " (2014), Infobae, 23 de novembro <http://www.infobae.com/2014/11/23/1610647-la-caida-del-precio-del-petroleo-complica-las-cuentas-publicas-venezuela-ecuador-e-iran> .
- 143** <http://www.preciopetroleo.net/> Consultado pela última vez em 5 de setembro de 2015, o barril do petróleo BRENT tem cotação de 50,6 dólares.
- 144** "El crudo cae a \$us 43,87; se prevén menos regalías e IDH para regiones de Bolivia". Disponível em: <http://www.paginasiete.bo/economia/2015/8/8/crudo-4387-preven-menos-regalias-65847.html>
- 145** "Por cuarto mes, los ingresos de Bolivia por el Impuesto Directo a Hidrocarburos bajan debido a la caída del petróleo". Disponível em: http://www.la-razon.com/index.php?url=/economia/Efecto-cuarto-ingresos-IDH-debido-precio-petroleo_0_2270172980.html
- 146** C. Goedder (2015) "Perspectivas: Colombia, Petróleo y Macroeconomía". Disponível em: <http://inteligenciapetrolera.com.co/inicio/perspectivas-colombia-petroleo-y-macroeconomia-por-carlos-goedder/> .
- 147** A. Fuerte (2015) "El hueco fiscal y la sombra de la crisis del petróleo". Disponível em: <http://www.desdeabajo.info/ediciones/item/25922-el-hueco-fiscal-y-la-sombra-de-la-crisis-del-petroleo.html> .
- 148** "Ingresos petroleros se reducirán en 14,5 billones de pesos para 2015". Disponível em: (2015), El Tiempo, 18 de março <http://www.eltiempo.com/politica/gobierno/ingresos-petroleros-se-reduciran-para-2015/15419736> .
- 149** OCDE (2013), "Perspectivas Económicas de América Latina y el Caribe 2014. Logística y Competividad para el Desarrollo", OCDE.
- 150** M. Svampa (2012) citando vários autores, "El Consenso de los Commodities", Le Monde diplomatique, edição (168): 4-6.
- 151** Organização Internacional do Trabalho, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e ONU Mulheres (2013), "Trabajo decente e igualdad de género" p. 44. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/@sro-santiago/documents/publication/wcms_233161.pdf

NOTAS

- 152** Cálculos próprios baseados no CEPALSTAT, disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/>
- 153** A. De la Torre (2011) "Evitando la maldición de los recursos naturales". Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09733.pdf> .
- 154** Estimativas próprias baseadas no Banco da la República de Colombia, utilizando valores correntes das exportações.
- 155** "Colombia: Exportaciones mineras crecen US\$4.300 millones" (2013), Nueva Minería y Energía, 14 de agosto <http://www.nuevamineria.com/revista/colombia-exportaciones-mineras-crecen-us4-300-millones/> .
- 156** "Será difícil igualar las exportaciones del 2012"; <http://www.portafolio.co/negocios/exportaciones-colombia-> (2013), Portafolio, 14 de janeiro. <http://www.portafolio.co/negocios/exportaciones-colombia-2013> .
- 157** O enclave é um processo de produção que tende a operar de forma isolada do resto da economia (o estereótipo de uma mina: poucos trabalhadores mal remunerados e uma linha de trem que une a mina ao porto de exportação).
- 158** A. De la Torre (2011). Op. cit.
- 159** Observatorio de derechos de los pueblos indígenas "La espada y la pared. América Latina, entre el extractivismo y el Buen Vivir" em: Coordinación por los derechos de los pueblos indígenas (CO- DPI). Disponível em: <http://www.codpi.org/observatorio/210-la-espada-y-la-pared-america-latina-entre-el-extractivismo-y-el-buen-vivir>.
- 160** W. Vergara A. R. Rios, P. Trapido, e H. Malarín (2014) "Agriculture and Future Climate in Latin America and the Caribbean: Systemic Impacts and Potential Responses", IADB.
- 161** "América Latina: Patria grande y sojera"; (2012), Upside down world, 21 de agosto. <http://upside-downworld.org/main/en-espatopmenu-81/3826-america-latina-patria-grande-y-sojera> .
- 162** Ibid.
- 163** Ibid.
- 164** Ibid.
- 165** M. Buvinic (2008) "Mujeres en la Pobreza. Un problema global", Washington D.C: BID.
- 166** C. Arruza (2010) "Las sin parte: matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo", Izquierda Anticapitalista. p.138. Disponível em: <http://puntodevistainternacional.org/images/pdf/Tripa-CA-6%201.pdf>
- 167** Base de dados CEPALSTAT
- 168** OIT (2015) "Panorama laboral 2014. América Latina y el Caribe", OIT. Disponível em http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_325664.pdf
- 169** Ibid.
- 170** Base de dados CEPALSTAT
- 171** CEPAL (2015): "Panorama social de América Latina y el Caribe"
- 172** D. Itriago (2015) "Derechos que penden de un hilo. Zonas francas têxteis frente a cooperativas de comercio justo.", Oxfam Intermón

NOTAS

- [v]* Dados disponíveis em: <http://datos.bancomundial.org/indicador/SL.EMP.VULN.FE.ZS/countries>
- [vi]* K. Tomashevski (2006) "Strengthening Pro-poor Law: Legal Enforcement of Economic and Social Rights", em *Human Rights and Poverty Reduction: Realities, Controversies and Strategies*", Overseas Development Institute.
- 173** CISEPA, CIRAD, International Land Coalition (2011), *La concentración de la propiedad de la tierra en América Latina: una aproximación a la problemática actual*.
- 174** *Ibid.*
- 175** Quando foi feita a Revolução Agrária no México, muitas terras foram desapropriadas dos fazendeiros e divididas entre as populações rurais; mas não lhes foi dado o direito de vendê-las, somente de trabalhar nelas, e tinham a obrigação de transferi-las aos seus descendentes. Essas pessoas que trabalham na terra são chamadas de ejidos.
- 176** Os "avecindados" são pessoas que vivem no núcleo agrário e são reconhecidas pela assembleia Ver Lastarria-Cornhiel (2011). Em Patricia Costas (Coordenadora), 2011.
- 177** Deere e León (2005) citado em R. Bóhorquez e L. Ardito (2009) "Informe de investigación. Experiencias activas de acceso a la tierra: estrategias de empoderamiento y aseguramiento de derechos desarrolladas por organizaciones de mujeres campesinas e indígenas rurales," Santiago do Chile: International Land Coalition América Latina: Santiago, Chile.
- 178** *Ibid.*
- 179** Cepal (2011) "Políticas Públicas e institucionalidad de género en América Latina (1985-2010) Serie: Mujer y Desarrollo, Santiago.
- 180** L. Chioda (2012) "Work and Family: Latin America and Caribbean Women in Search of a New Balance", Washington D.C: Banco Mundial.
- 181** *Ibid.*
- 182** Oxfam (2014) "Justiça fiscal para reduzir a desigualdade na América Latina e no Caribe. Informe da Oxfam.
- 183** R. Coello Cremades e S. Fernandez Cervantes (2014) "Análisis de género de la política fiscal boliviana: propuestas para la agenda pendiente del proceso de cambio". *Revista de Economía Crítica*, nº18, segundo semestre 2014).
- 184** Corina Rodríguez (na prensa): "Justicia Fiscal y Derechos de las Mujeres. Una mirada a los sistemas tributarios de Nicaragua, Honduras, Guatemala y República Dominicana". Oxfam. Documento preliminar consultado em agosto 2015.
- 185** C. Rodríguez Enríquez (2012) "Política fiscal para la igualdad de género", 24 Seminario Regional de Política Social, Cepal, Nações Unidas. Disponível em http://www.cepal.org/ilpes/noticias/paginas/3/45763/Corina_Rodriguez.pdf.
- 186** Cepal (2013) "Panorama Social de América Latina 2013", Santiago do Chile: Nações Unidas.
- 187** Consulta integrada em CEPALSATAT <http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=127&idioma=e>
- 188** Cepal (2014) "Panorama Social de América Latina 2014", Santiago do Chile: Nações Unidas.
- 189** *Ibid.*
- 190** Cálculos próprios com base em dados fornecidos pela Cepal de 2011-2013.

NOTAS

- ¹⁹¹ Ibid.
- ¹⁹² Cálculo próprio com base em dados da OIT 2014 “Panorama laboral 2014. América Latina y el Caribe”.
- ¹⁹³ Cepal/OIT (2014) “Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. Formalización del empleo y distribución de los ingresos laborales”, Santiago do Chile: Nações Unidas.
- ¹⁹⁴ PNUD (2014) “Perfil de estratos sociales en América Latina: pobres, vulnerables y clase media”, Nova York: PNUD.
- ¹⁹⁵ OEA (2010) “Desigualdad e inclusión social en las Américas: 13 Ensayos”, Washington D.C: Secretaria Geral OEA.
- ¹⁹⁶ Cepal/OIT (2015) “Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. Protección social universal en mercados laborales con informalidad”, Santiago de Chile: Nações Unidas.
- ¹⁹⁷ Ibid.
- ¹⁹⁸ INEI (2013) “Perú: Evolución de los Indicadores de Empleo e Ingreso por Departamento 2004-2012” http://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1105/cap03.pdf
- ¹⁹⁹ Cepal/OIT (2014). Op. cit.
- ²⁰⁰ OIT (2013) “Trabajo Decente y Juventud en América Latina. Políticas para la acción, Organización Internacional del Trabajo”, Perú: OIT.
- ²⁰¹ J. Gamero (2015) “Salarización incompleta e informalidad en el mercado de trabajo peruano”, em “Hacia una caracterización de la dominación social en el Perú”, Cuaderno de Inverigación N°1 (abril de 2015) <http://cisepa.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/2015/04/Rochabr%C3%BAn-y-otros-2015-Domincaci%C3%B3n-social-en-Per%C3%BA1.pdf> .
- ²⁰² S.N. Keifman e R. Maurizio (2014) “Change in Labour Market Conditions and Policies, and Their Imapct on Wage Inequality During the Last Decade”, em Cornia G.A. (eds.) “Falling Inequality in Latin America. Policy Changes and Lessons”, UNU-WIDER/Oxford University Press.
- ²⁰³ Ibid.
- ²⁰⁴ Ibid.
- ²⁰⁵ OIT (2014) “Panorama laboral 2014. América Latina y el Caribe”, Lima: OIT / Escritório Regional para a América Latina e Caribe.
- ²⁰⁶ Keifman S.N., Maurizio R. (2014) Op. cit.
- ²⁰⁷ FAO (2011), “Comisión de trabajo sobre distribución de la cadena de valor,” <http://fao.org/economic/worldbananaforum/working-groups/wg02/en>
- ²⁰⁸ OXFAM (2014) “Iguales. Es hora de acabar con la desigualdad extrema p. 88 Oxfam, Oxford
- ²⁰⁹ O salário mínimo de subsistência (SMS) de cada país é a renda necessária para que uma família média (considerando seu tamanho e os ocupados) alcance a linha de pobreza (Belser e Sobeck, 2012). O salário mínimo de subsistência é calculado multiplicando a linha de pobreza por pessoa pelo tamanho médio da família, dividido pelo número de ocupados na família.
- ²¹⁰ Fundación hecho en Bolivia (2015) “Bolivia: evolución del salario mínimo legal expresado en dólares y bolivianos (1992-2014)”. Disponível em: <http://www.fundacionhechoenbolivia.org/ESTADISTICAS%20ECONOMICAS/EVOLUCION%20DEL%20SALARIO%20MINIMO%20NACIONAL.pdf>
- ²¹¹ D. Jamieson (2014) “Even Goldman Sachs Analysts Say A Minimum Wage Hike Wouldn’t Be A Big Job Killer”, The Huffington Post, 4 de fevereiro http://huffingtonpost.com/2014/04/02/goldman-sachsminimum-wage_n_5077677.html .

- 212** G. Esquivel (2015) "Desigualdad Extrema en México. Concentración del poder económico y político", México: Oxfam México.
- 213** Wagemark, 'A brief history of wage ratios', <https://wagemark.org/about/history>.
- 214** OXFAM (2014) "Iguales. Acabemos con la Desigualdad Extrema. Es Hora de Cambiar las Reglas", Oxford: Oxfam
- 215** Cepal (2013) "Panorama Social de América Latina", Nações Unidas: Santiago do Chile.
- 216** Ibid.
- 217** OIT (2014) "Panorama Laboral 2014", OIT. file:///D:/Users/rmcanete/Desktop/DOCUMENTACI%C3%93N/Empleo/Panorama%20laboral%20LAC%20de%20OIT%202014.pdf .
- 218** Ibid.
- l)* Idem
- 219** Cepal (2013) "Panorama Social de América Latina", Santiago do Chile: Nações Unidas.
- 220** Ibid.
- 221** C. Mesa-Lago (2014) "Privatización y reforma de las pensiones en América Latina", <http://www.condistintosacentos.com/privatizacion-y-rereforma-de-las-pensiones-en-america-latina/> .
- 222** A. Rodríguez Mojica (2013) "Sistemas de protección social en América Latina y El Caribe", documento de proyecto, Panamá.: Cepal.
- 223** Ver J. Oliveira e B. Suluaga (2013) "The ex-ante effects of non-contributory pensions in Colombia and Peru" UCD GEARY INSTITUTE DISCUSSION PAPER SERIES. Geary WP2013/14 23 de agosto, 2013.
- 224** Cepal (2010). "Estudio económico de América Latina y el Caribe. Impacto distributivo de las políticas públicas." Cepal.
- 225** N.Lustig, et al (2014) "El impacto del sistema tributario y del gasto social sobre la desigualdad y la pobreza en argentina, Bolivia, Brasil, México, Perú y Uruguay: un panorama general", <http://www.commitmentoequity.org/>.
- 226** V. Paz Arauco, G. Gray Molina, W. Jiménez Pozo, y E. Yáñez Aguilar (2014) "Explaining low redistributive impact in Bolivia", Public Finance Review 2014, Vol. 42(3)
- 227** S. Higgins, N. Lustig, J. Ramirez e W. Swanson (2013) "Social Spending, Taxes and Income Redistribution in Paraguay", CEQ Working Paper No. 11 (novembro 2013. Disponível em: <http://www.commitmentoequity.org/>).
- 228** Incluindo prestações em dinheiro vivo da seguridade social (pensões públicas monetárias).
- 229** Medição realizada através do Índice de Gini.
- 230** CEPAL e Instituto de Estudios Fiscales (2015), "Los efectos de la política fiscal sobre la redistribución en América Latina y la Unión Europea", Estudio nº 8, Serie: Estados de la Cuestión, Área: Finanzas Públicas, Eurosócial, pp. 46-47.
- 231** Ver, por exemplo, C. Agostini e M. Jorratt (2013) "Política tributaria para mejorar la inversión y el crecimiento en América Latina", CEPAL e AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento).
- 232** Vale ressaltar que, neste documento, a pressão fiscal, diferentemente da pressão impositiva, é um conceito mais amplo que inclui contribuições à seguridade social e outras rendas não tributáveis como royalties ou licenças de exploração de recursos naturais.

NOTAS

- 233** De acordo com OCDE, Cepal e Ciat (Centro Interamericano de Administrações Tributárias) (2015), Estatísticas Tributárias da América Latina. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2015_rev_lat-2015-en-fr#page16
- 234** Ver, por exemplo, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (2013) “Recaudar no basta: los impuestos como instrumento de desarrollo”, pp. 4-5, gráfico 1.2. Disponível em: <http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/publicacion-dia,3185.html?id=2013>
- 235** Esta cifra corresponde a novos cálculos da Oxfam, baseados em estimativas realizadas por pesquisadores do Fundo Monetário Internacional (FMI), sobre o esforço fiscal e a capacidade fiscal de vários países. As estimativas realizadas pelos pesquisadores estão disponíveis na seguinte publicação: R. Fenochietto e C. Pessino (2013) “Understanding Countries’ Tax Effort”, International Monetary Fund Working Paper, Fiscal Affairs Department, WP/13/244. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2013/wp13244.pdf>
- Fenochietto e Pessino (2013) realizaram uma simulação para estimar a quantidade de renda que poderia ser arrecada se a brecha arrecadatória fosse reduzida em 50% em 2020. Para realizar a estimativa, assumem-se as seguintes premissas: o PIB (dólares a preços atuais) aumenta à mesma taxa de crescimento médio anual registrada no biênio 2011-2012 e a capacidade fiscal estimada mantém-se constante ao longo do tempo.
- A capacidade fiscal é calculada pelos autores apontados acima como o nível máximo de renda fiscal que um país pode obter segundo o seu nível de PIB real por capita, o grau de abertura comercial, o gasto público em educação como percentual do PIB, a taxa de inflação, o Índice de Gini, a percepção da corrupção e a participação da agricultura no PIB. É de se esperar que as três primeiras variáveis tenham um impacto positivo na renda fiscal, enquanto as outras variáveis exercem uma influência negativa na arrecadação. O esforço fiscal é a proporção que resulta da divisão da renda fiscal atual (dados de 2011 – com algumas exceções para 2012) entre a capacidade fiscal estimada.
- 236** Quatorze no total.
- 237** Ver CEPAL (2013) “Panorama fiscal de América Latina y el Caribe. Reformas tributarias y renovación del pacto fiscal”, Quadro 1.2, pág. 16. Disponível em: http://www.cepal.org/ofilac/noticias/paginas/3/43813/2013-105-Panorama_Fiscal-WEB.pdf
- 238** D. Itriago (2014) “Justicia Fiscal para reducir la desigualdad en América Latina y el Caribe”, Oxfam, pág. 9. Disponível em: https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/justicia_fiscal_para_reducir_la_desigualdad_en_latinoamerica_y_el_caribe_.pdf
- 239** OCDE, Cepal e Ciat (2015) “Estadísticas Tributarias de América Latina”, Quadro C. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2015_rev_lat-2015-en-fr#page26
- 240** Ver M. del Valle (2013) “Ingresos Fiscales por Explotación de Recursos Mineros e Hidrocarburos en Perú”, BID, como exemplo das distorções que derivam da política de transferência interna dos recursos públicos gerados pelas empresas extrativistas no Peru.
- 241** Cálculos próprios com base em OCDE, Cepal e Ciat (2015), Estadísticas Tributarias de América Latina, Quadro C. Disponível em: http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2015_rev_lat-2015-en-fr#page26
- 242** Ibid.
- 243** Como colocações financeiras, juros de títulos públicos, lucros de fundos de investimento, rendimentos de capital em bens imóveis e ações, etc. As colocações financeiras são fundos feitos no setor bancário a prazo, de sete dias a mais de um ano, com juros superiores aos da poupança.
- 244** Ver D. Itriago (2014) “Justicia Fiscal para reducir la desigualdad en América Latina y el Caribe”, Oxfam, Quadro 2, pág. 11. Disponível em: https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/justicia_fiscal_para_reducir_la_desigualdad_en_latinoamerica_y_el_caribe_.pdf

- 245** G. Esquivel Hernández (2015), "Desigualdad Extrema en México. Concentración del Poder Económico y Político", Oxfam. http://cambialasreglas.org/images/desigualdadextrema_informe.pdf. Disponible em: http://cambialasreglas.org/images/desigualdadextrema_informe.pdf
- 246** M. Cabrera, N. Lustig, y H. Morán (2015) "Fiscal Policy, Inequality, and the Ethnic Divide in Guatemala, Center for Global Development", Working paper 387, marzo de 2015. Disponible em: <http://www.cgdev.org/publication/fiscal-policy-inequality-and-ethnic-divide-guatemala-working-paper-397>
- 247** Ibid.
- 248** Ibid.
- 249** Banco Interamericano de Desarrollo (BID) (2013) "Recaudar no basta: los impuestos como instrumento de desarrollo". Disponible em: <http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/publicacion-dia,3185.html?id=2013>.
- 250** J. P. Jiménez (2015) "Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina", Libros de la CEPAL, pág. 29. Disponible em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/37881-desigualdad-concentracion-del-ingreso-y-tributacion-sobre-las-altas-rentas-en>
- 251** Ibid.
- 252** Ibid.
- 253** N. Lustig, C. Pessino y J. Scott (2013) "The impact of taxes and social spending on inequality and poverty in Argentina, Bolivia, Brazil, Mexico, Peru and Uruguay: an overview", pág. 9, Tabela 1. CEQ Working Paper No.13. Disponible em: http://www.commitmentoequity.org/publications_files/CEQWPNo13%20Lustig%20et%20al.%20Overview%20Arg,Bol,Bra,Mex,Per,Ury%20April%202013.pdf.
- 254** M. Cabrera, N. Lustig, y H. Morán (2015) "Fiscal Policy, Inequality, and the Ethnic Divide in Guatemala, Center for Global Development", Working paper 387, marzo de 2015. Disponible em: <http://www.cgdev.org/publication/fiscal-policy-inequality-and-ethnic-divide-guatemala-working-paper-397>.
- 255** Instituto Nicaragüense de Investigaciones y Estudios Tributarios e Alianza Nicaragüense por la Justicia Fiscal (2015) "Balance de la Ley de Concertación Tributaria". Disponible em: <http://www.justiciafiscal.org/2015/05/publican-balance-de-la-ley-de-concertacion-tributaria/>.
- 256** Ibid.
- 257** Após isenções e outros benefícios/incentivos fiscais.
- 258** BID (2013), "Recaudar no basta: los impuestos como instrumento de desarrollo", gráfico 1.9. Disponible em: <http://www.iadb.org/es/investigacion-y-datos/publicacion-dia,3185.html?id=2013>.
- 259** De acordo com dados publicados pela Cepal (2014), Panorama Social de América Latina. Disponible em: <https://redesdesolidaridad.wordpress.com/2015/02/04/nicaragua-es-el-pais-de-america-latina-con-mayor-indice-de-pobreza-multidimensional-segun-la-cepal-2014/>
- 260** "Piden controlar incentivos fiscales en Centroamérica", <http://www.estrategiaynegocios.net/lasclavesdeldia/853171-330/piden-controlar-incentivos-fiscales-en-centroam%C3%A9rica>.
- 261** Oxfam, (2014) "Justicia fiscal para reducir la desigualdad en Latinoamérica y El Caribe". Informe da Oxfam.
- 262** Dirección Ejecutiva de ingresos de Honduras (2015) "Listado de morosos". Disponible em: <http://www.dei.gob.hn/website/index.php?cat=1761&title=Mora&lang=es>

NOTAS

- 263** FOSDEH (2011) "Honduras y su política fiscal perversa", FOSDEH http://www.fosdeh.com/archivos/documentos/areas/fortalecimiento_organizativo_externo_e_interno/Pronunciamento/Fosdeh%20Politica%20Perversa.pdf.
- 264** B. Walsh (2015) "The international tax system is Repulsive and Inequitable. Here's a way to fix it", The Huffington Post, 20 de agosto http://www.huffingtonpost.com/entry/multinational-corporations-taxes_55d4baede4b055a6dab265d9.
- 265** Communique Chefes de Estado do G20 em Los Cabos (México) em (2013), Communique.
- 266** Centro de Informações do G20 (2013) "Anexo fiscal à Declaração dos líderes do G20 em São Petersburgo", <http://www.g20.utoronto.ca/2013/2013-0905-tax.html>.
- 267** Contribuições de Latindadd ao informe do Secretário Geral para a promoção da Cooperação Internacional em Tributação http://www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/03/ICTM2015_Latindadd_Sp.pdf
- 268** Recomendações elaboradas durante a consulta regional da OCDE em Bogotá, em fevereiro de 2014 <http://www.oecd.org/ctp/co-chair-summary-LAC-regional-consultation-BEPS.pdf>.
- 269** Todos os informes, programas, plano de ação e contribuições dos diferentes atores podem ser consultados no seguinte endereço <http://www.oecd.org/ctp/beps.htm>
- 270** "Desde Ecuador salieron \$4.000 millones a los paraísos fiscales el año pasado" (2015), El Telégrafo, 27 de fevereiro <http://www.telegrafo.com.ec/economia/item/desde-ecuador-salieron-4-000-millones-a-los-paraisos-fiscales-el-ano-pasado-infografia.html>.
- 271** Empréstimos intragrupo: operações e financiamento entre empresas do mesmo grupo em condições que não correspondem às do mercado (empréstimos com juros superiores aos que seriam aplicados na mediação com uma terceira parte independente) ou que geram gastos financeiros deduzíveis. A ausência ou limitação mínima de gastos financeiros em muitas jurisdições, aliados a um sistema de isenções para renda proveniente do exterior no caso de paraísos fiscais, tornaram os empréstimos intragrupo um bom negócio... para as grandes transnacionais.
- 272** Consiste em gerar gastos artificiais em países de alta tributação pela obrigação de pagar um valor elevado pelo uso de uma marca ou patente que costuma estar registrada em algum paraíso fiscal. Assim, os lucros fogem automaticamente dos países onde se desenvolve a atividade aos paraísos fiscais. Por exemplo, empresas como a Starbucks têm sua marca registrada na Irlanda e a Ikea, na Holanda e em Luxemburgo, gerando enormes economias fiscais para as empresas.
- 273** Europaid. (2011) "Transfer Pricing and Developing Countries", Final Report. Julho 2011, http://ec.europa.eu/taxation_customs/resources/documents/common/publications/studies/transfer_pricing_dev_countries.pdfhttp://ec.europa.eu/taxation_customs/resources/documents/common/publications/studies/transfer_pricing_dev_countries.pdf.
- 274** SUNAT (Superintendencia Nacional de Aduanas y de Administración Tributaria de Perú). Para mais explicações sobre os cálculos: "Perú pide fomentar transparencia en transacciones internacionales durante reunión de la OCDE", Gestión, 30 de março de 2014, entrevista com Tania Quispe, chefe da SUNAT, <http://gestion.pe/economia/peru-pide-fomentar-transparencia-transacciones-internacionalesdurante-reunion-ocde-2093123>; 2014 Presupuesto de la Nación - Ministerio de Finanzas, Perú (2014): http://mef.gob.pe/index.php?option=com_content&view=article&id=2327&Itemid=101158&lang=es (última consulta em agosto de 2015) e SUNAT comunicado à imprensa sobre preços de transferência: <http://www.sunat.gob.pe/salaprensa/lima/index.html>.
- 275** Ciat (2013) "Estudio sobre precios de transferencia en América Latina" <http://www.ciat.org/in-dex.php/es/productos-y-servicios/publicaciones/libros/2472-el-control-de-la-manipulacion-de-los-precios-de-transferencia-en-america-latina-y-el-caribe.html>.

- 276** Índice de Secretismo Financeiro. Tax Justice Network. <http://www.financialsecrecyindex.com/introduction/fsi-2013-results>
- 277** “La ilusión fiscal. Demasiadas sombras en la fiscalidad de las grandes empresas”. Oxfam Intermón. Maio de 2015. <http://www.oxfamintermon.org/es/documentos/05/03/15/ilusion-fiscal>. Esse estudo é o resultado de uma investigação elaborada pela Oxfam Intermón durante dois anos, analisando as informações publicadas pelas próprias empresas em seus registros de sustentabilidade anuais. Esses mapas foram elaborados a partir dos dados que as próprias empresas disponibilizam sobre sua estrutura corporativa.
- 278** DIAN actualiza la lista de paraísos fiscales http://www.dian.gov.co/dian/12sobred.nsf/pages/Colombia_actualiza_la_lista_de_paraísos_fiscales.
- 279** Consórcio Internacional de Jornalistas Independentes (ICIJ) 2015 Disponível em: <http://www.icij.org/project/swiss-leaks/explore-swiss-leaks-data>
- 280** Base de dados do Banco Mundial World Development Indicators. Disponível em: <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>
- 281** De acordo com Cepal (2012) “Panorama Social de América Latina”, Santiago do Chile: Nações Unidas http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1247/S2012959_es.pdf?sequence=1 .
- 282** Ibid.
- 283** Cepal e Instituto de Estudios Fiscales (2015), “Los efectos de la política fiscal sobre la redistribución en América Latina y la Unión Europea”, Estudio nº 8, Serie: Estados de la Cuestión, Área: Finanzas Públicas, Eurosocial, p. 12. Disponível em: <http://www.cepal.org/es/publicaciones/37881-desigualdad-concentracion-del-ingreso-y-tributacion-sobre-las-altas-rentas-en>.
- 284** Ibid.
- 285** Ibid.
- 286** N. Lustig et al. (2013) “The Impact of Taxes and Social Spending on Inequality and Poverty in Argentina, Bolivia, Brazil, Mexico, Peru and Uruguay: An Overview”. CEQ Working Paper No. 13.
- 287** C. Rodríguez Enríquez (2012) “Política fiscal para la igualdad de género”, 24 Seminario Regional de Política Social Cepal, Nações Unidas. http://www.cepal.org/ilpes/noticias/paginas/3/45763/Corina_Rodriguez.pdf .
- 288** V. Paz Arauco, G. Gray Molina, W. Jiménez Pozo e E. Yañez Alguila (2013) “Explaining low redistributive impact in Bolivia”, Commitment to Equity Working Paper, Tulane University e Interamerican Dialogue. <http://www.commitmenttoequity.org/> .
- 289** N. Lustig (2013) “¿Qué tan comprometidos están los gobiernos de América Latina con la equidad?”, Disponível em: <http://focoeconomico.org/2013/04/28/que-tan-comprometidos-estan-los-gobiernos-de-america-latina-con-la-equidad/>.
- 290** N. Birdsall (2012) “A Note on the Middle Class in Latin America” Center for Global Development, Working Paper 303, agosto de 2012 http://www.cgdev.org/files/1426386_file_Birdsall_Note_on_Middle_Class_FINAL.pdf
- 291** Y. Fernández Malo (2011) “América Latina: educación, movilidad inter-generacional y desigualdad”, em Contribuciones a las Ciencias Sociales <http://www.eumed.net/rev/cccss/12/yfm.htm>
- 292** M. S Boss et al. (2014) “Cómo se desempeñan los estudiantes ricos y pobres?”, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Brief No. 6.
- 293** Cálculo próprio com base em TERCE 2014.

NOTAS

- 294** Ibid.
- 295** R. Cortés e C. Giacometti (2010) "Políticas de educación y su impacto sobre la superación de la pobreza infantil", Cepal, Serie Políticas Sociales No. 157.
- 296** OEA (2010) "Desigualdad e inclusión social en las Américas: 13 Ensayos", Washington D.C.: Secretaria Geral da OEA.
- 297** Ibid.
- 298** Ibid.
- 299** Ibid.
- 300** Para o ano de 2008.
- 301** Para o ano de 2005-2006.
- 302** Para o ano de 2005.
- 303** UNICEF (2011) "Estrategia de UNICEF en América Latina y el Caribe para contribuir a la reducción de la morbi-mortalidad materna, neonatal e infantil 2011-2015", Nações Unidas http://www.unicef.org/lac/Estrategia_Mortalidad_Materna_Neonatal.pdf.
- 304** CEPALSTAT.
- 305** Dados obtidos em: <http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=187&idioma=e>, <https://data.oecd.org/healthstat/infant-mortality-rates.htm>
- 306** OCDE Base de dados: <https://data.oecd.org/healthstat/infant-mortality-rates.htm>
- 307** Cálculos próprios com base em Cepal (2014) "Pactos para la igualdad. Hacia un futuro sostenible." Santiago do Chile. p. 87: Cepal.
- 308** Governo do Chile, Programa Crece Contigo disponível em: <http://www.crececontigo.gob.cl/>
- 309** Unicef Peru Entrevista com o Dr. Mario Tavera. Responsável de Saúde da Unicef Peru. Disponível em: http://www.unicef.org/peru/spanish/survival_development_3521.htm
- 310** ECURED 2015 "Programa Materno Infantil en Cuba" http://www.ecured.cu/index.php/Programa_Materno-infantil_en_Cuba
- 311** Cepal (2007) Revista Desafios No. 6, Santiago do Chile.

LISTA DE SIGLAS

APPI	Aliança Público-Privada
ARS	Administradora de Riscos em Saúde (República Dominicana)
BEPS	Benefícios Econômicos Periódicos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CI:	Categoria de investimento em cultura de Igualdade (Bolívia)
CIAT	Centro Internacional para a Agricultura Tropical
Conadi	Corporação Nacional de Desenvolvimento Indígena (Chile)
Conaie	Confederação de Povos e Nacionalidades Indígenas (Equador)
CSV	Categoria de investimento em responsabilidade social pública para cuidado e sustentabilidade da vida (Bolívia)
ENEE	Empresa Nacional de Energia Elétrica (Honduras)
EPS	Entidade Promotora de Saúde (Colômbia)
FM	Categoria de investimento focada nas mulheres (Bolívia)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária, também conhecida como Bancada Ruralista (Brasil)
HONDUTEL	Empresa Hondurenha de Telecomunicações
ICEFI	Instituto Centro-Americano de Estudos Fiscais
ICIJ	International Consortium of Investigative Journalist (Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo)

LISTA DE SIGLAS

IDH	Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos (Brasil)
IG	Índice de Gini
IR	Imposto de Renda Nicarágua)
ISR	Imposto sobre a Renda (México)
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IVA	Imposto sobre valor agregado
LATINDAD	Rede Latino-Americana sobre Dívida, Desenvolvimento e Direitos
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
Pisa	Relatório do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (sigla em inglês)
OSG	Orçamento Sensível ao Gênero
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
RISG	Categoria de Redistribuição para a Igualdade Social e de Gênero
SAR	Sistema de Poupança para a Aposentadoria (México)
Semco	Empresa Brasileira
Sunat	Superintendência Nacional de Alfândegas e de Administração Tributária do Peru
Tipnis	Território Indígena e Parque Nacional Isidoro-Secure (Equador)
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

Relatórios de Pesquisa da Oxfam

Os relatórios de pesquisa da Oxfam são elaborados com vistas a compartilhar os resultados obtidos, contribuir para o debate público e fomentar o intercâmbio de ideias sobre políticas e práticas humanitárias e de desenvolvimento. Não refletem necessariamente a postura política da Oxfam. As opiniões expressas são as de seus autores e não necessariamente as opiniões da Oxfam.

Para mais informações ou comentários sobre este relatório, entre em contato com: rmcanete@OxfamIntermon.org

Para baixar os dados estatísticos, acesse: <http://www.oxfam.org/es>

© Oxfam Internacional – setembro de 2015
Segunda edição. Reimpresso em abril de 2016

Esta publicação está sujeita a copyright, mas o texto pode ser utilizado livremente para militância política e campanhas, assim como no âmbito da educação e pesquisa, desde que sempre seja citada a fonte de forma completa. O titular do copyright solicita que qualquer uso de sua obra seja comunicado, com o objetivo de avaliar seu impacto. A reprodução do texto em outras circunstâncias, ou seu uso em outras publicações, assim como em traduções ou adaptações, é exequível mediante a obtenção de permissão e pode requerer o pagamento de uma taxa.

É preciso entrar em contato com: policyandpractice@oxfam.org.uk.

As informações contidas nesta publicação estavam corretas no momento em que foram enviadas à imprensa.

Publicado por Oxfam GB para Oxfam Internacional.com

ISBN 978-1-78077-945-4 em setembro de 2015.

Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido.

OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional de 17 organizações que atuam juntas em 92 países como parte de um movimento global a favor da mudança, para construir um futuro livre da injustiça que a pobreza implica:

Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)
Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)
Oxfam na Bélgica (www.oxfamsol.be)
Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)
Oxfam EUA (www.oxfamamerica.org)
Oxfam França (www.oxfamfrance.org) Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)
Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)
Oxfam Intermon (oxfamintermon.org)
Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org) Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)
Oxfam Japão (www.oxfam.jp)
Oxfam México (www.oxfamexico.org) Oxfam Novib (www.oxfamnovib.nl)
Oxfam Nova Zelândia (www.oxfam.org.nz)
Oxfam Quebec (www.oxfam.qc.ca)

Para mais informações, escreva para quaisquer uma das organizações ou visite a página: www.oxfam.org.

www.oxfam.org

